

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
Departamento de História



**Religião e vida social no espaço urbano: comunidades judaicas na
Beira Interior em finais da Idade Média**

Isaura Luísa Cabral Miguel

Mestrado em História Regional e Local

Lisboa
2007

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
Departamento de História



**Religião e vida social no espaço urbano: comunidades judaicas na
Beira Interior em finais da Idade Média**

Isaura Luísa Cabral Miguel

Mestrado em História Regional e Local

Dissertação orientada pela Prof.^a Doutora Maria Manuela Tavares dos Santos Silva

Lisboa
2007

Resumo

Habitando os territórios lusos muito antes da instauração da nacionalidade, os judeus eram uma presença comum em centros urbanos, habitando paredes-meias com cristãos e muçulmanos, embora, em diversas épocas mais complicadas em termos políticos, económicos e sociais, se extremassem conflitos derivados de diferentes modos de vida e de maneiras diversas de encarar o ganho do pão de cada dia.

Vindos muitos de Oriente por via terrestre, encontraram ao longo da fronteira lusitana um lar, estabelecendo-se em pequenas povoações do interior, como é o caso da Beira Interior, e aí vivendo durante séculos. Com os finais da Idade Média e com as pressões feitas pela Santa Sé e por cristãos fervorosos, as suas vidas foram mais frequentemente assombradas por medos e angústias. Apesar do grande peso do poder clerical, é nestas pequenas povoações, que os judeus portugueses conseguem ter mais tempo de acalmia, uma vez, que nestes locais marcados por uma economia essencialmente rural, e por uma talvez maior convivência entre vizinhanças, não há notícias de assaltos às judiarias ou de massacres até à data do édito de expulsão assinado por D. Manuel I.

Quanto ao projecto de um estudo pormenorizado da sociedade judaica deste território da Beira Interior, podemos organizá-lo em cinco etapas. Começando pela localização da judiaria, onde observamos que à semelhança das judiarias ao longo do País, também aqui, estas se situavam dentro do perímetro das povoações, e em muitos locais não existiriam barreiras físicas a separar o convívio entre as pessoas destes dois credos, e em particular, na judiaria da cidade da Guarda, possivelmente, alguns cristãos moravam paredes-meias com os habitantes judeus.

Quanto às profissões, verificamos que as actividades que mais judeus concentravam eram as dos mesteres. Todavia, há que salientar, que existem diversos judeus ligados à ciência, como físicos e cirurgiões, sem esquecer os mercadores, já que eram eles quem impulsionava o comércio dentro e fora desta região. Nas localidades mais pequenas vê-se nitidamente, a falta de população artesã ou comerciante, o que nos leva a crer que a maioria dos habitantes judeus devessem ser agricultores.

Quando nos centramos na lista de nomes de populares judeus existentes nas documentações régias constatamos a existência de um esmagador número de nomes

com significados sobretudo Bíblicos, algo quanto a nós, perfeitamente admissível, já que pertencem a uma época onde o devoção religiosa era extrema importância.

Seguindo para os sobrenomes, estes, teriam diversas origens, desde alcunhas, até locais de origem, passando por sobrenomes reproduzidos apenas pela compreensão sonora dos escrevões, o que nos leva a duvidar da sua real transcrição. Contudo, assinalamos também, um dado relevante; a existência de diversos sobrenomes apenas numa povoação. O que poderá supor que essas famílias se teriam concentrado apenas num local.

Por último, a cultura. Os usos e costumes praticados pelas populações judaicas, eram tidos como um ritual imprescindível na sua vida, por isso mesmo em tempos conturbados, esses costumes não eram abandonados, sendo muitas vezes feitos às escondidas, ou apenas relatados de mães para filhos. Porém tanto os costumes como as festividades, tinham uma origem comum, a História Bíblica. E o maior significado seria talvez o de não deixar morrer a História, já que, apresentando-a quotidianamente e ensinando-a às gerações futuras ela não cairia esquecida numas páginas de um livro, ou apenas no pensamento de alguns.

Palavras-chave: Judeus, Judaísmo, Beira Interior, Portugal, Século XV

Abstract

Living in the ancient Portuguese territories much time before establishment of the nationality, the Jews were a common presence in urban cities, living with the Christians and Muslims, although, in complicated times, happens conflicts with them, because they were distinct way of live.

Coming many of them from Orient by land, founded a home across the Lusitanian frontier, and they established in small villages of interior like Beira Interior living there for long centuries.

With the ends of the Average Age and with the pressures made by the clergy and fervent Christians, its lives had been more frequent haunted by fears and anguish. Despite the great weight of the clerical power, it is in these small populations, that the Portuguese Jews obtain a long period of pause. A time that, in these locals marked by an essentially agricultural economy, and for a healthy neighbourhood, the fact is, that it does not have reports of assaults or slaughters to the Jewry, until the date of the edict of expulsion, signed for the king D. Manuel I.

About to a plan of a detailed study of the Jewish society of this territory of the Beira Interior, we can organize it in five stages. Starting for the localization of the Jewry where we observe that, to the similarity of, others Jewish quarters a long of the country, also here, these localized out inside of the perimeter of the villages. And in many places, would not exist physical barriers to separate the conviviality enter the people of these two creeds, and in particular, in the Jewish quarters of the city of Guarda, possibly, some Christian resided wall-stockings with the Jewish inhabitants.

About to the professions, we verify that the activities that Jewish concentrated were of the arts. However, it has that to point out, that exist many Jews connected to science, as physicists and surgeons, without forgetting the merchants, since they were who stimulated the commerce inside and outside of this region. In the localities smallest the lack of population artesian or trader is seen clearly, what in it takes them to believe that the majority of the Jewish inhabitants had to be agriculturists.

When in we centre them, in the list of names of popular existing Jews in the regal documentations, we evidence the existence of a smashing number of names with over all Biblical meanings, something as for us, perfectly permissible, since they belong to a time where the religious devotion was an extreme importance.

Following for the last names, they would have diverse origins, since nicknames, until origin places, passing for last names reproduced only for the sonorous understanding of the notaries, what in it takes them to doubt its real transcription. However, we also designate excellent data, the existence of diverse last names only in a population. What will be able to assume that these families if would have concentrated only in a place.

Finally, the culture, were had as an essential ritual in its life, the uses and customs practised at the Jewish populations, therefore in disturbing times, these customs were not abandoned, being many done times secretly, or only told of mothers for children. However, in such a way the customs as the festivities had a common origin, Biblical

History. And the greater meant would be perhaps not to leave to die the History, since that presenting it daily and teaching it to the future generations to it would not fall forgotten in pages a book or only in the thought of some people.

Key-words: Jews, Judaism, Beira Interior, Portugal, XV Century

AGRADECIMENTOS

Os meus profundos agradecimentos à minha Orientadora, a Prof.^a Doutora Manuela Santos Silva, pela disponibilidade, pelo carinho, pela preocupação, pela atenção e pela dedicação demonstrada para com a tese. À minha família pelo suporte e apoio prestados e aos meus amigos, pelo encorajamento em alturas mais difíceis.

A todos o meu sincero obrigado.

ÍNDICE

Introdução	9
1. Contexto histórico e social	
A problemática da fragilidade da identidade judaica	12
✧ Designação de judeu português	
Breve história da chegada dos judeus a Portugal	13
✧ Problema da data de entrada na Península	
✧ Instalação judaica na Beira Interior	
2. Apresentação da área em estudo	
2.1 Localização geográfica	17
3. As comunidades judaicas urbanas	18
3.1 Localização da judiaria	46
3.2 Caracterizar a cidade judaica	59
3.3 Tipologia urbana	62
3.4 O núcleo da judiaria da Guarda	62
4. Vivências Políticas	93
4.1 A relação dos reis portugueses com os seus judeus	94
4.2 Importância das comunas ao nível interno em todo o reino	122

5.	Vivências Económicas	
5.1	Profissões exercidas pelos judeus	126
5.2	Profissões dominantes	127
6.	Vivências Sociais	
6.1	Levantamento populacional	135
6.2	Agregado familiar	143
6.3	Apresentação dos sobrenomes judaicos	144
7.	Vivências Culturais	193
	☆ A religião	
7.1	As orações	193
7.2	As bênçãos	194
7.3	Festividades e dias de jejum	195
Bibliografia e Fontes		
	Fontes Manuscritas	212
	Fontes Impressas	213
	Obras Gerais	214
	Obras Específicas	
	Monografias Regionais	217
	Judeus em Geral	220
	Judeus em Portugal	223
Anexos – apresentados em suporte informático		

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é a conclusão de um estudo, realizado no âmbito do Mestrado de História Regional e Local da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Estudar as raízes judaicas no perímetro geográfico da Beira Interior é, sem dúvida um curioso, mas complexo, tema de estudo para um investigador.

O percurso histórico desta minoria étnica tal como dos seus núcleos urbanos encontra-se, de alguma maneira, ainda pouco aprofundado, sendo, por esse motivo, uma matéria interessante de ser objecto de análise. Consistindo em um espaço de contactos entre gentes de diversas culturas e crenças, a Beira Interior engloba em si, uma das mais significativas raízes da identidade portuguesa.

Tem-se assistido, nos últimos anos, à divulgação de diversos trabalhos monográficos versando a historiografia urbana medieval e moderna. Este estudo insere-se, até certo modo, nessa linha historiográfica, tendo como principais elementos, os espaços e as pessoas de determinados núcleos habitacionais.

As comunidades judaicas da Beira Interior necessitam de uma análise profunda no que diz respeito ao seu percurso histórico. Contudo na impossibilidade documental de se construir uma história completa, pois são conhecidas as limitações das fontes de estudo disponíveis para o período medieval, o caminho da investigação terá de evoluir cronologicamente para o fim desta época.

Deste modo, o nosso trabalho procurará abordar as vivências judaicas num determinado espaço, – algumas localidades da Beira Interior, – desde os inícios de trezentos até aos finais de quatrocentos, com algumas incursões por quinhentos.

1.a – As fontes de estudo

As fontes que na nossa perspectiva, melhores informações nos poderiam fornecer a este trabalho, seriam os documentos régios, já que obedeciam às leis gerais do reino¹ e compreendiam cartas de privilégios², nomeadamente no caso de aforamentos das casas dos judeus, cartas essas que eram confirmadas por reis posteriores. A minoria judaica, por sua vez, era considerada pelos monarcas como pertença sua, que os tratavam por “meus judeus”³. Optámos por isso, por nos centrarmos nas Chancelarias Régias, como fontes primordiais para esta tese. Começando pela Chancelaria de D. Dinis, Chancelaria de D. Afonso IV, Chancelaria de D. Fernando, e pela Chancelaria de D. João I, percorremos a Chancelaria de D. Duarte, Chancelaria de D. Afonso V, Chancelaria de D. João II e Chancelaria de D. Manuel, também retirando informações do Livro de Leitura Nova da Comarca da Beira, e das Ordenações Afonsinas.

1.b – Período cronológico

Tendo em conta que se encontravam em maior número os acervos documentais relativos ao século XV, foi escolhido por nós esse período, como o principal para o nosso estudo mais pormenorizado.

No entanto debruçar-nos-emos igualmente, por tempos anteriores e posteriores, sendo que a baliza cronológica que nos propomos tratar a fundo estende-se desde finais da Idade Média até ao século XVI. É importante salientar que nos parece plausível, embora não comprovado, que as comunidades judaicas mesmo antes dos primórdios da Era Cristã já habitassem estes territórios Peninsulares. Como nos diz David Augusto Canelo numa sua obra, é muito antiga a existência de judeus na Península: “Com efeito,

¹ David Augusto Canelo, “*Os últimos criptojudeus em Portugal*”, Câmara Municipal de Belmonte, Belmonte, 2001, p. 35

² Maria José Pimenta Ferro Tavares “*Los judios en Portugal*”, Editorial Mapfre, Madrid, 1992, p. 17

³ Maria José Pimenta Ferro Tavares “*Los judios en Portugal*”, Editorial Mapfre, Madrid, 1992, p. 19

pondo de parte a lenda da sua vinda para a Península no tempo de Nabucodonosor, rei dos caldeus, no século VI a.C., é provável que os primeiros tivessem vindo com os fenícios ou talvez ainda antes”⁴.

1.c – Espaço de estudo

Indo de acordo com os objectivos deste Mestrado de História Regional e Local, procurámos designar como objecto de estudo um local ou região, optando pela região beirã, dado o facto da historiografia desta zona do nosso país, relativamente ao estudo do povo judaico, ainda estar um tanto ou quanto desconhecida em toda a sua grandeza, excepto em algumas localidades já estudadas anteriormente.

1.d – Metodologia do trabalho

Utilizando como ponto de partida a reunião do maior número possível de massa documental impressa sobre os judeus de determinada região, partimos para uma segunda etapa, que se caracterizou pela análise concreta das fontes por nós escolhidas, para tentar estabelecer uma ligação completa entre estas duas origens.

1 – Contexto histórico e social

⁴ David Augusto Canelo, “*Os últimos criptojudéus em Portugal*”, Câmara Municipal de Belmonte, Belmonte, 2001, p.23.

☆ 1.1.– A problemática da fragilidade da identidade judaica

☆ Designação de judeu português

O que é um judeu português? Esta pergunta ainda causa algumas dúvidas em muitas pessoas, embora diversos autores as tentem esclarecer por vários meios esta questão. O próprio conceito de judeu poderá expressar dois pensamentos distintos, que, por vezes, são entendidos como um só; religião e nacionalidade.

Estes dois termos juntos constituem a visão que qualquer pessoa tem ao falar no conceito de judeu, alguém que, além de praticar a religião judaica, é de origem hebraica, ou israelita. Quando queremos transportar este conceito de judeu para junto do conceito português, a ligação entre as duas situações – nacionalidade e religião – poderá ter existido mas num espaço temporal pouco alargado, situando-se, a meu ver, em torno de duas ou três gerações. Por isso é importante aqui separar estes termos para entendermos melhor quem era o judeu português.

Com base no termo da nacionalidade, um judeu para nós é aquele que provém da Judeia ou das terras limítrofes, e que por motivos de imigração chegou a um território que veio a ser chamado mais tarde de Reino de Portugal.

Independentemente da sua religião, trouxe consigo uma cultura até então desconhecida e que veio sendo adoptada através dos tempos, persistindo por muitos séculos como um costume ancestral e não entendida como uma manifestação de uma determinada religião.

Como nos mostra Nicholas de Lange⁵ há uma distinção entre o judeu praticante da religião judaica, e o judeu que nasceu numa família judaica, isto é, numa família descendente das regiões do Próximo Oriente, pertencendo ao povo judeu, e cultivando toda a história das provações passadas desde a escravidão no Egipto, até ao êxodo, à diáspora e todos os flagelos conhecidos.

Quando nos baseamos no termo da religião podemos afirmar que um judeu português, não é alguém que pertence a um grupo diferente mas sim alguém que, por questões de

⁵ Nicholas de Lange, “*Introdução ao judaísmo*”, Prefácio, Lisboa, 2000, pp. 1-2

família ou de ideais pratica a religião judaica. Como nos diz Moisés Espírito Santo “ Ser judeu é ser aderente ou praticante da religião do Antigo Testamento, tal como o muçulmano é o aderente ou praticante da religião fundada por Maomé. Mais nada. Os inquisidores apenas distinguiam os judeus pela sua maneira de rezar (espreitavam através das fechaduras) e pelo seu costume de mudar de roupa à Sexta-feira à noite (os cristãos faziam-no ao Domingo). Toda a diferença de cor ou de raça que se pretende encontrar no judeu é simplesmente cliché, (...) com origem nos ditos populares. Absolutamente em nada um judeu se distingue do lisboeta ou do beirão cristão”.⁶

☆ 1.2 – Breve história da chegada dos judeus a Portugal

☆ Problema da data de entrada na Península

Quando nos propomos abordar o tema dos judeus em Portugal, surge-nos de imediato um problema, a data da sua entrada na Península Ibérica.

Quanto ao modo de entrada há quem defenda que os primeiros chegaram por via marítima em barcos fenícios⁷, no entanto, segundo alguns autores, por esta altura os judeus poderiam não se ter ainda fixado neste território, chegando somente a fazer contactos comerciais⁸. Pensamos assim, que a grande massa populacional deva ter chegado até à Península Ibérica vinda de Oriente por caminho terrestre, quanto à data em que esse acontecimento se deu não existem certezas, apenas conjecturas que nos apontam para diversas épocas.

De entre as várias hipóteses, a que aponta para uma data mais remota relata a chegada dos primeiros judeus no tempo do reinado de Salomão (974 a.C. a 937 a.C.)⁹. Se aceitarmos como válida esta data então estaríamos perante um dos primeiros antepassados dos portugueses. Outra versão indica-nos o início da presença judaica no nosso território, por épocas do reinado de Nabucodonosor II, rei dos Caldeus, por volta do século VI a. C., aquando da fuga dos judeus, ao domínio dos invasores.

⁶ Moisés Espírito Santo in Samuel Schwarz, “*Os cristãos-novos em Portugal no século XX*”, Lisboa, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000, p.xv.

⁷ J.Lúcio de Azevedo, “*História dos Cristãos-Novos Portugueses*”, Lisboa, Clássica Editora, 1989, p.2.

⁸ Nuno Simões Rodrigues, “*Hipóteses para o estudo dos judeus na Hispânia sob os Antoninos*”, in *Actas del II Congreso Internacional de Historia Antigua. La hispânia de los Antoninos (98 – 180)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, Novembro de 2004, p.418

⁹ Eduardo Mayone Dias “*CriptoJudeus Portugueses*”. O fim de uma era, Lisboa, Peregrinação Publications USA Inc., Instituto Camões, 1999, p. 11.

De qualquer modo é certa a sua presença, já marcada por constantes adversidades, durante os períodos de domínio romano¹⁰, visigótico¹¹ e muçulmano. Sendo mesmo do conhecimento público uma inscrição hebraica numa pedra de mármore, encontrada por Emil Hubner em Toledo a qual datou apontando para o século III d.C.¹² No território português o mais antigo vestígio hebraico foi encontrado em Mértola, datado de 482, consistindo numa lapide com o desenho de um menorah e uma inscrição.¹³ Existindo também notícia de duas inscrições funerárias no concelho de Lagos, que segundo Samuel Schwarz provêm dos séculos VI ou VII d.C.¹⁴

Os primeiros documentos onde são visíveis as preocupações com as comunidades judaicas são da época visigótica, nomeadamente decisões de Concílios como por exemplo a decisão do concílio de Elvira (305 – 306), que adverte para a separação de cristãos e judeus na vida quotidiana¹⁵. E mais tarde nos célebres concílios visigodos, como o 3º Concílio de Toledo em 589, convocado pelo rei Recaredo, ou pelos concílios convocados pelo rei Egica que apresentavam a intenção de dificultar o quotidiano dos judeus nos territórios cristãos¹⁶.

Por constituírem ao longo dos séculos uma minoria, no que diz respeito à Península Ibérica, os judeus sofreram diversas vezes com a desconfiança dos povos que constituíam a maioria da população. Sendo por razões religiosas, económicas ou políticas, os judeus foram sendo muitas vezes perseguidos e quase sempre segregados ao longo dos séculos. Mas se em algumas épocas, os judeus foram de facto, se assim podemos dizer, vítimas de um cego fanatismo religioso, ou de uma inesgotável cobiça dos outros povos, não é menos verdade que, em algumas ocasiões, as suas ligações políticas provocaram todo esse ódio; como exemplo dessas ligações, podemos relembrar a incursão e expansão militar dos muçulmanos na Península Ibérica em 711 d.C., facilitada por diversos judeus descontentes com a política visigoda dos cristãos devido

¹⁰ A permanência dos judeus no estado romano é amplamente documentada pela tese de doutoramento do Prof. Doutor Nuno Simões Rodrigues “*Judaei in urbe: Os judeus em Roma de Pompeio aos Flávios*” Texto policopiado, Lisboa, 2004

¹¹ Manuela Santos Silva, “Judaias” in “*História de Portugal. Portugal Medieval*”, Vol.III, Lisboa, Ediclube, 1993, p.338

¹² Emil Hubner, “*Inscriptiones Hispanie Latinae*”, 1869.

¹³ Jorge Martins, “*Portugal e os Judeus. Dos primórdios da nacionalidade à legislação pombalina*”, Vol. I, Lisboa, Nova Vega Edições, 2006, p.117

¹⁴ Samuel Schwarz, “*Inscrições Hebraicas em Portugal*”, separata do vol. I de “*Arqueologia e História*”, Lisboa, pp. 14 e 17.

¹⁵ Mendes dos Remédios, “*Os judeus em Portugal*” Coimbra, F. França Amado, 1928, p.67.

¹⁶ Mendes dos Remédios, “*Os judeus em Portugal*” Coimbra, F. França Amado, 1928, pp.69 e seguintes

às imposições desfavoráveis quer a nível religioso, económico e social, já que muitos eram obrigados a ser escravos dos cristãos¹⁷.

☆ Instalação judaica na Beira Interior

Durante o domínio muçulmano muitas famílias judaicas instalaram-se na região da Beira Interior, local que não era particularmente atractivo aos muçulmanos que preferiam instalar-se nas grandes cidades. Devido à tolerância religiosa inicial concedida pelos dominadores¹⁸, os judeus viviam uma certa liberdade de culto, embora continuassem a ser mal vistos pelos cristãos que viviam junto deles, já que em muitos casos eram tidos como inimigos, ou cúmplices do inimigo invasor. Como consequência dessa integração na vida peninsular os descendentes dos judeus que tinham apoiado a incursão muçulmana foram queimados vivos juntamente com os muçulmanos aquando da Reconquista Cristã¹⁹. Porém aquelas famílias judaicas que sempre estiveram contra o poder muçulmano, e que lutaram junto dos cristãos na Reconquista procuravam na vitória cristã uma agradável integração no futuro reino cristão de Portugal.²⁰ Igualmente os primeiros reis viam na riqueza económica de alguns dos judeus uma forma de ter à sua disposição um enorme capital monetário para tempos de crise económica. Além de se considerar que os judeus pertenciam aos reis, muitas vezes ditos como “meus judeus”²¹ – em alguns documentos régios, como por exemplo no Foral aos mouros forros de Lisboa – eles tinham de pagar vários impostos especiais como a

¹⁷ Maria José Pimenta Ferro Tavares, “*Os Judeus em Portugal no séc. XIV*”, 2ª edição, Lisboa, Guimarães Editores, Janeiro, 2000, p. 12

¹⁸ Manuela Santos Silva, “As cidades (séculos XII-XV)” in “*História de Portugal. Portugal Medieval*”, Vol.III, Lisboa, Ediclube, 1993, p. 281

¹⁹ Jorge Martins, “*Portugal e os Judeus*”. Dos primórdios da nacionalidade à legislação pombalina, Vol. I, Lisboa, Nova Vega Edições, 2006, p.117

²⁰ Jorge Martins, “*Portugal e os Judeus*”. Dos primórdios da nacionalidade à legislação pombalina, Vol. I, Lisboa, Nova Vega Edições, 2006, p.117

²¹ Maria José Pimenta Ferro Tavares, “*Os Judeus em Portugal no séc. XIV*”, 2ª edição, Lisboa, Guimarães Editores, Janeiro, 2000, p. 19; Jorge Martins, “*Portugal e os Judeus*”. Dos primórdios da nacionalidade à legislação pombalina, Vol. I, Lisboa, Nova Vega Edições, 2006, p.152

capitação e o desonroso tributo da Judenga: este tributo servia para os judeus recordarem a traição que Judas fez a Cristo ao vendê-lo por 30 moedas de prata²².

Mas mais uma vez a prosperidade judaica viu-se ameaçada, sobretudo a dos judeus mais abastados que tinham grandes privilégios vindos directamente do rei, essas famílias que diziam descender de povos provindos da Judeia, ou que praticavam a chamada na altura religião de Moisés, eram vistos como pessoas diferentes, instigando a uma grande parte dos cristãos sentimentos de ódio e inveja.

Contudo creio, que era nas localidades beirãs que se podia constatar uma maior aproximação entre a cultura cristã e a cultura judaica. Os motivos desta menor diferenciação, prendiam-se não com o facto do não conhecimento das proveniências culturais, mas sim com a necessidade da convivência em locais pobres, em que todos se ajudavam para a mesma causa. E era de facto essa dificuldade monetária e de comunicação com as grandes cidades, que fazia com que se tolerassem as diferenças religiosas, embora ainda que pregadas por alguns clérigos das aldeias, que algumas vezes sugeriam uma separação entre judeus e cristãos, na vida quotidiana, ou seja, que não houvesse casamentos entre eles, relações passionais, etc.

Após a Reconquista Cristã havia que ocupar o território até então governado e ocupado por muçulmanos, já que uma grande maioria tinha sido expulsa ou tinha mesmo fugido da invasão cristã. Uma das zonas até então pouco povoada era o território da Beira Interior, território esse que agora deveria ser povoado para o Reino de Portugal defender a sua fronteira com os reinos de Leão e Castela.

2. - Apresentação da área em estudo

☆ 2.1 - Localização geográfica

☆ A Beira Interior

O espaço que propomos abordar neste estudo é chamado por nós de Beira Interior, isto é, a conjugação das regiões centrais compostas pela união da Beira Alta e Beira Baixa e alguns concelhos limítrofes, por outras palavras, todos os concelhos dos actuais

²² Meyer Kayserling, *“História dos Judeus em Portugal”*, São Paulo, Edições Pioneira, 1971, p. 47; Elucidário II, 61, 325 : “Judenga, tributo de 30 Dinheiros que os Judeos pagavam por cabeça, para lembrança e pena de haverem vendido a Christo por outros tanto”.

distritos de Castelo Branco, de Viseu, da Guarda, e alguns concelhos de outros distritos que fazem fronteiras com os primeiros relatados no Anexo A.

A Beira Interior sempre foi um local pouco atractivo, devido ao seu relevo rochoso e ao seu clima demasiado seco no Verão e muito chuvoso e frio no Inverno. Nunca foi um local de intensas explosões demográficas, e seria em muitos tempos espaço de passagem, com uma ou outra localidade habitável. Local propício contudo, no meu ponto de vista, para a fixação de populações vindas de longe, e que não tinham raízes nem romanas, nem visigodas, nem mourisca ou de outros povos guerreiros que surgiam ao longo dos tempos, prontos a conquistar as grandes cidades de vias de comunicação. Consistindo num grande bloco entre dois dos principais rios peninsulares – o Douro a norte e o Tejo a sul, – constituiria um “deserto”, local de ninguém, habitado assim por pequenas famílias dispersas, acreditando que algumas delas seriam vindas de Israel.

Dentro desta área geográfica encontramos algumas cidades e vilas, que tiveram população judaica.

☆ 3. As comunidades judaicas urbanas

Na Península Ibérica, durante a Idade Média, a relação entre judeus e cristãos esteve longe de ser pacífica, embora com excepções. Uns e outros provocavam-se constantemente, sendo esse um dos motivos da instauração mais tarde da Inquisição. Já que, embora tendo crenças semelhantes, o poder material falava mais alto que o espiritual, e uns não queriam deixar sobrepor pelos outros. Sobretudo porque instâncias como a Santa Sé instigavam os cristãos a não se deixarem submeter. E oficialmente essas lutas acabavam sendo travadas sob o pretexto da fé.

Mas também existiram épocas de prosperidade e de tolerável convivência. Após a Reconquista Cristã, e estabelecimento do reino de Portugal, começamos a ter notícia do estabelecimento dos judeus em diversas cidades do reino, em judiarias – bairros ou às vezes apenas ruas – destinadas ao povo judaico.

No que diz respeito às comunidades existentes na Beira Interior, muitas são as aglomerações judaicas que proliferaram um pouco por toda a região, ao longo dos tempo, às quais foram dadas cartas de confirmação e privilégios, pelos monarcas, De D. Dinis a D. Fernando podemos observar que em alguns casos são vários os monarcas a dar carta de privilégios às comunas judaicas, como é o caso da comuna de Castelo

Rodrigo que recebe carta de confirmação de D. Dinis²³ e de D. Afonso IV²⁴, a comunidade da Guarda também recebe cartas de confirmação por parte de D. Dinis²⁵, de D. Pedro I²⁶ e de D. Fernando²⁷. Também a comuna de Trancoso recebe carta de privilégio e confirmação de el rei D. Pedro I²⁸ e de D. Fernando²⁹. Entre estes reinados ainda conhecemos a carta de confirmação da comuna de Viseu dada por d. Afonso IV³⁰.

Quanto à composição das comunidades a comuna da **Covilhã** era considerada a região que possuía a maior e mais importante comunidade judaica da Serra da Estrela, durante toda a Idade Média até à sua dissolução.³¹ Pertencentes à comunidade judaica da Covilhã encontramos os seguintes moradores: no ano de 1395 conhecemos dois ferreiros, Moisés³² e José³³ e ainda José Adida³⁴. No ano de 1434 encontramos Salomão de Estrela³⁵, rendeiro. Em 1440 conhecemos José Falilho³⁶ que era rendeiro. Já em 1441 encontramos Jacob Adida³⁷, Cinfana³⁸, Salomão Vizinho³⁹ mercador, Samuel Ergas⁴⁰, Samuel Aruez⁴¹, Isaac Calvo⁴² sapateiro, Abraão Bárica⁴³ também sapateiro, Jacob Faiam⁴⁴ sapateiro, José Matrotel⁴⁵ sapateiro, Judas Acubti⁴⁶ sapateiro, Jacob Matrotel⁴⁷ sapateiro, Moisés Aragel⁴⁸ sapateiro, Salomão Cohen⁴⁹ tecelão, Faram Belido⁵⁰ tecelão,

²³ *Chancelaria de D. Dinis*, livro 3, fls. 104-104vº

²⁴ *Leitura Nova, Tombo da Comarca da Beira*, livro 1, fls. 130vº-131

²⁵ *Chancelaria de D. Dinis*, livro 2, fls. 112vº-113

²⁶ *Chancelaria de D. Pedro I*, livro 1, fls. 28vº e 135

²⁷ *Chancelaria de D. Fernando*, livro 1, fl. 40

²⁸ *Chancelaria de D. Pedro I*, livro 1, fl. 92

²⁹ *Chancelaria de D. Fernando*, livro I, fl. 84

³⁰ *Chancelaria de D. Afonso IV*, livro 4, fl. 29vº

³¹ Jorge Patrão, *Serra da Estrela Portugal, "The anciente jewish quarters rout. The Last secret jews of sepharad"*, Região de Turismo da Serra da Estrela, Covilhã, 2003

³² *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.299

³³ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.299

³⁴ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.299

³⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 18, fl. 59

³⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 13, fls. 163 vº – 165

³⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 119vº

³⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 78vº

³⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 60

⁴⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59

⁴¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57

⁴² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 55

⁴³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 55

⁴⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 55

⁴⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 55

⁴⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 55

⁴⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 55

⁴⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 55

⁴⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 55

⁵⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 55

José Bento⁵¹ carnicheiro, José Calvo⁵², Haim Faiam⁵³, David Pasilhas⁵⁴, Salomão Calvo⁵⁵, Abraão Matrotel⁵⁶. Isaac Adida⁵⁷, Moisés Calvo⁵⁸ feltreiro, Jacob Benjamim⁵⁹ sapateiro, Isaac Soleima⁶⁰ ferreiro. Em 1442 encontramos Abraão Adida⁶¹ mercador, Isaac Adida Calvo⁶², José Amado⁶³, Jacob Amado⁶⁴, José Benjamim⁶⁵ ferreiro, David Tobi⁶⁶, Moisés Benjamim⁶⁷, Haim Muça⁶⁸, Samuel Vizinho⁶⁹, José Vizinho⁷⁰, José Soleima⁷¹, Moisés Abudente⁷², Samuel Budente⁷³, José Tovi⁷⁴ sapateiro, Abraão Muche⁷⁵, Anto⁷⁶ gibiteiro, Barzilai⁷⁷ alfaiate, Moisés Vizinho⁷⁸ gibiteiro, Isaac Velido⁷⁹ ferreiro, José Baruc⁸⁰ ferreiro, Salomão Navarro⁸¹, Moisés Mordavi⁸² sapateiro, Salomão Soleima⁸³ ferreiro, Manaém Soriano⁸⁴ alfaiate, Jacob Mordavy⁸⁵ sapateiro, Moisés Abano⁸⁶ sapateiro, Abraão Justo⁸⁷ sapateiro, Samuel Menaém⁸⁸ sapateiro, Isaac Mardoqueu⁸⁹,

⁵¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 55

⁵² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 55

⁵³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 55

⁵⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 55

⁵⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 55

⁵⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 55

⁵⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 55

⁵⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 55

⁵⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 56

⁶⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 55

⁶¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 37, fl. 62vº

⁶² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 37, fl. 62vº

⁶³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 60vº

⁶⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 60vº

⁶⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 60vº

⁶⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 60vº

⁶⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 60vº

⁶⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 60vº

⁶⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 60vº

⁷⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 60

⁷¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 60

⁷² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

⁷³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

⁷⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 95vº

⁷⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 88

⁷⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 115

⁷⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 115

⁷⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 115

⁷⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 114vº

⁸⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 114

⁸¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 107

⁸² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 107

⁸³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 107

⁸⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 107

⁸⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 106vº

⁸⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 106vº

⁸⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 106vº

Salomão Abvila⁹⁰, David Touro⁹¹ sapateiro, Jacob Navarro⁹² sapateiro, Samuel Navarro⁹³, Samuel Navarro⁹⁴ alfaiate, Salomão Soleima⁹⁵ ferreiro, Salomão Levi⁹⁶ tecelão, Meir Levi⁹⁷ tecelão, Mazalias Arari⁹⁸ gibiteiro, Haim Aroute⁹⁹ alfaiate, Moisés Mazod¹⁰⁰ ferreiro, Jacob Mazod¹⁰¹ ferreiro, Samuel Mazod¹⁰² ferreiro, Sem Tob Pernica¹⁰³ sapateiro, Abraão Zarco¹⁰⁴ sapateiro, Ticido Rodrigo¹⁰⁵ tecelão, Isaac Pimparel¹⁰⁶ sapateiro, José Naaman¹⁰⁷ sapateiro, Jacob Tovi¹⁰⁸ sapateiro. No ano de 1450 encontramos Mestre Guedelha¹⁰⁹, cirurgião do Infante D. Henrique, Mestre Guedelha Goleimo¹¹⁰ físico e cirurgião também citado em 1455, Mestre Judas¹¹¹ físico, Samuel Abudente¹¹². No ano de 1451 encontramos Salomão Adida Calvo¹¹³. Em 1455 encontramos Jacob Molfo¹¹⁴ gibiteiro, Abraão Molfo¹¹⁵ alfaiate, Jacob Arroute¹¹⁶ alfaiate, Judas Faiam¹¹⁷ sapateiro, Salomão Adida¹¹⁸ sapateiro, Salomão de Balcaide¹¹⁹ sapateiro, Mestre Jacob¹²⁰, Jacob de Balcaide¹²¹ sapateiro, Jacob Cide¹²² alfaiate, Efraim

⁸⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 106vº
⁸⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 106vº
⁹⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 110vº
⁹¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fls. 99vº – 100
⁹² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 110
⁹³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 99vº
⁹⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 100
⁹⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 78vº
⁹⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 83
⁹⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 83
⁹⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 83
⁹⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 83
¹⁰⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 83
¹⁰¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 83
¹⁰² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 83
¹⁰³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 83
¹⁰⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 83
¹⁰⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 83
¹⁰⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 83
¹⁰⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 83
¹⁰⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 95vº
¹⁰⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 34, fl. 192vº
¹¹⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 34, fls. 192vº e 193vº
¹¹¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 34, fl. 183
¹¹² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 34, fl. 190
¹¹³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 34, fl. 8
¹¹⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 75vº
¹¹⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 75vº
¹¹⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 158vº
¹¹⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 158vº
¹¹⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 158vº
¹¹⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 158vº
¹²⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 158vº
¹²¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 158vº

Muça¹²³, Judas Murça¹²⁴ sapateiro, Moisés Muça¹²⁵, Judas de Salinas¹²⁶, Samuel de Baide¹²⁷ sapateiro, Salomão Soleima¹²⁸, Abraão de Seia¹²⁹ ourives, Isaac de Seia¹³⁰ ourives, Jacob de Seia¹³¹, Jaque de Cáceres¹³², Jacob Ergas¹³³, Jacob Alcadi¹³⁴ alfaiate, Jacob Soleima¹³⁵ rendeiro, Salomão Avida¹³⁶, José Biscainho¹³⁷, Samuel Hudara¹³⁸ sapateiro, Moisés Hudara¹³⁹ sapateiro, José Mazod¹⁴⁰ sapateiro. No ano de 1459 encontramos Moisés Hudara¹⁴¹ sapateiro, Samuel Hudara¹⁴² sapateiro. No ano de 1460 encontramos Mestre Samuel Goleima¹⁴³ físico e cirurgião. Em 1463 encontramos Salomão de Seia¹⁴⁴ ourives. Em 1464 conhecemos Moisés Matrotel¹⁴⁵ e Samuel Hergas¹⁴⁶. Em 1467 conhecemos Mestre Jacob Soleima¹⁴⁷ cirurgião. Em 1468 encontramos David Arari¹⁴⁸. Em 1469 conhecemos Mestre Jacob¹⁴⁹ cirurgião, Jacob Amado¹⁵⁰ ferreiro, José Vizinho¹⁵¹ e Jacob Vizinho¹⁵². No ano de 1470 conhecemos Salomão Aroite¹⁵³. No ano de 1471 encontramos Salomão Aben David¹⁵⁴ físico e rabi e

¹²² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 158vº

¹²³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 158vº

¹²⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 158vº

¹²⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 158vº

¹²⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 158vº

¹²⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 158vº

¹²⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 158vº

¹²⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

¹³⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

¹³¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

¹³² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

¹³³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

¹³⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

¹³⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 13, fl. 62

¹³⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fl. 155vº

¹³⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fl. 123

¹³⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fl. 160

¹³⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fl. 160

¹⁴⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 158vº

¹⁴¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fl. 160

¹⁴² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fl. 160

¹⁴³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 41

¹⁴⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15 fls.54vº-55; e no livro 31 fl. 25vº

¹⁴⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 8 fls. 31-31vº

¹⁴⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 8 fl.176vº

¹⁴⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 28 fl.5

¹⁴⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 28 fl.82vº e livro 16 fl.58

¹⁴⁹ *Chancelaria D. João II*, livro 21, fl. 46

¹⁵⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl.25vº

¹⁵¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl.25vº

¹⁵² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl.25vº

¹⁵³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl.129vº

¹⁵⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 17 fl.22

Mestre Judas¹⁵⁵ cirurgião. No ano de 1472 conhecemos Abraão Cohen¹⁵⁶. No ano de 1476 conhecemos José¹⁵⁷, Jacob Famiz¹⁵⁸, Abraão Famiz¹⁵⁹. No ano de 1480 encontramos José Naaman¹⁶⁰, Cinfana¹⁶¹, Jacob Rodriga¹⁶², Salomão Salema¹⁶³ rabi. Em 1481 conhecemos Salomão Cohen¹⁶⁴ sapateiro, Samuel Andara¹⁶⁵ sapateiro, Formosa¹⁶⁶. Em 1482 conhecemos Salomão¹⁶⁷ físico e rabi, Abraão Soleima¹⁶⁸, Mestre Jacob Vizinho¹⁶⁹, José Vizinho¹⁷⁰, Salomão¹⁷¹ rabi, Salomão Amiz¹⁷², Mestre Samuel Abenassel¹⁷³ físico. Em 1486 conhecemos Samuel Vizinho¹⁷⁴. Em 1487 encontramos Abraão Vizinho¹⁷⁵. No ano de 1487 conhecemos Jacob¹⁷⁶ rabi. Em 1490 conhecemos Salomão¹⁷⁷ rabi. Em 1491 conhecemos Mestre Haim Arote¹⁷⁸ físico. Já em 1496 conhecemos José Vizinho¹⁷⁹.

Celorico da Beira tinha na Alta Idade Média um aglomerado judaico muito pequeno, e pouco expressivo, acontecendo aqui como em outras pequenas vilas e aldeias da época, a miscigenação entre os povos, e sendo por esse motivo difícil saber quem era judeu ou não.¹⁸⁰

¹⁵⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 17 fl.76

¹⁵⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 29 fl.53vº

¹⁵⁷ *Chancelaria de D. João II*, livro 3, fls. 14vº-15 e *Extras* fls. 19-19vº

¹⁵⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 7 fl.143vº e que contém também a data de 1482 onde é mencionado na *Chancelaria de D. João II*, livro 2 fl. 2vº

¹⁵⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 7 fl.43vº e que contém igualmente a data de 1482 onde é mencionado na *Chancelaria de D. João II*, livro2, fl. 2vº

¹⁶⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 32 fl.20vº

¹⁶¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 32 fl.20

¹⁶² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 32 fl.87vº

¹⁶³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15 fl.158vº

¹⁶⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 26 fl.62vº

¹⁶⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 26 fl.62vº

¹⁶⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 26 fl.62vº

¹⁶⁷ *Chancelaria de D. João II*, livro 2 fls.7 e 8

¹⁶⁸ *Chancelaria de D. João II*, livro 2 fls.7 e 8

¹⁶⁹ *Chancelaria de D. João II*, livro 2 fls. 7 e 8

¹⁷⁰ *Chancelaria de D. João II*, livro 2 fl. 7 e 8

¹⁷¹ *Chancelaria de D. João II*, livro 2 fl.2vº

¹⁷² *Chancelaria de D. João II*, livro 2 fl.2vº

¹⁷³ *Chancelaria de D. João II*, livro 2 fl.162vº

¹⁷⁴ *Chancelaria de D. João II*, livro 8 fl.39vº

¹⁷⁵ *Chancelaria de D. João II*, livro 19 fl.1vº

¹⁷⁶ *Chancelaria de D. João II*, livro 20 fl.148vº

¹⁷⁷ *Chancelaria de D. João II*, livro 12 fls.157vº – 158 e livro 13 fl. 54

¹⁷⁸ *Chancelaria de D. João II*, livro 10 fl.123

¹⁷⁹ *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 33 fl.1 vº – 2

¹⁸⁰ Adriano Vasco Rodrigues, “*Celorico da Beira e Linhares. Monografia histórica e artística*”, 2ª ed., Rochas / Artes Gráficas, Lda., 1992,

Mas tudo se alterou com a expulsão dos judeus de Espanha. Foi a esta terra que muitos familiares judeus vieram procurar a ajuda e protecção.¹⁸¹

A vila, antiga e pacata, passou então a conhecer um enorme desenvolvimento comercial, principalmente porque passou a ser aqui o grande entreposto comercial da região. Existindo no início poucas dezenas de judeus, Celorico da Beira chegou no final do século XV a ter uma população de 150 a 200 famílias. Quanto à população conhecemos alguns nomes judaicos extraídos da documentação régia, começando em 1441 com Abraão Levi¹⁸² tendeiro, Judas Barrocas¹⁸³, Isaac de Vinhó¹⁸⁴ e Moisés Monte Cruz¹⁸⁵. Em 1442 encontramos Isaac Justo¹⁸⁶, Samuel Aragel¹⁸⁷, José Justo¹⁸⁸ sapateiro, Haim Serrano¹⁸⁹, Moisés Barrocas¹⁹⁰ alfaiate, Lediça¹⁹¹, Menaém Algodix¹⁹², Moisés Justo¹⁹³ tecelão, Rainha¹⁹⁴, Abraão Porcales¹⁹⁵, Salomão Bichacho¹⁹⁶ alfaiate, Moisés Cohen¹⁹⁷ tecelão, Isaac de Leiria¹⁹⁸ ferreiro, Jacob Levi¹⁹⁹ sapateiro, José Abaiu²⁰⁰ tecelão, Samuel Abudente²⁰¹ sapateiro, José Caro²⁰² carvoeiro, Aviziboa²⁰³, Arroze Barrocas²⁰⁴ alfaiate. No ano de 1455 encontramos Abraão Soriano²⁰⁵ alfaiate, Jacob Soriano²⁰⁶ sapateiro, José Sedec²⁰⁷ sapateiro, Samaias Cataribas²⁰⁸ sapateiro,

¹⁸¹ Jorge Patrão, “Serra da Estrela Portugal, The anciente jewish quarters rout. The Last secret jews of sepharad”, Região de Turismo da Serra da Estrela, Covilhã, 2003

¹⁸² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

¹⁸³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

¹⁸⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº

¹⁸⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

¹⁸⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

¹⁸⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 60

¹⁸⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

¹⁸⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 93vº

¹⁹⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 108

¹⁹¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 108

¹⁹² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 108

¹⁹³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 108

¹⁹⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 108

¹⁹⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 108

¹⁹⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 107

¹⁹⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 107

¹⁹⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 107

¹⁹⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 107

²⁰⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 107

²⁰¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 107

²⁰² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 98

²⁰³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 98

²⁰⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 108vº

²⁰⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

²⁰⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

²⁰⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

²⁰⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

Menaém Adida²⁰⁹ tecelão, Judas de Munhom²¹⁰ alfaiate, Faram Bichacho²¹¹ alfaiate, Moisés Abudente²¹² sapateiro, José de Munhom²¹³ alfaiate, Samuel de Munhom²¹⁴ sapateiro, José Dayeno²¹⁵ tecelão, Abraão Adida²¹⁶ sapateiro, Judas Abudente²¹⁷ alfaiate, Isaac Sadoc²¹⁸ sapateiro. Em 1487 conhecemos Mestre Jacob Bichacho²¹⁹ cirurgião No ano de 1488 encontramos Mestre Isaac de Munham²²⁰ físico.

A comunidade judaica que habitava a cidade da **Guarda** foi durante longos períodos considerada como uma das mais importantes do nosso país e considerada uma das mais antigas. A mais antiga judiaria começa a ser mencionada em 1199, aquando o recebimento do foral por parte da cidade. Quanto à judiaria nova, prolongamento da anterior, só vimos a ter conhecimento documental a partir do século XIII, no reinado de D. Dinis que promulgou o aforamento de casas na freguesia de São Vicente a famílias judaicas. A outra vertente que foi desenvolvida foi o artesanato, ofício a que muitos dos judeus se dedicavam.²²¹ Voltaremos mais tarde a este caso.

Com base nos documentos régios conhecemos algumas pessoas pertencentes a esta comunidade judaica ao longo dos anos. Temos assim em 1295 os nomes de Isaac²²², Vaz²²³, Sem Tob²²⁴, Abraão Alacar²²⁵, Judas²²⁶, Vizinho²²⁷ e Moisés de Valhadolid²²⁸. No ano de 1298 conhecemos Isaac²²⁹ que era tecelão e Eleázer²³⁰. Em 1304 encontramos Isaac de Cáceres²³¹. Um ano depois, em 1305, Almofacem²³². No ano de

²⁰⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

²¹⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

²¹¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

²¹² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

²¹³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

²¹⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

²¹⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

²¹⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

²¹⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

²¹⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

²¹⁹ *Chancelaria de D. João II*, livro 20 fl. 87

²²⁰ *Chancelaria de D. João II*, livro 18 fl. 116vº

²²¹ Jorge Patrão, “*Serra da Estrela Portugal, The ancient jewish quarters rout. The Last secret jews of sepharad*”, Região de Turismo da Serra da Estrela, Covilhã, 2003

²²² *Chancelaria de D. Dinis*, livro 2, fl. 113vº

²²³ *Chancelaria de D. Dinis*, livro 2, fl. 113vº

²²⁴ *Chancelaria de D. Dinis*, livro 2, fl. 113vº

²²⁵ *Chancelaria de D. Dinis*, livro 2, fl. 113vº

²²⁶ *Chancelaria de D. Dinis*, livro 2, fl. 113

²²⁷ *Chancelaria de D. Dinis*, livro 2, fl. 112vº

²²⁸ *Chancelaria de D. Dinis*, livro 2, fl. 113

²²⁹ *Chancelaria de D. Dinis*, livro 4, fl. 9vº

²³⁰ *Chancelaria de D. Dinis*, livro 4, fl. 9vº

²³¹ *Chancelaria de D. Dinis*, livro 4, fl. 29vº

1308 temos notícia de Sarmento²³³. Mais tarde em 1339 encontramos Mestre Jacob²³⁴. Em 1379 conhecemos Salomão Adida²³⁵. Em 1395 encontramos Abraão Sofel²³⁶, Abraão de Leiria²³⁷, Abraão²³⁸ que era ferreiro, D. Fadona, Abraão Mamom²³⁹ que era sapateiro, Judas de Linhares²⁴⁰, Abraão²⁴¹ filho de Judas de Linhares, Abraão Rodrigo²⁴², Almofacem²⁴³, Antom Ergas²⁴⁴, Baril²⁴⁵, Abel Infante²⁴⁶, Cide²⁴⁷, Corocha²⁴⁸, o rabi David²⁴⁹, David Falido²⁵⁰, Daniel²⁵¹, David Favilhom²⁵², Fadonha²⁵³, Favivi²⁵⁴, Franca²⁵⁵, Infante Juda²⁵⁶, Isaac²⁵⁷ que era ferreiro, Isaac Cacez²⁵⁸, Isaac de Castro²⁵⁹, Jacob Pernica²⁶⁰, José de Leiria²⁶¹, Judas²⁶² que era ferreiro, Mestre José²⁶³, Mestre Moisés²⁶⁴, Moisés de Castro²⁶⁵, Munhum²⁶⁶, Salomão Adida²⁶⁷, Salomão

²³² *Chancelaria de D. Dinis*, livro 4, fl. 32vº

²³³ *Chancelaria de D. Dinis*, livro 4, fl. 49

²³⁴ *Chancelaria de D. Afonso IV*, livro 4, fl. 39

²³⁵ *Leitura Nova, Tombo da Comarca da Beira*, livro 2, fl. 255vº

²³⁶ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, pp.320 e 323

²³⁷ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, pp. 318 e 319

²³⁸ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p. 317

²³⁹ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, pp. 317, 318 e 324, e consta com data de 1406 na *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fl. 106

²⁴⁰ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, pp. 317 e 318

²⁴¹ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.317

²⁴² *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, pp. 320 e 323

²⁴³ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.319

²⁴⁴ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, pp. 319, 323 e 324

²⁴⁵ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.317

²⁴⁶ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.318

²⁴⁷ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.320

²⁴⁸ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.320

²⁴⁹ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, pp.319 e 320

²⁵⁰ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.319

²⁵¹ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.319

²⁵² *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, pp. 318 e 320

²⁵³ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.318 e na *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fl. 41

²⁵⁴ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, pp. 319 e 320

²⁵⁵ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.320

²⁵⁶ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.318

²⁵⁷ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p. 319 e na *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fls.41 e 106

²⁵⁸ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.317

²⁵⁹ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, pp. 318 e 320

²⁶⁰ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.320

²⁶¹ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.317

²⁶² *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, pp. 317 e 318

²⁶³ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, pp. 318 e 319

²⁶⁴ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, pp. 317, 318 e 324

²⁶⁵ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, pp. 319 e 320

²⁶⁶ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.318

²⁶⁷ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, pp. 319 e 320

Pernica²⁶⁸, Suas²⁶⁹, Samuel Cacez²⁷⁰, Samuel de Faya²⁷¹, Samuel de Munhom²⁷², Samuel Querido²⁷³, Santem²⁷⁴, Sem Tob Mamom²⁷⁵ que era alfaiate. No ano de 1406 conhecemos Abraão Adida²⁷⁶, Isaac²⁷⁷ que era ferreiro. Em 1433 é mencionado novamente uma pessoa de seu nome Isaac²⁷⁸ que era ferreiro. No ano seguinte, em 1434 encontramos Isaac Maçom²⁷⁹, alfaiate. Em 1435 encontramos, Isaac de Cáceres²⁸⁰, D. Yuda²⁸¹, Dona Braboa²⁸², Isaac Cucaracho²⁸³, Yhunto Cacez²⁸⁴, Abraão de Pinhel²⁸⁵, Daniel Mauram²⁸⁶, David Fibolho²⁸⁷, Isaac Caracho²⁸⁸, Salomão Falilho²⁸⁹, Abraão de Castro²⁹⁰, Jacob de Castro²⁹¹, José de Gouveia²⁹², Samuel Catarribas²⁹³, Mestre Moisés²⁹⁴, Isaac Tovi²⁹⁵, Samuel Armadel²⁹⁶, Samuel Arragre²⁹⁷, Abraão Tovi²⁹⁸, Candul²⁹⁹, Jacob de Alva³⁰⁰, Samuel Querido³⁰¹, Abraão Punlhe³⁰², Salomão Tovi³⁰³,

²⁶⁸ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.320

²⁶⁹ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.319

²⁷⁰ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.320

²⁷¹ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.317

²⁷² *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.318

²⁷³ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.318

²⁷⁴ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.319

²⁷⁵ *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, volume X, p.319 e na *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fl. 41

²⁷⁶ *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fl. 106

²⁷⁷ *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fl. 106

²⁷⁸ *Leitura Nova, Tombo da Comarca da Beira*, livro 2, fl. 150

²⁷⁹ *Leitura Nova, Tombo da Comarca da Beira*, livro 1, fls. 163, 172vº, 173 e 173vº, também mencionado em 1441 na *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 90vº

²⁸⁰ *Leitura Nova, Tombo da Comarca da Beira*, livro 2, fls. 236vº – 237vº

²⁸¹ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173vº

²⁸² *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173vº

²⁸³ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 173vº e 235vº

²⁸⁴ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 173 e 173vº

²⁸⁵ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 172 vº -173; 173vº – 174

²⁸⁶ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 173vº – 174

²⁸⁷ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 173vº – 174

²⁸⁸ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 172vº, 173vº – 174

²⁸⁹ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 173vº – 174

²⁹⁰ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173 – 174

²⁹¹ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173 – 174

²⁹² *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173vº

²⁹³ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173vº

²⁹⁴ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173vº

²⁹⁵ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173vº

²⁹⁶ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173vº

²⁹⁷ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173vº

²⁹⁸ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 172vº

²⁹⁹ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 172vº

³⁰⁰ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 163, 172vº, 173vº

³⁰¹ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 172vº, 174

³⁰² *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 166vº

³⁰³ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 166vº, 173 – 173vº

Jacob de Leiria³⁰⁴ que era ferreiro, Gouveia³⁰⁵, Fayam de Cáceres³⁰⁶, Isaac Alvangel³⁰⁷, David Falilho³⁰⁸, Mestre Isaac³⁰⁹, Juda³¹⁰, José Tovi³¹¹, Salomão Amado³¹², Salomão Filho³¹³, Salomão Pernica³¹⁴, Sem Tob Cacos³¹⁵, Menaém³¹⁶ que era sapateiro, José Calahorra³¹⁷, Salomão Cocuracho³¹⁸, Isaac Cacos³¹⁹, José de Leiria³²⁰, Samuel Abudante³²¹, Suas³²², Cinfa³²³, Daniel Barul³²⁴, Moisés Adida³²⁵, Moisés Candul³²⁶, Judas³²⁷ que era ferreiro e José Baruc³²⁸ também ferreiro. Um ano depois, em 1436 conhecemos D. Juda³²⁹, Samuel³³⁰, Judas³³¹ ferreiro, Abraão Mamom³³², José Armadel³³³, Moisés Mamom³³⁴, Moisés de Cáceres³³⁵, Menaém³³⁶ tecelão e Mestre Moisés³³⁷. Em 1437 encontramos Menaém Castelhão³³⁸, Jacob³³⁹, José Baruc³⁴⁰ que era ferreiro, José³⁴¹,

³⁰⁴ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 173 – 173vº e 174

³⁰⁵ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173

³⁰⁶ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 165vº – 166, 172vº, 173 – 173vº

³⁰⁷ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 174

³⁰⁸ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 163

³⁰⁹ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 163 e 173vº

³¹⁰ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173

³¹¹ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173

³¹² *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 174

³¹³ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 174

³¹⁴ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 173 e 174

³¹⁵ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173

³¹⁶ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 173 - 173vº e 174

³¹⁷ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 173 – 173vº e 174

³¹⁸ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 173, 174

³¹⁹ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 172vº – 173

³²⁰ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 172vº – 173

³²¹ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 172vº – 173

³²² *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 172vº – 173 e 235vº

³²³ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173vº

³²⁴ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173vº

³²⁵ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fls. 173vº, 235vº

³²⁶ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173vº

³²⁷ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 235vº

³²⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 5, fl. 83vº

³²⁹ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 235vº

³³⁰ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 235vº

³³¹ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 235vº

³³² *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 235vº

³³³ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 235vº

³³⁴ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 235vº

³³⁵ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 174

³³⁶ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 174

³³⁷ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 174

³³⁸ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 174

³³⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 5, fl. 83vº

³⁴⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 5, fl. 83vº

³⁴¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 5, fl. 83vº

Moisés Guarite³⁴². Em 1441 conhecemos Moisés de Cáceres³⁴³ mercador, José Ergas³⁴⁴ mercador, David³⁴⁵, Abraão Sofer³⁴⁶ mercador, Isaac Maçoz³⁴⁷ alfaiate, Salomão Falilho³⁴⁸, Abraão de Leiria³⁴⁹, Isaac Mofejo³⁵⁰, Samuel Mocatel³⁵¹, Salomão Mofejo³⁵², Menaém Adida³⁵³, Jacob Caro³⁵⁴ sapateiro, Maior³⁵⁵ tendeira, Samuel Marcos³⁵⁶ sapateiro, Judas Acit³⁵⁷ ferreiro, Isaac Acit³⁵⁸ ferreiro, David Macoz³⁵⁹ rendeiro, José Armadel³⁶⁰ sapateiro, Abraão de Pinhel³⁶¹ rendeiro, Salomão Pernica³⁶², Abraão Pernica³⁶³, Fabibe³⁶⁴ tecelão, Mestre Moisés³⁶⁵, Dona Juda³⁶⁶, Dona Linda³⁶⁷, Mestre Isaac³⁶⁸, Samuel Armadel³⁶⁹, Isaac Tovi³⁷⁰, Jacob de Alva³⁷¹, Jacob Tabu³⁷², José Cohen³⁷³, José Tovi³⁷⁴. Em 1442 conhecemos José Alacar³⁷⁵ gibiteiro, Fabibi Tovi³⁷⁶ sapateiro, Mestre Isaac³⁷⁷ físico, José Maloz³⁷⁸, Jamila³⁷⁹, Moisés Adida³⁸⁰ tecelão,

³⁴² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 5, fl. 83vº

³⁴³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58vº

³⁴⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 60; livro 23, fl. 50vº; livro 29, fls. 193 – 193vº

³⁴⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

³⁴⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

³⁴⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº e 90vº; livro 23, fl. 50vº

³⁴⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

³⁴⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

³⁵⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

³⁵¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

³⁵² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

³⁵³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

³⁵⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

³⁵⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

³⁵⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59

³⁵⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58vº

³⁵⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58vº

³⁵⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

³⁶⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

³⁶¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº; livro 13, fls. 163vº – 165vº

³⁶² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58vº

³⁶³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58vº

³⁶⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 50vº – 51

³⁶⁵ *Leitura Nova, Tombo da Comarca da Beira*, livro 1, fls. 97 – 98vº

³⁶⁶ *Leitura Nova, Tombo da Comarca da Beira*, livro 2, fls. 98 – 98vº

³⁶⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 51

³⁶⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 50vº

³⁶⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 51

³⁷⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fls. 50vº – 51

³⁷¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 51

³⁷² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 51

³⁷³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 50vº

³⁷⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 50vº – 51

³⁷⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

³⁷⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

³⁷⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

³⁷⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

Abraão Navarro³⁸¹ gibiteiro, Jacob³⁸² ferreiro, David³⁸³ ferreiro, Moisés de Castro³⁸⁴ sapateiro, José Cohen³⁸⁵ sapateiro, Judas Candieli³⁸⁶ sapateiro, Samuel Cardiel³⁸⁷, Salomão Caragem³⁸⁸, Moisés Naaman³⁸⁹ sapateiro, Samaia Faravom³⁹⁰ alfaiate, Jacob Cohen³⁹¹ sapateiro, Abraão Tovi³⁹² sapateiro, Isaac Amigo³⁹³, Sete³⁹⁴, Jacob Ceregom³⁹⁵ sapateiro, José de Gouva³⁹⁶ sapateiro, Jacob Pasilhas³⁹⁷ sapateiro, Anto Roga³⁹⁸ sapateiro, Joaquin Oesed³⁹⁹, José Cohen⁴⁰⁰ sapateiro, Jacob Corochom⁴⁰¹, Jacob Pernica⁴⁰² sapateiro, Samuel Abudente⁴⁰³ gibiteiro, Fayam de Cáceres⁴⁰⁴. Já em 1444 encontramos Menaém⁴⁰⁵, Salomão Tovi⁴⁰⁶ ferreiro. Em 1447 conhecemos Salomão Tovi⁴⁰⁷. No ano de 1451 encontramos Imça de Leiria⁴⁰⁸, Isaac Caenz⁴⁰⁹, Mestre Moisés⁴¹⁰. Em 1453 encontramos Juda Cardinel⁴¹¹. Um ano depois, em 1454 encontramos Jeminala⁴¹², Abraão de Estrela⁴¹³, Faram Cohen⁴¹⁴, Abraão Navarro⁴¹⁵,

³⁷⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

³⁸⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

³⁸¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 115

³⁸² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 114vº

³⁸³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 114vº

³⁸⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 114vº

³⁸⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 107vº

³⁸⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 103vº

³⁸⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 107

³⁸⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 102vº

³⁸⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 102vº

³⁹⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 102vº

³⁹¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 102vº

³⁹² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 102vº

³⁹³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 102vº

³⁹⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 102vº

³⁹⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 102vº

³⁹⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 102vº

³⁹⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 102vº

³⁹⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 102vº

³⁹⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 100

⁴⁰⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 83vº

⁴⁰¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 100

⁴⁰² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 83vº

⁴⁰³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

⁴⁰⁴ *Leitura Nova, Tombo da Comarca da Beira*, livro 1, fls. 97 – 98vº

⁴⁰⁵ *Leitura Nova, Tombo da Comarca da Beira*, livro 1, fls. 97 – 98vº

⁴⁰⁶ *Leitura Nova, Tombo da Comarca da Beira*, livro 1, fls. 97 – 98vº

⁴⁰⁷ *Leitura Nova, Tombo da Comarca da Beira*, livro 1, fls. 97

⁴⁰⁸ *Leitura Nova, Tombo da Comarca da Beira*, livro 2, fls. 36vº – 37vº

⁴⁰⁹ *Leitura Nova, Tombo da Comarca da Beira*, livro 2, fls. 36vº – 37vº

⁴¹⁰ *Leitura Nova, Tombo da Comarca da Beira*, livro 2, fls. 36vº – 37vº

⁴¹¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 3, fl. 18vº

⁴¹² *Leitura Nova, Tombo da Comarca da Beira*, livro 2, fls. 36vº – 37vº

⁴¹³ *Leitura Nova, Tombo da Comarca da Beira*, livro 2, fls. 205vº – 206vº

⁴¹⁴ *Leitura Nova, Tombo da Comarca da Beira*, livro 2, fls. 36vº – 37vº

Nabatorro⁴¹⁶, Samuel Abudente⁴¹⁷, Isaac Maçoz⁴¹⁸ tosador, Moisés Navarro⁴¹⁹ mercador. Em 1455 encontramos Isaac Ergas⁴²⁰ mercador, Salomão Tovi⁴²¹, Moisés Pasilhas⁴²² sapateiro, David Maçoude⁴²³, Salomão Mocatel⁴²⁴ sapateiro, Daniel Adida⁴²⁵ sapateiro, Isaac Corrojom⁴²⁶, Moisés Najares⁴²⁷ sapateiro, Jaque Tobi⁴²⁸ sapateiro, Jaque Mocatel⁴²⁹ tecelão, Isaac Patilhas⁴³⁰ sapateiro, Samuel de Leiria⁴³¹ ferreiro, Abraão Mocatel⁴³² tecelão, Abraão Tobi⁴³³ sapateiro, Fabibe Marcos⁴³⁴ sapateiro, Ianto Maçoude⁴³⁵ alfaiate, José de Leiria⁴³⁶ ferreiro, Sem Tob Adida⁴³⁷ sapateiro, Moisés Tovi⁴³⁸ sapateiro, Samuel Cacez⁴³⁹ sapateiro, Samuel Najares⁴⁴⁰ sapateiro, Abraão Adida⁴⁴¹ sapateiro, Abraão Mocate⁴⁴² tecelão, Anto Macoz⁴⁴³, Caçom Adida⁴⁴⁴, Daniel Adida⁴⁴⁵, Isaac Cacez⁴⁴⁶ sapateiro, Jacob de Beire⁴⁴⁷, Jacob Tobi⁴⁴⁸, Juda Macata⁴⁴⁹ tecelão, José Tob⁴⁵⁰ sapateiro, José de Gouveia⁴⁵¹ sapateiro, Moisés Tobi⁴⁵² sapateiro,

⁴¹⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 28, fls. 95 – 95vº

⁴¹⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 28, fls. 95 – 95vº

⁴¹⁷ *Leitura Nova, Tombo da Comarca da Beira*, livro 2, fls. 36vº – 37vº

⁴¹⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 16, fl. 7

⁴¹⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 16, fl. 7

⁴²⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 160

⁴²¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁴²² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96; livro 15, fl. 159

⁴²³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁴²⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁴²⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁴²⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁴²⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁴²⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁴²⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁴³⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁴³¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁴³² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁴³³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96; livro 15, fl. 159

⁴³⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96; livro 15, fl. 159

⁴³⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁴³⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁴³⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96; livro 15, fl. 159

⁴³⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁴³⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁴⁴⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁴⁴¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

⁴⁴² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

⁴⁴³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

⁴⁴⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

⁴⁴⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

⁴⁴⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

⁴⁴⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

⁴⁴⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

⁴⁴⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

⁴⁵⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

Salomão Tobí⁴⁵³, Samuel de Leiria⁴⁵⁴ ferreiro, Samuel Cazez⁴⁵⁵. Em 1456 encontramos Jacob Cohen⁴⁵⁶. No ano de 1459 encontramos Abraão Navarro⁴⁵⁷ rendeiro. Em 1460 encontramos José Soleima⁴⁵⁸ mercador. Em 1463 conhecemos Isaac Mofejo⁴⁵⁹. Em 1464 na Guarda encontramos Daniel de Cáceres⁴⁶⁰, Moisés Adida⁴⁶¹, Moisés Tobí⁴⁶² sapateiro, Moisés Adida⁴⁶³ sapateiro, Salomão Abul⁴⁶⁴ sapateiro e Salomão Mofejo⁴⁶⁵ mercador. Em 1465 encontramos Mestre Samuel Goleima⁴⁶⁶ servidor do rei, físico e cirurgião do Infante D. Fernando, Moisés Soleima⁴⁶⁷, Fabibe⁴⁶⁸, Moisés Tovi⁴⁶⁹. Em 1467 conhecemos Abraão de Leiria⁴⁷⁰, Moisés Maçoz⁴⁷¹, Moisés Adido⁴⁷², Salomão Abul⁴⁷³, Salomão Mofejo⁴⁷⁴. No ano de 1472 conhecemos José Soleima⁴⁷⁵. No ano de 1473 conhecemos Mestre Jacob Tobí⁴⁷⁶ físico. No ano de 1475 conhecemos Jacob Mofejo⁴⁷⁷, Isaac Maçoz⁴⁷⁸ tosador. No ano de 1476 conhecemos Guedelha Zaboca⁴⁷⁹,

⁴⁵¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

⁴⁵² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

⁴⁵³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

⁴⁵⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

⁴⁵⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

⁴⁵⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 13, fl. 122vº

⁴⁵⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fls. 31vº – 32

⁴⁵⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 29, fl. 193-193vº; livro 32, fls. 14vº e 20; mencionado também com data de 1490 na *Chancelaria de D. João II*, livro 17, fl. 126; livro 19, fls. 89vº-90; livro 13, fls. 141-141vº

⁴⁵⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 9, fl. 79

⁴⁶⁰ *Leitura Nova Tombo da Comarca da Beira*, livro 2, fls. 24-25

⁴⁶¹ *Leitura Nova Tombo da Comarca da Beira*, livro 2, fls. 24-25; livro 1, fls. 144vº-145vº. É mencionado também com data de 1467 na *Leitura Nova Tombo da Comarca da Beira*, livro 2, fl. 12 e 1490 na *Chancelaria de D. João II*, livro 12, fls. 89vº-90; livro 13, fls. 141-141vº

⁴⁶² *Leitura Nova Tombo da Comarca da Beira*, livro 2, fls. 24-25. Também é mencionado com a data de 1465

⁴⁶³ *Leitura Nova Tombo da Comarca da Beira*, livro 2, fl. 12. Também é mencionado com data de 1467

⁴⁶⁴ *Leitura Nova Tombo da Comarca da Beira*, livro 2, fl. 12. Também é mencionado com data de 1467

⁴⁶⁵ *Leitura Nova Tombo da Comarca da Beira*, livro 2, fls. 12, 202-203. Também é mencionado com data de 1467 na *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 28, fls. 95-95vº

⁴⁶⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 14, fl. 62vº

⁴⁶⁷ *Leitura Nova Tombo da Comarca da Estremadura*, livro 10 fl. 298vº

⁴⁶⁸ *Leitura Nova Tombo da Comarca da Estremadura*, livro 10 fl. 298vº

⁴⁶⁹ *Leitura Nova Tombo da Comarca da Beira*, livro 2, fl. 24

⁴⁷⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 28, fl. 95-95vº; livro 16, fl. 25vº. Mencionado também com data de 1476

⁴⁷¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 28, fls 95-95vº; livro 32, fl. 39. Também mencionado com data de 1480

⁴⁷² *Leitura Nova Tombo da Comarca da Beira*, livro 2, fl. 12

⁴⁷³ *Leitura Nova Tombo da Comarca da Beira*, livro 2, fl. 12

⁴⁷⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 28, fl. 95

⁴⁷⁵ *Leitura Nova Tombo da Comarca da Beira*, livro 2 fl. 3vº

⁴⁷⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 33 fl.44

⁴⁷⁷ *Leitura Nova Tombo da Comarca da Beira*, livro 1 fls. 26vº-27; igualmente na *Chancelaria de D. João II*, livro 2, fls. 26vº-27; e na *Chancelaria de D. Manuel*, livro 40, fl. 40

Salomão Privança⁴⁸⁰, Fabibi⁴⁸¹, Salomão de Leiria⁴⁸². Em 1478 conhecemos José Navarrinho⁴⁸³. No ano de 1480 conhecemos Moisés Adida⁴⁸⁴ mercador, Sem Tob de Castro⁴⁸⁵, Isaac Maçoz⁴⁸⁶. Em 1481 conhecemos Samuel Cacez⁴⁸⁷ sapateiro, Jacob Mofejo⁴⁸⁸. Em 1482 conhecemos Salomão Valente⁴⁸⁹. Em 1484 encontramos Isaac⁴⁹⁰ tosador, Jacob Ergas⁴⁹¹. Em 1485 conhecemos Isaac Mofejo⁴⁹² ferreiro, José Soleima⁴⁹³. No ano de 1486 conhecemos Samuel Maloz⁴⁹⁴, José⁴⁹⁵ rabi e físico. Em 1487 encontramos José de Cáceres⁴⁹⁶ rabi e Samuel Tovi⁴⁹⁷ servidor do rei e mercador. Em 1488 conhecemos Mao de Anto⁴⁹⁸ tosador, Mestre José Macoude⁴⁹⁹ físico. No ano de 1489 encontramos David Navarro⁵⁰⁰, Jacob Samas⁵⁰¹ pregoeiro da cidade, Moisés Tovi⁵⁰², Moisés Cohen⁵⁰³ José Ergas⁵⁰⁴ mercador e rendeiro, Moisés Custem⁵⁰⁵, Juda Alcaide⁵⁰⁶, Mestre José Abudente⁵⁰⁷ físico. Em 1490 conhecemos Mestre Salomão Adida⁵⁰⁸ cirurgião, Mestre José Maçoz⁵⁰⁹ físico, Moisés de Cohen⁵¹⁰, Jacob Erges⁵¹¹.

⁴⁷⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 26, fls. 60-60vº; livro 32, fl. 39

⁴⁷⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 6, fl. 66vº; *Chancelaria de D. João II*, livro 3, fls. 14vº-15

⁴⁸⁰ *Chancelaria de D. João II*, livro 3, fls. 14vº-15

⁴⁸¹ *Chancelaria de D. João II*, livro 3, fls. 14vº-15

⁴⁸² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 6, fl. 25vº

⁴⁸³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 32, fl. 85vº

⁴⁸⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 32 fls. 38vº e 41

⁴⁸⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 32 fl. 14vº

⁴⁸⁶ *Leitura Nova Tombo da Comarca da Beira*, livro 1, fl. 91

⁴⁸⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 26 fl. 116

⁴⁸⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 26, fl. 60

⁴⁸⁹ *Chancelaria de D. João II*, livro 2 fls. 26vº-27

⁴⁹⁰ *Chancelaria de D. João II*, livro 23 fl. 140vº

⁴⁹¹ *Chancelaria de D. João II*, livro 12 fls. 89vº-90, com data também de 1490

⁴⁹² *Chancelaria de D. João II*, livro 1 fl. 46vº

⁴⁹³ *Leitura Nova Tombo da Comarca da Beira*, livro 1, fl. 150vº

⁴⁹⁴ *Chancelaria de D. João II*, livro 8 fls. 37-37vº

⁴⁹⁵ *Chancelaria de D. João II*, livro 4 fl. 85; livro 17, fls. 40vº-41.

⁴⁹⁶ *Chancelaria de D. João II*, livro 20 fl. 119

⁴⁹⁷ *Chancelaria de D. João II*, livro 20 fls. 119 e 130

⁴⁹⁸ *Chancelaria de D. João II*, livro 18 fl. 6vº

⁴⁹⁹ *Chancelaria de D. João II*, livro 18 fl. 121; livro 16, fl. 18

⁵⁰⁰ *Chancelaria de D. João II*, livro 17 fls. 40vº-41

⁵⁰¹ *Chancelaria de D. João II*, livro 17 fls. 40vº-41

⁵⁰² *Chancelaria de D. João II*, livro 17 fls. 40vº-41

⁵⁰³ *Chancelaria de D. João II*, livro 17 fls. 40vº-41

⁵⁰⁴ *Leitura Nova Tombo da Comarca da Beira*, livro 1 fls. 138vº-139, 148vº-149. Mencionado também com a data de 1497 na *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 28, fl. 65vº; livro 33, fl. 57

⁵⁰⁵ *Leitura Nova Tombo da Comarca da Beira*, livro 1 fl. 148vº-149

⁵⁰⁶ *Chancelaria de D. João II*, livro 13, fls. 141-141vº

⁵⁰⁷ *Chancelaria de D. João II*, livro 25, fl. 99

⁵⁰⁸ *Chancelaria de D. João II*, livro 13 fl. 70vº

⁵⁰⁹ *Chancelaria de D. João II*, livro 16 fl. 18

⁵¹⁰ *Leitura Nova Tombo da Comarca da Beira*, livro 1, fl. 143

Em 1491 conhecemos Juda Alcaide⁵¹². Em 1496 encontramos Samuel Arrari⁵¹³, Mestre Abraão Abenacar⁵¹⁴ cirurgião. Um ano depois em 1497 conhecemos Jacob Mazor⁵¹⁵.

Quanto à cidade de **Gouveia**, a comuna judaica tinha nos inícios do século XV, cerca de cinquenta judeus, no entanto nos finais deste século a comuna contava com cerca de duzentas famílias. A judiaria rodeando a cidade a oeste, ter-se-ia desenvolvido com orientação sul-norte. Os judeus que habitavam Gouveia estiveram sempre ligados ao trabalho da lã, com a vinda dos refugiados depois de 1492, desenvolveu-se a indústria de lanifícios tendo modernizado as práticas rudimentares utilizadas até então. Nomeadamente utilizando engenhos movidos a energia hidráulica, que provinha das ribeiras caudalosas da vila.⁵¹⁶ Ainda existe hoje em dia vestígios de uma pedra pertencente a uma sinagoga erguida em 1496.⁵¹⁷ Nos documentos régios encontramos o nome de alguns moradores judaicos, começando em 1439 com Abraão Adida⁵¹⁸ que era sapateiro. Em 1441 encontramos Abraão Adida⁵¹⁹, Samuel Abenazo⁵²⁰, Salomão Farabam⁵²¹, Judas Socuto⁵²² mercador. No ano de 1442 encontramos Rica⁵²³ tendeira, Isaac Gabay⁵²⁴, Soleima Baruc⁵²⁵ sapateiro, Abraão Ben⁵²⁶ mercador, José Facit⁵²⁷ ferreiro. Em 1455 encontramos Samuel Gabay⁵²⁸ sapateiro, Samuel Navarro⁵²⁹ mercador, Salomão Zente⁵³⁰, Samuel Navarro⁵³¹ sapateiro, José Baruc⁵³² tecelão,

⁵¹¹ *Leitura Nova Tombo da Comarca da Beira*, livro 1, fl. 144vº

⁵¹² *Leitura Nova Tombo da Comarca da Beira*, livro 1, fl. 145

⁵¹³ *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 28, fl. 65vº

⁵¹⁴ *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 14 fl.39

⁵¹⁵ *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 28 fl.65vº

⁵¹⁶ Jorge Patrão, “*Serra da Estrela Portugal, The anciente jewish quarters rout. The Last secret jews of sepharad*”, Região de Turismo da Serra da Estrela, Covilhã, 2003

⁵¹⁷ Jorge Patrão, “*Serra da Estrela Portugal, The anciente jewish quarters rout. The Last secret jews of sepharad*”, Região de Turismo da Serra da Estrela, Covilhã, 2003

⁵¹⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 19, fl. 95vº

⁵¹⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 56

⁵²⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 56

⁵²¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 56vº

⁵²² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 56vº

⁵²³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 60

⁵²⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 60

⁵²⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 60

⁵²⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 60

⁵²⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 60

⁵²⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 165

⁵²⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 165

⁵³⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁵³¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁵³² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

Abraão Baruc⁵³³ sapateiro, Judas Baruc⁵³⁴, José⁵³⁵ tecelão, Abraão Baruc⁵³⁶ sapateiro, Menaém Baruc⁵³⁷ sapateiro, Moisés Picorro⁵³⁸ sapateiro, Isaac Picorro⁵³⁹, Menaém Picorro⁵⁴⁰, José Picorro⁵⁴¹ sapateiro. Em 1464 conhecemos Meneferim Picorro⁵⁴². Em 1469 encontramos Isaac Faravom⁵⁴³ mercador, Salomão Franco⁵⁴⁴, Salomão Abenazo⁵⁴⁵ alfaiate, Abraão Abenazo⁵⁴⁶, Abraão de Castro⁵⁴⁷ sapateiro, Faram Picorro⁵⁴⁸, Samuel Baruc⁵⁴⁹, Judas Baruc⁵⁵⁰, Haim Falsom⁵⁵¹, Isaac Baruc⁵⁵², Isaac Navarro⁵⁵³, Jacob Abenazo⁵⁵⁴, Jacob Navarro⁵⁵⁵, Isaac Calvo⁵⁵⁶, David Picorro⁵⁵⁷, Abraão Sacuto⁵⁵⁸. No ano de 1482 conhecemos Mestre José Baruc⁵⁵⁹ cirurgião. Em 1483 encontramos Mestre Abraão Gigante⁵⁶⁰ cirurgião, Abraão Cabanas⁵⁶¹ físico.

Penamacor possui ainda hoje vestígios da sua judiaria nas cercanias da Rua de S. Pedro, essa judiaria teve igualmente a sua expansão aquando da expulsão dos judeus em Espanha⁵⁶². Encontramos na documentação régia menção a habitantes judeus nesta localidade, como acontece em 1453 com Meir Levi⁵⁶³ tecelão. Em 1455 encontramos

⁵³³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁵³⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁵³⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

⁵³⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

⁵³⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

⁵³⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159vº

⁵³⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159vº

⁵⁴⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159vº

⁵⁴¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159vº

⁵⁴² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 8 fl.19vº

⁵⁴³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl.25vº

⁵⁴⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl.25vº

⁵⁴⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl.25vº

⁵⁴⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl.25- 25vº

⁵⁴⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl.25vº

⁵⁴⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl.25vº

⁵⁴⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl.25

⁵⁵⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl.25

⁵⁵¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl.25

⁵⁵² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl.25

⁵⁵³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl.25

⁵⁵⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl.25

⁵⁵⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl.25

⁵⁵⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl.25

⁵⁵⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl.25vº

⁵⁵⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl.25vº

⁵⁵⁹ *Chancelaria de D. João II*, livro 3 fl.92

⁵⁶⁰ *Chancelaria de D. João II*, livro 26 fl.46

⁵⁶¹ *Chancelaria de D. João II*, livro 25 fl.66

⁵⁶² Jorge Patrão, “*Serra da Estrela Portugal, The ancient jewish quarters rout. The Last secret jews of sepharad*”, Região de Turismo da Serra da Estrela, Covilhã, 2003

⁵⁶³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 4, fl. 38vº

José Rodrigo⁵⁶⁴ sapateiro. Em 1460 encontramos Samuel Levi⁵⁶⁵. No ano de 1472 conhecemos Isaac Laya⁵⁶⁶. No ano de 1484 conhecemos Abraão Malfo⁵⁶⁷.

Em **Pinhel** encontramos já em 1200 aquando a proclamação do seu foral, uma grande actividade comercial por parte dos hebreus aí residentes. Mas mais uma vez registamos que a judiaria vê o número dos seus habitantes aumentar consideravelmente nos finais do século XV.⁵⁶⁸ Pelas documentações régias encontramos o nome de vários habitantes judeus de Pinhel. Em 1441 conhecemos, Abraão Barzalai⁵⁶⁹ mercador, Isaac Baiuf⁵⁷⁰, Salomão Marcoa⁵⁷¹. No ano 1442 encontramos Abraão Falam⁵⁷² sapateiro, Jacob Saba⁵⁷³ sapateiro, Judas Muça⁵⁷⁴ sapateiro, Abraão Ababa sapateiro⁵⁷⁵, Moisés de Leiria⁵⁷⁶ ferreiro, Isaac Farabam⁵⁷⁷ ferreiro, Moisés Molfo⁵⁷⁸ ferreiro, Samuel Amiel⁵⁷⁹, Isaac Altarraz⁵⁸⁰ mercador, Salomão Arragel⁵⁸¹ peliteiro, Abraão Cagez mercador⁵⁸², Samuel Sorniel⁵⁸³ rabi, Jacob Cager⁵⁸⁴ mercador, Abraão Abenazo⁵⁸⁵ mercador. No ano de 1450 conhecemos Samuel Toledano⁵⁸⁶. Em 1455 conhecemos Samuel Benazoque⁵⁸⁷ mercador, Samuel Cide⁵⁸⁸ sapateiro, Moisés Benazoque⁵⁸⁹ mercador Moisés Aragel⁵⁹⁰ sapateiro, Abraão Saabo⁵⁹¹ sapateiro, Mardoqueu Judara⁵⁹² sapateiro, Haim Cide⁵⁹³

⁵⁶⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159vº

⁵⁶⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 42vº

⁵⁶⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 29, fl. 127

⁵⁶⁷ *Chancelaria de D. João II*, livro 23, fl. 129vº-130

⁵⁶⁸ Jorge Patrão, “*Serra da Estrela Portugal, The anciente jewish quarters rout. The Last secret jews of sepharad*”, Região de Turismo da Serra da Estrela, Covilhã, 2003

⁵⁶⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 78vº

⁵⁷⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº

⁵⁷¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº

⁵⁷² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 84

⁵⁷³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 84

⁵⁷⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 84

⁵⁷⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 84

⁵⁷⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 76vº

⁵⁷⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 84

⁵⁷⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 84

⁵⁷⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 60

⁵⁸⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 95vº

⁵⁸¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 114vº

⁵⁸² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 106vº

⁵⁸³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 76vº

⁵⁸⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 84

⁵⁸⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 84

⁵⁸⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 34, fl. 214; livro 15, fl. 30vº

⁵⁸⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁵⁸⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁵⁸⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁵⁹⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁵⁹¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

tecelão, David de Pinhel⁵⁹⁴ sapateiro, Isaac Muça⁵⁹⁵ taqueiro. Em 1460 encontramos Abraão Banazco⁵⁹⁶ mercador. No ano de 1469 conhecemos José Erguas⁵⁹⁷ mercador, Haim Cide⁵⁹⁸, José Cide⁵⁹⁹, Isaac Barzilai⁶⁰⁰, Lombroso⁶⁰¹ sapateiro, Samuel Cide⁶⁰² sapateiro, Abraão Adida⁶⁰³ sapateiro, Jacob Caguez⁶⁰⁴ mercador, Isaac Benazo⁶⁰⁵, Abraão Gabay⁶⁰⁶ alfaiate, José Abcerraz⁶⁰⁷ sapateiro, Jacob Mocatel⁶⁰⁸, José Cohen⁶⁰⁹ sapateiro, Samuel Caguez⁶¹⁰ mercador, Abraão Mocatel⁶¹¹, José Molfo⁶¹² ferreiro, Abraão de Castro⁶¹³, Moisés Felilho⁶¹⁴ sapateiro. No ano de 1473 conhecemos Moisés Benazo⁶¹⁵ mercador, Isaac Ergas⁶¹⁶ mercador. No ano de 1475 conhecemos Samuel Benazo⁶¹⁷ servidor do rei, vizinho do concelho e mercador. No ano de 1476 conhecemos Benazo⁶¹⁸. No ano de 1481 em Freixedas encontramos Abraão Cazez⁶¹⁹

⁵⁹² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁵⁹³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁵⁹⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 158vº

⁵⁹⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁵⁹⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fl. 56vº

⁵⁹⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25

⁵⁹⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁵⁹⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁶⁰⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁶⁰¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁶⁰² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁶⁰³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁶⁰⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁶⁰⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 59vº

⁶⁰⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁶⁰⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁶⁰⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁶⁰⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁶¹⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁶¹¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁶¹² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁶¹³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁶¹⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁶¹⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 33, fl. 134; mencionado na *Chancelaria de D. João II*, livro 23, fl. 81vº, também com data de 1484

⁶¹⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 33, fl. 130; *Chancelaria de D. João II*, livro 3, fls. 14vº-15; *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 16, fl. 55vº; *Extras*, fls. 19-19vº, *Leitura Nova Tombo da Comarca da Beira*, livro 2, fl. 184, também com data de 1496

⁶¹⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 30, fl. 141; livro 32, fl. 142; *Chancelaria de D. João II*, livro 23, fl. 81-81vº, 111. Também com data de 1484

⁶¹⁸ *Chancelaria de D. João II*, livro 3, fls. 14vº-15; *Extras*, fls. 19-19vº

⁶¹⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 26 fl.109

mercador, Isaac Cazez⁶²⁰. Em 1488 em Freixedas conhecemos Moisés Abim⁶²¹. No ano de 1490 encontramos Samuel Abenazam⁶²². Em 1496 conhecemos Manam⁶²³.

Em **Trancoso** não se sabe ao certo quando se terão fixados os primeiros judeus, contudo em 1364 D. Pedro I concedeu aos judeus um bairro próprio, para estes habitarem e desenvolverem as suas actividades económicas, que se situava na parte da vila onde sempre tinham vivido, mostrando assim que é muito anterior a sua presença naquele local. A comuna de Trancoso em meados do século XIV estava em pleno crescimento e entrava em confronto com a comuna judaica da Guarda em importância e riqueza. Em Trancoso diz-se que existiam mais de 500 famílias judaicas.⁶²⁴ Na freguesia de Alverca encontramos no ano de 1441 menção a um habitante judeu de seu nome Jacob Abit⁶²⁵. Em Trancoso no ano de 1441 conhecemos David Anacaz⁶²⁶ gibiteiro, Moisés Justo⁶²⁷, Isaac Barzelai⁶²⁸, Haim Franco⁶²⁹, Isaac Faravam⁶³⁰ sapateiro, Moisés Cohen⁶³¹, Isaac Justo⁶³² sapateiro, Moisés Rodrigo⁶³³, David Fabit⁶³⁴, Moisés Farabam⁶³⁵, Jacob Catarribas⁶³⁶, Isaac Franco⁶³⁷, Moisés Fabibi⁶³⁸ sapateiro, José Fabit⁶³⁹ mercador, Abraão Navarro⁶⁴⁰ sapateiro, Jacob Rodrigo⁶⁴¹, Samuel Franco⁶⁴², Sem Tob Faravam⁶⁴³, Judas Franco⁶⁴⁴ sapateiro, José Justo⁶⁴⁵, Salomão Barzele⁶⁴⁶, Sem

⁶²⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 26 fl.109

⁶²¹ *Chancelaria de D. João II*, livro 18 fl.6vº

⁶²² *Chancelaria de D. João II*, livro 12, fl. 50vº

⁶²³ *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 32, fl. 109vº

⁶²⁴ Maria José Pimenta Ferro Tavares, “As comunidades judaicas das Beiras, durante a Idade Média”, *Revista Altitude*, ano II, 2ª série, n.º4, Guarda, Dezembro 1981, p.6.

⁶²⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº

⁶²⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 56vº

⁶²⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 56vº

⁶²⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 56vº

⁶²⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 56vº

⁶³⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 56vº

⁶³¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 56vº

⁶³² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 56vº

⁶³³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 56vº

⁶³⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 56vº

⁶³⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 56vº

⁶³⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57

⁶³⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº

⁶³⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº

⁶³⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº

⁶⁴⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº

⁶⁴¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº

⁶⁴² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº

⁶⁴³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº

⁶⁴⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº

⁶⁴⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº

Tob Pasilhas⁶⁴⁷, Isaac Cohen⁶⁴⁸, Samuel Armadela⁶⁴⁹, José Pico⁶⁵⁰, Abraão Baruc⁶⁵¹, José Budente⁶⁵², D. Reina⁶⁵³, Salomão Barrocas⁶⁵⁴, Judas Levi⁶⁵⁵ e Samuel Rodrigo⁶⁵⁶. Em 1442 encontramos José Arute⁶⁵⁷ sapateiro, Abraão Catarribas⁶⁵⁸ mercador, Abraão Nagues⁶⁵⁹ sapateiro, José Levi⁶⁶⁰ sapateiro, Abraão Carilho⁶⁶¹ alfaiate, José Farabam⁶⁶² sapateiro, Moisés Adida⁶⁶³ mercador, Isaac Sueram⁶⁶⁴ pergaminheiro, Judas Farubo⁶⁶⁵ mercador, Jacob Navarro⁶⁶⁶ gibiteiro, Moisés Franco⁶⁶⁷ mercador, Jacob Barzelai⁶⁶⁸ alfaiate, Abraão Bagaço⁶⁶⁹ mercador. Em 1450 encontramos David Borcas⁶⁷⁰ servidor de D. Gonçalo Coutinho. No ano de 1455 conhecemos Isaac Rodrigo⁶⁷¹ mercador, Moisés Corcoz⁶⁷² tecelão, Samuel Franco⁶⁷³ alfaiate, Haim Franco⁶⁷⁴ escrivão, Haim Cohen⁶⁷⁵ alfaiate, Moisés Justo⁶⁷⁶ sapateiro, Samaia Favive⁶⁷⁷, Moisés Caro⁶⁷⁸ alfaiate. Em 1459 encontramos Jacob Soleima⁶⁷⁹ e Jacob Castelão⁶⁸⁰. Em 1464 encontramos

⁶⁴⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº

⁶⁴⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº

⁶⁴⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº

⁶⁴⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº

⁶⁵⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº

⁶⁵¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº

⁶⁵² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº

⁶⁵³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº

⁶⁵⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº

⁶⁵⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº

⁶⁵⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº

⁶⁵⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 107

⁶⁵⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 107

⁶⁵⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 107

⁶⁶⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 107

⁶⁶¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 107

⁶⁶² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 106vº

⁶⁶³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 106vº

⁶⁶⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 106vº

⁶⁶⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 106vº

⁶⁶⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 106vº

⁶⁶⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 106vº

⁶⁶⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 106vº

⁶⁶⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 37, fl. 62vº

⁶⁷⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 11, fl. 40vº

⁶⁷¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 160

⁶⁷² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 160

⁶⁷³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 160

⁶⁷⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 160

⁶⁷⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 160

⁶⁷⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 73vº

⁶⁷⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 158vº

⁶⁷⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 160

⁶⁷⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fls. 149 – 150

⁶⁸⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fls. 149 – 150

José⁶⁸¹ rabi e Mestre José Levi⁶⁸². Em 1465 conhecemos Mestre José⁶⁸³ físico. Em 1469 na vila de Alverca à data de pertencente ao termo de Trancoso viviam Abraão de Leiria⁶⁸⁴ que era sapateiro, Anto Cacez⁶⁸⁵ sapateiro Moisés Abayud⁶⁸⁶, Salomão Tovi⁶⁸⁷ que era sapateiro, José Justo⁶⁸⁸ sapateiro e José Abeyu⁶⁸⁹. No ano de 1469 conhecemos José⁶⁹⁰ rabi e físico, Moisés Caro⁶⁹¹, Manuel de Cáceres⁶⁹², Abraão Levi⁶⁹³ mercador, José Rodrigo⁶⁹⁴ mercador, José Navarro⁶⁹⁵ mercador, José Faravom⁶⁹⁶ sapateiro, Moisés Barrocas⁶⁹⁷ mercador, Salomão Barzilai⁶⁹⁸ tosador, Samaia Bagaço⁶⁹⁹ mercador, Samaia Favive⁷⁰⁰ mercador, Samuel Bagaço⁷⁰¹, José Pico⁷⁰² sapateiro, José Favive⁷⁰³ mercador, David Faravom⁷⁰⁴ sapateiro, Isaías Favive⁷⁰⁵ mercador, Jacob Rodrigo⁷⁰⁶ mercador, Jacob Barzilai⁷⁰⁷ mercador, Salomão Soriano⁷⁰⁸ mercador, Sem Tob Faravom⁷⁰⁹ mercador, Isaac Soriano⁷¹⁰ alfaiate, Moisés Justo⁷¹¹. No ano de 1472 encontramos José Tovi⁷¹², Vizinho Favira⁷¹³. No ano de 1475 conhecemos Abraão Corcoz⁷¹⁴, Mestre Isaac

⁶⁸¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 8, fl. 175

⁶⁸² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 8, fl. 175

⁶⁸³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 141vº

⁶⁸⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl. 25vº

⁶⁸⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl. 25vº

⁶⁸⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl. 25vº

⁶⁸⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl. 25vº

⁶⁸⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl. 32vº

⁶⁸⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl. 32vº

⁶⁹⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁶⁹¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25

⁶⁹² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁶⁹³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁶⁹⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁶⁹⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁶⁹⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁶⁹⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁶⁹⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁶⁹⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁷⁰⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁷⁰¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁷⁰² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁷⁰³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁷⁰⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁷⁰⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁷⁰⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁷⁰⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁷⁰⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁷⁰⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁷¹⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁷¹¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31, fl. 25vº

⁷¹² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 29, fl. 200

⁷¹³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 29, fl. 200

⁷¹⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 30, fl. 51

Fabibe⁷¹⁵ cirurgião. Em 1476 encontramos Moisés Rodriga⁷¹⁶, Belecide⁷¹⁷. Em 1485 conhecemos Belecide Fave⁷¹⁸ mercador. No ano de 1486 encontramos Mestre Isaac Caro⁷¹⁹ físico. Em 1487 encontramos Mestre Salomão Cidecairo⁷²⁰ físico. No ano de 1490 em Alverca pertencente ao termo de Trancoso encontramos Samuel Querido⁷²¹. Em 1491 em Trancoso conhecemos Manuel Rodriga⁷²² escrivão da câmara, sisão e genesim. Em 1492 encontramos Salomão Canês⁷²³ espingardeiro do rei e Salomão Barrocas⁷²⁴ mercador.

Belmonte possuía igualmente uma importante comunidade que ainda hoje perdura embora com significativamente menos habitantes. De origem remota como todas as comunas da região da Beira Interior, a comuna judaica de Belmonte é conhecida desde o século XIII.⁷²⁵

Esta proliferação de comunas, nomeadamente a partir do século XV deveu-se no meu ponto de vista, em muito, ao início das descobertas, já que os judeus em muito auxiliaram as expedições à descoberta de novos mundos com os seus capitais, durante as primeiras décadas deste século. A prosperidade da comunidade judaica, chamou a atenção de outros judeus que viviam além fronteiras, e a densidade habitacional judaica em Portugal ganhou um grande impulso. Outra razão prende-se com a expulsão dos judeus de Espanha. Muitos desses judeus abrigaram-se em Portugal onde tinham familiares, nomeadamente no Norte e Centro do país, e fizeram também crescer o número de comunas em Portugal. Tudo acabaria com a expulsão de 1496 decretada por D. Manuel, já que muitos judeus foram mortos, outros fugiram, e um elevado número de judeus foram obrigados a converter-se, acabando por desaparecer o conceito judeu, para entrarmos em outra realidade, a existência dos chamados cristãos-novos.

⁷¹⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 30, fl. 155vº

⁷¹⁶ *Chancelaria de D. João II*, livro 3, fls. 14vº-15; *Extras*, fls. 19-19vº

⁷¹⁷ *Chancelaria de D. João II*, livro 3, fls. 14vº-15; *Extras*, fls. 19-19vº

⁷¹⁸ *Chancelaria de D. João II*, livro 8, fl. 137vº

⁷¹⁹ *Chancelaria de D. João II*, livro 8, fl. 137vº

⁷²⁰ *Chancelaria de D. João II*, livro 19 fl. 15vº

⁷²¹ *Chancelaria de D. João II*, livro 12 fl. 168vº – 169

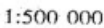
⁷²² *Chancelaria de D. João II*, livro 9, fls. 80vº-81

⁷²³ *Chancelaria de D. João II*, livro 7 fl. 30

⁷²⁴ *Chancelaria de D. João II*, livro 5 fl. 41

⁷²⁵ Jorge Patrão, “*Serra da Estrela Portugal, The anciente jewish quarters rout. The Last secret jews of sepharad*”, Região de Turismo da Serra da Estrela, Covilhã, 2003

Fig.1 Localização das comunas judaicas em Portugal nos séculos XIV e XV*



* Fonte: Maria José Ferro Tavares, *Os judeus em Portugal no século XV* (1982)

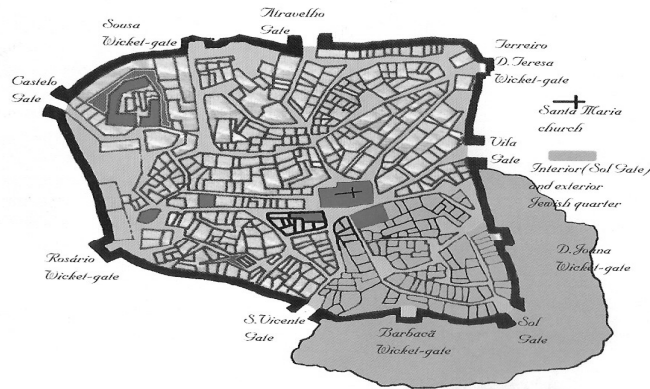
A população judaica era instalada normalmente em bairros contíguos aos bairros cristãos chamados de judiarias. A localização dessas judiarias variava muito de cidade para cidade, contudo ficavam geralmente dentro das muralhas das vilas ou cidades, mas quando o aglomerado urbano judaico apresentava um elevado crescimento, as judiarias expandiam-se para fora das muralhas. Ou ainda poderia suceder-se o facto de não haver local onde os judeus pudessem construir o seu bairro e então viviam junto dos cristãos, estando mais ou menos dispersos, tentando conviver o menos possível com eles. Nas situações em que a judiaria ficava situada no meio do casario cristão, a comunidade judaica não estava materialmente enclausurada, já que também isso seria um problema de cariz económico, uma vez que cercar a judiaria de muralhas era muito dispendioso, e a própria comunidade cristã também “não estava vivamente empenhada em tão agressiva separação”.⁷²⁶

A judiaria da cidade da **Covilhã**, era de grande dimensão e localizava-se na zona sudeste da cidade dentro e fora da muralha, totalizando cerca de 30% da área total da cidade. Tendo como referência a planta quinhentista da cidade da Covilhã, podemos observar que a judiaria começou por encontrar-se dentro da muralha cristã, mas devido ao elevado crescimento da população judaica foi aumentando para fora da muralha e estendia-se da Porta da Vila até à Porta de São Vicente, e estavam englobadas dentro do seu espaço a Porta do Sol, e os arcos de D. Joana e Barbacã. Uma das suas principais ruas era a Rua das Flores. Devido à sua localização, o contacto entre os judeus e os cristãos era permanente já que cinco das dez portas da cidade⁷²⁷ estavam dentro da área judaica. No final do século XV esta enorme judiaria poderia ser dividida em pelo menos três núcleos hebraicos, o primeiro, mais antigo, dentro da muralha junto à Porta do Sol, o segundo núcleo também junto à Porta do Sol, mas extra muros e o terceiro, posterior encontrava-se também fora da muralha abrangendo uma área substancialmente maior, alargando-se desde a Porta de São Vicente até à Porta da Vila e incorporando bairros do Refúgio e Meia Légua.

Fig 2. A Planta da cidade da Covilhã no século XV*

⁷²⁶ Maria José Ferro Tavares, “*Os Judeus em Portugal no séc. XIV*”, 2ª edição, Lisboa, Guimarães Editores, Janeiro, 2000

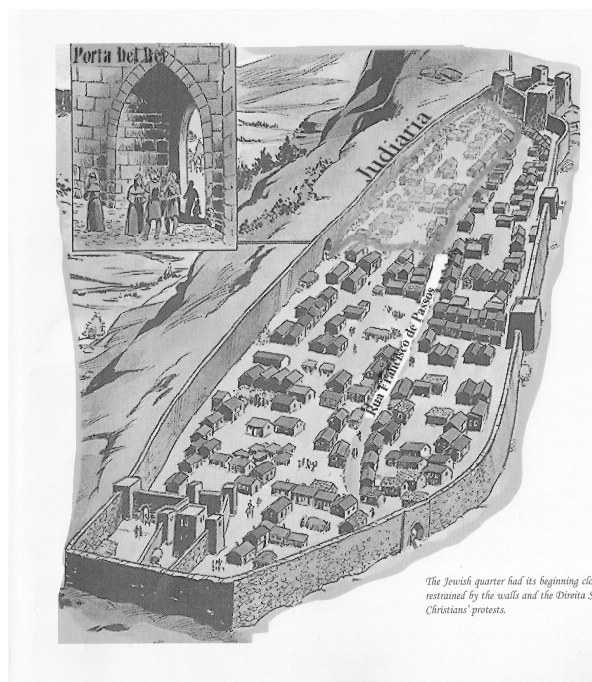
⁷²⁷ Maria José Pimenta Ferro Tavares, “*Os judeus em Portugal no século XV*”, Vol. II, Lisboa, Univ. Nova, Fac. de Ciências Sociais e Humanas, 1982-1984, p. 73; Chancelaria de D. Afonso V, livro 28, fl. 53



*Fonte: Jorge Patrão, *Serra da Estrela Portugal, The ancient jewish quarters rout. The Last secret jews of sepharad*, Região de Turismo da Serra da Estrela, Covilhã, 2003

Desde sempre localizada no interior da muralha da cidade a judiaria da **Guarda**, como veremos mais adiante, tinha o seu começo junto da Porta de El-Rei, e terminava junto ao adro da Igreja de São Vicente, no bairro de São Vicente, no extremo norte da cidade da Guarda. Algumas das ruas importantes seriam a Rua Direita, a Rua que vai dos Açougues Velhos para o Paço Real, a Rua de São Vicente, a Rua da Judiaria e a Rua dos Açougues, que se situavam dentro do perímetro da judiaria.

A planta da cidade da Guarda no século XV*



*Fonte: Jorge Patrão, *Serra da Estrela Portugal, The ancient jewish quarters rout. The Last secret jews of sepharad*, Região de Turismo da Serra da Estrela, Covilhã, 2003

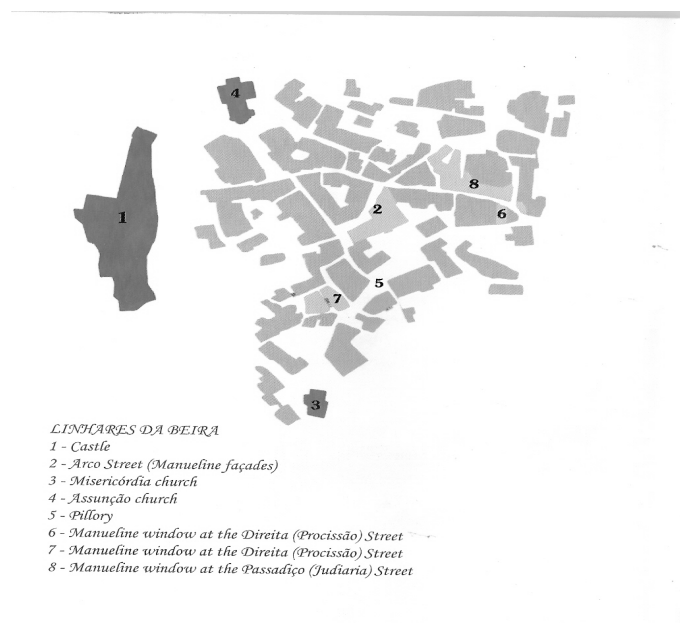
Quanto à judiaria de **Celorico da Beira** existem duas versões quanto à sua localização; segundo os estudos de Adriano Vasco Rodrigues, a judiaria localizar-se-ia “na zona do antigo matadouro”⁷²⁸ No entanto nos estudos de Manuel Ramos Oliveira, ela teria provavelmente lugar na Rua Nova, pois era a principal rua do comércio da cidade.⁷²⁹ Sabe-se contudo que esta judiaria de Celorico da Beira foi extinta ainda no reinado de D. Manuel I.

Ainda no actual concelho de Celorico da Beira encontramos a judiaria de **Linhares da Beira**, a sua localização seria na zona oeste da freguesia, e era, composta pela Rua Direita, e pela Rua do Passadiço.

Fig. 3. A planta de Linhares da Beira *

⁷²⁸, Adriano Vasco Rodrigues, “*Celorico da Beira e Linhares. Monografia histórica e artística*”, 2ª ed., [s.l.], Rochas / Artes Gráficas, L.da, 1992, p.14.

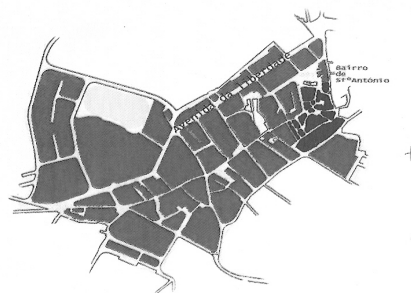
⁷²⁹ Manuel Ramos de Oliveira, “*Episódios das invasões francesas no distrito da Guarda, Altitude*”, ano IV, n.º 7-10, Guarda, Julho-Setembro 1944, p.377.



*Fonte: Jorge Patrão, *Serra da Estrela Portugal, The anciente jewish quarters rout. The Last secret jews of sepharad*, Região de Turismo da Serra da Estrela, Covilhã, 2003

A judiaria da cidade do **Fundão** ficava situada junto ao bairro de Santo António na zona leste da cidade. Esta judiaria foi crescendo ao longo dos anos tendo o seu apogeu depois da expulsão dos judeus de Espanha, nos finais do século XV. Segundo os documentos régios encontramos No ano de 1495 conhecemos Mestre Boino Abolafia⁷³⁰ físico.

Fig.4 A planta da cidade de Fundão no século XV*



*Fonte: Jorge Patrão, *Serra da Estrela Portugal, The anciente jewish quarters rout. The Last secret jews of sepharad*, Região de Turismo da Serra da Estrela, Covilhã, 2003

A judiaria de **Trancoso** encontrava-se dentro das muralhas, junto à igreja de São João de Vila Nova, e englobava a Rua Direita e a Rua da Corredoura.

A judiaria de **Penamacor** ficava situada junto da rua de São Pedro uma das ruas históricas da vila.

⁷³⁰ Chancelaria de D. Manuel I, livro 32, fl.43

José Gatel⁷⁴³, Lambroso Abenazo⁷⁴⁴, Meir Tovi⁷⁴⁵, Isaac⁷⁴⁶ alfaiate, Moisés Murça⁷⁴⁷ ferreiro, Salomão Machorro⁷⁴⁸, Daniel Gatel⁷⁴⁹, Aaram Toledado⁷⁵⁰, Moisés Roxo⁷⁵¹ sapateiro, Judas Franco⁷⁵², David Menaém⁷⁵³, Isaac Neto⁷⁵⁴ tecelão, Salomão Nacaz⁷⁵⁵, Judas Franco⁷⁵⁶ gibiteiro, Jacob Cide⁷⁵⁷, Moisés Franco⁷⁵⁸, Franco Maio⁷⁵⁹, Abraão Tomime⁷⁶⁰, Abraão Jaem⁷⁶¹, José Najara⁷⁶², Abraão Manaém⁷⁶³, Judas Fará⁷⁶⁴, Ezer Vidal⁷⁶⁵, José Cidebono⁷⁶⁶, Abraão Ham⁷⁶⁷, José⁷⁶⁸ Sapateiro, Samuel Lubel⁷⁶⁹, Abraão de Estrelha⁷⁷⁰ e Isaac Roxo⁷⁷¹. Em 1442 encontramos Sem Tob Broanez⁷⁷² alfaiate, Judas Neemias⁷⁷³, Eliézer Machorro⁷⁷⁴, Ezer Broanes⁷⁷⁵, José Levi⁷⁷⁶, Moisés Adida⁷⁷⁷ sapateiro, José Jacer⁷⁷⁸ tecelão, Abraão Fará⁷⁷⁹ gibiteiro, Salomão Querido⁷⁸⁰ alfaiate,

⁷⁴² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57
⁷⁴³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57
⁷⁴⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57
⁷⁴⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº
⁷⁴⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº
⁷⁴⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58
⁷⁴⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58
⁷⁴⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58
⁷⁵⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58
⁷⁵¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58
⁷⁵² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58
⁷⁵³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58
⁷⁵⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58
⁷⁵⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58
⁷⁵⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58
⁷⁵⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58
⁷⁵⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58
⁷⁵⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58
⁷⁶⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58
⁷⁶¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58
⁷⁶² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58
⁷⁶³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58
⁷⁶⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58
⁷⁶⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58
⁷⁶⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58
⁷⁶⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58
⁷⁶⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58vº
⁷⁶⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58vº
⁷⁷⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58vº
⁷⁷¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 58
⁷⁷² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 60
⁷⁷³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 60
⁷⁷⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 60
⁷⁷⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 60
⁷⁷⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 60
⁷⁷⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 88
⁷⁷⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 88
⁷⁷⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 88
⁷⁸⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 88

Moisés Banacam⁷⁸¹, José Macadia⁷⁸² alfaiate, Abraão Bonafice⁷⁸³ tecelão, Abraão Montesinho⁷⁸⁴ mercador, Abraão de Vila Real⁷⁸⁵ mercador, Barzalai Brafanes⁷⁸⁶, Jacob Abenziza⁷⁸⁷, Isaac Cexbono⁷⁸⁸ tecelão, Juçuel Espirel⁷⁸⁹ sapateiro, Judas Palença⁷⁹⁰ tecelão, Jacob Leão⁷⁹¹ tosador, José de Castro⁷⁹² alfaiate, Salomão Pinto⁷⁹³ alfaiate, Ezer⁷⁹⁴ alfaiate, Jacob Ben Zauda⁷⁹⁵ gibiteiro, Abraão Vidal⁷⁹⁶ alfaiate, Eichel⁷⁹⁷ gibiteiro, Abenazerim⁷⁹⁸ gibiteiro, Isaac⁷⁹⁹ alfaiate, Samuel Gromiso⁸⁰⁰ tecelão, Mestre Judas Benziza⁸⁰¹ físico, Abraão Baruc⁸⁰² alfaiate, Judas Varzão⁸⁰³, Moisés⁸⁰⁴ sapateiro, Abraão⁸⁰⁵ alfaiate, Abraão Russo⁸⁰⁶, David Gabay⁸⁰⁷ sapateiro, Isaac Crefom⁸⁰⁸ alfaiate, Mestre Judas Abenziza⁸⁰⁹. No ano de 1445 conhecemos Mestre Jacob Valencim⁸¹⁰ cirurgião e oftalmologista e José Cofolny⁸¹¹ rendeiro. Em 1450 conhecemos Mestre Abas Judar⁸¹² físico e Abraão⁸¹³ servidor de D. Maria de Sousa. No ano de 1451 encontramos Lumbrosso⁸¹⁴. Em 1455 encontramos Mestre Jacob⁸¹⁵ cirurgião do Infante

⁷⁸¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 88

⁷⁸² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 88

⁷⁸³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 88

⁷⁸⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 88

⁷⁸⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 88

⁷⁸⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 88

⁷⁸⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 87vº

⁷⁸⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 114vº

⁷⁸⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 114vº

⁷⁹⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 114vº

⁷⁹¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 106vº

⁷⁹² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 106

⁷⁹³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 106

⁷⁹⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 106

⁷⁹⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 104

⁷⁹⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 103vº

⁷⁹⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 98

⁷⁹⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 98

⁷⁹⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 98

⁸⁰⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 98

⁸⁰¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 62; livro 36, fl. 226

⁸⁰² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 37, fl. 62vº

⁸⁰³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 37, fl. 62vº

⁸⁰⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 37, fl. 62vº

⁸⁰⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 37, fl. 62vº

⁸⁰⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 37, fl. 62vº

⁸⁰⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 37, fl. 62vº

⁸⁰⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 37, fl. 62vº

⁸⁰⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 37, fl. 62

⁸¹⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 9, fls. 138 – 138vº; livro 38, fl. 96

⁸¹¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 13, fl. 163vº – 165

⁸¹² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 34, fl. 158

⁸¹³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 34, fl. 153vº

⁸¹⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 37, fl. 48vº

D. Henrique, Isaac Ham⁸¹⁶ mercador, David Latam⁸¹⁷ ferreiro, Abraão Gatel⁸¹⁸ tecelão, David Matam⁸¹⁹ ferreiro, Levi Temime⁸²⁰ tecelão, Judas Valencim⁸²¹ mercador, Salomão Machorro⁸²² tecelão, José Neto⁸²³ tecelão, Salomão de Leiria⁸²⁴ ferreiro, Isaac⁸²⁵ ferreiro, Salomão Valecim⁸²⁶ mercador, Vivas Fam⁸²⁷ mercador, Vivas Ham⁸²⁸ alfaiate, Isaac Muça⁸²⁹ gibiteiro, Menaém Adida⁸³⁰ tecelão, Isaac Mocatel⁸³¹ alfaiate, Salomão Valencim⁸³² gibiteiro, Jacob da Rua⁸³³ tecelão, Haim Anan⁸³⁴ alfaiate, Isaac Adida⁸³⁵ mercador, Baruc de Estrelha⁸³⁶ mercador, Barzilai Boranes⁸³⁷ tecelão, Jaque Crescente⁸³⁸ tecelão, Isaac Faravam⁸³⁹ mercador, Abraão Gabay⁸⁴⁰, Judas Leal⁸⁴¹ gibiteiro, Vidal Cermino⁸⁴² tecelão, Moisés Verrus⁸⁴³, Moisés Cide⁸⁴⁴ gibiteiro, Moisés Matam⁸⁴⁵ gibiteiro, Manuel Polo⁸⁴⁶ tecelão, Abraão Leal⁸⁴⁷ gibiteiro, Isaac Crescente⁸⁴⁸

⁸¹⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159º

⁸¹⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 160

⁸¹⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 15

⁸¹⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁸¹⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁸²⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁸²¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15 fl.15; livro 38, fl. 96; livro 16, fls. 25-25vº, 30vº. *Leitura Nova Tombo da Comarca da Beira*, livro 2, fls. 5-6vº, mencionado também com data de 1486 na *Chancelaria de D. João II*, livro 4, fl. 36vº

⁸²² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159; livro 38, fl. 96

⁸²³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159; livro 38, fl. 96vº

⁸²⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

⁸²⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

⁸²⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

⁸²⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

⁸²⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

⁸²⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

⁸³⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁸³¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁸³² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁸³³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁸³⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁸³⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁸³⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁸³⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁸³⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁸³⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁸⁴⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁸⁴¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁸⁴² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁸⁴³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁸⁴⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁸⁴⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁸⁴⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁸⁴⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁸⁴⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

tecelão, Jacob Neto⁸⁴⁹ tecelão, Samuel Verras⁸⁵⁰ mercador, David Polo⁸⁵¹ alfaiate, Abraão Neto⁸⁵² tecelão, Haim Pardo⁸⁵³ mercador, Isaac Maçoude⁸⁵⁴ tecelão, Isaac Postilha⁸⁵⁵ tecelão, Salomão de Leria⁸⁵⁶ ferreiro, Samuel Gatel⁸⁵⁷ alfaiate, Haim Cosim⁸⁵⁸, Isaac Ham⁸⁵⁹ mercador, Levi Adida⁸⁶⁰ alfaiate, José Cide⁸⁶¹, Jacob Salam⁸⁶² alfaiate, David Pilo⁸⁶³, Moisés Pilo⁸⁶⁴, Samuel Donho⁸⁶⁵ tosador. No ano de 1456 conhecemos Abraão Any⁸⁶⁶ rabi, Jacob Pardo⁸⁶⁷ vereador, José Crescente⁸⁶⁸ vereador, José Jem⁸⁶⁹ procurador. No ano de 1459 conhecemos José Pilho⁸⁷⁰, Jacob⁸⁷¹, Isaac Pilo⁸⁷², Benziza⁸⁷³. No ano de 1463 encontramos Ezer Soleima⁸⁷⁴. No ano de 1470 conhecemos Abraão Menaém⁸⁷⁵, Isaac Nacaz⁸⁷⁶, Estrela⁸⁷⁷. No ano de 1471 conhecemos José Pilo⁸⁷⁸, Abraão Jaén⁸⁷⁹. No ano de 1475 encontramos José Neto⁸⁸⁰ recebedor de pedidos. No ano de 1476 conhecemos Judas Valencim⁸⁸¹, Vivas Far⁸⁸².

⁸⁴⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁸⁵⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁸⁵¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁸⁵² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁸⁵³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁸⁵⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁸⁵⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁸⁵⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁸⁵⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁸⁵⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 156

⁸⁵⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 160

⁸⁶⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 160

⁸⁶¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 160

⁸⁶² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 160

⁸⁶³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 173

⁸⁶⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 173

⁸⁶⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁸⁶⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 9, fls. 138 – 138vº

⁸⁶⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 9, fls. 138 – 138vº

⁸⁶⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 9, fl. 138 – 138vº

⁸⁶⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 9, fls. 138 – 138vº

⁸⁷⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fl. 34vº

⁸⁷¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fl. 34vº

⁸⁷² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 8, fl. 28

⁸⁷³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fl. 226

⁸⁷⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 16, fls. 25-25vº

⁸⁷⁵ *Livro da Relação 2ª da Sé de Lamego*, livro 39 – Testamentos, óbitos e capelas, tº. I, fls. 218-219

⁸⁷⁶ *Livro da Relação 2ª da Sé de Lamego*, livro 39 – Testamentos, óbitos e capelas, tº. I, fls. 218-219

⁸⁷⁷ *Livro da Relação 2ª da Sé de Lamego*, livro 39 – Testamentos, óbitos e capelas, tº. I, fls. 218-219

⁸⁷⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 22, fl. 5

⁸⁷⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 17, fl. 94vº

⁸⁸⁰ *Extras*, fl. 24

⁸⁸¹ *Extras*, fls. 19-19vº; e na *Chancelaria de D. João II*, livro 3, fls. 14vº-15

⁸⁸² *Extras*, fls. 19-19vº; e na *Chancelaria de D. João II*, livro 3, fls. 14vº-15

Em 1478 encontramos Abraão Benveniste⁸⁸³. No ano de 1480 conhecemos Juda Valencim⁸⁸⁴ servidor do rei. Em 1484 conhecemos Mestre Salomão Corichel⁸⁸⁵, Moisés Vidal⁸⁸⁶ almotacé, Mestre Suas Valencim⁸⁸⁷ físico, cirurgião e rabi. No ano de 1485 encontramos Mestre Salomão⁸⁸⁸ físico, Moisés Cide⁸⁸⁹, Jacob Cide⁸⁹⁰, Moisés de Alva⁸⁹¹ vereador e ouvidor, Moisés Adida⁸⁹², Abraão Cide⁸⁹³, Manuel Pilo⁸⁹⁴ mercador. No ano de 1486 conhecemos Rina⁸⁹⁵, David⁸⁹⁶ rabi. Em 1487 encontramos Mestre Luas⁸⁹⁷ físico. Em 1488 conhecemos Vivas de Alca⁸⁹⁸, Haim Daça⁸⁹⁹ sapateiro, David Valencim⁹⁰⁰. Em 1489 conhecemos Salomão Am⁹⁰¹ tintureiro, Isaac Querido⁹⁰². Em 1490 conhecemos Suas Benziza⁹⁰³ mercador, Valencim⁹⁰⁴, Haim Am⁹⁰⁵ tabelião. Em 1491 encontramos Mestre Suas Velencim⁹⁰⁶ físico, cirurgião e escrivão.

Quanto à judiaria de **Viseu**, esta ter-se-ia iniciado junto dos muros velhos da coluna da Sé, estendendo-se para junto das ruas denominadas agora de Rua do Hilário e Rua da Árvore, formando um quarteirão de elevada densidade populacional⁹⁰⁷. Tanto quanto nos é dado saber, existiam ligações para a parte cristã, contudo este convívio não era apreciado por grande parte dos cristãos, já que, em 1468 a pedido dos concelhos de Viseu e da Covilhã, o rei ordena que as comunas destas cidades tapem as portas e

⁸⁸³ *Leitura Nova Tombo da Comarca da Beira*, livro 2 fl. 177vº-178vº

⁸⁸⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 32, fl. 63

⁸⁸⁵ *Chancelaria de D. João II*, livro 17 fl. 122vº.

⁸⁸⁶ *Chancelaria de D. João II*, livro 17, fl. 122vº.

⁸⁸⁷ *Chancelaria de D. João II*, livro 17, fl. 122vº; livro 12, fls. 123vº-124, 127vº; livro 20, fl. 182; livro 9, fls. 70vº e 75

⁸⁸⁸ *Chancelaria de D. João II*, livro 12, fls. 157vº-158; livro 13, fl. 54; livro 26, fl. 101.

⁸⁸⁹ *Chancelaria de D. João II*, livro 12, fls. 123vº-124, 127vº; livro 9, fl. 75.

⁸⁹⁰ *Chancelaria de D. João II*, livro 12, fls. 123vº-124, 127vº, 157vº-158; livro 9, fl. 75; livro 13, fl. 54.

⁸⁹¹ *Chancelaria de D. João II*, livro 12, fl. 127vº e 157vº-158; livro 13, fl. 54.

⁸⁹² *Chancelaria de D. João II*, livro 12, fls. 157vº e 158; livro 13, fl. 54.

⁸⁹³ *Chancelaria de D. João II*, livro 12, fls. 157vº e 158; livro 13, fl. 54.

⁸⁹⁴ *Chancelaria de D. João II*, livro 19, fl. 16vº; livro 13, fl. 54; livro 21, fl. 10vº.

⁸⁹⁵ *Chancelaria de D. João II*, livro 4 fl. 36vº

⁸⁹⁶ *Chancelaria de D. João II*, livro 4 fl. 123 – 123vº

⁸⁹⁷ *Chancelaria de D. João II*, livro 20, fl. 182

⁸⁹⁸ *Chancelaria de D. João II*, livro 7 fl. 6vº

⁸⁹⁹ *Chancelaria de D. João II*, livro 18 fl. 98vº-99

⁹⁰⁰ *Chancelaria de D. João II*, livro 18 fl. 98vº-99

⁹⁰¹ *Chancelaria de D. João II*, livro 27 fl. 65vº

⁹⁰² *Chancelaria de D. João II*, livro 27 fl. 65vº

⁹⁰³ *Chancelaria de D. João II*, livro 9 fl. 56vº

⁹⁰⁴ *Chancelaria de D. João II*, livro 12 fl. 127vº

⁹⁰⁵ *Chancelaria de D. João II*, livro 12 fl. 157vº-158

⁹⁰⁶ *Chancelaria de D. João II*, livro 9 fl. 70vº

⁹⁰⁷ http://www.cmvisueu.pt/portal/page?_pageid=402,1412914,402_1374171&_dad=portal&_schema=PORTAL#J

janelas que estavam abertas para a zona cristã⁹⁰⁸. Habitando esta judiaria encontramos o nome de alguns judeus, começando em 1438 com Moisés Mocatel⁹⁰⁹ que era rendeiro. No ano de 1439 conhecemos Salomão Mocatel⁹¹⁰ rendeiro e Isaac Adida⁹¹¹ também rendeiro. Em 1441 conhecemos Isaac Mocatel⁹¹² rendeiro, Salomão Abanaço⁹¹³, Salomão Moçat⁹¹⁴, Samuel Navarro⁹¹⁵. Em 1442 conhecemos David Franco⁹¹⁶ gibiteiro, Judas Franco⁹¹⁷ gibiteiro, Salomão Justo⁹¹⁸ tecelão, Jacob Coimbra⁹¹⁹ ourives, Moisés Navarro⁹²⁰ sapateiro, Abraão Adida⁹²¹ ferreiro, Isaac Longo⁹²² alfaiate, Baruc⁹²³ odreiro, José Tovi⁹²⁴ tecelão, Moisés Tovi⁹²⁵ marceiro, Jacob Caro⁹²⁶ armeiro, David Aniel⁹²⁷ tendeiro, Moisés Franco⁹²⁸ tendeiro, Judas Franco⁹²⁹, Isaac Caro⁹³⁰, Abraão Alborador⁹³¹ ferreiro, Salomão Adida⁹³² ferreiro, Jacob Pernica⁹³³ sapateiro, Salomão de Franxio⁹³⁴ sapateiro, Salomão Machorro⁹³⁵ sapateiro e Isaac Barceloni⁹³⁶ ferreiro. Em 1455 encontramos Abraão Tovi⁹³⁷ gibiteiro. No ano de 1468 encontramos David Franco⁹³⁸, Simão Almogroz⁹³⁹, Aboa Aboa,⁹⁴⁰ Simão⁹⁴¹ mercador. Em 1469

⁹⁰⁸ Maria José Pimenta Ferro Tavares, “*Os judeus em Portugal no século XV*”, Vol. II, Lisboa, Univ. Nova, Fac. de Ciências Sociais e Humanas, 1982-1984, p. 73

⁹⁰⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 13, fls. 163vº, 165; livro 3, fl. 71.

⁹¹⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 13, fls. 163vº – 165

⁹¹¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 5, fl. 163vº – 165

⁹¹² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 27, fls. 116vº - 117; livro 2, fl. 56

⁹¹³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 56

⁹¹⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 56vº

⁹¹⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 56vº

⁹¹⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 114vº

⁹¹⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 114vº

⁹¹⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 114vº

⁹¹⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 114vº

⁹²⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 114vº

⁹²¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 114vº

⁹²² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 114vº

⁹²³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 83vº

⁹²⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 83vº

⁹²⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 83vº

⁹²⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 68vº

⁹²⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 68vº

⁹²⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 68vº

⁹²⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 68vº

⁹³⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 68vº

⁹³¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 68vº

⁹³² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 37, fl. 62vº

⁹³³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 37, fl. 62vº

⁹³⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 95vº

⁹³⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 68vº

⁹³⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 68vº

⁹³⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96vº

⁹³⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 28 fl. 73

⁹³⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 28 fl. 73

conhecemos Benjamim Rodrigo⁹⁴², Jacob Rodrigo⁹⁴³. No ano de 1471 conhecemos Mestre José⁹⁴⁴ físico e cirurgião. No ano de 1476 encontramos Isaac Rodriga⁹⁴⁵ mercador, José Rodriga⁹⁴⁶, Mestre José⁹⁴⁷. Em 1481 conhecemos José Faravom⁹⁴⁸. Em 1491 conhecemos Samuel Mocatel⁹⁴⁹ escrivão da câmara, genesim e sisão e Isaac⁹⁵⁰.

A judiaria de **Almeida**, localizar-se-ia junto da Rua do Arco. No que diz respeito à freguesia de **Castelo Mendo**, a sua judiaria situava-se junto da Porta da Guarda. Nesta freguesia encontramos os nomes de Samuel Querido⁹⁵¹ e Abraão Mocatel⁹⁵² em 1442. No ano de 1486 em Castelo Mendo conhecemos Mestre Elias⁹⁵³ físico de profissão.

Em **São João da Pesqueira** também existia uma judiaria, situada na chamada Rua dos Gatos⁹⁵⁴. Conhecemos o nome de alguns habitantes desta judiaria tais como Moisés Salam⁹⁵⁵, Isaac Salam⁹⁵⁶ e José Barzalai⁹⁵⁷ no ano de 1441. Em 1442 encontramos Abraão Gabay⁹⁵⁸ sapateiro. No ano de 1451 conhecemos Abraão Serrano⁹⁵⁹. Em 1455 conhecemos Jacob Serrano⁹⁶⁰ sapateiro, David Tomias⁹⁶¹ sapateiro, David Neemias⁹⁶² sapateiro, José Barzilai⁹⁶³ alfaiate.

Em **Figueira de Castelo Rodrigo** a judiaria ficava junto da Rua da Cadeia. No que respeita aos habitantes judeus desta comuna, apenas temos a menção de uma morador em Escarigo, termo de Castelo Rodrigo no ano de 1491, de seu nome Abraão Rua⁹⁶⁴.

⁹⁴⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 28 fl. 73

⁹⁴¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 28 fl. 94

⁹⁴² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl. 72vº

⁹⁴³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 31 fl. 72

⁹⁴⁴ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 29 fl. 122

⁹⁴⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 6 fl. 118vº

⁹⁴⁶ *Chancelaria de D. João II*, livro 3, fls. 14vº-15; *Extras*, fls. 19-19vº

⁹⁴⁷ *Chancelaria de D. João II*, livro 3, fls. 14vº-15; *Extras*, fls. 19-19vº

⁹⁴⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 26 fl. 56vº

⁹⁴⁹ *Chancelaria de D. João II*, livro 9 fls. 95-95vº; *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 43, fls. 13vº, 32.

⁹⁵⁰ *Chancelaria de D. João II*, livro 10, fl. 95

⁹⁵¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

⁹⁵² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 59vº

⁹⁵³ *Chancelaria de D. João II*, livro 20 fl. 174vº

⁹⁵⁴ Manuel dos Santos da Cerveira Pinto Ferreira, “*O Douro no Garb Al-Ándalus: a Região de Lamego durante a presença árabe*”, Dissertação de mestrado em Património e Turismo, 2004, p. 127

⁹⁵⁵ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57

⁹⁵⁶ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57

⁹⁵⁷ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2, fl. 57vº

⁹⁵⁸ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 106

⁹⁵⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 37, fl. 12vº

⁹⁶⁰ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁹⁶¹ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 38, fl. 96

⁹⁶² *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

⁹⁶³ *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 159

⁹⁶⁴ *Chancelaria de D. João II*, livro 11 fl. 59vº

No que diz respeito a **Vila Nova de Foz Côa** a judiaria concentrava-se no chamado Bairro do Castelo.

Como conclusão, verificamos que todas estas judiarias citadas encontravam-se dentro do perímetro da cidade, tal como, acontecia com a maior parte das judiarias do país, onde o núcleo judaico nascia abrigado pelos “muros do concelho”⁹⁶⁵, crescendo normalmente junto a uma porta de entrada na cidade ou próximo a uma via de circulação importante. Já que era notório a predilecção que os judeus tinham pelas ruas de “maior circulação e de consequente maior movimentação económica”⁹⁶⁶. Assim comprovando a nossa afirmação, encontramos exemplos fora da Beira Interior, como as três judiarias de Lisboa, a de Évora, as da cidade do Porto, e mesmo nas comunidades mais pequenas como em Coimbra, Montemor-o-Novo ou mesmo Barcelos⁹⁶⁷. Contudo havia excepções, como as judiarias de Silves e de Ponte de Lima que não estavam contíguas à via mais importante de circulação comercial⁹⁶⁸.

☆ 3.2. Caracterizar a cidade judaica

Estas judiarias obedeciam a certas regras impostas pela corte. As que estivessem, dentro da malha da muralha, mas separadas dos bairros cristãos, como observámos anteriormente, poderiam ou não ter acessos materiais, as que efectivamente os tinham, teriam portas, vigiadas por dois guardas reais, tal qual as fronteiras e de facto, o que pretendiam era separar dois mundos. Essa separação era mais visível à noite⁹⁶⁹, pois as portas da judiaria teriam de se fechar ao toque da Ave-Maria⁹⁷⁰. Se um judeu se encontrasse fora da judiaria depois das primeiras três badaladas teria de pagar uma multa de dez libras, ou seria chicoteado como dizem que se fazia no tempo do rei D. Pedro I.⁹⁷¹ Esse judeu se voltasse a ser encontrado de noite fora da judiaria seria preso, até quando o rei ordenasse, e perderia os seus bens. As comunas descontentes com esta

⁹⁶⁵ Maria José Pimenta Ferro Tavares, “*Os judeus em Portugal no século XV*”, Vol. II, Lisboa, Univ. Nova, Fac. de Ciências Sociais e Humanas, 1982-1984, p. 44

⁹⁶⁶ Manuela Santos Silva, “As cidades (séculos XII-XV)” in “*História de Portugal. Portugal Medieval*”, Vol.III, Lisboa, Ediclube, 1993, p. 283

⁹⁶⁷ Maria José Pimenta Ferro Tavares, “*Os judeus em Portugal no século XV*”, Vol. II, Lisboa, Univ. Nova, Fac. de Ciências Sociais e Humanas, 1982-1984, p. 44 e 45

⁹⁶⁸ Manuela Santos Silva, “As cidades (séculos XII-XV)” in “*História de Portugal. Portugal Medieval*”, Vol.III, Lisboa, Ediclube, 1993, p. 284

⁹⁶⁹ Manuela Santos Silva, “As cidades (séculos XII-XV)” in “*História de Portugal. Portugal Medieval*”, Vol.III, Lisboa, Ediclube, 1993, p. 284

⁹⁷⁰ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Título LXXX “Das penas, que averam os judeos, se foram achados fora da Judaria depois do sino d’Oraçom”

⁹⁷¹ Meyer Kayserling, *História dos judeus em Portugal*, São Paulo, Livraria Pioneira, 1971, p.44

norma pediram mudanças junto de D. João I, que promulga a doze de Fevereiro de 1412 uma lei sobre esse assunto,⁹⁷² dizendo que qualquer judeu com idade superior a quinze anos, que se encontrasse de noite depois do sino tocar a oração, deveria pagar na primeira vez cinco mil libras, e seria preso durante um determinado tempo estipulado pelo tribunal se não pudesse pagar a multa. Na segunda vez que desrespeitasse a lei, o judeu tinha de pagar uma multa de dez mil libras, e se infringisse a norma uma terceira vez seria açoitado publicamente. Estas sanções não tinham lugar se o judeu viesse de fora da vila ou de um local distante e tivesse anoitecido durante a viagem. Também se um judeu viesse de fora e se quando chegasse à judiaria esta já se encontrasse fechada, aí podia pernoitar numa estalagem ou em outro local na parte cristã. Igualmente ficavam sem efeito as penas se um judeu tivesse de ir de noite a casa de alguém, mesmo que fosse a casa de um cristão, se tivessem sido chamados para uma emergência, como por exemplo sendo físicos ou cirurgiões, contanto que levassem consigo uma candeia e um cristão⁹⁷³.

E durante o dia, os cristãos não podiam entrar na judiaria, salvo se tivessem algum motivo excepcional, já que os judeus saíam habitualmente para fazer o seu comércio. Segundo os documentos da época, a barreira divisória podia ser constituída por grandes portas no fim e no início das ruas que faziam parte da judiaria. Quanto maior fosse o espaço pertencente à judiaria, maior seria o número de portas necessárias, como acontecia na Covilhã em que a judiaria tinha dez portas até 1468, passado depois para apenas cinco⁹⁷⁴. Além das portas havia igualmente janelas abertas para o casario cristão.⁹⁷⁵ Essas janelas e portas na judiaria de Viseu e da Covilhã tiveram de ser fechadas em 1468 por ordem de D. Afonso V, devido a queixas de cristãos por estarem abertas para a sua cidade⁹⁷⁶. Embora a convivência demasiado próxima com os cristãos não fosse bem vista e raramente desejada, o certo é, que alguns judeus devido ao seu negócio e aos seus interesses económicos se viam obrigados a viver entre os cristãos.

⁹⁷² *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Título LXXX “Das penas, que averam os judeos, se foram achados fora da Judaria depois do sino d’Oraçom”

⁹⁷³ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Título LXXX “Das penas, que averam os judeos, se foram achados fora da Judaria depois do sino d’Oraçom”

⁹⁷⁴ Maria José Pimenta Ferro Tavares, “*Os judeus em Portugal no século XV*”, Vol. II, Lisboa, Univ. Nova, Fac. de Ciências Sociais e Humanas, 1982-1984, p. 73; Chancelaria de D. Afonso V, livro 28, fl. 53

⁹⁷⁵ Maria José Pimenta Ferro Tavares, “*Os judeus em Portugal no século XV*”, Vol. II, Lisboa, Univ. Nova, Fac. de Ciências Sociais e Humanas, 1982-1984, p. 73; Chancelaria de D. Afonso V, livro 28, fls. 51, 53vº e 54

⁹⁷⁶ Mendes dos Remédios, “*Os judeus em Portugal*” Coimbra, F. França Amado, 1928, p.234.

Todo este procedimento acontecia especialmente nas grandes cidades, onde a densidade populacional de origem judaica era relativamente extensa. Nas vilas mais pequenas embora existissem as judiarias, não há conhecimento de haver portas que materializassem a separação das populações.

As casas dos judeus tinham normalmente duas portas, uma mais pequena que dava acesso à habitação, e uma porta maior que seria a do comércio ou da oficina. Estas casas eram frequentemente arrendadas e aforadas ao rei ou alugadas a particulares, e este facto, prende-se creio eu, com duas razões. Primeiro, seria muito difícil aos judeus exceptuando o mais ricos, terem casa própria e por outro lado o arrendamento era uma forma de conseguir capital económico para a coroa, já que mesmo nas judiarias o chão é do rei, pois os judeus não podiam ter bens de raiz. Em segundo lugar, os judeus sendo um povo que permanentemente tendo na memória o medo de ter de fugir para outro local, não tencionava estar preso a um determinado sítio, já que era um mau negócio na hora em que fosse obrigado a abandonar todos os seus pertences.

Além das habitações, a judiaria possuía edifícios e locais importantes para os judeus, como, por exemplo, a Sinagoga estando normalmente no centro da judiaria, os Açougues, pois os judeus não consumiam a mesma carne que os cristãos por a considerarem impura. Nas grandes judiarias ainda havia lugar para uma Cadeia e para um Cemitério próprio. Esse cemitério tinha de localizar-se a pelo menos cinquenta passos da última casa da judiaria, muitas vezes ficava fora da muralha.

☆ 3.3. Tipologia urbana

Poucos são os factos de que temos conhecimento sobre o modo de vida dos judeus anteriormente à monarquia portuguesa, mas segundo alguns relatos posteriores, existia a noção de que no território que vir a ser Portugal, os judeus viviam misturados com os cristãos. No entanto havia excepções, e mesmo antes do século XI em algumas cidades sob o poderio árabe ou castelhano, os judeus já viviam em bairros próprios.

A população hebraica tentava arranjar um espaço especial para construir o seu próprio bairro, seguindo alguns critérios como, por exemplo, a proximidade com as vias de longo curso, expandindo-se perto dos arruamentos que levam às portas das muralhas, demonstrando, sobretudo, a predilecção pela fixação junto das ruas direitas, ou seja, das ruas principais, onde toda a vida económica e social fervilhava. Há igualmente a peculiaridade da judiaria ter por perto igrejas cristãs, mas essa não seria uma vontade

dos judeus, mas sim do rei de Portugal, ou mesmo de todos os reis cristãos, já que esta medida se aplica praticamente por toda a Europa. A resposta que melhor se insere nesta situação é a de, por ventura, lhes ocorrer a ideia de poderem converter a população judaica ao cristianismo, colocando-a junto dos seus usos e costumes.

☆ 3.4. O núcleo da judiaria da Guarda

Para alcançarmos uma visão privilegiada e podermos assim entender como as populações judaicas viviam temos indubitavelmente de conhecer o seu espaço, é fundamental saber o onde para arriscarmos explicar o como. Infelizmente não conseguimos obter dados suficientes de todas as judiarias espalhadas pela Beira Interior para alcançarmos essa visão de como seria formada uma judiaria.

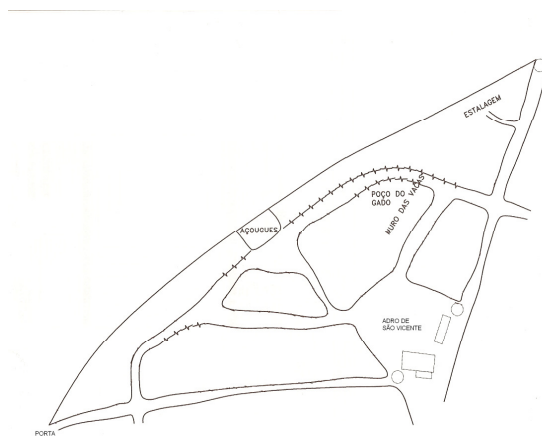
Contudo para a cidade da Guarda os dados da documentação régia disponibilizam-nos dados, quanto a nós, suficientes para obtermos um olhar simplificado sobre a judiaria, o seu espaço e a sua organização habitacional.

Tomando como ponto de partida o levantamento populacional existente no anexo B, retirado do *Archivo Histórico Portuguez*, nomeadamente o referente ao *Tombo da Comarca da Beira* e à *Chancelaria de D. Duarte*, procuramos reconstituir o núcleo urbano judaico da cidade da Guarda, em dois períodos, 1395 e 1435 – 1436. Como objectivo tínhamos a tentativa de aproximação ao seu mundo, uma visão do seu local de morada, procurando descobrir junto de quem moravam, mostrando também as casas dos cristãos que tinham confrontações com a judiaria e com as casas dos judeus. Como observámos que a caligrafia dos nomes mudava conforme os documentos, optámos por modernizar os nomes dos judeus criando assim uma tipologia aceitável.

Esta judiaria encontrava-se localizada no extremo noroeste da cidade e era uma boa amostra deste período já que continha em si todos os elementos da época medieval, desde as casas feitas de pedra de granito tal como o chão das ruas, os portais ogivais e as pequenas habitações que se encostavam à muralha ou às rochas graníticas⁹⁷⁷.

Tendo como referência a figura da planta da judiaria da Guarda na época, retirada do livro de Rita Costa Gomes, *A Guarda Medieval 1200-1500*, e ampliada por nós, podemos observar que esta judiaria principia junto da Porta de El Rei e termina junto do Adro da Igreja de São Vicente.

⁹⁷⁷ <http://judiariadaguarda.web.simplesnet.pt/index.html>



O núcleo urbano judaico centrar-se-ia sobretudo junto das vias de comunicação, já que são estes percursos que ligam os diversos elementos da judiaria, tais como os campos, as casas e os edifícios públicos⁹⁷⁸. Dentro deste perímetro onde se encontra a judiaria existiriam fundamentalmente duas ruas principais que formariam um eixo norte-sul pela Rua Direita⁹⁷⁹ e um eixo ocidental-oriental pela rua de São Vicente. Estes eixos cruzavam-se junto do Adro de São Vicente. E dentro deste perímetro encontraríamos 3 Ruas internas, a Rua da Judiaria que iria, segundo Rita Costa Gomes, desde a Porta de El-Rei para o Adro de São Vicente passando pela Sinagoga, a Rua dos Açougues⁹⁸⁰ que ia desde o Adro de São Vicente até junto do muro onde ficariam os antigos Açougues. E uma outra Rua que começava na Porta de El-Rei indo para norte e que seria, segundo o nosso parecer, a Rua que ia dos Açougues Velhos para o Paço de El-Rei.

Começamos a ter notícias sobre os habitantes desta judiaria já em 1295 pela *Chancelaria de D. Dinis*. Nesta época, no local onde se situava a judiaria, habitavam, segundo os dados da Chancelaria, muitos cristãos e alguns judeus em menor número.

Quanto a esses judeus, todos eles detinham as suas propriedades pelo regime de aforamento perpétuo. Contudo as propriedades não eram todas iguais nem o valor a pagar em cada um ano era idêntico.

Isaac⁹⁸¹ trazia na judiaria uma casa com quintã e pagava 6 maravedis.

O morador Vaz⁹⁸² tinha uma casa da qual não são dados mais pormenores e pagava por ela 20 soldos.

⁹⁷⁸ Rita Costa Gomes, *A Guarda Medieval 1200-1500*. Cadernos da Revista de História Económica e Social 9-10, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1987

⁹⁷⁹ Mencionada no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 320

⁹⁸⁰ Mencionada no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 320

⁹⁸¹ *Chancelaria de D. Dinis*, livro 2, fl. 113vº

Quanto a Sem Tob⁹⁸³ aforava também uma casa na Judiaria e pagava por ela em cada um ano 3 maravedis.

Abraão Alacar⁹⁸⁴ emprazava uma casa e tinha de pagar por ela em cada um ano o valor de 50 soldos.

Judas⁹⁸⁵, outro habitante na Judiaria também trazia duas casas com um eixido e pagava 9 maravedis por ano.

Já o morador Vizinho⁹⁸⁶ aforava duas casas com uma quintã e uma adega, pagando 11 maravedis de aforamento.

Encontramos ainda Moisés de Valhadolid que ocupava duas casas e pagava por elas 5 maravedis anualmente.

Por último podemos ainda salientar que a comuna dos judeus⁹⁸⁷ também tinha uma propriedade constituída por uma casa com uma quintã e pagava por ela 2 maravedis.

Perante estes dados concluímos que existe um significativo número de casas com quintã, ou seja com um terreno adjacente, provavelmente de funcionalidade múltipla, tanto na comunidade judaica como na comunidade cristã residente na cidade da Guarda e não só na judiaria. Quanto às adegas encontramos um judeu proprietário de uma delas, segundo as mesmas fontes.

Em 1395 encontramos no Archivo Histórico Portuguez, *Tombo da Comarca da Beira*, o nome de duas Ruas; a Rua Direita, e a Rua dos Açougues. De igual modo aparece-nos a menção ao Adro de São Vicente. Junto à Rua dos Açougues, confrontava uma casa de Moisés de Castro⁹⁸⁸.

Presumimos que as casas dos judeus da comuna da Guarda não se deveriam diferenciar das habitações comuns da cidade, já que nenhum documento salienta qualquer forma de distinção entre as casas. Tendo em conta o espaço envolvente representado por solos graníticos, podemos considerar válido que as casas seriam construídas ou, pelo menos, estruturadas em madeira como era usual na época medieval⁹⁸⁹ e de pedra granítica. Já a cobertura era nos séculos XIV e XV usualmente

⁹⁸² *Chancelaria de D. Dinis*, livro 2, fl. 113vº

⁹⁸³ *Chancelaria de D. Dinis*, livro 2, fl. 113vº

⁹⁸⁴ *Chancelaria de D. Dinis*, livro 2, fl. 113vº

⁹⁸⁵ *Chancelaria de D. Dinis*, livro 2, fl. 113

⁹⁸⁶ *Chancelaria de D. Dinis*, livro 2, fl. 112vº

⁹⁸⁷ *Chancelaria de D. Dinis*, livro 2, fl. 113

⁹⁸⁸ Mencionada no *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 320

⁹⁸⁹ Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Habitação urbana corrente, no Norte de Portugal medievo*, in, MORAR Tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval, Media Aetas 3 / 4 Ponta Delgada 2000/2001, p. 16

feita de telha, não obstante haver ainda cobertura de colmo nas casas mais pobres⁹⁹⁰ como sendo os pardieiros. Quanto às portas e janelas, estas reduziam-se ao “mínimo indispensável ao acesso, ao arejamento e à iluminação diurna”⁹⁹¹. Nos casos que não eram raros de casas sem janelas a única ligação a espaço exterior seria a porta de entrada⁹⁹².

As casas podiam ser térreas, mas muitas possuíam um sobrado. Porém, mais de dois pisos não era usual para as casas comuns.

Também encontramos referência a pardieiros, isto é, casas mais pobres e com poucas condições, eixidos que eram quintais, e atafanas que eram celeiros ou palheiros. Como esta judiaria se situa no interior do país também a encontramos ladeada de campos, o que nos fornece uma visão da ruralidade existente no local.

As casas sobradadas eram normalmente casas de famílias mais abastadas ou de trabalhadores artificies onde se conciliava a habitação com a oficina ou a tenda de trabalho ficando esta no andar térreo e a residência no andar superior.

Um dos habitantes a usufruir de um tipos de habitação era Abraão Mamom⁹⁹³ que era sapateiro e tinha três casas ligadas por um balcão, sendo duas sobradadas. Este tipo de balcões juntando casas independentes não era usual segundo a nossa documentação, podendo assim querer dizer que Abraão Mamom seria uma pessoa de posses já que também pagava de aforamento uma considerável quantia, seis libras. Uma dessas casas partia de fundo com um campo, com a rua pública e com casa de Isaac Cacez. Dessa casa saía um balcão por cima da dita rua pública que chegava às outras duas casas. Essas duas casas eram sobradadas e confrontavam de um lado com ruas públicas, da outra parte com casas que trazia Judas de Linhares e do outro lado com casas de João Afonso mageto. Já Isaac Cacez⁹⁹⁴ também trazia uma casa sobradada que tinha confrontação com um campo que pertencia ao rei e da outra parte com casa de Abraão Mamom.

⁹⁹⁰ *Idem, ibidem*

⁹⁹¹ Manuel Sílvio Alves CONDE, Materialidade e funcionalidade da casa comum medieval. Construções rústicas e urbanas do Médio Tejo nos finais da Idade Média, in, MORAR Tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval, Media Aetas 3 / 4 Ponta Delgada 2000/2001, p. 64

⁹⁹² A.H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*, 3ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1974, p. 85.

⁹⁹³ Mencionado no *Archivo Histórico Portuguêz, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 317

⁹⁹⁴ Mencionado no *Archivo Histórico Portuguêz, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 317

Abraão⁹⁹⁵, filho de Judas de Linhares, era sapateiro, o que quer dizer que provavelmente esta casa teria além da habitação a oficina onde trabalhava. Esta casa confrontava com casas de Abraão Mamom e da outra parte com casa de Judas ferreiro, e com campo que trazia Mestre Moisés e com Rua Pública. Esta casa de Judas⁹⁹⁶, ferreiro, era possivelmente sobradada e partia com casas que tinham sido de Judas de Linhares, confrontando também com chão de Mestre Moisés e da outra parte com propriedade de João Afonso mageto e com Rua do Concelho. João Afonso,⁹⁹⁷ que era mageto, e possivelmente cristão vivia na judiaria onde tinha uma casa sobradada que lhe foi emprazada como sendo um pardieiro; essa casa confrontava com casa de Afonso Anes e da outra parte com Abraão Mamom e com Rua do Concelho.

Também Mestre Moisés⁹⁹⁸ possuía uma casa sobradada que partia com uma outra sua casa, também com o muro da cidade, com a Rua do Concelho e com chão do rei. Tinha igualmente uma outra casa que era um pardieiro. Quanto a Afonso Anes⁹⁹⁹, este trazia uma casa sobradada com pardieiro que partia com casa de João Domingues, com João Afonso mageto, com um campo que trazia este Mestre Moisés e com Rua do Concelho.

Samuel de Munhum¹⁰⁰⁰, esse tinha uma casa sobradada que partia com casa de Samuel de Faya, com o muro da cidade, com Isaac Cacez e com Rua Pública.

Quanto a Isaac de Castro¹⁰⁰¹ trazia uma casa sobradada que confrontava com Jacob Pernica, com Moisés de Castro e com Rua do Concelho.

O rabi David¹⁰⁰², trazia umas casas sobradadas que estavam juntas e balconadas e que tinham sido de Salomão Adida. Estas casas partiam com muro da cidade, com Moisés de Castro e da outra parte com eixidos vários: de Moisés de Castro, de David Falilho, e de Domingos Apariço e ainda com Rua do Concelho.

O citado David Falilho¹⁰⁰³ tinha uma casa sobradada que havia sido de Salomão e que partia com casa de Favivi, com Gonçalo Paes, com casas que foram de João Pascoal, com casas de Samuel Cacez e com Rua Pública. Este Samuel Cacez¹⁰⁰⁴ trazia umas casas sobradadas que partiam com David Falilho, com Abraão Rodrigo, com Fernão

⁹⁹⁵ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 317

⁹⁹⁶ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 318

⁹⁹⁷ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 324

⁹⁹⁸ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 318

⁹⁹⁹ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 324

¹⁰⁰⁰ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 318

¹⁰⁰¹ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 320

¹⁰⁰² Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 319

¹⁰⁰³ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 320

¹⁰⁰⁴ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 320

Gonçalves e com rua pública. Quanto a Abraão Rodrigo¹⁰⁰⁵ trazia então uma casa sobradada que partia com Samuel Cacez, com Abraão Sofel, com azinhaga do dito David Falilho e com Rua do Concelho.

A casa de Abraão Sofel¹⁰⁰⁶ era sobradada e era paredes-meia com casas del rei que trazia Domingos Afonso, com Abraão Rodrigo, com o Adro de São Vicente e com Rua do Concelho. Também Moisés de Castro¹⁰⁰⁷ possuía duas casas sobradadas que confrontavam com o Adro de São Vicente, com a Rua dos Açougues, igualmente com casa de el rei que trazia seu irmão Isaac de Castro, com Cide e com David Falilho. Quanto a Cide¹⁰⁰⁸ trazia uma casa sobradada com sótão e com sobrado, embora este sobrado fosse trazido por David Falilho. Esta casa partia com o Adro de São Vicente, com Moisés de Castro, com Salomão Pernica, de outra parte com casas de David Falilho. Também o morador Salomão Pernica¹⁰⁰⁹ tinha igualmente uma casa sobradada paredes-meia com casa de Cide, com eixido de David Falilho, com Domingos Apariço e com o Adro de São Vicente. Quem também trazia uma casa junto ao Adro de São Vicente era Domingos Afonso¹⁰¹⁰, esta casa era sobradada e ficava na Rua que ia de São Vicente para a Porta d'el rei, confrontava com Fernão Gonçalves, com casa que trazia o já mencionado Abraão Sofel e com Abraão Rodrigo.

Mestre José¹⁰¹¹ também trazia uma casa sobradada que tinha confrontações com casa que foi de Infante Juda e da outra parte com casa del rei, com atafana que trazia David Favilhom e Abraão de Leiria e com Rua Pública. Já Alvar Gil¹⁰¹² tinha uma casa sobradada que confrontava com a dita atafana de David Favilhom e de Abraão de Leiria e com Rua do Concelho e da outra parte com atafana de Abraão Mamom.

Quanto a Antom Ergas¹⁰¹³ possuía duas casas sem denominação e uma terceira casa que era sobradada mas que lhe tinha sido emprazada como sendo um pardieiro. Esta casa confrontava com casa del rei que trazia o dito Antom Ergas e das outras partes com casas de habitantes provavelmente cristãos, isto é, com casa de Domingos Beito, do

¹⁰⁰⁵ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 320

¹⁰⁰⁶ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 320

¹⁰⁰⁷ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 320

¹⁰⁰⁸ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 320

¹⁰⁰⁹ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 320

¹⁰¹⁰ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 323

¹⁰¹¹ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 318

¹⁰¹² Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 318

¹⁰¹³ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, pp. 319 e 324

outro com Vasco Lourenço genro de Garcia, e também com casas que foram de Vasco Peres e que à data eram trazidas por Vasco Bentez, e com Rua Pública.

Quanto a Isaac¹⁰¹⁴ que era ferreiro de profissão, tinha uma casa nova e sobradada que partia com casa de dona Fadonha, com Santem, com Domingos Martins e com Rua do Concelho. Este possuía ainda uma outra casa.

Domingos Apariço¹⁰¹⁵ trazia uma casa sobradada que partia com casas del rei que trazia Gonçalo Paes e da outra parte com casas que trazia Antom Ergas e com Rua Pública.

Quanto a João Domingues¹⁰¹⁶ a casa sobradada que trazia tinha confrontações com casa de António Domingos, com casas que trazia Afonso Anes, com chão que trazia Mestre Moisés e com Rua Pública.

Concluindo podemos observar que são dezoito proprietários judeus a usufruir de uma casa sobradada na judiaria da cidade e cinco moradores, ao que tudo indica, cristãos proprietários de casas sobradadas dentro do perímetro da judiaria.

Também encontramos a menção a casas térreas, que eram habitações de um único piso, mais modestas, portanto, que as habitações sobradadas. Um dos habitantes a trazer uma casa deste género era Infante Juda¹⁰¹⁷ que tinha uma casa térrea que partia com atafana de David Favilhom e de Abraão de Leiria, com chãos do concelho de duas partes e com Rua do Concelho. Esta casa passou nesse ano a pertencer a Samuel Querido.

O morador Isaac Cacez¹⁰¹⁸ também possuía uma casa reparada térrea, que partia com casa de Samuel de Munhom, com muro da cidade, com pardieiro de Isaac de Castro e com Rua do Concelho. Já Almofacem¹⁰¹⁹ trazia uma casa térrea que partia com Antom Ergas e da outra parte com Favivi, com curral do mesmo Antom Ergas e com Rua do Concelho.

Uma mulher judia conhecida como Corocha¹⁰²⁰, trazia uma casa térrea e meia sobradada que partia com David Falilho, com casas de Jacob Pernica e com Isaac de Castro e da outra parte com Moisés de Castro e com Rua do Concelho.

¹⁰¹⁴ Mencionado no *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 319

¹⁰¹⁵ Mencionado no *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 323

¹⁰¹⁶ Mencionado no *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 324

¹⁰¹⁷ Mencionado no *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 318

¹⁰¹⁸ Mencionado no *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 318

¹⁰¹⁹ Mencionado no *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 319

¹⁰²⁰ Mencionado no *Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 320

Encontramos portanto um menor número de proprietários de casas térreas num total de quatro moradores judeus. Quanto aos pardieiros também encontramos alguns habitantes que possuem este tipo de casas pobres, muitas vezes arruinadas e velhas.

É o caso de Mestre Moisés¹⁰²¹ que, além de ter uma casa sobradada, tinha também nesta judiaria um pardieiro para transformar em casa. Esse pardieiro tinha confrontações com casa de Isaac Cacez, do outro lado com campo del rei e da outra parte com um pardieiro que era emprazado a José de Leiria e com Rua do Concelho.

Também José de Leiria¹⁰²² tinha um pardieiro que confrontava com campo do rei de contra o muro e partia com pardieiro de Mestre Moisés e pela rua pública e da outra parte com casa de Abraão ferreiro. Este a Abraão¹⁰²³ possuía um pardieiro sem paredes que passou a ser emprazado depois a Vicente Ragel, e que confrontava com campo del rei, com casa de Samuel de Faya de outra parte com Rua do Concelho e com pardieiro de José de Leiria.

Isaac de Castro¹⁰²⁴ trazia um pardieiro que partia com casa de Isaac Cacez, com pardieiro de David Favilhom, com o muro da cidade e com rua do Concelho. Também tinha uma casa sobradada. O citado David Favilhom¹⁰²⁵ tinha aforado um pardieiro que partia com outro de Isaac de Castro, com o muro da cidade e com Rua do Concelho.

Afonso Giraldez¹⁰²⁶ trazia um pardieiro que confrontava com casa de dona Fadonha, com Domingos Martins, com casa que foi de Gil Afonso e com Rua do Concelho.

E David Falilho¹⁰²⁷ trazia um pardieiro que partia com outra sua casa e com casa de Moisés de Castro e das outras partes com Ruas do Concelho.

Quem detinha pardieiros normalmente tinha mais casas de outro tipo, o que deve significar que, não serviam para habitação. Porém Mestre Moisés tencionava derrubar o seu pardieiro para construir aí uma casa.

Com a denominação de atafana, encontramos alguns celeiros ou palheiros pertencentes ao rei e aforados aos judeus da Judiaria da Guarda.

Como é o caso da atafana pertencente a David Favilhom¹⁰²⁸ e a Abraão de Leiria. Esta atafana partia com ela própria, com casa de Abel Infante, com casa de Alvar Gil, com campo del rei que está a par do muro da cidade e parte também com Rua do Concelho.

¹⁰²¹ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 317

¹⁰²² Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 317

¹⁰²³ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 317

¹⁰²⁴ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 318

¹⁰²⁵ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 318

¹⁰²⁶ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 319

¹⁰²⁷ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 320

Algumas habitações de judeus desta comunidade aparecem referenciadas apenas como “casas”. Abraão Mamom¹⁰²⁹. Tinha duas casas contíguas que confrontavam com Rua do Concelho, com pardieiro do rei que trazia Afonso Giraldez e com casa de dona Fadonha.

Samuel de Faya¹⁰³⁰ tinha, por sua vez, uma casa que partia com pardieiro de Abraão ferreiro e com muro da cidade e da outra parte com casa de Samuel de Munhum e com Rua do Concelho.

Também Suas¹⁰³¹ trazia uma casa que partia com casa de Mestre José, com casa de Daniel, com Rua do Concelho e com curral de Mestre José.

A casa de Daniel¹⁰³², por sua vez, confrontava paredes-meias com outra casa de Suas, com curral de Mestre José, com Rua Pública e com casa de Antom Ergas.

Dona Fadonha¹⁰³³ mãe de Abraão Mamom, trazia uma casa que partia com casa de seu filho Abraão de Mamom, com casa de Isaac ferreiro e com pardieiro de Afonso Giraldez, e, da outra parte, contra o muro da cidade e com Rua do Concelho.

Antom Ergas também trazia duas casas, a primeira delas¹⁰³⁴ partia com casa del rei que trazia Daniel e da outra parte com casas do dito Antom Ergas de duas partes e com Rua do Concelho. A segunda casa¹⁰³⁵ confrontava por dois lados com a primeira casa do dito Antom Ergas, e ainda, com casa de Almofacem e com Rua Pública. Antom Ergas possuía ainda uma casa sobredada. António Domingos¹⁰³⁶ que tinha a profissão de esqueireiro, também trazia uma casa que partia com casa de Antom Ergas, com casas de Afonso Anes, que era sapateiro, com campo que trazia Mestre Moisés e com Rua Pública.

Isaac¹⁰³⁷, que era ferreiro, tinha uma casa que partia com atafana de David Favilhom e de Abraão de Leiria, com casa de Alvar Gil e com pardieiro do rei que trazia Afonso Giraldez. Domingos Martins¹⁰³⁸, que era carnicheiro, trazia também uma casa que confrontava com o mesmo pardieiro de Afonso Giraldez, partindo ainda com casa de Isaac ferreiro, e de outro lado com casa de Sem Tob Mamom e com Rua do Concelho.

¹⁰²⁸ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 318

¹⁰²⁹ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 318

¹⁰³⁰ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 317

¹⁰³¹ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 319

¹⁰³² Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 319

¹⁰³³ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 319

¹⁰³⁴ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 319

¹⁰³⁵ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 319

¹⁰³⁶ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 324

¹⁰³⁷ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 319

¹⁰³⁸ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 319

Quanto a Sem Tob Momom¹⁰³⁹ que era alfaiate, possuía uma casa que partia com casa de deste Isaac ferreiro e das outras partes com Ruas do Concelho.

Favivi¹⁰⁴⁰, morador também ele da judiaria, trazia uma casa que tinha confrontações com casa de Almofacem, com David Falido, com curral de Gonçalo Paes e com Rua do Concelho. O rabi David¹⁰⁴¹ tinha uma casa que partia com a outra propriedade sua e da outra parte com Franca Cucaracha, com casa de Moisés de Castro e com duas Ruas do Concelho. Domingos Beito¹⁰⁴² trazia uma casa que partia com casas de Antom Ergas e da outra parte com Rua Pública.

São proprietários deste tipo de habitações dez judeus moradores nesta judiaria e três cristãos habitantes no perímetro correspondente à judiaria da cidade da Guarda.

Por último também ficamos a conhecer a localização de edifícios públicos importantes na comuna judaica tais como a Sinagoga¹⁰⁴³ que partia com chão de Mestre Moisés, com casa de Mestre José, com casa de el rei que trazia Pedro Afonso e pela Rua do Concelho.

Quanto aos açougues¹⁰⁴⁴, estavam neste tempo em ruínas e partiam com o muro da cidade, e das outras partes com chãos del rei e com Rua do Concelho.

Perante estes dados sobre as propriedades dos judeus, concluímos que, nesta época, em finais do século XIV, o maior número de casas descritas são sobradadas, sendo depois seguidas pelas casas sem nenhuma denominação. E em menor número encontramos as casas térreas. Podemos igualmente observar que muitos dos habitantes possuíam, mais do que um tipo de propriedade. Como temos o caso do património David Falilho, onde constam diversos bens, como; uma casa sobradada que tinha pertencido a Salomão, um sótão numa casa de um morador de seu nome Cide, um eixido, uma azinhaga e um pardieiro.

Quanto ao regime contratual, normalmente os contractos de aforamento eram perpétuos, e nem todos os habitantes da judiaria pagavam a mesma quantia, quer fossem judeus ou presumíveis cristãos como podemos observar na seguinte tabela. Os valores respeitantes às rendas eram cobrados em soldos e em libras, sendo que alguns como tinham mais do que uma propriedade tinham de despende elevadas quantias. Assim

¹⁰³⁹ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 319

¹⁰⁴⁰ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 319

¹⁰⁴¹ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 320

¹⁰⁴² Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 323

¹⁰⁴³ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 318

¹⁰⁴⁴ Mencionado no *Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira*, Volume X, p. 319

podemos observar que quem pagava mais era Abraão Mamom que dispndia por uma propriedade composta por três casas ligadas por um balcão, sendo duas sobradadas, a quantia de 6 libras em cada ano. Por oposição de ideias, aqueles que menos pagavam, desembolsavam 10 soldos por ano, como era o caso de David Falilho por uma casa sobradada, José de Leiria por um pardieiro e por fim, Samuel de Faya por uma casa.

Nome	Tipo de casa	Tipo de contrato	Pagamento em cada ano ¹⁰⁴⁵	Fonte
Abraão, filho de Judas de Linhares	Casa sobradada	Aforamento perpétuo	2 libras	Archivo Histórico Portuguêz, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 317
Abraão, ferreiro e depois passou para Vicente Ragel	Um pardieiro sem paredes	Aforamento perpétuo	20 soldos	Archivo Histórico Portuguêz, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 317
Abraão Mamom	Três casas ligadas por um balcão, duas delas sobradadas	Aforamento perpétuo	6 libras	Archivo Histórico Portuguêz, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 317
Abraão Mamom	Casa	Aforamento perpétuo	25 soldos	Archivo Histórico Portuguêz, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 318
Abraão Rodrigo	Casa sobradada	Aforamento perpétuo	3 libras	Archivo Histórico Portuguêz, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 320
Abraão Sofel	Casa sobradada	Aforamento perpétuo	2 libras e meia	Archivo Histórico Portuguêz, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 320
Almofacem	Casa térrea	Aforamento perpétuo	30 soldos	Archivo Histórico Portuguêz, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 319
Alvar Gil	Casa sobradada	Aforamento perpétuo	25 soldos	Archivo Histórico Portuguêz, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 318
Antom Ergas	Casa	Aforamento perpétuo	3 libras	Archivo Histórico Portuguêz, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 319
Antom Ergas	Casa	Aforamento	45 soldos	Archivo Histórico Portuguêz, Tombo

¹⁰⁴⁵ Rita Costa Gomes, *A Guarda Medieval 1200-1500*. Cadernos da Revista de História Económica e Social 9-10, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1987

		perpétuo		da Comarca da Beira, Volume X, p. 319
Antom Ergas	Casa sobradada	Aforamento perpétuo	40 soldos	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 324
Cide	Casa sobradada com sótão, o sobrado da casa trazia David Falilho	Aforamento perpétuo	Sótão 30 soldos; Sobrado 10 soldos	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 320
Corocha	Casa térrea e meia sobradada	Aforamento perpétuo	50 soldos	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 320
Daniel	Casa	Aforamento perpétuo	30 soldos	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 319
David, rabi	Casas sobradadas	Aforamento perpétuo	30 soldos	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 319
David, rabi	Casa	Aforamento perpétuo	50 soldos	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 320
David Falilho	Pardieiro	Aforamento perpétuo	20 soldos	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 320
David Falilho	Casa sobradada	Aforamento perpétuo	10 soldos	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 320
David Favilhom	Pardieiro	Aforamento perpétuo	30 soldos	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 318
David Favilhom	Uma casa de atafana juntamente com Abraão de Leiria	Aforamento perpétuo	30 soldos	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 318
Dona Fadonha	Casa	Aforamento perpétuo	48 soldos	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 319
Favivi	Casa	Aforamento perpétuo	52 soldos	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 319
Infante Juda e depois passou	Casa térrea	Aforamento perpétuo	3 libras	Archivo Histórico Portuguez, Tombo

para Samuel Querido				da Comarca da Beira, Volume X, p. 318
Isaac, ferreiro	Casa nova e sobradada	Aforamento perpétuo	3 libras	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 319
Isaac, ferreiro	Casa	Aforamento perpétuo	3 libras	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 319
Isaac Cacez	Casa sobradada	Aforamento perpétuo	3 libras	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 317
Isaac Cacez	Casa reparada térrea	Aforamento perpétuo	50 soldos	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 318
Isaac de Castro	Pardieiro	Aforamento perpétuo	50 soldos	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 318
Isaac de Castro	Casa sobradada	Aforamento perpétuo	3 libras e 15 soldos	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 320
José de Leiria	Um pardieiro	Aforamento perpétuo	10 soldos	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 317
Judas, ferreiro	Casa sobradada	Aforamento perpétuo	2 libras	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 317
Mestre Moisés	Casa sobradada	Aforamento perpétuo	Esta casa é paga com a atafana sobredita de David Favilhom e de Abraão de Leiria	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 318
Mestre Moisés	Um pardieiro para fazer casa	Aforamento perpétuo	15 soldos	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 317
Mestre Moisés	Casa sobradada	Aforamento perpétuo	4 libras	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 318
Moisés de Castro	Duas casas sobradadas	Aforamento perpétuo	5 libras e um quarto	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p.

				320
Salomão Pernica	Casa sobradada	Aforamento perpétuo	40 soldos	Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 320
Samuel Cacez	Casas sobradadas	Aforamento perpétuo	4 libras	Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 320
Samuel de Faya	Uma casa	Aforamento perpétuo	10 soldos	Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 317
Samuel de Munhum	Casa sobradada	Aforamento perpétuo	4 libras	Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 318
Sem Tob Mamom	Casa	Aforamento perpétuo	3 libras	Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 319
Suas	Casa	Aforamento perpétuo	30 soldos	Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 319
Possíveis cristãos habitantes na judiaria				
Afonso Anes	Casa sobradada com pardieiro	Aforamento perpétuo	20 soldos	Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 324
Afonso Giraldez	Pardieiro	Aforamento perpétuo	21 soldos	Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 319
António Domingos	Casa	Aforamento perpétuo	30 soldos	Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 324
Domingos Afonso	Casa sobradada	Aforamento perpétuo	3 libras e meia	Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 323
Domingos Apariço	Casa sobradada	Aforamento perpétuo	15 soldos	Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 323
Domingos Beito	Casa	Aforamento perpétuo	21 soldos	Archivo Histórico Português, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 323
Domingos	Casa	Aforamento	3 libras	Archivo Histórico

Martins		perpétuo		Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 319
João Afonso	Casa sobradada emprazada como sendo pardieiro	Aforamento perpétuo	20 soldos	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 324
João Domingues	Casa sobradada	Aforamento perpétuo	30 soldos	Archivo Histórico Portuguez, Tombo da Comarca da Beira, Volume X, p. 324

Em 1435 os judeus estenderam-se pela Rua que corria dos Açougues para o Paço Real e por travessas, como a Rua dos Açougues que era adjacente à muralha da cidade e pela Rua Direita paralela à Porta de El Rei.

Infelizmente a lista de moradores não é tão extensa como no período anterior, todavia, desta vez optámos, por descrever o núcleo urbano a começando a partir das indicações toponímicas documentadas; aqui fica a visão possível da comunidade judaica nestes anos de quatrocentos.

Começando pela Rua que ia para o Paço del Rei, correndo desde a Porta del Rei passando pelos antigos Açougues, conhecemos um chão que estava em frente a esta Rua e que pertencia a Faym de Cáceres¹⁰⁴⁶ que o trazia emprazado em três vidas, com sua mulher Mim Ouro. Este chão partia de um lado com chão de Salomão Tovi, da outra parte com pardieiro de Abraão de Pinhel e detrás com campo del rei de contra o muro.

Este Salomão Tovi¹⁰⁴⁷ trazia umas casas que partiam com a dita Rua Pública que ia dos Açougues para o Paço del Rei, confrontando com Faym de Cáceres e com eixido de José de Gouveia. Além de um eixido, José de Gouveia¹⁰⁴⁸ também tinha umas casas com um curral pequeno na dita Rua ia do Açougues Velhos para o Paço del Rei, e estas casas confrontavam com Faym de Cáceres, de outra parte com Salomão Pernica, com Abraão Pernica e ainda com Salomão Tovi. O já citado Faym de Cáceres¹⁰⁴⁹ trazia outras casas que tinham sido de Isaac de Castro e que eram sobradadas e que consistiam em três casas, em cima doutras três. Detrás delas havia outras casas que tinham uma porta para a Rua que ia dos Açougues Velhos para o Paço del Rei. Estas casas partiam

¹⁰⁴⁶ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 166vº

¹⁰⁴⁷ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173vº

¹⁰⁴⁸ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173

¹⁰⁴⁹ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 165vº

de um lado com a Rua Direita e com casas de Abraão de Castro, da outra parte com José de Gouveia e do outro lado com Mestre Mosés.

Abraão de Castro¹⁰⁵⁰ trazia umas casas que partiam com Abraão Pernica e detrás com Faym de Cáceres. As casas de Abraão Pernica¹⁰⁵¹ eram pequenas e tinham dois portais e partiam com Salomão Cucaracho, de outro lado com casas de Abraão de Castro e detrás com casas de José Tovi e com Faym de Cáceres.

Quanto ao morador Jacob de Alva¹⁰⁵² trazia umas casas de premeio e um chão em conjunto com Dona Braboa, viúva de Dom Yuda. Estas partiam com Isaac Cucaracho, com muro da cidade, com Yanto Cacoç e com a já citada, Rua que vinha da Porta del Rei para o Paço. Onde ficaria também uma casa pequena que tinha Abraão de Pinhel¹⁰⁵³ partia com outras casas do dito Abraão de Pinhel, com casa de atafana de Salomão Falilho, com Moisés de Chaves e com chão que foi do Açogue.

Junto da Porta del Rei onde teria começo esta Rua, tinha Jacob de Alva¹⁰⁵⁴ umas casas que partiam com a sinagoga, com casas de Samuel Armadel, com casas de Martim Botelho e com uma saída que ia dar à Porta del Rei, tendo do outro lado nova saída que daria para a Rua da Judiaria e que possivelmente seria uma Rua transversal à Rua de que ia Da Porta del Rei e acabaria no Adro de São Vicente.

O mesmo Jacob de Alva¹⁰⁵⁵ trazia outras casas na Rua da Porta del Rei com dois portões e com um poço dentro. Estas casas partiam com casas de Isaac Tovi, com casas de Samuel Arregre e com Rua da Judiaria. Também tinha o dito morador Jacob de Alva¹⁰⁵⁶ outras casas que partiam com a Rua da Judiaria, detrás com muro da cidade e contra a Porta del Rei e ainda com casas de Abraão de Pinhel e de cima com chão do rei. Além destas tinha ainda Jacob de Alva¹⁰⁵⁷ mais umas casas que se situavam na Rua Direita, frente à Rua da Porta del Rei, e partiam com Lopo Gonçalves de Ferreira almocreve, de fundo com casas onde morava Lopo Afonso tabelião, detrás com Adro de São Vicente, e com casas do dito Jacob de Alva. Também tinha Abraão de Pinhel uma casa sobradada¹⁰⁵⁸ que partia com Daniel Mauram e detrás com muro da cidade, com a

¹⁰⁵⁰ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173

¹⁰⁵¹ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173

¹⁰⁵² *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173vº

¹⁰⁵³ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173vº

¹⁰⁵⁴ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173vº

¹⁰⁵⁵ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173vº

¹⁰⁵⁶ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173vº

¹⁰⁵⁷ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173vº

¹⁰⁵⁸ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173vº

Rua da Judiaria e com outra casa de Abraão de Pinhel, supostamente uma casa que lhe havida sido aforada por altura do seu casamento e que tinha sido de David Fibolho. Já Mestre Isaac e seu irmão Yuda¹⁰⁵⁹ tinham ambos umas casas pequenas que partiam de fundo com Yanto Cacoç, de cima com José Tovi e detrás com casas de Maria Anes da famagueira e com Rua da Judiaria. Quanto a José Armadel¹⁰⁶⁰ trazia umas casas que tinham sido de Abraão Mamom, estas partiam com casas de Moisés Mamom e com casas de Judas ferreiro, detrás com casa de Isaac Cucaracho e com Rua da Judiaria. Já Abraão de Pinhel¹⁰⁶¹ trazia um pardieiro sem telha que partia de cima com Menafém que era sapateiro, de fundo e detrás com chão del rei e com Rua da Judiaria.

José Calafora¹⁰⁶² trazia uma casa que partia com Jacob de Leiria, com Menafém castelão, com Diego de Almeida e com Rua da Judiaria. O dito Diego de Almeida¹⁰⁶³ tinha umas casas que partiam com Estêvão Afonso, com Maria Anes viúva de Martim Vasquez tabelião, com casas da judiaria e com uma travessa que ia para os Açougues Velhos. Esta travessa situava-se sensivelmente a meio da via de circulação, que ia da Porta del Rei para o Paço Real, e onde tinham sido os Açougues, corria uma travessa que se chamaria Rua dos Açougues que ia sair ao Adro de São Vicente. Jacob de Leiria¹⁰⁶⁴ trazia uma casa que partia com José Calafora, com casas que foram de Martim Vasquez tabelião e com Rua Pública, sendo possivelmente a Rua dos Açougues. No início dessa Rua estaria possivelmente as propriedades de Salomão Fililho¹⁰⁶⁵, que trazia umas casas sobradadas e partidas com atafona. As casas confrontavam de uma parte com casas de Samuel Querido, de outro lado com Moisés de Chaves, com Isaac Alvam Gil e com a Rua que ia para o Paço del Rei e com a Rua dos Açougues. A atafana tinha uma porta no chão del rei que ia para o muro da cidade. Samuel Querido¹⁰⁶⁶ tinha uma casa sobradada que estava em frente da Sinagoga e partia com a Rua dos Açougues que ia para o muro e com casas que chamavam de atafona. Paredes-meias com a sinagoga tinha Samuel Abudant¹⁰⁶⁷ uma casa que partia outras casas del rei que trazia o morador Suas e com Rua pública, por detrás com outras casas que trazia

¹⁰⁵⁹ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173

¹⁰⁶⁰ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 235vº

¹⁰⁶¹ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173vº

¹⁰⁶² *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 174

¹⁰⁶³ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 208vº

¹⁰⁶⁴ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173vº

¹⁰⁶⁵ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 174

¹⁰⁶⁶ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 172vº

¹⁰⁶⁷ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 172vº

Vasco Estevez albardeiro. No cruzamento destas duas Ruas situava-se a casa de Mestre Moisés¹⁰⁶⁸ que partia com casa de Menafém tecelão e detrás com Abraão Pernica.

Abraão de Pinhel¹⁰⁶⁹ trazia uma casa sobradada que partia com Isaac Caracho e com chão que foi do Açougue, detrás com Moisés de Chaves, com o dito Abraão de Pinhel e com Rua Pública que seria a Rua dos Açougues.

Isaac Maçoz¹⁰⁷⁰ tinha umas casas que partiam com a Travessa que ia para os Açougues Velhos e de outras partes com chão del rei e com pardieiros de Estêvão de Prol. Quanto a Moisés de Cáceres¹⁰⁷¹ trazia seis casinhas com dois portais e um curral que eram a metade de uma propriedade total. Estas confrontavam com casas de Salomão Pernica e detrás com dita Travessa.

Faym de Cáceres¹⁰⁷² trazia uma casa a qual em fundo não era partida e era sobradada e que antes tinha sido um pardieiro. Esta casa partia de cima com casa de Lourenço Martins almocreve, de fundo corria água entre esta casa e a casa de Maria Anes viúva de Martim Vasquez tabelião e detrás confrontava com casas de Samuel Catarribas e com Rua que ia de São Vicente para os Açougues. O dito Faym de Cáceres¹⁰⁷³ trazia ainda uma casa que partia de cima com Adro de São Vicente e de fundo com Jacob de Castro e detrás com Fernão Gonçalves e com a possível Rua de São Vicente, que ia desde o Adro de São Vicente até à Porta del Rei.

Em frente ao Adro de São Vicente ficava uma casa de Margarida Vasquez¹⁰⁷⁴ viúva de Afonso Dominguez. Esta casa partia com casa de Fernão Dominguez e com Lourenço Martins e detrás com casas de Faym de Cáceres.

Isaac Maçoz¹⁰⁷⁵ tinha duas casas de fundo e duas em cima sobradadas que partiam de fundo com Sancho Pernica, de cima com Jacob de Castro e detrás com Faym de Cáceres e com Rua Pública, provavelmente a Rua de São Vicente. Quanto a Jacob de Castro¹⁰⁷⁶ trazia uma casa que partia com Faym de Cáceres e com Isaac Maçoz e, detrás, com Fernão Gonçalves e com Rua de São Vicente.

¹⁰⁶⁸ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 174

¹⁰⁶⁹ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 172vº

¹⁰⁷⁰ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173

¹⁰⁷¹ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 174

¹⁰⁷² *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 165vº

¹⁰⁷³ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173vº

¹⁰⁷⁴ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 174

¹⁰⁷⁵ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 172vº

¹⁰⁷⁶ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173vº

Com a referência de Rua Pública encontramos a propriedade de Jacob de Leria¹⁰⁷⁷ que trazia um chão que partia com Isaac Maçoz, de cima e de fundo com chão del rei e detrás com poço e com Rua Pública que ia dar às casas que nesta altura trazia Isaac Nacoz. Também Abraão Tovi¹⁰⁷⁸ possuía uma casa que partia de cima com beco de Jacob de Alva, de fundo com casa de Moisés Candul e detrás com azinhaga e com Rua Pública. O morador Samuel Abudant¹⁰⁷⁹ tinha umas casas térreas que confrontavam com casas de Jacob Cacoç, com pardieiro de Martim Mayo, com casas que trazia José de Leiria e com Rua Pública. Yhunto Cacez¹⁰⁸⁰ trazia umas casas que partiam com Menafém sapateiro, e doutra parte com o dito Yhunto Cacez e detrás com azinhaga e diante com Rua Pública e com Mestre Isaac. Já o morador Cinfa¹⁰⁸¹ tinha umas casas que partiam com Daniel Barul e com Moisés Adida e detrás com Moisés Candul e com Rua Pública. Quanto a Moisés Adida¹⁰⁸² trazia umas casas que tinham sido de Suas, e que partiam com casas de Samuel e com casa de Dom Yuda e detrás com curral de Dom Yuda e com Rua Pública. Também Pernue Nafez¹⁰⁸³ possuía uma casa que confrontava com uma casa de José Calafora e, detrás, com Estêvão Afonso, com Rua Pública e outros.

Confrontando com judiaria ficariam algumas casas pertencentes a possíveis cristãos, como acontecia com umas casas de João Dominguez¹⁰⁸⁴ que partiam com casas de Afonso Anes sapateiro e detrás com a judiaria e de cima com casa de Almadel e com Rua Pública. Lopo Martins¹⁰⁸⁵ trazia umas casas que partiam de fundo com casas de Diego Afonso carniceiro, detrás com a judiaria e de cima com casas de Lourenço Gonçalves e com Rua Pública.

Rodrigo Anes de Beja¹⁰⁸⁶ trazia umas casas emprazadas em três vidas, com sua mulher Maria Rodrigues. Estas partiam com Álvaro Gonçalves e com casas que haviam sido de Gonçalo Paes e, que nesta altura, eram aforadas por Jacob de Alva, com casas de Daniel Falilho que agora altura trazia Mestre Isaac seu filho e com Rua Pública.

¹⁰⁷⁷ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 163vº

¹⁰⁷⁸ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 172vº

¹⁰⁷⁹ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 172vº

¹⁰⁸⁰ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173

¹⁰⁸¹ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173vº

¹⁰⁸² *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 235vº

¹⁰⁸³ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 173

¹⁰⁸⁴ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 174

¹⁰⁸⁵ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 174

¹⁰⁸⁶ *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 163

Nestes anos de 1435-1436 conhecemos vários moradores que trazem aforadas mais do que uma propriedade. Como é o exemplo do património de Abraão de Leiria que se estende por um pardieiro sem paredes, uma casa sobradada que confrontava com o chão que fora do Açougue, outra casa sobradada junto ao muro da cidade, e perto destas tinha ainda uma outra casa pequena, e uma casa que tinha sido de David Fibolho que lhe fora dada pelo seu casamento.

Os bens de Faym de Cáceres, repartiam-se por uma casa que partia com o Adro de São Vicente, três casas que partiam com Abraão de Castro, trazia também uma casa que confrontava com Jacob de Castro, uma casa sobradada que antes tinha sido um pardieiro, e, por fim, um chão emprazado em conjunto com a sua mulher Mim Ouro. Quanto a Jacob de Alva tinha umas casas de premeio em conjunto com Dona Braboa, trazia umas casas que partiam com a sinagoga, mais umas casas que partiam detrás com o muro da cidade, outras na Rua Direita e, por último, uma casa com dois portões e um poço.

Quanto ao tipo de contrato efectuando nestes anos de 1435 e 1436 encontramos um maior número de aforamentos perpétuos, contudo assinalamos dois casos de aforamentos em três vidas existentes no perímetro da judiaria. Quanto às rendas estas variam entre soldos e libras consuante o valor das propriedades, sendo que as casas sobradadas valeriam mais do que os outros tipos de propriedade. Quem pagava mais por uma propriedade era Salomão Fililho que dispensia 7 libras por umas casas sobradadas e partidas e com uma atafana. Quem pagava menos era Abraão Tovi que pagava 3 soldos por uma casa.

Nome	Tipo de casa	Tipo de contrato	Pagamento em cada ano ¹⁰⁸⁷	Fonte
Abraão de Castro	Casas	Aforamento perpétuo	3 libras e 15 soldos	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 173
Abraão Pernica	Casas pequenas com dois portais	Aforamento perpétuo	3 libras	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 173
Abraão de Pinhel	Casa sobradada	Aforamento perpétuo	3 libras e 5 soldos	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 173vº
Abraão de Pinhel	Casa pequena	Aforamento perpétuo	Não paga foro porque esta casa está aforada juntamente com uma atafana	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 173vº

¹⁰⁸⁷ Rita Costa Gomes, *A Guarda Medieval 1200-1500*. Cadernos da Revista de História Económica e Social 9-10, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1987

Abraão de Pinhel	Casa sobradada	Aforamento perpétuo	3 libras	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 172vº
Abraão de Pinhel	Pardieiro sem telha	Aforamento perpétuo	30 soldos	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 173vº
Abraão de Pinhel	Casas	Aforamento perpétuo	2 libras	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 173vº
Abraão Tovi	Casa	Aforamento perpétuo	3 soldos	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 172vº
Cinfa	Casas	Aforamento perpétuo	40 soldos	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 173vº
Faym de Cáceres	Casa	Aforamento perpétuo	2 libras e meia	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 173vº
Faym de Cáceres	Uma casa a qual em fundo não é partida e é sobradada e que antes era um pardieiro	Aforamento perpétuo	30 soldos	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 165vº
Faym de Cáceres	Casas sobradadas	Aforamento perpétuo	5 libras e 5 soldos	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 165vº
Faym de Cáceres	Chão	Aforamento em três vidas	5 soldos	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 166
Isaac Maçoz	Umas casas	Aforamento perpétuo	4 libras e 17 soldos	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 173
Isaac Maçoz	Duas casas de fundo e duas em cima sobradadas	Aforamento perpétuo	30 soldos	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 172vº
Jacob de Alva	Casas	Aforamento perpétuo	2 soldos	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 173vº
Jacob de Alva	Casas	Aforamento perpétuo	4 libras	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 173vº
Jacob de Alva	Casas com dois portões e com um poço dentro	Aforamento perpétuo	5 libras e 5 soldos	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 173vº
Jacob de Alva	Casas	Aforamento perpétuo	5 libras	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 173vº
Jacob de Alva	Umas casas de premeio e um chão em conjunto com Dona Braboa	Aforamento perpétuo	15 soldos	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 173vº
Jacob de Castro	Casa	Aforamento perpétuo	2 libras e meia	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 173vº
Jacob de Leiria	Casa	Aforamento perpétuo	2 libras e meia	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 173
Jacob de Leiria	Chão	Aforamento perpétuo	10 soldos	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 163
José Calafora	Casa	Aforamento perpétuo	2 libras	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 174
José de Gouveia	Umas casas com um curral pequeno	Aforamento perpétuo	4 libras e meia	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 173

Mestre Isaac e seu irmão Yuda	Casas pequenas	Aforamento perpétuo	2 libras e meia	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 173
Mestre Moisés	Casa	Aforamento perpétuo	2 libras e meia	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 174
Moisés Adida	Umas casas que foram de Suas	Aforamento perpétuo	3 libras e meia	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 235vº
Moisés de Cáceres	Seis casainhas com dois portais e um curral	Aforamento perpétuo	6 libras	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 174
Pernue Nafez	Casa	Aforamento perpétuo	5 libras e meia	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 173
Salomão Filho	Umas casas sobradadas e partidas e uma atafana	Aforamento perpétuo	7 libras	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 174
Salomão Tovi	Casas	Aforamento perpétuo	15 soldos	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 173vº
Samuel Abudant	Casas térreas	Aforamento perpétuo	15 soldos	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 172vº
Samuel Abudant	Casa	Aforamento perpétuo	5 soldos	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 172vº
Samuel Querido	Casa sobradada	Aforamento perpétuo	3 libras	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 172vº
Yhunto Cacez	Casas	Aforamento perpétuo	4 libras e meia	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 173
Nome de possíveis cristãos				
Diego de Almeida	Casas	Aforamento perpétuo	20 soldos	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 208vº
João Domínguez	Casa	Aforamento perpétuo	30 soldos	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 174
José Armadel	Umas casas que foram de Abraão Mamom	Aforamento perpétuo	3 libras	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 235vº
Lopo Martins	Casas	Aforamento perpétuo	3 libras	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 174
Margarida Vasquez	Casa	Aforamento perpétuo	30 soldos	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 174
Rodrigo Anes de Beia	Casas	Aforamento em três vidas	5 libras e 12 soldos	Chancelaria de D. Duarte, l. 1, fl. 163

Por último e depois de recolhidas todas as informações toponímicas recolhidas das várias fontes documentais nestes dois períodos de tempo, propusemo-nos a elaborar uma exposição figurativa da judiaria em 1395.



1 – Campo, 2 – Casa sobradada de Isaac Cacez, 3 – Casa térrea de Abraão Mamom, 4 – Pardieiro de David Favilhom, 5 – Pardieiro de Isaac de Castro, 6 – Casa de Isaac Cacez, 7 – Casa sobradada de Samuel de Munhum, 8 – Casa de Samuel de Faya, 9 – Casa e pardieiro sem paredes de Abraão ferreiro, 10 – Pardieiro de José de Leiria, 11 – Pardieiros para fazer casa de Mestre Moisés, 12 – Casa sobradada de Mestre Moisés, 13 – Casa de Isaac Cacez, 14 – Chão del rei, 15 – Duas casas sobradadas com um balcão de Abraão Mamom, 16 – Casa de Judas de Linhares, 17 – Casa sobradada de João Domingues, 18 – Casa de António Domingos, 19 – Casa de Antom Ergas, 20 – Casa de Pedro Afonso, 21 – Casa de Domingos Beito, 22 – Casa de Vasco Lourenço, 23 – Casa sobradada de Domingos Apariço, 24 – Casa de Gonçalo Paes, 25 – Casa de Fernão Gonçalves, 26 – Casa de Domingos Afonso, 26A – Casa sobradada de Abraão Sofel, 27 – Casa sobradada de Abraão Rodrigo, 28 – Azinhaga e casa de David Falilho, 29 – Casa sobradada de Samuel Cacez, 30 – Casa de Antom Ergas, 30A – Curral de Antom Ergas, 31 – Casa de Antom Ergas, 32 – Casa de Daniel, 33 – Curral de Mestre José, 34 – Casa de Suas, 35 – Casa sobradada de Antom Ergas, 35A – Casa de Vasco Bentez, 36 – Casa de Mestre José, 37 – Sinagoga, 38 – Campo de Mestre Moisés, 39 – Casa sobradada com pardieiro de Afonso Anes, 40 – Casa sobradada de João Afonso, 41 – Casa sobradada de Abraão ferreiro, 42 – Casa sobradada de Judas ferreiro, 43 – Casa térrea de Infante Juda, 44 – Casa de Alvar Gil, 45 – Casa de Isaac ferreiro, 46 – Pardieiro de Afonso Giraldes, 47 – Casa de Domingos Martins, 48 – Casa de Sem Tob Mamom, 49 – Casa térrea de Almofacem, 50 – Casa de Favivi, 51 – Curral de Gonçalo Paes, 52- Uma casa de Abraão Mamom, 53 – Outra casa de Abraão Mamom, 54 – Casa de Dona Fadonha, 55 – Casa sobradada de Isaac ferreiro, 56 – Casa de Santem, 57 – Atafana de Abraão Mamom, 58 – Casa de Abel Infante, 59 – Atafana de David Favilhom e Abraão de Leiria, 60 – Eixido de Moisés de Castro, 61 – Casa sobradadas e balconadas do Rabi David, 62 – Casa de Moisés de Castro, 63 – Eixido de Domingos Apariço, 64 – Casa do Rabi David, 65 – Casa de Franca Cucaracha, 66 – Casa térrea e meia sobradada de Corocha, 67 – Casa sobradada de David Falilho, 68 – Pardieiro de David Falilho, 69 – Casa de Isaac de Castro, 70 – Casa de Moisés de Castro, 71 – Casa sobradada de Cide em que o sótão pertence a David Falilho, 72 – Casa sobradada de Salomão Pernica, 73 – Eixido de David Falilho, 74 – Casa de Domingos Apariço.



4. Vivências Políticas

No reino de Portugal os judeus eram um povo tributário, pois para poderem viver com relativa calma tinham de pagar inúmeras taxas, tanto à coroa como à igreja. É o direito à diferença como notam alguns autores.

Do ponto de vista político e religioso, havia por vezes algumas tentativas em separar os judeus dos cristãos.

No território português o afastamento entre judeus e cristãos nem sempre foi cumprido e, como exemplo disso, constatamos que durante os séculos várias foram as formas de tentar distinguir os judeus dos cristãos, já que nem pelos trajes que vestiam nem pelos traços físicos, os judeus deixavam de se assemelhar aos cristãos.

Prevendo as consequências que esse facto poderia trazer, a Igreja Católica solicitava a todos os cristãos e a todos os governantes da cristandade, que tomassem medidas a fim

de se poder solucionar este problema. Uma das decisões foi tomada aquando do Quarto Concílio de Latrão em 1215. Este Concílio deliberou que a partir de então os judeus teriam de usar um traje especial que os diferenciaria significativamente face aos cristãos¹⁰⁸⁸.

Quanto à sua aplicação no reino de Portugal, não há notícias precisas sobre o seu cumprimento durante o reinado de D. Afonso III. Já no reinado de D. Dinis esta lei foi desprezada e foi só com D. Afonso IV, segundo se supõe que esta lei foi posta em execução. D. Afonso IV¹⁰⁸⁹ ordenou que os judeus trouxessem um sinal amarelo no chapéu¹⁰⁹⁰, proibiu-os de usarem guedelhas e obrigou-os a cortar os cabelos à tesoura.

Contudo estas leis parecem não ter sido cumpridas por todos durante os anos subsequentes, visto que continuavam a chegar à corte pedidos para fortalecer o controlo e cumprimento da lei. D. Pedro I modifica a lei determinando que a partir de então os judeus usassem um sinal no peito. D. Fernando confirma a lei de seu pai. Durante o reinado de D. João I a população hebraica repudiando a lei¹⁰⁹¹, tentava esconder o sinal tanto quanto possível, por isso, D. João I como forma de os castigar pela sua desobediência, estabeleceu que os judeus daí por diante trouxessem no peito (acima da boca do estômago) uma estrela vermelha de seus pontas e essas estrela deveria ser bem visível. Alguns judeus importantes e influentes na corte conseguiram que os reis os dispensassem do sinal.

No tempo de D. Afonso V, os cristãos queixaram-se ao rei aquando das cortes de Santarém de 1451, de que os judeus os humilhavam publicamente exibindo os seus fatos de seda¹⁰⁹². O rei então proibiu-os de afrontarem os cristãos com o seu luxo, podendo, a partir daí, usarem os seus fatos luxuosos unicamente quando recebessem o rei ou quando houvesse uma festa.

☆ 4.1 A relação dos reis portugueses com os seus judeus

☆ D. Afonso Henriques – reinou de 1143 a 1185

¹⁰⁸⁸ Jorge Martins, “*Portugal e os Judeus*”. Dos primórdios da nacionalidade à legislação pombalina, Vol. I, Lisboa, Nova Vega Edições, 2006, p. 118

¹⁰⁸⁹ David Augusto Canelo, “*Os últimos criptojudéus em Portugal*”, Belmonte, Câmara Municipal de Belmonte, 2001, p.30

¹⁰⁹⁰ Manuela Santos Silva, “As cidades (séculos XII-XV)” in “*História de Portugal. Portugal Medieval*”, Vol.III, Lisboa, Ediclube, 1993, p. 284

¹⁰⁹¹ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Título LXXXVI “Que os judeos tragam sinaaes vermelhos”

¹⁰⁹² Mendes dos Remédios, “*Os judeus em Portugal*” Coimbra, F. França Amado, 1928, p.233

O primeiro rei de Portugal teve o apoio económico e social de alguns judeus para a reconquista cristã, e querendo agradecer a esta comunidade decretou que era necessário oferecer-lhes algo que os fizesse ficar nas novas terras conquistadas. Para tal instituiu que as rendas públicas arrecadadas fossem entregues aos judeus,¹⁰⁹³ como prova do seu agradecimento e como forma de atraí-los às terras do Reino e como modo de angariar novos habitantes judaicos. Estes pequenos privilégios motivaram de facto muitas famílias, muitas também que viviam do outro lado da fronteira a povoarem aldeias e povoações do reino, e as comunidades judaicas começaram a aumentar por todo o território.

Durante este reinado os judeus viviam misturados geralmente com os cristãos e não existe notícia de qualquer inimizade antijudaica por parte da maioria cristã.

Foi também com Dom Afonso Henriques que se criou o cargo de Rabi-Mor, tendo-o este rei concedido a Yahía Aben-Yaisch,¹⁰⁹⁴ que o recebeu pelos serviços prestados à coroa aquando a luta pela reconquista, expressivas recompensas em propriedades.

☆ D. Sancho I – reinou de 1185 a 1211

Este rei continuando a política de seu pai, conquistando e povoando mais território, continuou a usufruir da aliança da população judaica, sobretudo a nível económico, já que como tinham um prestígio económico – normalmente invejado – ajudavam financeiramente às campanhas de estabilização do reino e delimitação das fronteiras com o reino espanhol. Uma outra medida deste rei, foi a delegação do cargo de almoxarife-mor a José Aben-Yahia neto do Rabi-Mor Yahía Aben-Yaisch.

Além disso D. Sancho promove medidas de forma a proteger os judeus, assim sendo determina algumas mudanças na legislação criminal. Estipula em alguma cartas de foral que se algum judeu fosse ferido por algum cristão que tinha o direito a queixar-se ao alcaide ou aos alvazis. Norma esta muito aplaudida pelos judeus, e não tanto pelos cristãos, contudo para uma maior defesa desta nova norma D. Sancho diz que este costume já vinha por ordem de seu pai.¹⁰⁹⁵

¹⁰⁹³ Jorge Martins, “*Portugal e os Judeus*”. Dos primórdios da nacionalidade à legislação pombalina, Vol. I, Lisboa, Nova Vega Edições, 2006

¹⁰⁹⁴ Arthur Carlos de Barros Basto, “*Don Yahia Ben Yahia*” (o 1º rabi-mor de Portugal), Porto, ed do autor, 1944.

¹⁰⁹⁵ Fortunato de Almeida, “*História da Igreja em Portugal*”, vol. 1, 2ª ed., Porto, Portucalense Editora, 1967, p. 207; J. Leite de Vasconcelos, “*Etnografia Portuguesa*”, Vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1958, p. 242

Estas medidas proteccionistas e tolerantes, promoveram diversas queixas por parte dos bispos portugueses, que não aceitavam nomeadamente que aos judeus fosse atribuídos cargos públicos com autoridade sobre a população cristã.¹⁰⁹⁶

☆ D. Afonso II – reinou de 1211 a 1223

Foi no reinado de D. Afonso II que teve lugar o IV Concílio de Latrão em 1215, que pretendia a separação física entre cristão e judeus, e o uso de distintivos aos judeus sendo que poderiam optar por uma estrela vermelha ou amarela, que usariam sempre no vestuário junto ao peito. Medidas essas que não foram empregues obrigatoriamente em Portugal, mas que constituem um certo recuo nas ligações favoráveis com os judeus do reino.

D. Afonso II segundo consta das Ordenações Afonsinas, publicadas no tempo de D. Afonso V, regulamentou que os judeus deixavam de poder exercer cargos públicos, como ouvidores e ouvençais, e deixavam de poder ter criados cristãos, sob pena de perderem todos os seus bens.

Legislou também a questão dos convertidos. A nenhum judeu era permitido voltar à prática do judaísmo após tê-lo abandonado e ter sido baptizado.¹⁰⁹⁷ Recorrendo mesmo na pena de morte se continuasse a querer praticar o judaísmo depois de ser avisado, – “Outro sy dizemos, e defendemos, que despois que o Judeu for tornado Chrisptaaõ aa Fé de Jesus Christo, que nom torne mais aa Fé, que antes tinha; e se o fizer, perca porende a cabeça, se despois que for amoestado, se nom quiser tornar, ou emmendar.”¹⁰⁹⁸

Contudo havia benefícios aos judeus que se convertessem à religião cristã, como diz a lei de D. Afonso II todo aquele judeu que se convertesse à fé cristã, não poderia ser deserdado. “... E mandou, que o Judeo nom exherdasse seu filho, ou filha que se tornasse Chrisptaaõ, ou Chrisptaã, mais tanto que esse filho, ou filha for tornado aa Fé de Jesus Christo, logo aja todo o direito de sua herança de guisa...”¹⁰⁹⁹

¹⁰⁹⁶ Maria José Ferro Tavares, *Os judeus em Portugal no séc. XIV*, 2ª edição, Lisboa, Guimarães Editores, Janeiro, 2000

¹⁰⁹⁷ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Título LXXXXV “Do Judeu, que se torna Chrisptaaõ, e despois se torna Judeu.”

¹⁰⁹⁸ Elias Lipiner, “O tempo dos Judeus”, São Paulo, Nobel, 1982

¹⁰⁹⁹ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Título LXXVIII “De como o Judeo converso aa Fé de Jesus Christo deve herdar a seu Padre, e a sua Madre”.

No que diz respeito à herança, se o filho que se tornou cristão, fosse filho único, a lei mandava que a herança fosse dividida em três partes e que herdasse do dito pai ou da mãe, como se estes fossem cristãos, ou seja, pertencer-lhe-ia duas partes dos bens, e a terceira parte ficaria para o viúvo ou para a viúva. O mesmo acontecia se fossem vários filhos e se todos se tornassem cristãos: repartiam as duas partes da herança e era-lhes concedida a terceira parte após o falecimento dos pais.

Mas se o filho agora cristão tivesse um irmão judeu, a lei explicava que metade dos bens seriam entregues a esse cristão, e que a outra metade permaneceria com o pai ou com a mãe, ficando o filho judeu sem direito à herança.

No entanto se o filho cristão tivesse mais do que um irmão judeu, então, este ficava com a terça parte dos bens, sendo as outras duas partes entregues ao pai ou à mãe, e o filho cristão não poderia herdar mais nada, exceptuando o caso de o pai ou a mãe lhe darem algo mais ainda em vida. E caso lhes morresse esse filho cristão, os pais não teriam direito à sua herança. E se todos os filhos se tornassem cristãos, estes recebiam uma terça parte de todos os bens que os pais tivessem. Também é estipulado por lei a herança que cabe aos filhos casados, e seus descendentes.

Se num casamento um dos cônjuges, se convertesse à religião cristã, o outro podia escolher entre ficar com os bens que já possuía antes do casamento ou repartir os bens possuídos por ambos.¹¹⁰⁰

Também foi estipulado pelo rei D. Afonso II que nenhum judeu podia exercer o cargo de oficial público da coroa ou de grandes senhores.¹¹⁰¹ Dizia a lei que os cristãos não deveriam ter como oficiais públicos pessoas da religião judaica. E estabelecia que nem no seu tempo, nem no futuro deveria haver judeus nas funções de Ovençais, isto é, oficiais arrecadadores das rendas da coroa; pessoas que exerciam cargos na administração da coroa e da fazenda real. Dizia ainda, que os grandes senhores do reino, nomeadamente; infantes, arcebispos e bispos, condes e mestres, abades e priores, comendadores, cavaleiros e escudeiros, não contratassem nenhum judeu para as funções de vedores, mordomos, recebedores, contadores ou escrivães. Quem desrespeitasse esta lei teria de pagar uma multa, que variava consoante a sua posição social isto é, se fosse infante, arcebispo, conde, mestre, prior da Ordem do Hospital, ou prior de Santa Cruz,

¹¹⁰⁰ David Augusto Canelo, *Os últimos criptojudéus em Portugal*, Belmonte, Câmara Municipal de Belmonte, 2001, p.26

¹¹⁰¹ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Título LXXXV “Que os judeos nom sejam Officiaaes d’ELRey, nem dos Iffantes, nem de quaeesquer outros Senhores.”

ou abade Beneditino teria de pagar a quantia de mil dobras de ouro à coroa. Aos outros grandes senhores do reino a multa a pagar era de quinhentas dobras de ouro. E o judeu que aceitasse o cargo de oficial seria açoitado cem vezes em público. Embora fossem severas as penas esta lei foi sistematicamente incumprida.

☆ D. Sancho II – reinou de 1223 a 1248

No reinado de D. Sancho II, há um retrocesso quanto às políticas mais restritivas e à posição jurídica dos judeus, já que este rei decidiu abandonar algumas leis feitas por seu pai, como por exemplo a que dizia que os judeus não podiam exercer cargos públicos¹¹⁰². Empregou pois judeus no serviço do Estado, em cargos públicos, já que eram observadas as aptidões e capacidades destes para exercer estes cargos nomeadamente de tesoureiros e almoxarifes, o que desagradou profundamente ao Papa Gregório IX, que já não lhe era muito favorável, pois recebia através dos clérigos portugueses queixas sobre a protecção e privilégios que o rei concedia aos judeus. O Papa chamou a atenção de D. Sancho, já que as nomeações que o rei fazia, iam contra as disposições regulamentadas no IV Concílio de Latrão que tivera lugar em 1215, ainda com D. Afonso II no trono. No entanto todas estas tentativas de pressão, não vieram influenciar as decisões reais, já que D. Sancho II sabia que a coroa necessitava dos préstimos dos judeus, quer por causa de serem eles os únicos que rapidamente poderiam satisfazer as permanentes urgências económicas da coroa, quer devido às receitas económicas que a coroa recebia das populações judaicas, vindas dos pesados tributos, como eram o caso da capitação, sisa judenga, genesim, judenga e arabiado entre outros. Tributos esses indispensáveis para que os judeus pudessem praticar com alguma liberdade a sua religião, e os seus usos e costumes, dentro de uma sociedade maioritariamente cristã¹¹⁰³.

☆ D. Afonso III – reinou de 1248 a 1279

D. Afonso III embora tivesse chegado ao trono com o auxílio do poder clerical, não afastou nenhum judeu dos cargos públicos. E chegou mesmo a não conferir grandes penas àqueles que não acatassem a lei contida na bula de Gregório IX, a qual dizia que

¹¹⁰² Jorge Martins, “*Portugal e os Judeus*”. Dos primórdios da nacionalidade à legislação pombalina, Vol. I, Lisboa, Nova Vega Edições, 2006, p. 118

¹¹⁰³ David Augusto Canelo, *Os últimos criptojudéus em Portugal*, Belmonte, Câmara Municipal de Belmonte, 2001, p.27

os judeus deviam pagar dizima à Igreja, e deveriam usar distintivos para melhor serem identificados.

A política do rei D. Afonso III tentou ser a mais justa possível¹¹⁰⁴ para com os judeus habitantes no reino, e observando a cada vez maior animosidade dos cristãos para com os judeus tentou fazer leis que punissem ambos, os judeus e os cristãos que os tentavam aliciar à prática de más acções. Como é o caso da punição do judeu que assaltasse uma igreja a mando de um cristão.¹¹⁰⁵ O rei ordenou que o judeu que assaltasse uma igreja seria queimado diante do público à porta dessa igreja, e o cristão mandante do arrombamento e assalto se fosse cavaleiro pagava uma multa de trezentos maravedis e era degredado do reino por um ano. E se fosse um escudeiro, peão ou outro homem de idêntica condição social devia ser morto.

Também providenciou o rei que acabassem os empréstimos que os cristãos pediam aos judeus sob hipoteca, já que era em muitos casos uma manobra que levava os cristãos a livrarem-se das dívidas, já que depois de hipotecarem algo, efectuavam “uma venda, geralmente fictícia, esperando livrar-se da dívida”¹¹⁰⁶.

Outra situação regulamentada por D. Afonso III foi a questão dos litígios entre cristãos e judeus, onde tanto o judeu como o cristão poderiam testemunhar. No entanto em querelas entre cristãos, um judeu além de não poder ser testemunha não podia ser inquiridor, nem procurador nem advogado. Quando fosse nomeado testemunha, antes de depor o judeu, era obrigado a ir até à sinagoga para jurar sobre a Tora, que ia só dizer a verdade, no tribunal. Esta cerimónia contava com a presença do rabi da comuna e de um cristão. Só depois iria prestar o seu depoimento frente ao tribunal¹¹⁰⁷.

☆ D. Dinis – reinou de 1279 a 1325

O rei D. Dinis prosseguiu com esta prática de igualdade perante judeus e cristãos, relativo ao testemunho quando o litígio era entre estas duas partes. Só em 1321 aparecem modificações quanto a este tema, já que o rei ordenou que num litígio de cristão contra judeu passasse a ser válido só o testemunho de um cristão, caso fosse uma pessoa de boa reputação, em detrimento do testemunho de um judeu.

¹¹⁰⁴ Meyer Kayserling, “*História dos Judeus em Portugal*”, São Paulo, Livraria Pioneira, 1971

¹¹⁰⁵ *Ordenações Afonsinas*, Livro II Título LXXXVII, “Do Judeo, que rompe a Igreja per mandado d’algum Christpão.”

¹¹⁰⁶ Meyer Kayserling, “*História dos Judeus em Portugal*”, São Paulo, Livraria Pioneira, 1971

¹¹⁰⁷ David Augusto Canelo, “*Os últimos criptojudéus em Portugal*”, Belmonte, Câmara Municipal de Belmonte, 2001, p.27

Durante o reinado de D. Dinis continuavam a existir protestos pela parte do clero, da nobreza e dos populares cristãos, sobre a questão do uso de um sinal identificativo que os judeus deveriam usar em público, e sobre a nomeação de judeus para os cargos públicos administrativos.

Este conflito com as instâncias clericais foi ao início parcialmente resolvido por uma concordata conhecida como a Concordata dos Quarenta Artigos, onde no artigo vigésimo sétimo, o rei comprometia-se a respeitar as regulamentações do IV Concílio de Latrão.

Contrariando as leis canónicas, D. Dinis não aplicou punições a quem não trouxesse o sinal no peito, e dispensou também os judeus do pagamento da dízima à Igreja.

Despertando ainda mais a ira católica, o rei confiou aos rabis a administração de todas as rendas públicas do reino, ordenado nesta época em sete províncias; Santarém, Viseu, Covilhã, Porto, Torre de Moncorvo, Évora e Faro. Esta administração seria superintendida pelo rabi-mor D. Judas¹¹⁰⁸.

Mais uma vez estas disposições reais, são do conhecimento de Roma, já que o clero queixava-se do não cumprimento do pacto estabelecido pela Concordata. E em 1309 fez-se uma nova Concordata entre o rei e a Igreja, onde eram salientados os artigos anteriores respeitantes a este assunto, e onde o monarca português renovava a sua disposição de aceitar estas predisposições da Igreja.

Mas, novamente, foi em vão esta esperança dos clérigos cristãos, pois o rei continuava a sua política anterior, de conceder estas liberdades aos judeus, já que também a coroa ficava a ganhar com a permanência e aumento da população judaica.

Em todo o país iam crescendo as comunas judaicas e o rei dirigia-se aos seus habitantes como “os meus judeus”¹¹⁰⁹. Já com D. Guedelha, filho de D. Judas, como rabi-mor, foi apresentada uma queixa ao rei, por parte dos judeus, que afirmavam que os juízes cristãos não agiam com justiça e de acordo com a lei quando os casos estavam relacionados com judeus. Pois, segundo estes, os juízes conspiravam, e faziam com que os judeus perdessem os processos, chegando ao ponto de convocar cristãos como testemunhas parciais.¹¹¹⁰ D. Dinis ordenou então aos juízes para não admitirem mais testemunhas ilegais, e que passassem a tratar todas as questões envolvendo judeus com

¹¹⁰⁸ Jorge Martins, “*Portugal e os Judeus*”. Dos primórdios da nacionalidade à legislação pombalina, Vol. I, Lisboa, Nova Vega Edições, 2006, p. 119

¹¹⁰⁹ Jorge Martins, “*Portugal e os Judeus*”. Dos primórdios da nacionalidade à legislação pombalina, Vol. I, Lisboa, Nova Vega Edições, 2006, p. 119

¹¹¹⁰ Meyer Kayserling, “*História dos Judeus em Portugal*”, São Paulo, Livraria Pioneira, 1971

a maior imparcialidade, concedendo-lhes todos os seus direitos garantidos desde o tempo dos anteriores monarcas.¹¹¹¹ Mais uma vez estas medidas a favor dos judeus criavam um sentimento de crítica por parte dos cristãos que achavam que o rei estava a proteger e a favorecer a população judaica.

☆ D. Afonso IV – reinou de 1325 a 1357

O rei D. Afonso IV criou vários impostos e em 1325 em Abril aquando as Cortes de Évora, obrigou por lei os judeus a usarem publicamente uma estrela hexagonal amarela – mais tarde a cor seria mudada para vermelho –, como símbolo distintivo, que deveria ser colocada no chapéu ou no casaco. Mas mais uma vez tal como aconteceu nos reinados anteriores, a lei não foi cumprida por todos. Também proibiu o rei, poderem os judeus usar colares de ouro ou prata, e tinham por obrigação usar o cabelo curto. E ainda nas mesmas Cortes no Artigo 12º dos artigos especiais de Santarém proibiu os judeus de serem correctores de mercadorias e de os seus testemunhos equivalerem ao dos cristãos. Salvo se esse testemunho fosse provado por cristãos.¹¹¹² Em 1331 nas Cortes de Santarém, nos capítulos gerais, mais queixas se ouviam contra os judeus, desta vez contra a usura. As suas queixas foram ouvidas e o rei mandou que os judeus parassem de fazer usura e de fazer contratos “usureiros”. (Artigo 22º)¹¹¹³.

Em 1340 nova proibição contra a usura, (Artigo 30º) devido aos inúmeros protestos das populações, o rei ordena que parassem com as usuras, já que muitos cristãos estavam a perder os seus bens para pagarem aos judeus.

Enquanto os anos iam passando, mais se via a inquietação judaica, perante o ódio crescente dos cristãos. E a protecção concedida pelo rei só era possível mediante o pagamento de elevadas quantias. E no ano de 1348 os judeus precisavam realmente da protecção real, pois surgiu a peste negra e o povo cristão acreditando no que a Igreja dizia, culpavam os judeus pela vinda de tão grave epidemia. E só a autoridade do rei conseguiu evitar muitos ataques feitos pelos cristãos contra o povo judaico.

¹¹¹¹ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Título LXXXVIII “ Que nom valha testemunho de Chrisptaão contra Judeo sem testemunho de Judeo, e o Juiz valha contra eles no que se passar perante ele.”

¹¹¹² *Cortes Portuguesas, Reinado de D. Afonso IV (1325 – 1357)*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1982, p. 16

¹¹¹³ *Cortes Portuguesas, Reinado de D. Afonso IV (1325 – 1357)*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1982, p.35

Em 1352 regulamentou as leis fiscais da comuna, como podemos observar nas Ordenações Afonsinas,¹¹¹⁴ todo aquele judeu que tivesse idade superior a catorze anos, se fosse casado ou viúvo tinha de pagar à coroa vinte soldos em cada ano. E a mulher judia, se fosse casada ou viúva tinha de pagar dez soldos. Quanto às crianças também tinham de pagar a partir dos sete anos de idade; os rapazes até aos catorze anos pagariam cinco soldos. As meninas pagariam dois soldos e meio até aos doze anos, e daí por diante se não fossem casadas e vivessem com os pais ou sob a tutela de outrem tinham de pagar meio maravedi, ou seja, sete soldos e meio. E se vivessem por sua conta tinham de pagar dez soldos. E o judeu maior de catorze anos não sendo casado e vivendo sob a tutela de alguém, tinha de pagar em cada ano um maravedi, que são quinze soldos, e se vivesse por sua conta pagaria vinte soldos.

Também vem referido no mesmo título das Ordenações Afonsinas que, quanto aos produtos, havia impostos fiscais, como no caso do vinho, em que todo o judeu ou judia que extraísse vinho teria de pagar por cada tonel quarenta soldos. E se vendesse as uvas, estimavam-se quantos tonéis de vinho poderiam ser obtidos e teria de pagar também quarenta soldos por cada tonel. E todo o judeu que pretendesse colher as uvas, tinha de informar os fiscais régios, nomeadamente o Colhedor e o Escrivão, e se não o fizesse perderia todas as uvas que ia colher e passariam para propriedade do rei. E se as colhesse ou as desse a colher mas depois escondesse algum tonel de vinho, perderia esse tonel. E se depois desta punição, voltasse a cometer o mesmo erro, perderia todo o vinho, ou todas as uvas que tivesse, e há terceira vez que isso acontecesse perderia todo o vinho e seria castigado ou com prisão ou com açoites, além de ter de pagar uma multa. Todo o judeu que comprasse uvas para fazer vinho, e as vendesse antes de fazer vinho teria de pagar seis dinheiros por cada almude (medida para líquidos ou cereais) pela medida de Lisboa. E se quisesse o vinho para beber teria de pagar também seis dinheiros por almude, salvo se fossem suas as vinhas. E o vendedor de vinho devia fazer um juramento aos fiscais, e dizer tudo quanto vendeu, e se mentisse e soubessem que vendeu mais do que aquilo que jurou, perderia o que ganhou com essa venda. E se vendesse o vinho em pequenas quantidades, em copos por exemplo, teria de pagar dois soldos por cada almude, e se vendesse tonéis, por cada um teria de pagar cinco libras. E mandava o rei que os seus fiscais vissem as adegas dos judeus, para contabilizarem

¹¹¹⁴ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Título LXXIII “De como as Comunas dos Judeos ham de pagar o serviço Real”

quantos tonéis tinham enchido os judeus. Se o judeu vendesse vinho a um cristão teria de contar aos fiscais e pagaria seis dinheiros por cada almude, e se vendesse o vinho por copo teria de pagar dois soldos.

No que dizia respeito aos animais, também existiam taxas a ser pagas pelos judeus. Pois teriam de pagar pelo que consumiam, pelo que possuíam, e pelo que vendiam.

Quanto às outras mercadorias vendidas pelos judeus, como o mel, cera, azeite, panos, prata, ouro, ferro, cobre, ou outras mercadorias vendidas a retalho ou a grosso, teriam de pagar quatro libras. E todas as mercadorias que fossem vendidas ou trocadas teriam de ser do conhecimento do Colhedor e do Escrivão. E caso esse mesmo comércio fosse feito fora da vila de jurisdição desses fiscais, o judeu teria também de dar conhecimento ao Tabelião desse lugar, e não o houver teria de fazer a transacção perante testemunhas.

Ainda em 1352 nas Cortes de Lisboa, no artigo 4º dos capítulos gerais, o povo queixava-se dizendo que os judeus não deviam fazer contratos com os cristãos, e que deviam ser eles a lavrar as suas terras. O rei discorda, devido às rendas que usufruía e que baixariam se os judeus trabalhassem terras próprias. Mas volta a prometer que será implacável com a usura. Mas também aqui os judeus pedem ao rei que interceda por eles já que os Vedores da Chancelaria tinham levado uma dízima aos judeus de valor superior à estipulada, prometendo o rei que isso deixaria de existir e que passariam a pagar o valor real da dízima.¹¹¹⁵

Em 1354 D. Afonso IV regula uma lei que proíbe os judeus de tivessem mais de quinhentas libras de saírem do país sem autorização régia, e caso não acatassem essa ordem perderiam todos os seus haveres que passariam a ser propriedade do rei, e as próprias pessoas que iriam viajar com esse judeu, como por exemplo a mulher e os filhos, passariam a ser também propriedade real.

No entanto havia judeus protegidos pelo rei, que gozavam de certos e até grandes privilégios. Como é o caso do rabi-mor, que foi dispensado de dar a conhecer os seus bens móveis e imóveis, e ficou assim isento dos respectivos impostos, tal como o mestre Jacob, morador na cidade da Guarda que ficou isento do pagamento de foro.¹¹¹⁶

✧ D. Pedro I – reinou de 1357 a 1367

¹¹¹⁵ *Cortes Portuguesas, Reinado de D. Afonso IV (1325 – 1357)*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1982, pp.126-127

¹¹¹⁶ Jorge Martins, “*Portugal e os Judeus*”. Dos primórdios da nacionalidade à legislação pombalina, Vol. I, Lisboa, Nova Vega Edições, 2006, p.120

Com a subida ao trono de D. Pedro I a tolerância ao uso de distintivos nas roupas dos judeus manteve-se, tal como os privilégios concedidos ao rabi-mor que era almoxarife do reino. Manteve-se igualmente a resistência às imposições do poder clerical, vindo de Roma, e a queixas dos cristãos contra as judiarias de norte a sul do país, como aconteceu em 1361. Aquando as Cortes de Elvas realizadas em Maio, o clero, nos seus capítulos ressalva que oficiais da coroa prendiam e retiravam judeus que se abrigavam nas Igrejas, achando o clero que, já que isso era direito canónico, os oficiais não podiam prender e mandar sair os judeus ou quais quer outras pessoas que estivessem abrigadas nas igrejas. O qual o rei aceita e manda que se cumpram. (Artigo 4º).¹¹¹⁷

Mais uma vez havia nos capítulos Gerais destas Cortes no artigo 10º, acusações por parte da população cristã, que se afirmava contra a usura atestando que os judeus provocavam a ruína do povo; e que o rei contrariando a vontade do povo cristão tinha suspenso as penas impostas à usura. Neste caso D. Pedro vem dizer que os judeus não deviam fazer outros contratos além de contratos directos, – como bons mercadores e como faziam os cristãos, – mas se desrespeitassem essa norma e fizessem usura nos contratos teriam a pena de morte e o confisco de todos os bens.¹¹¹⁸

Fala-se também nestas Cortes de Elvas da questão de os judeus serem obrigados a apresentar as quantias certas de todos os produtos que obtivessem, e venderem essas quantias certas e não guardarem nada para venderem depois por um preço mais alto, (artigo 26º)¹¹¹⁹

Também nas mesmas Cortes a população de religião cristã mostrava-se descontente com o facto de os judeus residirem junto dos cristãos.¹¹²⁰ Sobre este último problema enunciado nas Cortes Gerais, no artigo 40º,¹¹²¹ D. Pedro, resolveu regulamentar a lei que proibia a população judaica de permanecer fora da judiaria após o pôr do sol, e proibia igualmente às mulheres cristãs, a entrada na judiaria a qualquer hora do dia ou da noite, excepto se acompanhadas por uma pessoa do sexo masculino. E caso estas

¹¹¹⁷ *Cortes Portuguesas, Reinado de D. Pedro I (1357 – 1367)*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1986, p.15. A.N.T.T., *Núcleo antigo*, nº8, fl 19vº

¹¹¹⁸ *Cortes Portuguesas, Reinado de D. Pedro I (1357 – 1367)*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1986, p.15. A.N.T.T., Suplemento de Cortes, Maço 1, Nº5, fl.3vº

¹¹¹⁹ *Cortes Portuguesas, Reinado de D. Pedro I (1357 – 1367)*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1986, p.15. A.N.T.T., Suplemento de Cortes, Maço 1, Nº5, fl.4vº

¹¹²⁰ Meyer Kayserling, “História dos Judeus em Portugal”, São Paulo, Livraria Pioneira, 1971

¹¹²¹ *Cortes Portuguesas, Reinado de D. Pedro I (1357 – 1367)*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1986, p.15. A.N.T.T., Suplemento de Cortes, Maço 1, Nº5, fl.6

ordens não fossem cumpridas a pena seria o açoitamento. D. Pedro regulamenta uma outra lei que diz respeito aos contratos feitos entre judeus e cristãos.¹¹²² Segundo esta ordenação os judeus que fizessem contratos com os cristãos teriam de se apresentar a um juiz, mas se devido a uma razão plausível não pudesse ser presente ao juiz teria de se apresentar perante um tabelião. Junto deste teria de estar um outro tabelião para escrever o contrato, e todos os custos seriam pagos pelo judeu, tendo como testemunhas o próprio judeu e três homens bons cristãos, sendo o negócio feito logo ali. Depois deverim fazer um juramento cada um na sua lei, de que vão respeitar o contrato. Mas se houvesse usura no contrato feita pelo judeu, este perderia o negócio, passando este para o cristão, e perdendo o judeu bens de valor igual ao do negócio. Valor esse entregue à coroa, sem outras punições para o judeu. Contudo se voltasse a fazer esta transgressão o valor a dar à coroa dobraria numa segunda vez e triplicaria à terceira infracção.

É igualmente no tempo de D. Pedro que algumas judiarias recebem cartas de confirmação, como é o caso da judiaria da Guarda e de Trancoso na Beira Interior. E é também neste reinado que os judeus começam a prestar serviço militar, junto das tropas reais.

☆ D. Fernando – reinou de 1367 a 1383

D. Fernando seguiu a linha política de seu pai, e também nomeou judeus para cargos públicos. Também deste reinado se conhecem cartas de confirmação para as comunas da Guarda e Trancoso na Beira Interior¹¹²³.

A má situação financeira da maioria da população devido à alteração da moeda, e desvalorização da antiga, juntamente com uma guerra com a vizinha Castela, veio incendiar os ânimos cristãos e um dos alvos foram de novo os vizinhos judeus. O povo descontrolado, desrespeita as leis e sujeita muitos judeus a maus-tratos. D. Fernando começa por em 1371 depois das Cortes de Lisboa, a tomar medidas de separação entre judeus e cristãos.

Em Fevereiro de 1378 os judeus de Leiria queixam-se ao rei, de confrontos existentes na semana santa e o rei proíbe que os judeus saiam das suas casas durante as procissões e dias santos cristãos, pois é nesses dias que mais se elevam os sentimentos de ódio aos

¹¹²² *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Título LXXIII “De como ham de ser feitos os contrautos antre os chrisptaões e os judeos”

¹¹²³ Jorge Martins, “*Portugal e os Judeus*”. Dos primórdios da nacionalidade à legislação pombalina, Vol. I, Lisboa, Nova Vega Edições, 2006, p.120

judeus. Impõe também D. Fernando uma multa de dez libras a cada cristão que ofendesse um judeu.¹¹²⁴

É com D. Fernando que começamos a encontrar o nome de alguns judeus moradores na Beira Interior na Chancelaria régia.

☆ D. João I – reinou de 1385 a 1433

São conturbados os primeiros anos de reinado de D. João I, principalmente para os judeus, que depois da instabilidade ocorrida ainda na regência de D. Leonor, e da guerra luso-castelhana em consequência da crise política de 1383, alguns judeus de maior nível económico vão para Espanha, seguindo D. Leonor.

Em 1391 já com D. João I no poder chegam notícias de conversões forçadas de judeus em Espanha, e de elevado número de mortos em vagas de anti-semitismo. Embora essas ondas de intenso terror não tenham chegado a Portugal, o facto é que o nosso país serviu de refúgio a muitos judeus conversos. Judeus esses que embora tivessem sido convertidos ao cristianismo em Espanha, chegados a Portugal renunciaram à fé cristã. Foi o suficiente para que muitos cristãos portugueses, denunciassem publicamente essas pessoas que rejeitam a fé cristã, com o intuito de se apropriarem dos bens dessas pessoas¹¹²⁵.

Contudo instalou-se um mal-estar latente entre as duas comunidades, e o rabi-mor do reino D. Moisés Navarro, temendo que o clero português também enveredasse pelos actos praticados nos reinos vizinhos, entregou a D. João I em Coimbra, em nome de todos os judeus habitantes do reino, uma bula do Papa Bonifácio IX, datada de 2 de Julho de 1389, baseada no édito de 5 de Julho de 1347, promulgado pelo Papa Clemente VI. Tal bula dizia que nenhum judeu deveria pela força e contra a sua vontade receber o sacramento cristão.¹¹²⁶ Mas se o quisesse receber, a igreja o acolheria de bom grado. D. João I mandou publicar esta lei num decreto de Junho de 1392, promulgando também uma lei com conteúdo idêntico, onde frisava também a proibição de ataque aos mouros.¹¹²⁷

¹¹²⁴ Meyer Kayserling, *“História dos Judeus em Portugal”*, São Paulo, Edições Pioneira, 1971, p. 24

¹¹²⁵ David Augusto Canelo, *“Os últimos criptojudéus em Portugal”*, Belmonte, Câmara Municipal de Belmonte, 2001, p.32

¹¹²⁶ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Título LXXXXVIII “Que nom façam tornar nenhum Judeo Chrisptão contra sua vontade”

¹¹²⁷ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Título CXX “Que nom mate alguum, ou feira o Mouro, nem lhe roube o seu, nem violle suas sepulturas, nem lhes embergue suas festas.”

Publicou também D. João I, uma lei, que vinha de encontro a outro pedido do rabi-mor D. Moisés Navarro, que dizia respeito aos imigrantes fugidos de Espanha, que estavam agora desamparados e com medo dos possíveis ataques cristãos. D. João I, depois de tomar conhecimento de toda a situação envolvente, publicou uma lei¹¹²⁸, segundo a qual todos os judeus, os naturais e os recém-chegados deveriam ser protegidos, e não fossem presos nem lhes tomassem os seus bens. Também aos judeus recém chegados, mandou o rei que não fossem presos, nem tomados os seus bens, caso o que houvesse contra eles seja o facto de que terem sido cristãos em Castela, aqui viverem como judeus. Também diz a lei que estes judeus que rejeitaram a fé cristã não podiam ser deportados.

D. João I estabeleceu ainda uma lei que dizia respeito àqueles judeus que se tinham convertido ao catolicismo. Dizia a lei que quem chamasse judeu à pessoa que se tinha convertido à fé cristã, pagaria de coima de trinta corvas a favor daquele que o denunciara.¹¹²⁹

Em 1416 espalhou-se um rumor de que havia judeus que andavam a comprar ouro, prata, moedas e falsificando dinheiro. Ora estas práticas iam contra uma lei¹¹³⁰ que dizia que todo o judeu que comprasse ou vendesse ouro, prata ou moedas, sem licença para tal, perderia todos os bens móveis e imóveis, que passariam a pertencer à Coroa. O rabi-mor D. Judà Ibn Jachia Negro foi junto do rei, defender os judeus, dizendo que o boato era falso, e que quem estaria por detrás desse rumor eram os cristãos, nomeadamente os cortesãos empobrecidos e os frades mendicantes, pois o que queriam era lucrar com algum dinheiro da denúncia e com a ruína dos judeus. D. João tomou providências, ordenando que as autoridades só actuassem quando tivessem provas incontestáveis.

A um de Março de 1422 em Tentúgal, o rei outorgou que os inspectores da cavalaria estavam proibidos de obrigar os judeus já convertidos a pagarem contribuições para o sustento de cavalos para o serviço militar, mesmo que esses conversos tivessem condições para tal, e que estes mesmos estavam também proibidos de possuírem qualquer arma.¹¹³¹ Também promulgou o rei que os judeus poderiam não comparecer

¹¹²⁸ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Título LXXVII “Que os Judeos nom sejam presos por dizerem contra eles, que se tornaram Chrisptaaõs em Castella, salvo seendo delles querellado”

¹¹²⁹ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Título LXXXVIII “Do que doesta Chrisptaaõ que foi Judeo, que responda sobrello perante o Juiz secular.”

¹¹³⁰ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Titulo LXXXVIII “Da forma, em que há de seer feita a doaçom, que ElRey fezer dos bens d’algum Judeo, por comprar ouro, prata, ou moedas”

¹¹³¹ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Titulo LXXXIII “Do Privilegio dado ao Judeo, que se torna Chrisptão”

perante os tribunais aos sábados e dias de festa¹¹³², lei esta muito aplaudida pela população judaica.

Houve neste tempo uma preocupação em regulamentar as questões do divórcio entre judias e conversos. Pois acontecia que alguns judeus casados resolviam converter-se à fé cristã, e deixavam as suas esposas judias. E pela lei judaica estas mulheres não podiam voltar a casar sem que o antigo marido lhes desse uma carta de divórcio, escrita em hebraico, e contendo regras especiais. Como muitos cristãos-novos não queriam dar essas cartas de divórcio, as esposas judias fizeram as suas queixas ao rei, por intermédio de do rabi-mor, pedindo ao rei que defendesse os seus direitos, e proclamasse uma lei que obrigasse os convertidos a dar a carta de divórcio.¹¹³³ D. João I assim fez, obrigando os judeus conversos a darem a carta de divórcio às suas mulheres judias, escrita em hebraico e conforme o formulário regulado pela norma rabínica.

D. João I não conferiu só privilégio aos judeus, também mandou aplicar algumas medidas limitativas, que não deviam ser entendidas como medidas de afirmação de um antagonismo ou como leis anti judaicas, mas sim como tentativas de evitar movimentos de violência por parte da população cristã. Uma dessas medidas foi a obrigação do uso do distintivo¹¹³⁴, lei proclamada em vinte de Fevereiro de 1429 em Évora. Dizia a ordenação que o povo se tinha queixado nas Cortes, dizendo que a maior parte dos judeus não traziam o devido sinal no peito ou no chapéu, e que aqueles que o traziam mal se via de tão pequeno que era, ou então havia que trouxesse uma estrela de duas ou três pernas, ou o traziam descosido, ou mesmo escondido para se confundirem com os cristãos. Colocadas estas acusação outorgou o rei que os judeus eram obrigados a trazer consigo um distintivo vermelho de seis pernas, colocado no peito por cima da roupa que trouxerem vestida, e que tivesse o tamanho do selo redondo usado pelo rei. E quem desrespeitasse esta ordem, e não utilizasse o sinal, seria preso até ordem do rei, e perderia a roupa com que estava. Aquele que trouxesse o sinal mais pequeno que o tamanho do selo do rei, ou fora do local correcto, ou descosido, ou mesmo encoberto, tinha como punição perder a roupa que trazia e ficar quinze dias preso na cadeia. D.

¹¹³² *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Título LXXXX “Que o Judeo ao sábado nom seja constringido a responder em júzo”

¹¹³³ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Título LXXII “De como os Judeos, que se tornaõ Chrisptaõs, ham de dar Carta de quitaçom aas molheres, que ficaõ Judias, passado hum ano.”

¹¹³⁴ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Título LXXXVI “Que os judeos tragam sinaaes vermelhos”

João proclamou ainda uma lei em 1438¹¹³⁵ que obrigava os judeus a habitarem só nas judiarias como aliás era lei nos reinados anteriores, e não podiam sair das judiarias de noite sob pena de serem presos e ficarem sem os seus bens.

Também lhes proibiu o ingresso a alguns cargos públicos, além de proibir igualmente os tabeliães das comunas de passarem cartas, escrituras e outros documentos em língua hebraica, como até então acontecia, sob pena de morte.¹¹³⁶

Também lhes foi proibida a permanência em tabernas cristãs.¹¹³⁷ Dizia a lei que todo o judeu que estivesse a beber vinho numa taberna cristã tinha de pagar cinquenta reais brancos. Em 1440 D. João I outorga a lei de que proibia os judeus de levar armas quando fossem a festas ou receber a corte a qualquer local do reino¹¹³⁸. Se essa lei fosse desrespeitada, as armas ser-lhes-ão retiradas e as comunas de onde os fossem habitantes teriam de pagar mil dobras de ouro, para a Câmara do rei.

☆ D. Duarte – reinou de 1433 a 1438

D. Duarte teve um reinado muito curto, contudo estabeleceu algumas leis pouco favoráveis para os judeus habitantes no reino. Era o início de uma mudança no secular “estado de graça” de que os judeus gozavam, em nomeadamente por via da protecção real¹¹³⁹. Uma das medidas mais notórias é a tentativa de proibição de qualquer contacto entre judeus e cristãos. Constituiu várias leis para esse fim entre as quais a que dizia que nenhum judeu podia ter um empregado cristão.¹¹⁴⁰

Outra lei outorgada pelo rei proibia que os judeus entrassem em casa de mulheres cristãs.¹¹⁴¹ Dizia a lei que com o intuito de procurar impedir a convivência entre judeus e cristãos, se proibia que um judeu entre em casa de uma cristã, sendo ela um religiosa, viúva, solteira ou casada sem a presença do marido. E se o judeu ou judia tiver algum assunto a tratar com a cristã, que trate na rua ou à porta de casa, mas sem entrar dentro

¹¹³⁵ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Titulo LXXVI “De como os Judeos ham de viver apartados em Judarias apartadamente”

¹¹³⁶ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Titulo LXXXIII “De como os Tabelliaes dos Judeos haõ de fazer suas escrituras”

¹¹³⁷ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Titulo LXXXI “Do Judeo, que bebe na taverna”

¹¹³⁸ *Ordenações Afoninas*, Livro II, Titulo LXXV “De como os Judeos nom ham de levar armas quando forem a receber ElRey, ou fazer outros jogos.

¹¹³⁹ Jorge Martins, “*Portugal e os Judeus*”. Dos primórdios da nacionalidade à legislação pombalina, Vol. I, Lisboa, Nova Vega Edições, 2006, p.121

¹¹⁴⁰ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Titulo LXVI “Que o Judeo nom tenha mancebo Chrisptaõ por soldada nem a bem fazer”

¹¹⁴¹ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Titulo LXVII “Que os Judeos nom entrem em casa de Chrisptaãs nem as Chrisptaãs em casa de Judeos”

da casa, e nem tenham outras conversas. A lei deixava de ser aplicada quando o judeu fosse físico, cirurgião, alfaiate, dubador¹¹⁴² de roupa velha, tecelão, besteiro de lã¹¹⁴³, pedreiro, carpinteiro ou de outras profissões que obrigassem a entrar em casa. Mas só podiam permanecer o tempo necessário para fazerem o seu serviço profissional. Se fosse mercador e se a mulher cristã lhe comprasse alguma mercadoria, poderia entrar na casa estando presentes mais dois homens ou duas mulheres cristãs. Mas se o mercador resolvesse ir a casa da mulher cristã sem a presença de mais duas pessoas, poderia fazê-lo uma vez, à segunda teria como punição pagar cinquenta mil libras, e esse dinheiro seria dividido em três partes: duas para o acusador, e a terceira para a coroa. Se o mercador insistisse e fosse a casa da mulher cristã sem lá estarem as outras duas pessoas uma terceira vez, seria açoitado em público. Por outro lado nenhum judeu, fosse ferreiro, mercador ou artífice não deveria deixar que uma mulher cristã entrasse nas suas tendas que ficavam junto de suas casas, salvo se fossem acompanhadas por um cristão adulto, e aquelas que desacatassem esta lei teriam de pagar cinquenta mil libras, divididas em três partes: duas para o acusador e outra para a coroa. Mas se fossem mulheres de baixa condição, pela primeira vez que infringissem a lei teriam de pagar dez mil libras, à segunda pagam vinte mil libras e à terceira vez eram açoitadas publicamente.

Também proibiu os judeus de arrendarem bens das igrejas, ou de outros locais religiosos.¹¹⁴⁴ Consta da lei que os judeus arrendadores não podiam cobrar dízimas e oferendas, caso contrário tinham como punição, pagar cinquenta mil libras que passavam a pertencer à pessoa que o acusasse, e além disso também seria açoitado cem vezes publicamente.

Igualmente outorga D. Duarte que os judeus não devem ser poupados a pagar certos tributos.¹¹⁴⁵ Diz a lei que os judeus queriam se equiparar aos vizinhos e moradores cristãos, e deixarem de pagar certos tributos como portagens, passagens e costumagens¹¹⁴⁶. Mas segundo o rei não podiam os judeus serem dispensados de pagar estes impostos.

¹¹⁴² Consertador; quem conserta roupa ou calçado velho.

¹¹⁴³ Cardadores.

¹¹⁴⁴ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Título LXVIII “Que os Judeos nom arrendem Igrejas, nem Moesteiros, nem as rendas delles”

¹¹⁴⁵ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Título LXVIII “Que os Judeos nom sejam escusados de pagar Portage, nem avudos por vizinhos em alguã Villa, ainda que hi morem longamente”

¹¹⁴⁶ Era um imposto que se pagava por antigo costume, e não por lei escrita.

Outra lei feita pelo rei diz respeito à lei da avoenga.¹¹⁴⁷ Explica a lei que os judeus não tinham direito à lei da avoenga, tal como tinham os cristãos. E se um judeu comprasse alguns bens de raiz a um cristão, e se depois o filho ou neto desse cristão quisesse retirar esses bens da posse do judeu poderia fazê-lo pela lei da avoenga. Com o Édito de 1436 D. Duarte proíbe os judeus de exercerem qualquer cargo público, medida essa que não podia ser desobedecida como em anteriores reinados. Provando assim que os judeus estavam a ser distanciados de altos cargos de liderança, para contentamento da população cristã, onde o ódio para com os judeus ganhava força tal como vinha acontecendo nos reinos vizinhos.

☆ D. Afonso V – reinou de 1438 a 1481

O reinado de D. Afonso V começou como sendo um dos mais favoráveis para a comunidade judaica, pois as limitações a que estavam sujeitos nos reinados anteriores, começaram a ser esquecidas. Podiam viver fora das judiarias, não usavam os sinais distintivos, e exerciam cargos públicos, além de poderem comunicar livremente com a comunidade cristã. Estas liberdades estimulavam cada vez mais o ódio do povo para com os judeus. Algumas judiarias foram porém vítimas de assaltos e muitos judeus foram mortos. Contudo, não temos conhecimento de ataques nesta época às judiarias da Beira Interior.

As queixas da plebe iam-se sucedendo nas Cortes ano após ano. E nas Cortes de Coimbra de 18 de Março de 1473, exigiu-se que o rei tomasse medidas que proibissem que os judeus pudessem arrendar os tributos das Igrejas. Pediam também que fosse posta em vigor a lei que afirmava que os criminosos de origem judaica só encontrariam refúgio nas igrejas caso se convertessem à fé cristã. Pediu-se ainda nas Cortes que os rabinos se limitassem aos casos cíveis, e que nos casos de litígio, mesmo entre judeus, fosse escolhido um juiz cristão. Devido a estas pressões populares, o rei teve de regulamentar algumas leis restritivas tendo como base legislações dos seus antecessores, descritas nas Ordenações Afonsinas. Como D. Afonso manda que se guarde todas as leis respeitantes ao judeus, iremos aqui demonstrar algumas delas tendo em conta sobretudo aquelas que foram modificadas por ele.

¹¹⁴⁷ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Título LXX “Que os Judeos nom gouvam do privilegio, e beneficio da Ley da Avoenga”

D. Afonso vai confirmar certas leis do seu pai D. Duarte. Uma dessas leis dizia respeito à proibição de os judeus terem criados cristãos, fosse para trabalharem nas casas ou nos campos, tendo salário ou apenas comida e roupas. (Livro II Título LXVI). Quanto à lei que dizia que tanto os judeus como as cristãs não podiam entrar em casa uns dos outros sem estarem acompanhados. D. Afonso tendo em conta a lei anterior, faz uma pequena modificação declarando que a mulher cristã podia entrar nas tendas de panos dos mercadores judeus que estão abertas ao público contanto que leve consigo um homem cristão adulto a acompanhá-la. Não podendo contudo a mulher cristã entrar em outra casa de judeu. (Livro II, Título LXVII) Proíbe D. Afonso que os judeus arrendem Igrejas e locais religiosos, assim como os seus bens, ou as suas rendas, quer sejam dízimas ou oferendas, sob pena de ter de pagar cinquenta mil libras e cem açoites publicamente se desobedecesse à lei. (Livro II, Título LXVIII)

Também confirma D. Afonso que os judeus têm de pagar todos os tributos em vigor nos forais das vilas e cidades mesmo que morem nelas há muito tempo. (Livro II, Título LXVIII) Igualmente confirma a lei de que os judeus não podem usufruir da lei da Avoenga, ao contrário dos cristãos. (Livro II, Título LXX)

O rei D. Afonso V vai proclamar uma lei já existente no tempo de seu avô D. João I, que diz respeito à obrigação de um judeu converso dar carta de divórcio à sua esposa judia quando a deixa. Só que D. Afonso V vai modificar um pouco esta lei, dizendo, que o cristão-novo teria de ficar a viver com a sua esposa judia durante um ano, se nesse tempo a sua mulher judia não se convertesse ao catolicismo então teria de lhe conceder a carta de divórcio. (Livro II, Título LXXII)

Quanto a uma lei feita por D. Pedro I que dizia respeito aos contratos feitos entre judeus e cristão, o rei D. Afonso V vai regulamentá-la, dizendo que judeus e cristãos podem estabelecer contratos desde que não haja usura. (Livro II, Título LXXIII). Também uma lei de D. Afonso IV mereceu a atenção do rei que a manda cumprir: trata-se dos tributos a serem pagos pelos judeus à coroa, nomeadamente sobre os produtos agrícolas e pastorícios consumíveis, como o vinho, a carne e o peixe. (Livro II, Título LXXIII)

Com D. Afonso V, a lei de os judeus não poderem levar armas para as festas surge com uma nova disposição. Diz a lei que se o judeu levar uma arma para as festas sem consentimento da sua comuna, é feito cativo e todos os seus bens passam para a coroa. Se o judeu for casado, os bens pertencentes à sua mulher ficam salvos. E a dita comuna

não tem nenhuma punição. Mas se foi a comuna que deu o consentimento ou mandou o judeu levar armas, a comuna passa a ter de pagar mil dobras de ouro tal como acontecia no tempo de D. João I. E o judeu fica na mesma cativo e perde todos os seus bens. (Livro II, Título LXXV)

Outra lei aprovada pelo rei, obriga os judeus a terem de viver dentro das judiarias para desgosto dos que já viviam entre os cristãos. O rei ordena então que em todos os lugares onde houverem dez ou mais judeus, estes são obrigados a viver separados dos cristãos, como acontecia nos reinados anteriores. (Livro II, Título LXXVI) Interrelacionada está outra lei que diz respeito às punições que têm os judeus que saírem das judiarias à noite. Já que era proibido andarem pela cidade depois da hora de toque do sino. E se os judeus não fossem viajantes ou tivessem profissões como de físico ou cirurgião, que podem ser necessárias à população cristã a qualquer hora, seriam presos e teriam de pagar uma multa de cinco mil libras pela primeira vez, à segunda pagariam dez mil libras e à terceira infração seriam açoitados publicamente, como acontecia no tempo de D. João I (Livro II, Título LXXX)

No que diz respeito aos conversos D. Afonso V, confirma uma lei de seu avô que dá ao judeu converso o privilégio de pagar tributos para o sustento dos cavalos dos serviços militares tal como deixarem de ter armas. Esta lei foi alargada a todo o cristão que se casasse com uma judia depois de baptizada. (Livro II, Título LXXXIII)

Também são conhecidas as confirmações das antigas leis que proíbem os judeus de trabalharem como oficiais da coroa e dos grandes senhores da corte (Livro II, Título LXXXV), e obrigam os judeus ao uso de sinais distintivos vermelhos de seis pontas que deviam ser colocados por cima da roupa junto ao peito. (Livro II, Título LXXXVI). Leis essas que como atrás vimos não eram cumpridas por todos no tempo de D. Afonso V.

Outra lei fala sobre o assalto de igrejas por parte de judeus mandados por cristãos. O rei manda que se cumpra esta lei com uma pequena mudança: além do que consta na lei de D. Afonso III, se o mandante fosse um cavaleiro ou fidalgo de solar, que não estivesse ao serviço da coroa, então teria de pagar cem escudos de ouro e seria exilado do reino por dois anos. E se fosse de outra condição mais baixa seria morto (Livro II, Título LXXXVII).

Tendo em conta as questões jurídicas dos litígios entre cristãos e judeus, D. Dinis regulamenta uma lei sobre a questão das testemunhas nos casos cíveis (Livro II, Título

LXXXVIII). A essa lei D. Afonso V promove uma adenda, segundo a qual se houvesse uma contenda entre um cristão e um judeu, e se o cristão tivesse uma testemunha cristã, e se o judeu quisesse ter também uma testemunha cristã, poderia segunda esta lei tê-la, não necessitando de ter uma testemunha da fé judaica. E querendo o judeu envolvido no litígio ter como testemunha só um judeu contra o cristão não o poderia fazer, pois esse testemunho não seria valido salvo se levasse além desse judeu um cristão. E se a contenda fosse entre duas pessoas judias, nesse caso cada um poderia ter como testemunha um cristão. E nas discórdias entre cristãos o testemunho de um judeu valeria se fosse confirmado por um testemunho cristão. Nos casos de não haver estas testemunhas, o depoimento de um judeu seria válido se assim o juiz o entendesse, depois de conhecer a condição do judeu e onde ocorreu o crime.

No que diz respeito à lei que proibia os tabeliães das comunas de escrever os documentos oficiais em hebraico, tendo como pena no tempo de D. João I a morte, sofrerá algumas mudanças neste reinado de D. Afonso V, já que achando o rei que a pena era excessiva pelo simples facto de escrever os documentos em língua hebraica, o rei muda a pena para o açoitamento publico e a perda do cargo de tabelião para sempre (Livro II, Título LXXXIII).

Quanto à lei da proibição dos judeus beberem nas tavernas cristãs (Livro II, Título LXXXI), D. João I tinha imposto como punição o pagamento de cinquenta reais brancos. D. Afonso confirma esse valor e manda que esse dinheiro seja dado ao alcaide-mor do local, mas esta lei só era aplicada em locais onde existissem comunas judaicas com tabernas próprias. Caso no local não houvesse uma taberna judia, a lei deixaria de ser aplicada.

A antiga lei que dizia que nenhum judeu devia ser forçado a tornar-se cristão, sofre um acréscimo neste tempo devido às súplicas dos judeus, que acusavam os cristãos de os atormentar devido à sua religião. Assim D. Afonso proibia os cristãos do seu reino de forçar os judeus a receber o sacramento do baptismo contra sua vontade, proibindo ainda os mesmos cristãos de agredirem, assaltarem ou matarem algum judeu, e interromperem as suas festas, as suas cerimónias religiosas e assaltarem os seus cemitérios (Livro II, Título LXXXIII)

Quando o judeu se torna cristão não deve poder voltar à fé judaica como reza a antiga lei de D. Afonso II, mas neste reinado a lei é completada, visando também os casos dos

cristãos que se tornam judeus, e que segundo o rei não devem ser forçados a voltar à religião cristã (Livro II, Título LXXXXV)

☆ D. João II – reinou de 1481 a 1495

Desde que começou a reinar D. João II recebeu as inúmeras queixas que o povo tinha para com os judeus. Nas Cortes de Évora de 1481 o ódio popular investiu na riqueza e no luxo com que viviam alguns judeus humilhando e provocando os cristãos que viviam anos de pobreza. Reclamavam ainda que os judeus não usavam distintivos sendo assim impossível distingui-los dos cristãos, que havia judeus a trabalhar em cargos públicos, e que alguns judeus comerciantes entravam em casa de mulheres cristãs, sem estar presente um homem cristão, e com estas mantinham relações amorosas. D. João acolheu algumas destas reclamações do povo. Mandou o rei que os judeus fossem proibidos de vestir roupas de seda, vestindo tal como os outros roupas de lã. Obrigou-os ao uso do sinal distintivo e restringiu os lares judaicos ao interior das judiarias. Contudo continuaram os judeus a puder exercer cargos oficiais, e a terem vários privilégios na corte, já que neste tempo de empreendimentos marítimos, D. João conhecia os valiosos serviços dos seus judeus quer do ponto de vista monetário, quer da capacidade empreendedora e científica.

Com a expulsão em 1492 dos judeus espanhóis muitos foram os que pediram refúgio ao reino de Portugal, O rei concordou em abrir as suas fronteiras com algumas restrições, apenas podiam os judeus entrar pelas seguintes cidades raianas, Olivença, Arronches, Castelo Rodrigo, Bragança e Melgaço.¹¹⁴⁸ Deveriam também pagar cada judeu oito cruzados assim que chegasse à fronteira, e só poderiam permanecer no reino por um período de oito meses, findo esse tempo saíam ou seriam tidos como escravos. Quem decidisse sair prometia o rei que lhes forneceria navios para os levar para outros territórios, nomeadamente para Tânger e Arzila, onde os mouros os maltratavam e roubavam, o que quer dizer que muitos prefeririam ficar como escravos em Portugal.

Esta vaga de judeus fez com que muitas das terras da Beira Interior vissem o número dos seus habitantes crescer significativamente. Muitas judiarias tiveram de ser aumentadas e mais uma vez isso inflamava os ódios dos cristãos.

¹¹⁴⁸ Jorge Martins, “*Portugal e os Judeus*”. Dos primórdios da nacionalidade à legislação pombalina, Vol. I, Lisboa, Nova Vega Edições, 2006, p.134

☆ D. Manuel – reinou de 1495 a 1521

D. Manuel pouco depois de subir ao trono, mandou ignorar a lei de D. João II que reduzia os judeus que permaneciam no reino, ao estatuto de escravos, dando-lhes assim a liberdade. Era uma atitude de generosidade por parte do rei que dava aos judeus a esperança de terem voltado aos períodos de prosperidade conhecidos anteriormente. Contudo esta simpatia e bondade tinham um tempo escasso de duração. Poucos anos depois e talvez mais devido às circunstâncias do que a vontade própria, o rei releva outra faceta bem diferente do que aquela que havia mantido. O desejo por casar com D. Isabel, filha dos Reis Católicos, leva D. Manuel a parecer aceitar uma condição exigida pelo reino vizinho, isto é, ter o estado limpo, ou seja, purificado, sem a presença dos judeus. D. Manuel vendo que os judeus eram peça importante para a economia e ciência do reino, vai tentar iludir as pretensões espanholas. Vai fingir que cede ao cumprimento do contracto mas só na aparência.

Em 30 de Novembro de 1496 é assinado o tratado do matrimónio entre D. Manuel e D. Isabel, o sonho de poder vir a ser rei também de Espanha estava agora mais perto. Mas depois de várias conversações, com o seu concelho D. Manuel teve de decretar a expulsão dos judeus portugueses, esse decreto é assinado em Dezembro de 1496.

Nas Ordenações Manuelinas vem explicito esse decreto.¹¹⁴⁹ A lei começa com uma espécie de justificação por parte do rei para com esta decisão já que se diz “Porque todo fiel Christão sobre todas as cousas he obrigado fazer aquellas que sam seruiço de Nosso Senhor acrescentamento de sua Sancta Fee Catholica...” e ainda mais os reis que devem o seu poder a Jesus Cristo são obrigados a tomar semelhantes decisões. Nomeadamente de retirar do reino aquelas pessoas que têm e professam uma outra religião que não seja a católica.

Assim ordena D. Manuel que até ao fim do mês de Outubro de mil quatrocentos e noventa e sete, todos os judeus que habitassem o reino de Portugal, deixassem o território sob pena de morte se não o fizessem. Mas também sofria penas quem os acusasse, ou dissesse onde estavam escondidos já que perdia os seus bens. O rei dava a hipótese dos judeus de irem livremente com todos os seus bens, desde que também deixassem pagas as suas dívidas. Contudo na prática nada se passou assim tão

¹¹⁴⁹ *Ordenações Manuelinas*, Livro II, Título XLI “Que os Judeus e Mouros forros se saíam destes Reynos e nom morem, nem estem nelles.”

livremente. Outra hipótese para aqueles que não queriam sair era aderirem à Fé Cristã, e serem baptizados.

Durante estes dez meses que se passaram entre a assinatura do decreto e o fim do prazo para a expulsão dos judeus do reino de Portugal, D. Manuel foge ao prometido e não prepara os navios que iriam retirar os judeus destes territórios. A sua intenção nunca fora de deixá-los sair, mas sim de os obrigar a converter-se nem que para isso fosse necessário o uso da força. Como abordámos atrás a intenção seria a de iludir a família real espanhola, e convertendo os judeus, deixaria de haver infiéis morando no território português. Com o intuito de desmotivar a população judaica a abandonar o país, o rei prepara um ataque emocional. Antes que acabasse o prazo prescrito no decreto, ordena que os filhos menores dos judeus sejam-lhes retirados e sejam distribuídos por famílias de adopção para serem educados segundo as regras do cristianismo. Outra medida, esta de ordem financeira, consistiu no facto de isentarem de qualquer inquirição religiosas todos aqueles que se tornassem novos cristãos num prazo de vinte anos. Isto queria dizer que depois de convertidos, se fizessem algumas práticas de cariz judaico não poderiam ser punidos, ou castigados.

Mas mesmo com estas medidas ainda havia resistentes, pessoas relutantes a aceitar uma fé que não era a sua, uma fé na qual não acreditavam, e esses estavam preparados para partir no fim do prazo dado pelo rei. Contudo, nem tudo estava pronto como previam, dos três portos designados para a viagem, apenas um, o de Lisboa estava pronto, o que quer dizer que as populações do norte, assim como das beiras que deveria até mesmo por tempo de viagem preferido partir pelo Porto viram-se impedidas de o fazer. Tal como aqueles que tinham escolhido partir por Faro.

Os judeus chegados a Lisboa tinham à sua espera uma enorme comitiva de frades enlouquecidos pela religião que os queriam e conseguiram a muitos baptizá-los à força. Contudo alguns judeus ricos pagando subornos ou mesmo quantias enormes ao rei conseguiram sair do país. E assim num episódio dantesco, de gritos, atrocidades, violações à integridade e desrespeito pelo próximo, se dissolvia a comunidade judaica portuguesa, para contentamento de ambas as coroas peninsulares.

Mas para finalizar o assunto judaico D. Manuel faz ainda sair uma outra lei, que consta nas Ordenações Manuelinas, sobre as heranças a que teriam direito estes novos

cristão;¹¹⁵⁰ recorrendo a uma lei promulgada no tempo de D. Afonso II que reconhece que os filhos convertidos têm direito a herdar de suas famílias os bens como qualquer cristão, também D. Manuel adopta essa ideia, e acrescenta que, naquele momento, caso houvesse sucessão, os próprios pais tinham sido convertidos. D. Manuel diz que a lei antiga é aplicada a todos aqueles que já eram convertidos antes de Abril de 1497, pois fora a altura em que começaram a baptizar as crianças. E em relação a estes e a todos aqueles que depois dessa data foram tornados cristãos, e que vivem no reino, a ordenação anterior deixa de ser aplicada pois ainda segundo D. Manuel ainda não tinha havido nenhum requerimento de partilha, mas quando houvesse, as partilhas seriam tratadas como se fossem de cristãos, sem nenhuma diferença por serem cristãos novos.

☆ 4.2 Importância das comunas ao nível interno em todo o reino

Existe por parte de alguns autores a incorrecta percepção de que comuna tem o mesmo significado que judiaria. No entanto aqui iremos distinguir estes dois conceitos, mostrando que embora relacionados nada têm de idêntico. O conceito de judiaria é visto, como sendo uma rua ou várias que podem formar bairros, em que moram os judeus. E o conceito de comuna como entidade administrativa que gere a ou as judiarias.

Além disso uma comuna¹¹⁵¹ pode ter mais do que uma judiaria para administrar, consoante a sua importância e a sua densidade populacional. Contudo o usual no nosso país é depararmo-nos com comunas que só possuem uma única judiaria, como por exemplo na Beira Interior.

Como já constatámos, os judeus, na sua maioria, preferiam viver distanciados das zonas cristãs em comunidades. Tal como nos explica Leite de Vasconcelos¹¹⁵² as comunidades judaicas formavam como que pequenos estados dentro de outros estados maiores. E podiam estabelecer as suas próprias comunidades se os habitantes que as desejassem constituir fosse judeus do sexo masculino e se perfizessem um número maior que dez pessoas.

Para que a comuna pudesse existir o rei teria de dar aos judeus que queriam formar a dita comuna, uma carta de privilégio, que era, no fundo, uma autorização para a criação

¹¹⁵⁰ *Ordenações Manuelinas*, Livro II, Título XLII “De como o Christão que foi judeo deve herdar a seu pay, e a sua mãy, e aos outros parentes”

¹¹⁵¹ Maria José Pimenta Ferro Tavares, “*Os judeus em Portugal no século XV*”, Vol. II, Lisboa, Univ. Nova, Fac. de Ciências Sociais e Humanas, 1982-1984, p. 73; *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 28, fl. 44

¹¹⁵² J. Leite de Vasconcelos, “*Etnografia Portuguesa*”, vol. IV, Lisboa, Imprensa Casa da Moeda, 1858.

da comuna. Nessa carta de privilégios são escritos “todos os usos e costumes, foros e privilégios que, infelizmente, se desconhecem, exceptuando a faculdade que o povo judeu possui de construir os seus templos, de praticar livremente a sua religião, de reunir em assembleias comunais e gerais, de eleger magistrados próprios, de lançar tributos e de se reger pelo direito mosaico”.¹¹⁵³ Também se conhecem outros tipos de mercês só obtidas por algumas comunas. Dessas mercês especiais destacamos, a dispensa de serviço militar e de aposentadoria a membros da casa real e oficiais régios. De D. Dinis não há conhecimento de nenhuma carta de confirmação de privilégios às comunas do reino.

Cada comuna era constituída por um corpo administrativo bem organizado. Em alguns cargos que a constitui podemos até ver uma mistura entre oficiais administrativos judeus e cristãos.

As comunas judaicas eram constituídas por famílias judaicas de diferentes classes; judeus pobres, mesterais e homens bons. Todas as comunas existentes no nosso território tinham um corpo administrativo em muitos pontos semelhantes ao existente nos concelhos cristãos. O governo da comuna estava em geral entregue ao Arrabi-Menor (ou Rabi-Menor ou Rabi Comunal), que era um juiz, a quem competiam, as funções administrativas e legislativas. Este Arrabi-Menor era auxiliado por vereadores que podiam constituir-se entre dois a doze, consoante as comunas a quem pertenciam, por procuradores, pelos almotacés, pelos tesoureiros, e por alguns homens bons. Cada comuna contava ainda com um conjunto alargado de funcionários, de entre eles surgiam oficiais da comuna, sacerdotes, um tabelião, escrivães e degoladores. No tempo de D. Pedro I cada comuna tinha três vereadores e dois procuradores, eleitos anualmente. Estes vereadores, tal como os outros magistrados das comunas, segundo H. de Gama Barros, eram eleitos aquando a celebração do Ano Novo judaico (meados de Setembro), e o resultado eleitoral era anunciado na sinagoga; local central da comuna. Estes oficiais tinham como funções manter a disciplina dentro da comuna, e exercer a fiscalização da vida moral, social e religiosa, dos habitantes. Além disso podiam excomungar e aplicar penas corporais aos judeus infractores. Os vereadores, os almotacés e os tesoureiros das

¹¹⁵³ Maria José Ferro Tavares, “*Os judeus em Portugal no século XIV*”, 2ª edição. Lisboa, Guimarães Editores, Janeiro, 2000

comunas de todo o território, tinham a seu cargo a administração dos bens da comuna e das suas rendas e dinheiros.¹¹⁵⁴

Os procuradores eram os representantes das comunas, perante a corte e perante os concelhos cristãos, tendo como função primordial defender os interesses das suas comunidades.¹¹⁵⁵ Quanto ao tesoureiro, este tinha a seu cargo as obras de assistência e de educação. Os tabeliães e escrivães, estavam encarregados de redigir todos os documentos consignados pelos magistrados das ditas comunas. Finalmente o degolador, tinha uma função de extrema importância entre a população judaica pois era ele que tinha a incumbência de matar os animais destinados a alimentar os habitantes das comunas, segundo o ritual judaico.

Representando todas as comunas estava um Arrabi-Mor (ou Rabino-Mor) que era nomeado pelo rei. O nomeado teria de ter certos requisitos para ocupar este cargo de autoridade máxima entre os judeus, e de entre as diversas qualidades, a de ser um judeu importante perante as comunas e perante a corte e teria de ter a confiança do rei. As suas funções visavam os assuntos judiciais, administrativos e financeiros e competia-lhe também confirmar a nomeação dos arrabis eleitos pelas comunas. O Arrabi-Mor possuía um selo com o qual autenticava os seus documentos, nos quais estava inscrita a seguinte legenda. “Seello do Arraby Mor de Portugal”. No seu séquito figuravam diversos oficiais que auxiliavam o arrabi-mor nas suas funções; entre os quais se destacam, um ouvidor, (cargo exercido por um judeu letrado que em certas circunstâncias poderia ocupar-se das funções do arrabi-mor), um chanceler (que podia ser um judeu ou um cristão), um escrivão (judeu ou cristão) e um porteiro que estava encarregado das penhoras e das execuções.

O Arrabi-Mor tinha ainda o poder de nomear um ouvidor para cada um dos sete distritos administrativos do reino, consignados no tempo do rei D. Dinis. Estes ouvidores usavam o selo do Arrabi-Mor, e cada um era auxiliado por um chanceler (judeu ou cristão) e um escrivão (judeu ou cristão). Estas autoridades tinham o poder imediatamente superior ao poder dos Arrabis das comunas.

¹¹⁵⁴ J.J. Ferreira Gordo, “Memória sobre os Judeus em Portugal”, in *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Tomo III, parte II, Lisboa, 1823, p. 16

¹¹⁵⁵ A.C. Barros Basto, “Os Judeus no velho Porto”, sep. da Revista de Estudos Hebraicos, Vol. I – II, Lisboa, 1929, p. 43

Como conclusão, podemos realçar a extrema organização judaica, o seu grau de hierarquização e a sua “quase” independência perante a maioria cristã desde, sobretudo a formação de Portugal.

☆ 5. Vivências económicas:

☆ 5.1 Profissões exercidas pelos judeus

As profissões que eram dominadas pelas comunidades judaicas eram sobretudo as artesanais, mas também as comerciais e as profissões de ciência. Na Beira Interior encontramos diversos exemplos, de actividades exercidas pelos judeus, mas há que afirmar que, existiam outras profissões praticadas pela população judaica que infelizmente não estão documentadas. Uma delas é a exploração agrícola, que normalmente não é considerada como profissão ligada aos judeus. No entanto desde a Reconquista que muitos judeus eram recompensados com propriedades onde trabalhavam, ou então atraídos a trabalharem nas terras do rei, sendo uma amostra da intenção régia de ligar os judeus ao trabalho do campo, contrariando assim a ideia de que estes dedicavam-se a outras tarefas por total incapacidade ou desinteresse de desempenhar funções agrícolas.

A Beira Interior não é excepção e também lá, como nos outros locais do país, encontramos judeus ligados à agricultura, como refere Aida Gisela Faria, a acção económica dos judeus “estendia-se também à agricultura, se bem que em âmbito restrito, quer na produção agrícola, quer na sua colocação nos mercados e feiras, e nos meios rurais por meio de vendedores ambulantes, sendo também criadores de gado; como refere Amador de los Rios, o pastoreio podia ser feito com gado de cristãos”.¹¹⁵⁶

Também se podiam ver judeus a trabalhar no cultivo da videira e da oliveira, e por conseguinte, na produção de vinho e de azeite, em adegas e lagares espalhados pelas comunidades beirãs. Havia a tradição de terem de fabricar os seus produtos, como havia a ideia que os dos cristãos eram tidos como impuros.

Da agricultura partimos para o comércio, que teve um grande crescimento na Idade Média, devendo muito à actividade dos mercadores muitos deles judeus, tal como o registam diversas cartas de forais entre elas a da Covilhã em 1186 e de Pinhel em 1200,

¹¹⁵⁶ Aida Gisela Faria, “*Análise sócio-económica das comunas judaicas portuguesas*”, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1963. p. 10

que mostram já por parte do rei uma certa protecção a esta actividade¹¹⁵⁷, como podemos observar por um extracto do foral da Covilhã, declarando: “...todo aquele que penhorar mercadores christãos e viandantes ou sejam judeus ou mouros que não forem fiadores ou devedores pagará ao fisco sessenta soldos e restituirá em dobro o que apreender a seu dono, e além disso cem morabitanos, em pena da imunidade que não respeitou, pertencendo metade ao Rei e a outra metade ao concelho.”¹¹⁵⁸

Este tipo de actividade económica estava ligado à prosperidade financeira de alguns judeus, facto esse que promovia invejas e queixas por parte da população cristã, que quando pedia dinheiro emprestado aos judeus, não aceitavam que estes cobrassem juros tão altos. Uma das queixas aconteceu em 1321 onde o concelho de Castelo Rodrigo se queixou ao rei D. Dinis, de que os juros praticados pelos judeus arruinavam os moradores da vila e de aldeias vizinhas¹¹⁵⁹.

☆ 5.2 Profissões dominantes

No entanto, e seguindo as nossas fontes, e tendo como ajuda imprescindível a obra de Maria José Ferro Tavares¹¹⁶⁰ podemos ter uma amostra de algumas das actividades profissionais exercidas pelo judeus moradores nas diversas cidades da Beira Interior.

Castelo Branco			
Alfaiates	19	Físico	2
Mercadores	16	Lavadeiras	2
Sapateiros	15	Rabi	1
Ferreiros	11	Especieiro	1
Tecelães	8	Físico e cirurgião	1
Rendeiros	6	Cirurgião	1
Marceiros	3	Carniceiro	1
Gibiteiros	3		

¹¹⁵⁷ Maria José Ferro Tavares, “*Os Judeus em Portugal no séc. XIV*”, 2ª edição, Lisboa, Guimarães Editores, Janeiro, 2000, pp. 103 e 104

¹¹⁵⁸ Texto extraído de Maria Antonieta Garcia “*Fios para um roteiro judaico da Covilhã*”, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2001

¹¹⁵⁹ Chancelaria de D. Dinis, livro 3, fls. 138-139vº; Maria José Ferro Tavares, “*Os Judeus em Portugal no séc. XIV*”, 2ª edição, Lisboa, Guimarães Editores, Janeiro, 2000, p. 106

¹¹⁶⁰ Maria José Pimenta Ferro Tavares, “*Os judeus em Portugal no século XV*”, Vol. II, Lisboa, Univ. Nova, Fac. de Ciências Sociais e Humanas, 1982-1984

Na cidade de Castelo Branco, com os dados que conseguimos recolher, podemos observar que existe uma predominância de alfaiates, com 19 apontamentos seguidos de mercadores e sapateiros, ferreiros e tecelões. Excluindo os mercadores, podemos dizer que esta comuna judaica dava uma maior importância às áreas das profissões dos artifices, já que também, mas em menor número, ainda vemos os marceiros e gibiteiros. É igualmente de salientar o valor comercial da cidade de Castelo Branco com 16 mercadores logo na segunda posição. Este facto poder-se-á dever ao facto de as vilas e aldeias venderem os seus produtos a estes mercadores que, depois, os distribuíam por toda a região da Beira Baixa, neste caso.

É importante realçar que, nesta pequena amostra que conseguimos da cidade de Castelo Branco, estão aqui todos os sectores importantes numa pequena localidade. Além das profissões artesanais imprescindíveis, que já explanámos, temos também a área agrícola, com os rendeiros e os especieiros, o sector alimentício com os carneiros, a área comercial com os mercadores, o sector das limpezas entregue nesse tempo somente às mulheres, como as lavadeiras. Depois passamos ao sector das ciências médicas com físicos e cirurgiões e, por fim, ao sector religioso com o rabi da comuna.

Guarda			
Sapateiros	40	Gibiteiros	3
Ferreiros	15	Cirurgião	2
Mercadores	10	Rabis	2
Tecelões	7	Tendeiro	1
Alfaiates	5	Físico e Cirurgião	1
Físicos	5	Físico e Rabi	1
Tosadores	4	Pregoeiro	1
Rendeiros	3		

Sobre a cidade da Guarda destacamos logo a grande presença de sapateiros – 40 pessoas – e tal como já tínhamos visto acima na cidade de Castelo Branco são as profissões dos artifices aquelas que mais profissionais conseguimos obter. Também aqui há uma grande predominância de mercadores, e de um tendeiro essenciais na área da comercialização da agricultura de e produtos de primeira necessidade. Encontramos igualmente rendeiros ligados à actividade agrícola. E, tal como em Castelo Branco, também profissionais da área da saúde e da ciência, como físicos e cirurgiões. Aqui

devo fazer um reparo, já que nos deparamos com o sector da ciência aliado ao da religião, havendo notícia de que um dos três rabis na comuna da cidade da Guarda era também cirurgião. Importante, ainda, é salientar a menção de um pregoeiro na comuna da cidade.

Viseu			
Rendeiros	4	Ourives	1
Sapateiros	4	Alfaiate	1
Ferreiros	4	Odreiro	1
Gibiteiros	3	Marceiro	1
Tendeiros	2	Armeiro	1
Tecelães	2	Físico e Cirurgião	1
Mercadores	2	Escrivão, Sisão, Genesim	1

Viseu, outra das maiores cidades da Beira Interior, tem neste caso uma pequena amostra das profissões da sua comuna. Infelizmente aqui os poucos dados não nos podem dar uma leitura certa do que acontecia exactamente no aspecto comercial. Comparando com as cidades já comentadas acima, Viseu apresenta uma maior taxa de rendeiros, o quer dizer que aí era importante a actividade agrícola, tal como a mecânica que tem sido um constante nas nossas apreciações e que aqui apresenta um maior número de profissões como ourives, odreiro, marceiro e armeiro. O ramo do comércio é representado pelos tendeiros e mercadores cada um com duas pessoas por sector. Também a ciência e saúde está aqui visível com um Físico e Cirurgião, havendo, contudo, uma nova área abrangida, o sector administrativo, com um escrevão que desempenhava também as funções de sisão e genesim.

Lamego			
Tecelães	22	Tabelião	1
Alfaiates	20	Tintureiro	1
Mercadores	14	Físico e Cirurgião	1
Gibiteiros	12	Almotacé	1
Sapateiros	8	Servidor do rei	1
Ferreiros	6	Recebedor de Pedidos	1
Físicos	5	Cirurgião Oftalmologista	1
Rabis	3	Cirurgião	1
Vereadores	2	Rendeiro	1
Tosadores	2	Vereador e Ouvidor	1
Procurador	1		

A cidade de Lamego também é uma das povoações beirãs onde impera o maior número de profissionais artesãos, tais como tecelões e alfaiates, e mesmo gibiteiros.

Intercalando depois com estas profissões temos os mercadores demonstrando que também aqui é muito importante a área das transacções comerciais. Encontramos ainda profissões ligadas à saúde, como físicos e cirurgiões, aqui com um sublinhado na especialidade de oftalmologia. No sector da religião encontramos três rabis. Também nos deparamos com muitas profissões administrativas; assim encontram-se um procurador, um tabelião, um servidor do rei, um recebedor de pedidos, ou mesmo um almotacé ou um vereador e ouvidor. No que diz respeito às questões agrícolas só temos conhecimento de um rendeiro.

Covilhã			
Sapateiros	37	Rendeiros	3
Ferreiros	12	Mercadores	3
Alfaiates	9	Físicos	3
Tecelões	5	Físicos e Cirurgiões	2
Ourives	4	Físico e Rabi	2
Gibiteiros	4	Feltreiro	1
Rabis	4	Carniceiro	1
Cirurgiões	3		

Já na cidade da Covilhã, a profissão de sapateiros destaca-se muito de todas as outras tendo trinta e sete pessoas, sendo seguida pela profissão de ferreiro com doze pessoas. Salienta-se aí o trabalho da ourivesaria que tinha sido visto até agora só na cidade de Viseu, mas, aqui, mais expressivo com quatro pessoas. Também nesta amostra de sensivelmente um século, podemos conhecer seis rabinos, sendo que dois deles se ocupavam também das funções de físicos. Existe também aqui um carnicheiro próprio da comuna. Encontramos para além disso, das outras profissões já conhecidas nas povoações acima citadas.

Trancoso			
Mercadores	21	Escrivão	1
Sapateiros	17	Rabi	1
Alfaiates	7	Rabi e Físico	1
Gibiteiros	2	Tosador	1
Físicos	2	Cirurgião	1

Pergaminheiro	1	Escrivão, Sisão, Genesim	1
Tecelão	1	Espingardeiro	1

Na cidade de Trancoso, podemos observar que existe pela primeira vez uma maior percentagem de mercadores – vinte e um – o que nos poderá indicar que seria um local atractivo para a comercialização de produtos, já que muitos eram os que aqui se fixavam. Em segunda posição estavam os sapateiros com dezassete pessoas. Depois vinham os mesteres e, embora, em número muito baixo, contendo apenas uma pessoa, encontramos novas profissões, como é o caso do pergaminheiro e do espingardeiro. Também aqui encontramos dois rabis, sendo um deles também físico, o que quer dizer que a religião estava aqui também bem representada, tal como a área da saúde. Na área da administração havia dois escrivães, um deles sendo também sisão e genesim, conjunto de profissões também encontradas num habitante da cidade de Viseu.

Pinhel			
Mercadores	15	Rabi	1
Sapateiros	15	Tecelão	1
Ferreiros	4	Taqueiro	1
Peliteiro	1	Alfaiate	1

A partir desta cidade de Pinhel infelizmente começamos a ter menos resultados na nossa amostra. Mas podemos observar que há um empate no número de mercadores e de sapateiros e encontramos pela primeira vez uma peliteiro e um taqueiro. Também em Pinhel encontramos a menção de um rabi, contudo não se encontra nenhum físico.

Celorico			
Sapateiros	10	Ferreiro	1
Alfaiates	8	Carvoeiro	1
Tecelões	5	Cirurgião	1
Tendeiro	1		

No que diz respeito a Celorico, a nossa amostra centra-se, quase na sua totalidade, nos mesteres artesanais, com maior incidência dos sapateiros com dez pessoas, logo seguidos pelos alfaiates com oito pessoas. Encontramos aqui mais uma nova profissão que é a de carvoeiro, e, no sector comercial, temos um tendeiro. Na área da saúde há a

menção a um cirurgião. Ficamos sem notícias sobre a administração religiosa, pois não temos referência a nenhum rabi.

Gouveia			
Sapateiros	11	Tendeiro	1
Mercadores	4	Ferreiro	1
Cirurgiões	2	Alfaiate	1
Tecelães	2	Físico	1

Quanto a Gouveia encontramos em maior número os sapateiros com onze pessoas, seguidos de mercadores com quatro pessoas. Também aqui não temos registo de rabis. Contudo no que diz respeito ao sector da saúde e ciência encontramos dois cirurgiões, e um físico. No sector comercial temos a menção de quatro mercadores e um tendeiro.

Marialva			
Alfaiates	4	Tecelães	2
Mercadores	2	Sapateiros	2

Em Marialva a maior percentagem é a de alfaiates com quatro pessoas, seguidos de tecelães e sapateiros cada um com duas pessoas. A área mercantil também está presente com dois mercadores. No entanto nesta amostra não há indicação de rabis nem físicos.

Sabugal			
Alfaiate	1	Físico e Rabi	1
Sapateiro	1		

No Sabugal apenas conhecemos as profissões de três pessoas, duas delas pertencentes aos mesteres artesanais, um alfaiate e um sapateiro. E conhecemos um rabi que também exercia as funções de físico.

Penamacor			
Tecelão	1	Sapateiro	1

Em Penamacor esta amostra dá-nos a conhecer apenas artífices, neste caso um tecelão e um sapateiro. O que nos leva a crer que possivelmente existiram mais agricultores do que artesãos.

Monsanto			
Mercadores	2	Sapateiro	1

Em Monsanto também só ficaram registados dois mercadores, e de um sapateiro.

São João da Pesqueira			
Sapateiros	4	Alfaiate	1

Em São João da Pesqueira, encontramos quatro sapateiros, e um alfaiate, o que quer dizer que era de extrema importância, tal como nos outros locais já conhecidos, o papel dos artífices, sobretudo dos ligados à vida quotidiana.

São Vicente da Beira	
Sapateiro	1

Aqui em São Vicente da Beira, infelizmente só temos conhecimento de uma profissão, a de sapateiro, profissão usual nas vilas da Beira Interior.

Freixedas	
Mercador	1

Em Freixedas encontramos a menção a um mercador, o que demonstra que era importante a área comercial neste local.

Proença	
Alfaiate	1

Aqui encontramos a profissão de alfaiate com apenas uma pessoa, profissão essa também encontrada em outras vilas e cidades desta zona do país.

Sertã	
Ferreiro	1

Na Sertã encontramos um ferreiro, profissão também muito conhecida junto da população judaica, que está inserida, no sector dos artificies.

Castelo Mendo	
Físicos	2

Em Castelo Mendo apenas conhecemos a profissão de duas pessoas, e ao contrário do que vem sendo habitual estas duas pessoas são físicos, pertencendo à área da saúde e não das profissões artesanais.

☆ Conclusão

Como conclusão podemos observar que é a profissão de sapateiro que mais era exercida pelos judeus, segundo esta nossa amostra, com um total de 167 pessoas o que equivale a 28%. Em segunda posição temos os mercadores com 90 habitantes, ou seja, 15%, o que quer dizer, que mesmo nas regiões do interior, neste caso serranas, o comércio era uma área de grande importância. Contudo nas próximas posições vêm as

outras profissões dos artificies, como alfaiates, ferreiros, tecelões entre outras, o que nos mostra, que também aqui na Beira Interior a maioria dos judeus se ocupavam das profissões artesanais, tendo a sua oficina, e trabalhando à mão. Com menos incidência vêm as profissões de saúde, contudo ainda podemos salientar que em muitos locais havia além do físico, o cirurgião, tendo ainda o caso de Lamego onde havia um cirurgião oftalmologista.

☆ 6. Vivências sociais

☆ 6.1 Levantamento populacional

No levantamento populacional que foi feito e que consta no anexo B, encontramos uma semelhança no que diz respeito aos nomes próprios, já que era habitual entre a população judaica colocar nomes bíblicos aos seus filhos, de entre os mais usuais seriam os nomes de Abraão com 125 menções – 12.4%, Isaac com 108 referências – 10.7, David com 38 menções – 3.8%, Moisés com 106 referências – 10.5%, Samuel com 87 menções – 8.7%, Salomão com 97 referências – 9.7% entre outros.

Segundo Elias Lipner¹¹⁶¹, na história dos nomes próprios podemos reconhecer três momentos distintos. O primeiro o dos nomes autênticos, o segundo o dos nomes impostos, e o terceiro período o restabelecimento.

O primeiro momento, segundo este autor, vai até ao ano de 1497 ano da expulsão. O segundo momento inicia-se nesse mesmo ano de 1497, aquando da imposição por ordem do rei D. Manuel de nomes cristão a todos os habitantes judeus. E o terceiro momento tem o início coincidente com o anterior, desenvolvendo-se em seguida com a liberdade conseguida por alguns judeus que conseguiram fugir à inquisição e que restauraram os seus nomes judaicos.

Até à expulsão dos judeus, os seus nomes hebraicos eram traduzidos para português, nomeadamente em documentos régios ou jurídicos que, ao serem lavrados, eram traduzidos pelo som. Assim temos alguns exemplos como Baruch para Benito ou Bendito, Moshe para Moisés e Yehuda para Juda, entre outros.

Os nomes bíblicos têm sempre um significado, podiam ser nomes de animais como por exemplo. Tzippor (ave, pássaro), Yonah (pombo), Hanab (gafanhoto), Num (peixe),

¹¹⁶¹ Elias Lipner, “*Os batizados em Pê*”, Veja, Lisboa, 1998.

Rahel (cerva), Deborah (abelha), Yael (cabra da montanha). Ainda outros significavam vida (Hayim), nome bom (Sem Tob), dia bom (Yom Tob), boa criança (Tob Elen), ele ajudará (José – Yosef), filho de Deus (Neemias), meu Deus do socorro (Eliezer) socorro ou ajuda (Ezra ou Esdras), filho do Deus vencerá (Israel), desejado por Deus (Shaú), povo de Deus (Amiel), Deus é meu juiz (Daniel), Deus que cura (Rafael).

No que diz respeito aos nomes encontrados nas nossas fontes que estão em anexo podemos apresentar tabelas onde pretendemos apurar quais os nomes mais citados na região da Beira Interior.

Aguiar da Beira	
José	1

Em Aguilar da Beira, encontramos apenas um nome, o de José.

Castelo Branco			
Abraão	19	Haim	5
Acetrequim	1	Isaac	9
Aciufeina	1	Isaías	1
Amezalias	1	Jacob	12
Anamiam	1	José	14
Azequirim	1	Judas	2
Baruc	1	Moisés	12
Bento	3	Naaman	1
Crespim	1	Papa	1
Daniel	1	Salomão	11
David	5	Samuel	10
Eliezer	2	Sem Tob	1
Ester	1	Velida	2
Faram	1		

Em Castelo Branco, existe uma vasta lista de nomes próprios retirados das nossas fontes, mas podemos observar que é o nome de Abraão que mais vezes aparece, com 19 presenças. Segue-se o nome José com 14 presenças, e de Jacob e Moisés com 12 presenças, seguidos depôs de Salomão com 11 e Samuel com 10 presenças. Com apenas uma menção encontramos Acetrequim, Aciufeina, Amezalias, Anamiam, Azequirim, Baruc, Crespim, Daniel, Ester, Faram, Isaías, Naaman, Papa e Sem Bob. Com estes dados podemos ver que são os nomes bíblicos aqueles mais usados pelos habitantes

judaicos de Castelo Branco. Por último podemos concluir que nos documentos régios são os nomes masculinos que mais aparecem.

Castelo Mendo - Almeida	
Abraão	1
Elias	1
Samuel	1

Em Castelo Mendo, vila pertencente ao concelho de Almeida encontramos três nomes judaicos, que são três nomes bíblicos, o de Abraão, Elias e Samuel.

Castelo Rodrigo	
Abraão	1

Em Castelo Rodrigo, hoje pertencente a Figueira de Castelo Rodrigo, encontramos somente um nome - Abraão.

Celorico			
Abraão	4	Judas	3
Arrose	1	Lediça	1
Aviziboa	1	Menaém	2
Faram	1	Moisés	5
Haim	1	Rainha	1
Isaac	5	Salomão	1
Jacob	3	Samaias	1
José	6	Samuel	3

Em Celorico da Beira encontramos diversos nomes próprios judaicos, sendo que José é aquele que mais presenças ocupa com um total de 6. A seguir encontramos os nomes Moisés e Isaac com 5 presenças. Também nomes femininos como o de Rainha. Por último temos os nomes Arrose, Aviziaboa, Faram, Haim, Lediça, Rainha, Salomão e Samaias com apenas uma presença.

Covilhã			
Abraão	12	Jaque	1
Anto	1	José	20
Barzilai	1	Judas	6

Cinfana	2	Mazalias	1
David	4	Meir	1
Efraim	1	Menaém	1
Faram	1	Moisés	13
Formosa	1	Salomão	23
Guedelha	2	Samuel	17
Haim	4	Sem Tob	1
Isaac	8	Ticido	1
Jacob	26		

Na Covilhã o nome que mais figura na tabela é Jacob com 26 presenças, seguido de perto pelo nome Salomão com 23 presenças e José com 20. Menos significativos são os nomes de Efraim, Faram, Formosa, Jaque, Mazalias, Meir, Menaém, Sem Tob e Ticido todos com apenas uma presença.

Freixedas - Pinhel	
Abraão	1
Isaac	1
Moisés	1

Em Freixedas, que pertence actualmente ao concelho de Pinhel encontramos três judeus, com nomes bíblicos, Abraão, Isaac e Moisés.

Fundão	
Boino	1

No Fundão apenas encontramos um nome, não muito vulgar o judeu Boino.

Gouveia			
Abraão	10	Manaém	2
David	1	Meneferim	1
Faram	1	Moisés	1
Haim	1	Rica	1
Isaac	6	Salomão	4
Jacob	2	Samuel	5
José	5	Soleima	1
Judas	3		

Na cidade de Gouveia conhecemos dezasseis nomes diferentes, sendo que o mais representativo é o nome de Abraão com 10 presenças, seguido de Isaac com seis aparecimentos. Em último temos os nomes de David, Faram, Haim, Meneferim, Moisés, Rica e Soleima com apenas uma menção.

Guarda					
Abel	1	Faram	1	Maior	1
Abraão	29	Favivi	1	Mao	1
Almofacem	2	Fayam	1	Menaém	5
Anto	3	Franca	1	Moisés	30
Antom	1	Gouveia	1	Munhum	1
Baril	1	Guedelha	1	Nabatorro	1
Braboa	1	Ianto	1	Salomão	24
Caçom	1	Imça	1	Samaia	1
Candul	1	Infante	1	Samuel	26
Cide	1	Isaac	33	Santem	1
Cinfa	1	Jacob	23	Sem Tob	5
Corocha	1	Jamila	1	Sarmento	1
Daniel	6	Jaque	2	Sete	1
David	10	Jeminala	1	Suas	2
Dona Juda	1	Joaquin	1	Vaz	1
Eleàzer	1	José	30	Vizinho	1
Fabibe	5	Juda	5	Yhunto	1
Fadona	1	Judas	7	Yuda	1
Fadonha	1	Linda	1		

Na Guarda encontramos uma longa lista de nomes próprios onde podemos observar que é o nome de Isaac aquele que mais menções reúne com um total de 33 presenças. Seguido dos nomes Moisés e José com 30 aparecimentos. Com apenas uma nomeação encontramos os nomes de Abel, Antom, Baril, Braboa, Caçom, Candul, Cide, Cinfa, Corocha, Dona Juda, Eleàzer, Fadona, Fadonha, Faram, Favivi, Fayam, Franca, Gouveia, Guedelha, Ianto, Inca, Infante, Jamila, Jeminala, Joaquin, Linda, Maior, Mao, Munhum, Nabatorro, Samaia, Santem, Sarmento, Sete, Vaz, Vizinho, Yhunto e Yuda.

Lamego			
Aaram	1	Juda	2
Abas	1	Judas	8
Abenazerim	1	Lambroso	1
Abraão	21	Levi	2
Baruc	1	Luas	1
Barzilai	2	Lumbroso	1
Benziza	1	Manuel	2
Daniel	1	Meir	1

David	8	Menaém	1
Eichel	1	Moisés	15
Eliezer	1	Rina	1
Estrela	1	Salomão	14
Ezer	3	Samuel	6
Franco	1	Sem Tob	2
Haim	5	Set	1
Isaac	20	Suas	3
Jacob	13	Valencim	1
Jaque	1	Vidal	1
José	15	Vivas	4
Juçoel	1		

Na cidade de Lamego encontramos também uma longa lista de nomes. Os maiores números nesta lista correspondem aos nomes de Abraão com 21 presenças e Isaac com 20. Com uma menor incidência encontramos os nomes; Aaram, Abas, Abenazerim, Baruc, Benziza, Daniel, Eichel, Eliezer, Estrela, Franco, Jaque, Juçoel, Lambroso, Luas, Lumbroso, Meir, Menaém, Rina, Set, Valencim, Vidal, com apenas uma menção.

Marialva – Meda	
Franco	1
Ianto	1
Isaac	1
Jacob	2
José	5
Mardoqueu	1
Menaém	1
Moisés	2
Salomão	2
Sem Tob	2

Em Marialva, hoje parte do concelho de Meda encontramos o nome de José com maior presença, e, com apenas uma menção encontramos os seguintes nomes; Franco, Ianto, Isaac, Mardoqueu, e Menaém.

Monsanto - Idanha	
Haim	2
Jacob	1
Salomão	1

Em Monsanto, freguesia pertencente ao concelho da Idanha, encontramos apenas três menções, a Haim, Jacob e Salomão.

Penamacor	
Abraão	1
Isaac	1
Meir	1
Samuel	1

Quanto a Penamacor encontramos quatro nomes, sendo eles; Abraão, Isaac, Meir e Samuel.

Proença	
Anacom	1
José	1

Em Proença são apenas dois os nomes de judeus encontrados, o de Anacom e o de José.

Pinhel			
Abraão	11	Judas	1
Benazo	1	Lombroso	1
David	1	Manam	1
Haim	2	Mardoqueu	1
Isaac	7	Moisés	6
Jacob	4	Salomão	2
José	5	Samuel	9

Em Pinhel encontramos uma pequena lista de nomes judaicos onde podemos salientar as 11 menções ao nome Abraão e apenas uma a Benazo, David, Judas, Lombroso, Manam e Mardoqueu.

Sabugal	
Isaac	1
Jaque	1
Juda	1

No Sabugal encontramos apenas 3 presenças de nomes próprios judaicos, Isaac, Jaque e Juda.

São João da Pesqueira	
Abraão	2
David	2
Isaac	1
Jacob	1
José	2
Moisés	1

Em São João da Pesqueira encontramos alguns nomes próprios judaicos sendo que três se repetem: Abraão, David e José com duas menções cada um.

Sertã	
Abraão	1
Judas	1
Moisés	1
Samuel	1

Na Sertã encontramos apenas quatro nomes judaicos, todos eles de origem bíblica, Abraão, Judas, Moisés e Samuel.

Trancoso			
Abraão	9	Judas	3
Anto	1	Manuel	2
Belecide	2	Moisés	15
David	4	Reina	1
Haim	3	Salomão	8
Isaac	10	Samaia	3
Isaías	1	Samuel	6
Jacob	9	Sem Tob	3
José	19	Vizinho	1

Em Trancoso encontramos uma grande listagem de nomes próprios judaicos sendo que com 19 presenças temos o nome de José. E com apenas uma menção encontramos os nomes de Anto, Isaías, Reina e Vizinho.

Viseu			
Aboa	1	José	5
Abraão	3	Judas	2
Baruc	1	Moisés	4
Benjamim	1	Salomão	7
David	3	Samuel	2
Isaac	7	Simão	2
Jacob	3		

Em Viseu o maior número de menções são as de Isaac e Salomão com 7 presenças cada um. E com apenas uma menção registamos o nome de Aboa e Baruc.

☆ 6.2 Agregado familiar

Embora na maioria dos estudos só se fale dos judeus como um todo ou mais especificamente dos homens, a verdade é que é de enorme relevância o papel da mulher judia na construção e conservação da comunidade judaica.

O principal papel da mulher judia é a maternidade, função essa que se impõe de uma forma incontornável na vida da mulher. Como nos diz Maria Antonieta Garcia, “Dar vida reclama-se de uma dimensão divina realizável pela palavra de Deus.”¹¹⁶² É também à mulher que compete atribuir um nome aos seus filhos quando nascem. E na parte final da vida é à mulher que é atribuída a função de carpideira, entoando os lamentos.

A mulher estava também destinada aos cuidados do lar e à educação dos filhos, tendo a seu cargo a educação religiosa das crianças, sendo que a tradição judaica era passada de mãe para filhos.

Na Idade Média, tal como em tempos anteriores, as mulheres rezavam separadas dos homens e nas sinagogas, havia uma divisória entre as galerias dos homens e das mulheres. Estas, quando estavam presentes, além de não poderem explicar as escrituras, não contavam para efeitos da formação do minyan, isto é, do número mínimo de dez

¹¹⁶² Maria Antonieta Garcia, “*Judaísmo no Feminino*”, Lisboa, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões, Universidade Nova de Lisboa, 2000

peessoas para se começar a rezar. Também não podiam dirigir um serviço religioso, já que esse papel estava reservado apenas aos homens.

Na documentação régia recolhida encontramos poucas referências a nomes femininos, no entanto, de entre eles conhecemos os nomes Ester, Papa e Velida em Castelo Branco; Rainha em Celorico da Beira; Cinfana e Formosa na Covilhã; Rica em Gouveia; Braboa, Corocha, Fadona, Fadonha, Franca, Jeminala, Juda, Linda, Maior e Sete na Guarda; Rina e Set em Lamego.

☆ 6.3 Apresentação dos sobrenomes judaicos

Na Antiguidade os judeus não costumavam usar sobrenomes propriamente ditos. As pessoas era chamadas pelo primeiro nome seguido de filho de; como por exemplo Isaque ben David (Isaac filho de David). Um indivíduo era assim identificado pelo nome do pai. Havia, porém, quem fosse mais longe sendo identificado também pelo nome do avô, por exemplo; Isaque ben David ben-Jacob. Também se poderia adicionar ao sobrenome alguma alcunha, como acontecia com Jesus, chamado de o Nazareno. Ou então adicionando o seu clã, como por exemplo o nome do famoso historiador Flávio Josefo, que era Iossef ben-Matathiahu Hà-Cohen (José filho de Matatias o sacerdote).

Quando o aramaico substitui o hebraico como língua falada, em vez de se utilizar o ben (filho), utilizou-se o bar, cujo significado é o mesmo. E é assim que vamos encontrar escritos muitos nomes judaicos na Idade Média, quer no Oriente Islâmico quer no Ocidente Cristão. Na Península Ibérica sob o domínio árabe, os judeus usava o Ben, ou nomes árabes como Ibn ou Al.

A quando da expulsão progressiva dos árabes, a pressão do ambiente cristão, levou alguns judeus a adoptar nomes portugueses e espanhóis tirados do lugar de residência, como por exemplo, Samuel de Leiria, Salomão de Seia, Faym de Cáceres, etc. Ou também de profissões, como por exemplo, David o sapateiro. Outros começaram a usar nomes iguais aos dos cristãos imitando-os. Por isso alguns sobrenomes utilizados pelos judeus depois da expulsão decretada por D. Manuel, ainda podem ser vistos nos dias de hoje e são tidos como normais no universo da ortografia portuguesas.

Também aquando do baptismo de judeus, eles poderiam começar a usar o nome da sua terra natal, ou terra de residência. Igualmente comum é observar que alguns judeus

começam a tomar nomes acabados em EZ¹¹⁶³, que provêm da palavra Eretz que quer dizer terra em hebraico. Assim encontramos sobrenomes como Perez, Lopez, Rodrigues, Gonzalez, Martinez ou Mendez.

Os sobrenomes judaicos recolhidos das documentações régias para a região da Beira Interior mostram-nos que das inúmeras famílias mencionadas, algumas delas puderam ter os seus membros espalhados por diversas terras. No que diz respeito à enumeração seguinte optámos por começar por indicar as famílias por ordem alfabética.

Sobrenome			
Ababa			
Nome	Localidade	Ano	Fonte
Abraão Ababa, sapateiro	Pinhel	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 84
Abaiu			
José Abaiu, tecelão	Celorico da Beira	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 107
Abraão Abaiu, sapateiro.	São Vicente da Beira	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
Abaiuf			
Sem Tob Abaiuf, sapateiro	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Abano			
Moisés Abano, sapateiro	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 106vº
Abanaço			
Salomão Abanaço	Viseu	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 56
Abayud			
Moisés Abayud	Alverca (Trancoso)	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Abenacar			
Mestre Abraão Abenacar, cirurgião	Guarda	1496	Chancelaria de D. Manuel I, livro 14, fl. 39
Abenassel			
Mestre Samuel Abenassel, físico	Covilhã	1482	Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 162vº
Abenazam			
Samuel Abenazam	Pinhel	1490	Chancelaria de D. João II, livro 12, fl. 50vº
Abenazo			
Moisés Abenazo, alfaiate	Castelo Branco	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 108
Samuel Abenazo	Gouveia	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 56
Lambroso Abenazo	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57
Abraão Abenazo, mercador	Pinhel	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 84
Namam Abenazo, alfaiate	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
Salomão Abenazo, alfaiate	Gouveia	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Abraão Abenazo	Gouveia	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fls. 25-25vº
Jacob Abenazo	Gouveia	1469	Chancelaria de D. Afonso V,

¹¹⁶³ Elias Lipner, “Os batizados em Pê”, Veja, Lisboa, 1998.

			livro 31, fl.25
--	--	--	-----------------

Em 1441 em Castelo Branco, Gouveia e Lamego aparecem-nos judeus com o sobrenome Abenazo, estando identificados um alfaiate e um mercador. No ano seguinte apenas encontramos um judeu em Pinhel. Em 1469 só em Gouveia conhecemos três membros da mesma família, sendo um deles alfaiate, ma mesma data surge-nos outro em Castelo Branco.

Aben Beru			
Abraão Aben Beru	Sertã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 115
Aben David			
Salomão Aben David, físico e rabi	Covilhã	1471	Chancelaria de D. Afonso V, livro 17, fl. 22
Abenziza			
Jacob Abenziza	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 87vº
Mestre Judas Abenziza	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 87vº
Abeyu			
José Abeyu	Alverca (Trancoso)	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 32vº
Abim			
Moisés Abim	Freixedas	1488	Chancelaria de D. João II, livro 18, fl. 6vº
Abit			
Jacob Abit	Alverca (Trancoso)	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57vº
Aboa			
Aboa Aboa	Viseu	1468	Chancelaria de D. Afonso V, livro 28, fl. 73
Abolafia			
Mestre Boino Abolafia, físico	Fundão	1495	Chancelaria de D. Manuel I, livro 32, fl. 43
Abudante			
Samuel Abudante	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fls. 172vº-173
Abudente			
Samuel Abudente, sapateiro	Celorico da Beira	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 107
Moisés Abudente, sapateiro	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº
Samuel Abudente, gibiteiro	Guarda	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº
Samuel Abudente	Covilhã	1450	Chancelaria de D. Afonso V, livro 34, fl. 190
Samuel Abudente	Guarda	1454	Leitura Nova Tombo da Beira, livro 2, fls. 36vº-37vº
Moisés Abudente, sapateiro	Celorico da Beira	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Judas Abudente, alfaiate	Celorico da Beira	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Jacob Abudente, ferreiro	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 117
Mestre José Abudente, físico	Guarda	1489	Chancelaria de D. João II, livro 25, fl. 99

O sobrenome Abudente espalha-se por diversas povoações desta região desde a data de 1442 onde encontramos dois judeus sapateiros e um gibiteiro. Em Celorico da Beira conhecemos dois judeus em 1455, sendo um sapateiro e outro alfaiate, mais tarde em 1489 na cidade da Guarda aparece-nos um físico.

Abul			
Salomão Abul, sapateiro	Guarda	1464	Leitura Nova Tombo da Beira, livro 2, fl. 12
Abvila			
Salomão Abvila	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 110vº
Acid			
Judas Acid, alfaiate	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Acir			
Samuel Acir, alfaiate	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Salomão Acir, alfaiate	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Acit			
Judas Acit, ferreiro	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58vº
Isaac Acit, ferreiro	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58vº

Os sobrenomes acima descritos Acid / Acir /Acit poderiam possivelmente ser o mesmo nome, com grafias diferentes.

Acubti			
Judas Acubti, sapateiro	Covilhã	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 55
Adida			
Salomão Adida	Guarda	1379	Leitura Nova Tombo da Beira, livro 2, fl. 255vº
Salomão Adida	Guarda	1395	Arquivo Histórico Portuguez, no Tombo da Comarca da Beira, vol. X, pp. 319 – 320.
José Adida	Covilhã	1395	Arquivo Histórico Portuguez, no Tombo da Comarca da Beira, vol. X, p.299
Abraão Adida	Guarda	1406	Mencionado na Chancelaria de D. João I, livro 3, fl. 106
Moisés Adida	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fls. 173vº e 235vº
Abraão Adida, o moço, sapateiro	Gouveia	1439	Chancelaria de D. Afonso V, livro 19, fl. 95vº
Isaac Adida, rendeiro	Viseu	1439 - 1454	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 56, livro 13, fls. 163vº-165
Menaém Adida	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº
Jacob Adida	Covilhã	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 119vº
Isaac Adida	Covilhã	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 55
Abraão Adida, o velho	Gouveia	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 56
Salomão Adida	Castelo Branco	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº
José Adida, mercador	Castelo Branco	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº
Abraão Adida	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 37, fl. 62vº
Isaac Adida Calvo	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 37, fl. 62vº
Moisés Adida, tecelão	Guarda	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº
Abraão Adida, ferreiro	Viseu	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 114vº
Salomão Adida, ferreiro	Viseu	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 37, fl. 62vº
Moisés Adida, mercador	Trancoso	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 106vº
Moisés Adida, sapateiro	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 88

Salomão Adida Calvo	Covilhã	1451	Chancelaria de D. Afonso V, livro 34, fl. 8
Isaac Adida, rendeiro	Viseu	1454	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 56, livro 13, fls. 163vº-165
Salomão Adida, sapateiro	Covilhã	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Daniel Adida, sapateiro	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Sem Tob Adida, sapateiro	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159, livro 38, fl. 96vº
Abraão Adida, sapateiro	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Caçom Adida, o moço	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Daniel Adida, o moço	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Abraão Adida, sapateiro	Celorico da Beira	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Menaém Adida, tecelão	Celorico da Beira	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Menaém Adida, tecelão	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Isaac Adida, mercador	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Levi Adida, alfaiate	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 160
Moisés Adida	Guarda	1464	Leitura Nova Tombo da Beira, livro 1, fls. 144vº - 145vº, livro 2, fls. 24-25
Moisés Adida, sapateiro	Guarda	1464	Leitura Nova Tombo da Beira, livro 2, fl. 12
Moisés Adida	Guarda	1467	Leitura Nova Tombo da Beira, livro 2, fl. 12
Haim Adida, mercador	Monsanto	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Abraão Adida, sapateiro	Pinhel	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Moisés Adida, mercador	Guarda	1480	Chancelaria de D. Afonso V, livro 32, fl. 38vº e fl. 41
Moisés Adida	Lamego	1485	Chancelaria de D. João II, livro 12, fl. 157vº- 158, livro 13, fl. 54
Moisés Adida	Guarda	1490	Chancelaria de D. João II, livro 12, fls. 89vº - 90, livro 13, fls. 141-141vº
Mestre Salomão Adida, cirurgião	Guarda	1490	Chancelaria de D. João II, livro 13, fl. 70vº
Moisés Adida	Lamego	1490	Chancelaria de D. João II, livro 12, fl. 157vº - 158, livro 13, fl. 54
Adido			
Moisés Adido	Guarda	1467	Leitura Nova Tombo da Beira, livro 2, fl. 12

A família Adida é das quem tem um maior número de judeus mencionados nas fontes estudadas. A maior percentagem centra-se na cidade da Guarda, e o primeiro registo aparece-nos em 1379, sendo o último mencionado em 1490. Devido à proximidade de algumas datas e tendo a mesma origem espacial, fica-nos a dúvida, se os judeus mencionados com nomes idênticos não seriam uma única pessoa, como é o caso de Salomão Adida, em 1379 e 1395 ou de Moisés Adida, em 1464 e 1467, ambos da cidade da Guarda. Em 1455 existem três sapateiros com este sobrenome só na cidade

da Guarda. No ano de 1490 também na Guarda encontramos o único cirurgião Adida. Quanto ao sobrenome Adido poderá pertencer à mesma família embora aparecendo aqui com grafia diferente.

Adoroque			
Moisés Adoroque, ferreiro	Sertã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 88
Alacar			
Abraão Alacar	Guarda	1295	Chancelaria de D. Dinis, livro e, fl. 113vº
José Alacar, gibiteiro	Guarda	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº
Alborador			
Abraão Alborador, ferreiro	Viseu	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 68vº
Alca			
Vivas de Alca	Lamego	1488	Chancelaria de D. João II, livro 7, fl. 6vº
Alcaide			
Juda Alcaide	Guarda	1489	Chancelaria de D. João II, livro 13, fls. 141-141vº
Alcadix			
Jacob Alcadix, alfaiate	Covilhã	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Alevel			
Moisés Alevel, sapateiro	Castelo Branco	1488	Chancelaria de D. João II, livro 15, fls. 102vº-103
Alfalego			
Judas Alfalego	Sertã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 101
Algodix			
Menaém Algodix	Celorico da Beira	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 108
Almogroz			
Simão Almogroz	Viseu	1468	Chancelaria de D. Afonso V, livro 28, fl. 73
Altazar /Altarraz			
Eliézer Altazar, gibiteiro	Castelo Branco	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 108
Isaac Altarraz, mercador	Pinhel	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 95vº
Alva			
Jacob de Alva	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fls. 163, 172vº, 173vº
Jacob de Alva	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 51
Moisés de Alva, vereador e ouvidor	Lamego	1485 - 1490	Chancelaria de D. João II, livro 12, fls. 127vº e 157vº-158, livro 13, fl. 54
Alvangil			
Isaac Alvangil	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fl. 174
Am			
Salomão Am, tintureiro	Lamego	1489	Chancelaria de D. João II, livro 27, fl. 65vº
Haim Am, tabelião	Lamego	1490	Chancelaria de D. João II, livro 12, fl. 157vº-158
Amado			
Salomão Amado	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fl. 174
Jacob Amado, ferreiro	Castelo Branco	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 60
Samuel Amado, sapateiro	Castelo Branco	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 108
Abraão Amado, sapateiro	Castelo Branco	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 108
José Amado	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 60vº

Jacob Amado	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 60vº
Salomão Amado, ferreiro	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Abraão Amado, especieiro	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
José Amado, ferreiro	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Moisés Amado, alfaiate	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Jacob Amado, ferreiro	Covilhã	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Salomão Amado, físico	Castelo Branco	1483	Chancelaria de D. João II, livro 24, fl. 27
Abraão Amado, mercador	Castelo Branco	1488	Chancelaria de D. João II, livro 15, fls. 102vº-103

No ano de 1435 surge a primeira menção ao sobrenome Amado na Covilhã, mais tarde, em 1442 só em Castelo Branco encontramos três nomes de judeus, em 1455 voltamos a ver uma grande incidência deste nome em Castelo Branco existindo até um especieiro.

Amiel			
Samuel Amiel	Pinhel	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 60
Amigo			
Isaac Amigo	Guarda	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 102vº
Amiz			
Moisés Amiz	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 32vº
Salomão, rabi e genro de Jacob Amiz	Covilhã	1482	Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 2vº
Salomão Amiz	Covilhã	1482	Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 2vº
Anacaz			
David Anacaz, gibiteiro	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 56vº
Anan			
Haim Anan, alfaiate	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Andara			
Samuel Andara, sapateiro	Covilhã	1481	Chancelaria de D. Afonso V, livro 26, fl. 62vº
Formosa, filha de Samuel Andara	Covilhã	1481	Chancelaria de D. Afonso V, livro 26, fl. 62vº
Aniel			
David Aniel, tendeiro	Viseu	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 68vº
Anto			
Mao de Anto, tosador	Guarda	1488	Chancelaria de D. João II, livro 18, fl. 6vº
Any			
Abraão Any, rabi	Lamego	1456	Chancelaria de D. Afonso V, livro 9, fls. 138-138vº
Aragel			
Moisés Aragel, sapateiro	Covilhã	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 55
Samuel Aragel	Celorico da Beira	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 60
Moisés Aragel, sapateiro	Pinhel	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Armadel			
Samuel Armadel	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fl. 173vº
José Armadel	Guarda	1436	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fl. 235vº

José Armadel, sapateiro	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº
Samuel Armadel	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 51
Armadela			
Samuel Armadela	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57vº

Quanto ao sobrenome Armadel localiza-se exclusivamente na cidade da Guarda, onde encontramos um sapateiro no ano de 1441, se incluirmos nesta família o nome Armadela, encontramos um membro em Trancoso nesse mesmo ano de 1441.

Armar			
José Armar, mercador	Marialva	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 56vº
Arari			
Mazalias Arari, gibiteiro	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 83
Amezalias Arari, mercador	Castelo Branco	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 108
David Arari	Covilhã	1468	Chancelaria de D. Afonso V, livro 16, fl. 58, livro 28, fl. 82vº
Arote			
Mestre Haim Arote, físico	Covilhã	1491	Chancelaria de D. João II, livro 10, fl. 123
Aroite			
Salomão Aroite	Covilhã	1470	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 129vº
Aroute			
Haim Aroute, alfaiate	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 83
Arragel			
Salomão Arragel, peliteiro	Pinhel	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 114vº
Arragre			
Samuel Arragre	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fl. 173vº
Arrari			
Samuel Arrari	Guarda	1496	Chancelaria de D. Manuel I, livro 28, fl. 65vº
Arrobas			
Haim Arrobas	Monsanto	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Arroute			
Jacob Arroute, alfaiate	Covilhã	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Aruez			
Samuel Aruez	Covilhã	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57
Arute			
José Arute, sapateiro	Trancoso	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 107
Avida			
Salomão Avida	Covilhã	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 36, fl. 155vº
Azob			
Abraão Azob, alfaiate	Castelo Branco	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 108
Bagaço			
Abraão Bagaço, mercador	Trancoso	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 37, fl. 62vº
Samaia Bagaço, mercador	Trancoso	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Samuel Bagaço	Trancoso	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº

Proveniente de uma possível alcunha este sobrenome é mencionado unicamente em Trancoso, nos anos de 1442 e 1469, com dois mercadores, o que poderá demonstrar uma aptidão dessa família pelo comércio.

Baide			
Samuel de Baide, sapateiro	Covilhã	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Balcaide			
Salomão Balcaide, sapateiro	Covilhã	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Jacob Balcaide, sapateiro	Covilhã	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Banacam			
Moisés Banacam	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 88
Baruc			
José Baruc, ferreiro	Guarda	1435	Chancelaria de D. Afonso V, livro 5, fl. 83vº
José Baruc, ferreiro	Guarda	1437	Chancelaria de D. Afonso V, livro 5, fl. 83vº
Abraão Baruc	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57vº
José Baruc, ferreiro	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 114
Soleima Baruc, sapateiro	Gouveia	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 60
Abraão Baruc, alfaiate	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 37, fl. 62vº
José Baruc, tecelão	Gouveia	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Abraão Baruc, o moço, sapateiro	Gouveia	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Judas Baruc	Gouveia	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Abraão Baruc, sapateiro	Gouveia	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Manaém Baruc, sapateiro	Gouveia	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Samuel Baruc	Gouveia	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
Judas Baruc	Gouveia	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
Isaac Baruc	Gouveia	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
Barul			
Daniel Barul	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fl. 173vº

O sobrenome Baruc estende-se por diversas povoações, sendo elevado o numero de pessoas a viverem em Gouveia principalmente nos anos de 1455 e 1469. Se optarmos por agrupar neste quadro o nome Barul, podemos observar que na primeira metade de quatrocentos havia menção a judeus na Covilhã, na Guarda, em Lamego e Trancoso, sendo que na segunda metade apenas aparece menção a Gouveia. Nas profissões destacam-se os sapateiros e os ferreiros.

Barceloni			
Isaac Barceloni, ferreiro	Viseu	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 68vº
Barchilo			
Samuel Barchilo, ferreiro	Castelo Branco	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 108
Bárica			

Abraão Bárica, sapateiro	Covilhã	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 55
Barrocas			
Judas Barrocas	Celorico da Beira	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº
Salomão Barrocas	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57vº
Moisés Barrocas, alfaiate	Celorico da Beira	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 108
Arrose Barrocas, alfaiate	Celorico da Beira	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 108vº
Moisés Barrocas, mercador	Trancoso	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Salomão Barrocas, mercador	Trancoso	1492	Chancelaria de D. João II, livro 5, fl. 41

Este sobrenome abrange-se a dois locais, Celorico e Trancoso, onde conhecemos dois alfaiates em 1442 e dois mercadores nos anos de 1469 e 1492.

Barzalai / Barzelai / Barzilai			
Abraão Barzalai, mercador,	Pinhel	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 78vº
Isaac Barzelai	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 56vº
José Barzalai	São João da Pesqueira	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57vº
Jacob Barzelai, alfaiate	Trancoso	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 106vº
José Barzalai, alfaiate	São João da Pesqueira	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Isaac Barzalai	Pinhel	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Salomão Barzilai, tosador	Trancoso	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Jacob Barzilai, mercador	Trancoso	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº

Este sobrenome poderá ter tido diversas grafias, ao longo dos anos, contudo pensamos tratar-se sempre do mesmo nome, devido sobretudo aos locais de origem, já que durante os anos de 1441 e 1469, são apenas três as localidades mencionadas, Pinhel, São João da Pesqueira a Trancoso.

Cabanas			
Abraão Cabanas, físico	Gouveia	1483	Chancelaria de D. João II, livro 25, fl. 66
Cáceres			
Isaac Cáceres	Guarda	1304	Chancelaria de D. Dinis, livro 4, fl. 29vº
Isaac de Cáceres	Guarda	1435	Leitura Nova Tombo da Beira, livro 2, fls. 236vº – 237vº
Fayam de Cáceres	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fls. 165vº-166, 172vº, 173-173vº
Moisés de Cáceres	Guarda	1436	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fl. 174
Moisés de Cáceres, mercador	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58vº
Faram de Cáceres	Guarda	1442	Leitura Nova Tombo da Beira, livro 1, fls. 97-98vº
Jaque de Cáceres, o moço	Covilhã	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Daniel de Cáceres	Guarda	1464	Leitura Nova Tombo da Beira, livro 2, fls. 24-25
Manuel de Cáceres	Trancoso	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
José de Cáceres, rabi	Guarda	1487	Chancelaria de D. João II,

			livro 20, fl. 119
--	--	--	-------------------

O nome Cáceres é um dos mais antigos vindo desde 1304 na cidade da Guarda, sendo contudo um nome de origem transfronteiriça, é nesta cidade da Guarda onde se encontram mais presenças deste sobrenome. Contudo apenas conhecemos a actividade de duas pessoas, de Moisés de Cáceres que era mercador, e de um rabi de nome José de Cáceres, os dois na Guarda.

Cacez			
Isaac Cacez	Guarda	1395	Archivo Histórico Portuguez, no Tombo da Comarca da Beira, vol. X, p.317
Samuel Cacez	Guarda	1395	Archivo Histórico Portuguez, no Tombo da Comarca da Beira, vol. X, p.320
Yhunto Cacez	Guarda	1445	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fls. 173-173vº
Samuel Cacez, sapateiro	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Anto Cacez, sapateiro	Alverca (Trancoso)	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Samuel Cacez, sapateiro	Guarda	1481	Chancelaria de D. Afonso V, livro 26 fl. 116

Quanto a este sobrenome encontramos três sapateiros dois moradores na Guarda e um morador em Alverca, localidade pertencente neste tempo, ao termo de Trancoso.

Cacos			
Sem Tob Cacos	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fl. 173
Isaac Cacos	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fls. 172vº-173
Caenz			
Isaac Caenz	Guarda	1451	Leitura Nova Tombo da Beira, livro 2, fls. 98-98vº
Cager			
Jacob Cager, mercador	Pinhel	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 84
Cagez / Caguez			
Abraão Cagez, mercador	Pinhel	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 106vº
Jacob Caguez, mercador	Pinhel	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Samuel Caguez, mercador	Pinhel	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Calahorra			
José Calahorra	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fls. 173-173vº, 174
Calvo			
Isaac Calvo, sapateiro	Covilhã	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 55
José Calvo	Covilhã	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 55
Salomão Calvo	Covilhã	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 55
Moisés Calvo, feltreiro	Covilhã	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 55
Isaac Adida Calvo	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 37, fl. 62vº
Moisés Calvo	Marialva	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 37, fl. 62vº
Salomão Adida Calvo	Covilhã	1451	Chancelaria de D. Afonso V, livro 34, fl. 8
Isaac Calvo	Gouveia	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25

Vindo presumivelmente de uma alcunha o nome Calvo, centra-se sobretudo no ano de 1441 na cidade da Covilhã, onde encontramos menção a um feltreiro e a um sapateiro. No ano seguinte observamos um destes nomes em Marialva e só mais tarde em 1469 encontramos este sobrenome novamente fora da cidade da Covilhã, neste caso, em Gouveia.

Candieli			
Judas Candieli, sapateiro	Guarda	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 103vº
Candul			
Moisés Candul	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fl. 173vº
Canês			
Salomão Canês, espingardeiro do rei	Trancoso	1492	Chancelaria de D. João II, livro 7, fl. 30
Caracho			
Isaac Caracho	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fls. 172vº, 173vº-174
Caragem			
Salomão Caragem	Guarda	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 102vº
Carcom			
José Carcom	Marialva	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Cardiel			
Samuel Cardiel, o moço	Guarda	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 107
Cardinel			
Juda Cardinel	Guarda	1453	Chancelaria de D. Afonso V, livro 3, fl. 18vº
Carilho			
Abraão Carilho, alfaiate	Trancoso	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 107
Carmona			
José Carmona, carniceiro	Castelo Branco	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 98
Caro			
Jacob Caro, sapateiro	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº
José Caro	Celorico da Beira	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 98
Jacob Caro, armeiro	Viseu	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 68vº
Isaac Caro	Viseu	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 68vº
Moisés Caro, alfaiate	Trancoso	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 160
Moisés Caro	Trancoso	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
Mestre Isaac Caro, filho de Abraão Caro e físico	Trancoso	1486	Chancelaria de D. João II, livro 8, fl. 137vº

A família Caro, é mencionada em vários locais desde 1441 até 1486, salientamos dois habitantes de Viseu em 1442 onde um era armeiro e na segunda metade deste século este sobrenome começa a aparecer em Trancoso, onde além de um alfaiate encontramos um físico.

Castelão			
Menaém Castelão	Guarda	1437	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fl. 174
Jacob Castelão	Trancoso	1459	Chancelaria de D. Afonso V, livro 36, fls. 149-150

Castro			
Isaac de Castro	Guarda	1395	Archivo Histórico Portuguez, no Tombo da Comarca da Beira, vol. X, pp.318 e 320
Moisés de Castro	Guarda	1395	Archivo Histórico Portuguez, no Tombo da Comarca da Beira, vol. X, pp. 319 e 320
Abraão de Castro	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fls. 173-174
Jacob de Castro	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fls. 172vº – 173vº
Moisés de Castro, sapateiro	Guarda	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 114vº
José de Castro, alfaiate	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 106
Abraão de Castro, sapateiro	Gouveia	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Abraão de Castro	Pinhel	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Sem Tob de Castro	Guarda	1480	Chancelaria de D. Afonso V, livro 32, fl. 14vº

Aparecendo sobretudo na cidade da Guarda este nome é mencionado em quase um século, existindo contudo poucas informações quanto às actividades dos seus membros, conhecendo somente um sapateiro na Guarda em 1442, nesse ano também um alfaiate em Lamego, e mais tarde um sapateiro já em 1469 em Gouveia.

Catarribas			
Samuel Catarribas	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fl. 173vº
Jacob Catarribas	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57
Abraão Catarribas, mercador	Trancoso	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 107
Samaías Catarribas, sapateiro	Celorico da Beira	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº

O sobrenome Catarribas, apenas é mencionado em quatro momentos, todavia os seus membros, expanda-se por três localidades começando em 1435 na Guarda, nos anos de 1441 e 1442 em Trancoso, e em 1455 em Celorico da Beira. Encontramos nesta família um mercador em Trancoso e um sapateiro em Celorico.

Cazez			
Anto Cazez, sapateiro	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Isaac Cazez, sapateiro	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Samuel Cazez	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Abraão Cazez, mercador	Freixedas	1481	Chancelaria de D. Afonso V, livro 26, fl. 109
Isaac Cazez, filho de Abraão Cazez	Freixedas	1481	Chancelaria de D. Afonso V, livro 26, fl. 109
Samuel Cazez, sapateiro	Guarda	1481	Chancelaria de D. Afonso V, livro 26, fl. 109

Este sobrenome é mencionado a partir de 1455 na cidade da Guarda onde encontramos três habitantes, dois deles sapateiros. No ano de 1481 encontramos um pai e um filho vivendo em Freixedas, um deles mercador, e na Guarda encontramos mais um sapateiro.

Celary			
--------	--	--	--

Salomão Celary	Marialva (Meda)	1487	Chancelaria de D. João II, livro 19, fl. 15vº
Ceregom			
Jacob Ceregom, sapateiro	Guarda	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 102vº
Cermينو			
Vidal Cermينو, tecelão	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Cexbono			
Isaac Cexbono, tecelão	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 114vº
Cide			
Jacob Cide	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58
Jacob Cide, alfaiate	Covilhã	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Moisés Cide, gibiteiro	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
José Cide	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 160
Samuel Cide, sapateiro	Pinhel	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Haim Cide, tecelão	Pinhel	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Jacob Cide, tecelão de panos	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
Haim Cide	Pinhel	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
José Cide	Pinhel	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Samuel Cide, sapateiro	Pinhel	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Moisés Cide	Lamego	1485	Chancelaria de D. João II, livro 9, fl. 75, livro 12, fls. 123vº-124, 127vº
Jacob Cide, filho de Moisés Cide	Lamego	1485	Chancelaria de D. João II, livro 9, fl. 75, livro 12, fls. 123vº-124, 127vº, 157vº-158, livro 13, fl. 54
Abraão Cide	Lamego	1485	Chancelaria de D. João II, livro 12, fls. 157vº-158, livro 13, fl. 54

A família Cide é mencionada mais vezes nas povoações de Lamego e Pinhel, sendo que nesta última aparece duas vezes só em 1455, com um sapateiro e um tecelão, e três vezes em 1469, com um sapateiro. Neste mesmo ano em Castelo Branco existe o registo de um tecelão de panos. Em 1485 é mencionada três vezes em Lamego. O nome próprio mais vezes observado é Jacob, com quatro presenças.

Cidebono			
José Cidebono	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58
Cidicaio			
Samuel Cidicaio, alfaiate	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Jacob Cidicaio, alfaiate	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Samuel Cidicaio, alfaiate	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Isaac Cidicaio, sapateiro	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
Mestre Salomão Cidecaio, físico	Trancoso	1487	Chancelaria de D. João II, livro 19, fl. 15vº

Este sobrenome observa-se depois da segunda metade de quatrocentos, nomeadamente na cidade de Castelo Branco onde encontramos só em 1455 três

menções a alfaiates. Em 1469 também em Castelo Branco encontramos um sapateiro e mais tarde, em 1487 desta vez em Trancoso conhecemos um físico.

Cingairo			
Daniel Cingairo, marceiro	Castelo Branco	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 98
Cofolny			
José Cofolny, rendeiro	Lamego	1445	Chancelaria de D. Afonso V, livro 13, fls. 163vº-165
Cohen			
Salomão Cohen, tecelão	Covilhã	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 55
José Cohen	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 50vº
Moisés Cohen	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 56vº
Isaac Cohen, alfaiate	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57vº
Abraão Cohen, tecelão	Castelo Branco	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 98
Moisés Cohen, tecelão	Celorico da Beira	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 107
José Cohen, sapateiro	Guarda	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 107vº
Jacob Cohen, sapateiro	Guarda	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 102vº
José Cohen, sapateiro	Guarda	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 83vº
Faram Cohen	Guarda	1454	Leitura nova Tombo da Beira, livro 2, fls. 36vº-37vº
Abraão Cohen, ferreiro	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Salomão Cohen, ferreiro	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
David Cohen, alfaiate	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Haim Cohen, alfaiate	Trancoso	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 160
Jacob Cohen	Guarda	1456	Chancelaria de D. Afonso V, livro 13, fl. 122vº
Haim Cohen, mercador	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
Isaías Cohen, mercador	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
David Cohen, sapateiro	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
Moisés Cohen, sapateiro	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
Salomão Cohen, tecelão	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
José Cohen, sapateiro	Pinhel	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Abraão Cohen, mercador	Castelo Branco	1472	Chancelaria de D. Afonso V, livro 35, fl. 73vº e 81
Abraão Cohen	Covilhã	1472	Chancelaria de D. Afonso V, livro 29, fl. 53vº
Haim Cohen	Castelo Branco	1481	Chancelaria de D. Afonso V, livro 26, fl. 101 e 127vº
Faram Cohen	Castelo Branco	1481	Chancelaria de D. João II, livro 3, fl. 70
Salomão Cohen, sapateiro	Covilhã	1481	Chancelaria de D. Afonso V, livro 26, fl. 62vº
Moisés Cohen	Guarda	1489	Chancelaria de D. João II, livro 17, fls. 40vº-41.
Haim Cohen, mercador	Castelo Branco	1491	Chancelaria de D. João II, livro 11, fl. 157

A família Cohen também é uma das mais documentadas nas fontes estudadas, tendo em 1441 presenças na Covilhã, Guarda e Trancoso, com um tecelão e um alfaiate. No

ano seguinte só em Castelo Branco encontram-se dois tecelões, e na Guarda três sapateiros. Em 1455 novamente em Castelo Branco mencionam-se dois ferreiros e um alfaiate em Trancoso. Mais tarde em 1469 encontramos cinco membros em Castelo Branco sendo dois mercadores, dois sapateiros e um tecelão, em Pinhel menciona-se um sapateiro. Já em 1481 observamos um sapateiro na Covilhã, e no ano de 1491 mais um mercador em Castelo Branco.

Coimbrão			
Jacob Coimbrão, ourives	Viseu	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 114vº
Cocuracho			
Salomão Cocuracho	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fl. 173
Coleiria			
Salomão Coleiria	Castelo Branco	1496	Chancelaria de D. Manuel I, livro 6, fl. 78vº
Corcoz			
Moisés Corcoz, tecelão	Trancoso	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 160
Abraão Corcoz	Trancoso	1475	Chancelaria de D. Afonso V, livro 30, fl. 51
Juda Corcoz, físico e rabi	Sabugal	1496	Chancelaria de D. Manuel I, livro 26, fls. 27vº-28 e 64vº
Corichel			
Mestre Salomão Corichel	Lamego	1484	Chancelaria de D. João II, livro 17, fl. 122vº
Corochom			
Jacob Corochom	Guarda	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 100
Corrojom			
Isaac Corrojom	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Cosim			
Haim Cosim	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 156
Crefom			
Isaac Crefom, alfaiate	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 37, fl. 62vº
Crescente			
Jaque Crescente, tecelão	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Isaac Crescente, tecelão	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
José Crescente, vereador	Lamego	1456	Chancelaria de D. Afonso V, livro 9, fls. 138-138vº
Crespim			
Baruc Crespim	Castelo Branco	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº
Jacob Crespim, tecelão	Castelo Branco	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 88
Cucaracho			
Isaac Cucaracho	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fls. 173vº e 235vº
Custem			
Moisés Custem	Guarda	1489	Leitura Nova Tombo da Beira, livro 1, fls. 148vº-149
Daça			
Haim Daça, sapateiro	Lamego	1488	Chancelaria de D. João II, livro 18, fl. 98vº-99
Dayeno			
José Dayeno, tecelão	Celorico da Beira	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Donho			
Samuel Donho, tosador	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Ergas / Hergas			

Antom Ergas	Guarda	1395	Archivo Histórico Portuguez, no Tombo da Comarca da Beira, vol. X, pp. 319, 323 e 324
José Ergas, mercador	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 60, livro 23, fl. 50vº, livro 29, fls. 193-193vº
Samuel Ergas	Covilhã	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59
Jacob Ergas	Covilhã	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Isaac Ergas, mercador	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 160
Samuel Hergas	Covilhã	1464	Chancelaria de D. Afonso V, livro 8, fl. 176vº
Isaac Ergas, mercador	Pinhel	1473	Chancelaria de D. Afonso V, livro 33, fl. 130. Mencionado também na chancelaria de D. João II, livro 3, fls. 14vº-15; na Chancelaria de D. Manuel I, livro 16, fl. 55vº; Extras, fls. 19-19vº, Leitura Nova Tombo da Beira, livro 2, fl. 184
Jacob Ergas	Guarda	1484	Chancelaria de D. João II, livro 12, fls. 89vº-90
José Ergas, genro de Salomão Mofejo, mercador e rendeiro	Guarda	1489	Leitura Nova Tombo da Beira, livro 1, fls. 138vº-139 e 148vº-149
Jacob Ergas	Guarda	1490	Chancelaria de D. João II, livro 12, fl. 89vº-90
Isaac Ergas	Pinhel	1496	Chancelaria de D. Afonso V, livro 33, fl. 130. Mencionado também na chancelaria de D. João II, livro 3, fls. 14vº-15; na Chancelaria de D. Manuel I, livro 16, fl. 55vº; Extras, fls. 19-19vº, Leitura Nova Tombo da Beira, livro 2, fl. 184
José Ergas	Guarda	1497	Chancelaria de D. Manuel I, livro 28, fl. 65vº, livro 33, fl. 57

O sobrenome Ergas /Hergas é mencionado logo em 1395 na Guarda com Antom Ergas. Nesta cidade voltamos a ter notícias de membros desta família com três mercadores nos anos de 1441, 1455 e 1489. Também em Pinhel encontramos novo mercador desta vez no ano de 1473. Os nomes próprios com mais presenças são os nomes de José na cidade da Guarda e Isaac na Guarda e em Pinhel.

Erges			
Jacob Erges	Guarda	1491	Leitura Nova Tombo da Comarca da Beira, livro 1, fl. 144vº
Erguas			
José Erguas, mercador	Pinhel	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
Espirel			
Juçoel Espirel, sapateiro	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 114vº
Estrela / Estrelha			
Salomão de Estrela, rendeiro	Covilhã	1434	Chancelaria de D. Afonso V, livro 18, fl. 59
Abraão de Estrelha	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58vº
Abraão de Estrela	Guarda	1454	Leitura Nova Tombo da Beira, livro 2, fls. 205vº – 206vº

Baruc de Estrelha, mercador	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Isaac Laya Estrela	Penamacor	1472	Chancelaria de D. Afonso V, livro 29, fl. 127

O sobrenome Estrela /Estrelha provindo possivelmente de uma alcunha ao local da Serra da Estrela, é mencionado primeiramente em 1434 na Covilhã, com um rendeiro. Nos anos seguintes até 1472 ainda conhecemos dois membros em Lamego, um na Guarda e outro em Penamacor.

Fabibe			
Mestre Isaac Fabibe, cirurgião	Trancoso	1475	Chancelaria de D. Afonso V, livro 30, fl. 155vº
Fabibi			
Moisés Fabibi	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V no livro 2, fl. 57vº
Fabit			
David Fabit	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 56vº
José Fabit, mercador	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57vº
Facide			
Bento Facide, sapateiro	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
Salomão Facide, sapateiro	Monsanto (Idanha-a-Nova)	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Facit			
José Facit, ferreiro	Gouveia	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 60
Facite			
Anacom Facite, alfaiate	Proença	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 108
Faiam			
Jacob Faiam, sapateiro	Covilhã	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 55
Haim Faiam	Covilhã	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 55
Judas Faiam, sapateiro	Covilhã	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Falam			
Abraão Falam, sapateiro	Pinhel	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 84
Falsom			
Haim Falsom	Gouveia	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
Falido			
David Falido	Guarda	1395	Arquivo Histórico Português, no Tombo da Comarca da Beira, vol. X, p. 319.
Falilho			
Salomão Falilho	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fls. 173vº-174
David Falilho	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fl. 163
José Falilho, rendeiro	Covilhã	1440	Chancelaria de D. Afonso V, livro 13, fls. 163vº-165
Salomão Falilho	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº

Este sobrenome encontra-se com maior frequência na Guarda com duas presenças em 1435 e uma em 1441, e na Covilhã com apenas um menção no ano de 1440 com um rendeiro.

Fam			
Vivas Fam, mercador	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V,

			livro 15, fl. 159
Famiz			
Jacob Famiz	Covilhã	1476 - 1482	Chancelaria de D. Afonso V, livro 7, fl. 143vº; Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 2vº
Abraão Famiz, filho de Jacob Famiz	Covilhã	1476 - 1482	Chancelaria de D. Afonso V, livro 7, fl. 143vº; Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 2vº
Far			
Vivas Far	Lamego	1476	Extras, fls. 19-19vº e na Chancelaria de D. João II, livro 3, fls. 14vº-15
Fará			
Judas Fará	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58
Abraão Fará, gibiteiro	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 88
Faravam / Farabam / Faravom			
Isaac Faravam, sapateiro	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 56vº
Moisés Farabam	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 56vº
Sem Tob Faravam	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57vº
Salomão Farabam	Gouveia	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 56vº
José Farabam, sapateiro	Trancoso	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 106vº
Samaia Faravom, alfaiate	Guarda	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 102vº
Isaac Farabam, ferreiro	Pinhel	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, 84
Isaac Faravam, mercador	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
José Faravom, sapateiro	Trancoso	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
David Faravom, sapateiro	Trancoso	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Sem Tob Faravom, mercador	Trancoso	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Isaac Faravom, mercador	Gouveia	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
José Faravom	Viseu	1481	Chancelaria de D. Afonso V, livro 26, fl. 56vº

Este sobrenome que poderá ter tido diversas grafias, sendo mais expressiva a sua presença em Trancoso, onde só em 1441 encontramos três judeus, novamente em 1469 observam-se mais três membros, sendo que dois eram sapateiros e um mercador. Nesse mesmo ano voltamos a encontrar outro mercador em Gouveia.

Faro			
Sem Tob de Faro	Marialva	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57vº
Ianto de Faro	Marialva	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 32vº
Franco de Faro, mercador	Marialva	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Farubo			
Judas Farubo, o moço, mercador	Trancoso	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 106vº
Fave			
Belecide Fave, mercador	Trancoso	1485	Chancelaria de D. João II, livro 8, fl. 137vº
Favilhom			
David Favilhom (Dom Favilhom)	Guarda	1395	Archivo Histórico Portuguez, no Tombo da Comarca da Beira, vol. X, pp. 318 – 320
Favira			

Vizinho Favira	Trancoso	1472	Chancelaria de D. Afonso V, livro 29, fl. 200
Favive			
Samaia Favive	Trancoso	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Samaia Favive, mercador	Trancoso	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
José Favive, mercador	Trancoso	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Isaías Favive, mercador	Trancoso	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº

A família Favive oriunda exclusivamente de Trancoso encontra-se em 1455 e em 1469, neste último ano os três membros mencionados são mercadores.

Faya			
Samuel de Faya	Guarda	1395	Archivo Histórico Portuguez, no Tombo da Comarca da Beira, vol. X, p. 317.
Felilho			
Moisés Felilho, sapateiro	Pinhel	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Fibolho			
David Fibolho	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fls. 173vº-174
Fililho			
Salomão Fililho	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fl. 174
Folega			
Samuel Folega	Sertã	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 28, fl. 112
Franco			
Judas Franco	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58
Judas Franco, gibiteiro	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58
Moisés Franco	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58
Haim Franco	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 56vº
Isaac Franco	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57vº
Samuel Franco	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57vº
Judas Franco, sapateiro	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57vº
Moisés Franco, mercador	Trancoso	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 106vº
David Franco, gibiteiro	Viseu	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 114vº
Judas Franco, gibiteiro	Viseu	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 114vº
Moisés Franco, tendeiro	Viseu	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 68vº
Judas Franco	Viseu	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 68vº
Jacob Franco, tecelão	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Samuel Franco, alfaiate	Trancoso	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 160
Haim Franco, escrivão	Trancoso	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 160
David Franco	Viseu	1468	Chancelaria de D. Afonso V, livro 28, fl. 73
Salomão Franco	Gouveia	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº

A família Franco é mencionada logo em 1441 com três presenças em Lamego, com um gibiteiro, nesse mesmo ano encontramos quatro menções em Trancoso com um

sapateiro. No ano seguinte a maior incidência é em Viseu com quatro judeus, sendo dois gibiteiros e um tendeiro. Em 1455 encontramos três membros, um em Castelo Branco, que era tecelão e dois em Trancoso, sendo um alfaiate e um escrivão.

Franxio			
Salomão de Franxio, sapateiro	Viseu	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 68vº
Gabay			
Juda Gabay, sapateiro	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 29, fl. 53vº
David Gabay, sapateiro	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 37, fl. 62vº
Isaac Gabay	Gouveia	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 60
Abraão Gabay, sapateiro	São João da Pesqueira	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 106
Samuel Gabay, sapateiro	Gouveia	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 165
Abraão de Gabay	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Abraão Gabay, alfaiate	Pinhel	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº

A família Gabay é sobretudo formada por sapateiros, dois em Lamego nos anos de 1441 e 1442, um em São João da Pesqueira nesse ano de 1442, e um em Gouveia em 1455, mais tarde em 1469 temos notícia de um alfaiate em Pinhel.

Gatel			
Sem Tob Gatel, tecelão	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 56vº
José Gatel	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57
Daniel Gatel	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58
Abraão Gatel, tecelão	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Samuel Gatel, alfaiate	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96

Este sobrenome localiza-se exclusivamente na cidade de Lamego, onde observamos a presença de um tecelão em 1441, outro em 1455 e de um alfaiate nesse mesmo ano de 1455.

Gigante			
Mestre Abraão Gigante, cirurgião	Gouveia	1483	Chancelaria de D. João II, livro 26, fl. 46
Goleima / Goleimo			
Mestre Guedelha Goleimo, físico e cirurgião	Covilhã	1450	Chancelaria de D. Afonso V, livro 34, fls. 192vº e 193vº
Mestre Samuel Goleima, físico e cirurgião	Covilhã	1460	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 41
Mestre Samuel Goleima, servidor do rei, físico e cirurgião do Infante D. Fernando	Guarda	1465	Chancelaria de D. Afonso V, livro 14, fl. 62vº
Mestre Samuel Goleima, era físico e cirurgião do Infante D. Fernando	Castelo Branco	1470	Chancelaria de D. Afonso V, livro 22, fl. 2vº
Salomão Goleimo, cirurgião	Castelo Branco	1486	Chancelaria de D. João II, livro 1, fl. 46

Este sobrenome tem a particularidade de todos os seus membros serem cirurgiões, dois deles físicos e cirurgiões do Infante D. Fernando, nos anos de 1465 e 1470.

Começamos a ter notícias deste sobrenome com a variante Goleima e Goleimo no ano de 1450 na Covilhã, dez anos depois encontramos outro membro na Covilhã. Mais tarde em Castelo Branco encontramos dois membros, um em 1470 e outro em 1486.

Gouva			
José de Gouva, sapateiro	Guarda	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 102vº
Gouveia			
José de Gouveia	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fls. 173vº
José de Gouveia, sapateiro	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Gromiso			
Samuel Gromiso, tecelão	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 98
Guarite			
Moisés Guarite	Guarda	1437	Chancelaria de D. Afonso V, livro 5, fl. 83vº
Ham			
Abraão Ham	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58
Isaac Ham, mercador	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 160
Vivas Ham, alfaiate	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Isaac Ham, mercador	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 160

A família Ham unicamente conhecida em Lamego encontra-se em 1441 e 1455, existido neste último ano a presença de dois mercadores e um alfaiate.

Hudara			
Samuel Hudara, sapateiro	Covilhã	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 36, fl. 160
Moisés Hudara, sapateiro	Covilhã	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 36, fl. 160
Moisés Hudara, sapateiro	Covilhã	1459	Chancelaria de D. Afonso V, livro 36, fl. 160
Samuel Hudara, sapateiro	Covilhã	1459	Chancelaria de D. Afonso V, livro 36, fl. 160

O sobrenome Hudara conhecido exclusivamente na cidade da Covilhã conta com quatro presenças, sendo que todos os judeus têm a mesma actividade, são sapateiros.

Infante			
Abel Infante	Guarda	1395	Archivo Histórico Portuêz, no Tombo da Comarca da Beira, vol. X, p. 318.
Jacer			
José Jacer, tecelão	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 88
Jaem			
Abraão Jaem	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58
Jaén			
Abraão Jaén	Lamego	1471	Chancelaria de D. Afonso V, livro 17, fl. 94vº
Jem			
José Jem, procurador	Lamego	1456	Chancelaria de D. Afonso V, livro 9, fls. 138-138vº
Juda			
Infante Juda	Guarda	1395	Archivo Histórico Portuêz, no Tombo da Comarca da Beira, vol. X, p.318
Judar			
Mestre Abas Judar, físico	Lamego	1450	Chancelaria de D. Afonso V, livro 34, fl. 158
Judara			

Mardoqueu Judara, sapateiro	Pinhel	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Justo			
Moisés Justo	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 56vº
Isaac Justo, sapateiro	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 56vº
José Justo	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57vº
Abraão Justo, sapateiro	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 106vº
Isaac Justo	Celorico da Beira	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº
José Justo, sapateiro	Celorico da Beira	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº
Moisés Justo, tecelão	Celorico da Beira	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 108
Rainha, filha de Moisés Justo	Celorico da Beira	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 108
Salomão Justo, tecelão	Viseu	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 114vº
Moisés Justo, sapateiro	Trancoso	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 73vº
José Justo, sapateiro	Alverca (Trancoso)	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 32vº
Moisés Justo	Trancoso	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº

O sobrenome Justo encontra-se em 1441 com três presenças só em Trancoso, sendo um sapateiro. Em 1442 encontramos novo sapateiro na Covilhã, e quatro membros só em Celorico da Beira, sendo que um também é sapateiro e outro tecelão. Em Viseu nesse mesmo ano encontramos novo tecelão. Mais tarde em 1455 observa-se um sapateiro em Trancoso, no ano de 1469 em Alverca outro sapateiro é mencionado.

Latam			
David Latam, ferreiro	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 15
Leal			
Judas Leal, gibiteiro	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Abraão Leal, gibiteiro	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Leão			
Jacob Leão, tosador	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 106vº
Leiria			
Abraão de Leiria	Guarda	1395	Arquivo Histórico Portuguez, no Tombo da Comarca da Beira, vol. X, pp. 318 – 319
José de Leiria	Guarda	1395	Arquivo Histórico Portuguez, no Tombo da Comarca da Beira, vol. X, p. 317
Jacob de Leiria, ferreiro	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fls. 173-173vº e 174
José de Leiria	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fls. 172vº-173
Abraão de Leiria	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº
Isaac de Leiria, ferreiro	Celorico da Beira	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 107
Moisés de Leiria, ferreiro	Pinhel	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 76vº
Imça de Leiria	Guarda	1451	Leitura nova Tombo da Beira, livro 2, fls. 36vº-37vº
Samuel de Leiria, ferreiro	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
José de Leiria, ferreiro	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº

Samuel de Leiria, ferreiro	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Salomão de Leiria, ferreiro	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Salomão de Leiria, ferreiro	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Abraão de Leiria	Guarda	1467	Chancelaria de D. Afonso V, livro 28, fl. 95-95vº, livro 16, fl. 25vº
Abraão de Leiria, sapateiro	Alverca (Trancoso)	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Abraão de Leiria	Guarda	1476	Chancelaria de D. Afonso V, livro 28, fl. 95-95vº, livro 16, fl. 25vº
Salomão de Leiria, filho de Abraão de Leiria	Guarda	1476	Chancelaria de D. Afonso V, livro 6, fl. 25vº

A família Leiria tinha maior expressão na cidade da Guarda, onde encontramos membros desde 1395. No ano de 1435 conhecemos dois membros nesta cidade sendo um ferreiro, em 1442 mais dois ferreiros são mencionados desta vez em Celorico e em Pinhel. Já em 1455 conhecemos quatro ferreiros dois na Guarda e dois em Lamego. Em 1469 em Alverca encontra-se um sapateiro e por fim em 1476 mais duas presenças de judeus desta feita na cidade da Guarda.

Levi			
Abraão Levi, tendeiro	Celorico da Beira	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº
Judas Levi	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57vº
Salomão Levi, tecelão	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 83
Meir Levi, tecelão	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 83
Jacob Levi, sapateiro	Celorico da Beira	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 107
José Levi	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 60
José Levi, sapateiro	Trancoso	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 107
Meir Levi, tecelão	Penamacor	1453	Chancelaria de D. Afonso V, livro 4, fl. 38vº
Samuel Levi	Penamacor	1460	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 42vº
Mstre José Levi	Trancoso	1464	Chancelaria de D. Afonso V, livro 8, fl. 175
Abraão Levi, mercador	Trancoso	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº

A família Levi, menciona-se em diversas localidades da Beira Interior no período entre 1441 e 1469, onde encontramos um tendeiro em Celorico no ano de 1441, dois tecelões na Covilhã em 1442, dois sapateiros nesse mesmo ano em Celorico e em Trancoso, outro tecelão em 1453 em Penamacor, e por fim um mercador em Trancoso no ano de 1469.

Linhares			
Judas de Linhares	Guarda	1395	Archivo Histórico Portuguez, no Tombo da Comarca da Beira, vol. X, pp. 317 – 318
Abraão de Linhares, filho de Judas de Linhares	Guarda	1395	Archivo Histórico Portuguez, no Tombo da Comarca da Beira, vol. X, p. 317.
Longo			

Isaac Longo, alfaiate	Viseu	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 114vº
Losa			
José Losa	Aguiar da Beira	1490	Chancelaria de D. João II, livro 16, fl. 106vº
Lubel			
Samuel Lubel	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58vº
Macadia			
José Macadia, alfaiate	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 88
Macata			
Juda Macata, tecelão	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Macaz			
José Macaz, rendeiro	Castelo Branco	1488	Chancelaria de D. João II, livro 18, fl. 78
Machorro			
Salomão Machorro	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58
Eliézer Machorro	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 60
Salomão Machorro, sapateiro	Viseu	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 68vº
Salomão Machorro, tecelão	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159, livro 38, fl. 96

O nome Machorro é mencionado sobretudo em Lamego nos anos de 1441, 1442 e 1455, embora exista um sapateiro em Viseu no ano de 1442.

Machoz			
Moisés Machoz, gibiteiro	Castelo Branco	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 108
Maçom			
Isaac Maçom, alfaiate	Guarda	1434	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fls. 163, 172vº, 173 e 173vº
Isaac Maçom, alfaiate	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 90vº
Maçoude / Macoude			
José Maçoude, alfaiate	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
David Maçoude	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Ianto Maçoude, alfaiate	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Isaac Maçoude, tecelão	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Mestre José Macoude, físico	Guarda	1488	Chancelaria de D. João II, livro 16, fl. 18, livro 18, fl. 121

Esta família, encontrada a partir de 1455 comporta dois alfaiates um em Castelo Branco e outro na Guarda e um tecelão em Lamego. Mais tarde em 1488 encontramos um físico na cidade da Guarda.

Maçoz / Macoz			
Isaac Maçoz, alfaiate	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fls. 59vº e 90, livro 23, fl. 50
David Macoz, rendeiro	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº
Isaac Maçoz, tosador	Guarda	1454	Chancelaria de D. Afonso V, livro 16, fl. 7
Anto Macoz, o moço	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Moisés Maçoz	Guarda	1467	Chancelaria de D. Afonso V,

			livro 28, fls. 95-95vº, livro 32, fl. 39
Isaac Maçoz, tosador	Guarda	1475	Chancelaria de D. Afonso V, livro 26, fls. 60-60vº, livro 32, fl. 39
Mestre José Maçoz, físico	Guarda	1490	Chancelaria de D. João II, livro 16, fl. 18

Este sobrenome encontra-se unicamente na cidade da Guarda desde 1441 até 1490 onde encontramos um alfaiate, um rendeiro, dois tosadores e um físico.

Maio			
Franco Maio	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58
Maloz			
José Maloz	Guarda	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº
Mamom			
Abraão Mamom, sapateiro	Guarda	1395	Arquivo Histórico Português, no Tombo da Comarca da Beira, vol. X, pp. 317 – 318 e 324
Sem Tob Mamom, alfaiate	Guarda	1395	Arquivo Histórico Português, no Tombo da Comarca da Beira, vol. X, pp. 317 – 318 e 324
Abraão Mamom, sapateiro	Guarda	1406	Chancelaria de D. João I, livro 3, fl. 106
Abraão Mamom	Guarda	1436	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fl. 235vº
Moisés Mamom	Guarda	1436	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fl. 235vº

A família Mamom também é documentada exclusivamente na Guarda onde conhecemos em 1395 um sapateiro e um alfaiate e em 1406 outro sapateiro.

Marcoa			
Salomão Marcoa	Pinhel	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57vº
Marcos			
Samuel Marcos, sapateiro	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59
Samuel Marcos, tecelão	Castelo Branco	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 108
Fabibe Marcos, sapateiro	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159, livro 38, fl. 96vº
Mardoqueu			
Isaac Mardoqueu, sapateiro	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 106vº
Marim			
Abraão de Marim, rendeiro	Castelo Branco	1381	Chancelaria de D. Fernando, livro 3, fl. 3
Matam			
David Matam, ferreiro	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Moisés Matam, gibiteiro	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº

Matrotel			
José Matrotel, sapateiro	Covilhã	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 55
Jacob Matrotel, sapateiro	Covilhã	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 55
Abraão Matrotel	Covilhã	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 55
Moisés Matrotel	Covilhã	1464	Chancelaria de D. Afonso V, livro 8, fls. 31-31vº

Este sobrenome é mencionado na Covilhã com quatro presenças duas delas de judeus que eram sapateiros em 1441.

Mauram			
Daniel Mauram	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fls. 173vº-174
Mazado			
Haim Mazado, alfaiate	Castelo Branco	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 108
Mazod			
Moisés Mazod, ferreiro	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 83
Jacob Mazod, ferreiro	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 83
Samuel Mazod, ferreiro	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 83
José Mazod, sapateiro	Covilhã	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº

A família Mazod também é encontrada exclusivamente na cidade da Covilhã onde três membros em 1442 são ferreiros e em 1455 encontramos um sapateiro.

Mazor			
Jacob Mazor	Guarda	1497	Chancelaria de D. Manuel I, livro 28, fl. 65vº
Mel			
Jaque Mel, alfaiate	Sabugal	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Menaém			
David Menaém	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58
Abraão Menaém	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58
Samuel Menaém, sapateiro	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 106vº
Abraão Menaém	Lamego	1470	Livro da Relação 2ª da Sé de Lamego, livro 39, Testamentos, óbitos e capelas, Tº I, fls. 218-219

Este sobrenome é localizado sobretudo em Lamego nos anos de 1441 e 1470, sendo que em 1442 encontramos na Covilhã um sapateiro desta família.

Moçat			
Salomão Moçat	Viseu	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 56vº
Mocate			
Abraão Mocate, tecelão	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Mocatel			
Moisés Mocatel, rendeiro	Viseu	1438	Chancelaria de D. Afonso V, livro 13, fls. 163vº-165, livro 3, fl. 71
Salomão Mocatel, rendeiro	Viseu	1439	Chancelaria de D. Afonso V, livro 13, fls. 163vº-165
Isaac Mocatel, rendeiro	Viseu	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 56, livro 27 fls. 116vº-117
Samuel Mocatel	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº

Abraão Mocatel	Castelo Mendo	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº
Salomão Mocatel, sapateiro	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Jaquê Mocatel, tecelão	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Abraão Mocatel, tecelão	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Isaac Mocatel, alfaiate	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Jacob Mocatel	Pinhel	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Abraão Mocatel	Pinhel	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Samuel Mocatel, escrivão da câmara, genesim e sisão	Viseu	1491 - 1496	Chancelaria de D. João II, livro 9, fls. 95-95vº, e Chancelaria de D. Manuel I, livro 43, fls. 13vº e 32

O sobrenome Mocatel aparece-nos nos anos de 1438 e 1439 com dois rendeiros em Viseu, em 1455 encontramos na cidade da Guarda dois tecelões e um sapateiro. Em Lamego nessa data conhecemos um alfaiate. E mais tarde em 1491 encontramos novamente em Viseu um escrivão da câmara que também era genesim e sisão.

Mofejo			
Isaac Mofejo	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº
Salomão Mofejo	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº
Isaac Mofejo	Guarda	1463	Chancelaria de D. Afonso V, livro 9, fl. 79
Salomão Mofejo, mercador	Guarda	1464	Leitura Nova Tombo da Beira, livro 2, fls. 12, 202-203
Salomão Mofejo, mercador	Guarda	1467	Chancelaria de D. Afonso V, livro 28, fls. 95-95vº
Jacob Mofejo	Guarda	1475	Leitura Nova Tombo da Beira, livro 1, fls. 26vº-27, Chancelaria de D. João II, livro 2, fls. 26vº-27 e Chancelaria de D. Manuel, livro 40, fl. 40
Isaac Mofejo, o moço, ferreiro	Guarda	1485	Chancelaria de D. João II, livro 1, fl. 46vº

Esta família localizada na cidade da Guarda, começa a ser mencionada no ano de 1441 estendendo-se até 1485, contando com dois mercadores da década de sessenta e um ferreiro em 1485.

Molfo / Malfo			
David Molfo	Castelo Branco	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 108
Moisés Molfo, ferreiro	Pinhel	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 84
Isaac Molfo, alfaiate	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Abraão Molfo, alfaiate	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Jacob Molfo, gibiteiro	Covilhã	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 75vº
Abraão Molfo, alfaiate	Covilhã	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 75vº
José Molfo, mercador	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
Moisés Molfo	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
Salomão Molfo, mercador	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V,

			livro 31, fl. 25
José Molfo, ferreiro	Pinhel	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Abraão Malfo	Penamacor	1484	Chancelaria de D. João II, livro 23, fls. 129vº-130
Moisés Molfo	Castelo Branco	1491	Chancelaria de D. João II, livro 11, fls. 157-157vº

Esta família é mencionada mais vezes na cidade de Castelo Branco, com sete presenças. Entre as datas de 1442 e 1491, encontramos um ferreiro em Pinhel no ano de 1442, três alfaiates em 1455, dois em Castelo Branco e um na Covilhã, na mesma cidade encontramos um gibiteiro. E no ano de 1469 encontramos dois mercadores na cidade de Castelo Branco em 1469.

Maloz			
Samuel Maloz	Guarda	1486	Chancelaria de D. João II, livro 8, fl. 37-37vº
Monte Cruz			
Moisés Monte Cruz	Celorico da Beira	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº
Montesinho			
Abraão Montesinho, mercador	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 88
Mordavi / Mordavy			
Moisés Mordavi, sapateiro	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 107
Jacob Mordavy, sapateiro	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 106vº
Muça			
Haim Muça	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 60vº
Judas Muça, sapateiro	Pinhel	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 84
Efraim Muça	Covilhã	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Moisés Muça, alfaiate e filho de Efraim Muça	Covilhã	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Isaac Muça, gibiteiro	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Isaac Muça, taqueiro	Pinhel	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159

Este sobrenome encontra-se em 1442 na Covilhã e em Pinhel, nesta última cidade conhecemos um sapateiro, mais tarde em 1455 temos a menção a duas pessoas na Covilhã, um gibiteiro em Lamego e um taqueiro em Pinhel.

Muche			
Abraão Muche	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 88
Munham			
Mestre Isaac de Munham, físico	Celorico da Beira	1488	Chancelaria de D. João II, livro 18, fl. 116vº
Munhom / Munhum			
Samuel de Munhum	Guarda	1395	Arquivo Histórico Português, no Tombo da Comarca da Beira, vol. X, p. 318
Judas de Munhom, alfaiate	Celorico da Beira	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
José de Munhom, alfaiate	Celorico da Beira	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Samuel de Munhom, sapateiro	Celorico da Beira	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº

Em Celorico da Beira encontramos o sobrenome Munhom que começa a ser mencionado em 1395 com uma presença e em 1455 com dois alfaiates e um sapateiro.

Murça			
Moisés Murça, ferreiro	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58
Judas Murça, sapateiro	Covilhã	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 18vº
Naaman			
José Naaman, sapateiro	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 83
Moisés Naaman, sapateiro	Guarda	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 102vº
José Naaman	Covilhã	1480	Chancelaria de D. Afonso V, livro 32, fl. 20vº
Cinfana, filha de José Naaman	Covilhã	1480	Chancelaria de D. Afonso V, livro 32, fl. 20

Esta família centra-se quase na sua totalidade na cidade da Covilhã, onde encontramos um sapateiro em 1442, e duas pessoas em 1480.

Nacaz			
Salomão Nacaz	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58
Isaac Nacaz	Lamego	1470	Livro da Relação 2ª da Sé de Lamego, livro 39-Testamentos, óbitos e capelas, tº. I, fls. 218-219
Nagares			
Abraão Nagares, sapateiro	Trancoso	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 107
Najara			
José Najara	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58
Najares			
Samuel Najares, sapateiro	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Navarro			
Abraão Navarro, sapateiro	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57vº
Samuel Navarro	Viseu	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 56vº
Salomão Navarro	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 107
Jacob Navarro, sapateiro	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 110
Samuel Navarro	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 99vº
Abraão Navarro, gibiteiro	Guarda	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 115
Jacob Navarro, gibiteiro	Trancoso	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 106vº
Moisés Navarro, sapateiro	Viseu	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 114vº
Abraão Navarro	Guarda	1454	Chancelaria de D. Afonso V, livro 28, fl. 95-95vº
Moisés Navarro, mercador	Guarda	1454	Chancelaria de D. Afonso V, livro 16, fl. 7
Moisés Navarro, alfaiate	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Samuel Navarro, sapateiro	Gouveia	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Samuel Navarro, mercador	Gouveia	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 165
Abraão Navarro, rendeiro	Guarda	1459	Chancelaria de D. Afonso V, livro 36, fls. 31vº-32
Isaac Navarro	Gouveia	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl.25
Jacob Navarro	Gouveia	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl.25
José Navarro, mercador	Trancoso	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl.25vº
Abraão Navarro	Castelo Branco	1488	Chancelaria de D. João II,

			livro 18, fl. 78
David Navarro	Guarda	1489	Chancelaria de D. João II, livro 17, fls. 40vº-41

Esta família expande-se por diversas povoações beirãs, desde 1441 até 1489, neste período encontramos quatro sapateiros, nomeadamente em Trancoso, Covilhã, Viseu e Gouveia, dois gibiteiros, um na cidade da Guarda e um em Trancoso. Na segunda metade deste século encontramos três mercadores, um na Guarda, outro em Gouveia e um último em Trancoso. Por fim encontramos também um rendeiro na cidade da Guarda.

Navarrinho			
José Navarrinho	Guarda	1478	Chancelaria de D. Afonso V, livro 32, fl. 85vº
Neemias			
Judas Neemias	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 60
David Neemias, sapateiro	São João da Pesqueira	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Neto			
Isaac Neto, tecelão	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V no livro 2 fl.58
José Neto, tecelão	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159, livro 38, fl. 96vº
Jacob Neto, tecelão	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Abraão Neto, tecelão	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
José Neto, recebedor de pedidos	Lamego	1475	Extra, fl. 24

A família Neto é relatada em Lamego entre os anos de 1441 e 1475 onde encontramos quatro tecelões e um recebedor de pedidos.

Oesed			
Joaquin Oesed	Guarda	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 100
Orma			
Jacob Orma, alfaiate	Marialva (Meda)	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Palença			
Judas Palença, tecelão	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 114vº
Pardo			
Haim Pardo, mercador	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Jacob Pardo, vereador	Lamego	1456	Chancelaria de D. Afonso V, livro 9, fl. 138-138vº
Pasilhas			
David Pasilhas	Covilhã	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 55
Sem Tob Pasilhas	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57vº
Patilhas			
Isaac Patilhas, sapateiro	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Pernica			
Jacob Pernica	Guarda	1395	Arquivo Histórico Português, no Tombo da Comarca da Beira, vol. X, p. 320
Salomão Pernica	Guarda	1395	Arquivo Histórico Português, no Tombo da Comarca da Beira, vol. X, p. 320

Abraão Pernica	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fls. 173 e 174
Salomão Pernica	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fls. 173 e 174
Salomão Pernica	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58vº
Abraão Pernica	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58vº
Abraão Pernica, sapateiro	Castelo Branco	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 108
Sem Tob Pernica, sapateiro	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 83
Jacob Pernica, sapateiro	Guarda	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 83vº
Jacob Pernica, sapateiro	Viseu	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 37, fl. 62vº
Salomão Pernica	Castelo Branco	1491	Chancelaria de D. João II, livro 11, fl. 157-157vº

Este sobrenome é mencionado no período de tempo que vai de 1395 a 1491, em diversas localidades, sendo contudo, maior a sua presença na cidade da Guarda. A única actividade profissional mencionada é a de sapateiro, em Castelo Branco, Covilhã, Guarda e Viseu.

Pereira			
Jacob Pereira	Castelo Branco	1480	Chancelaria de D. Afonso V, livro 32, fl. 157
José Pereira	Castelo Branco	1480	Chancelaria de D. Afonso V, livro 32, fl. 157
Pico			
José Pico	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57vº
Sem Tob Pico, alfaiate	Marialva	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 95vº
José Pico, sapateiro	Trancoso	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Picorro			
Moisés Picorro, sapateiro	Gouveia	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159vº
Isaac Picorro, sapateiro	Gouveia	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159vº
Menaém Picorro	Gouveia	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159vº
José Picorro, sapateiro	Gouveia	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159vº
Meneferim Picorro	Gouveia	1464	Chancelaria de D. Afonso V, livro 8, fl. 19vº
David Picorro	Gouveia	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Faram Picorro	Gouveia	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº

Esta família é observada unicamente em Gouveia com maior incidência em 1455 onde encontramos quatro membros, neste mesmo ano existe a presença de três sapateiros.

Pilho			
José Pilho	Lamego	1459	Chancelaria de D. Afonso V, livro 36, fl. 34vº
Jacob Pilho, filho de José Pilho	Lamego	1459	Chancelaria de D. Afonso V, livro 36, fl. 34vº
Pilo			
David Pilo	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 173
Moisés Pilo	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 173
Isaac Pilo	Lamego	1459	Chancelaria de D. Afonso V,

			livro 8, fl. 28
José Pilo	Lamego	1471	Chancelaria de D. Afonso V, livro 22, fl. 5
Manuel Pilo, mercador	Lamego	1485	Chancelaria de D. João II, livro 13, fl. 54, livro 19, fl. 16vº, livro 21, fl. 10vº

Este sobrenome encontrado em Lamego desde 1455 a 1485 conta com a presença apenas de um mercador chamado Manuel Pilo.

Pimparel			
Isaac Pimparel, sapateiro	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 83
Pinhel			
Abraão de Pinhel	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fls. 172vº, 173vº-174
Abraão de Pinhel, rendeiro	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V no livro 2, fl. 59vº, livro 13, fls. 163vº-165
David de Pinhel, sapateiro	Pinhel	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Pinta			
Jacob Pinta, mercador	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
Salomão Pinta, sapateiro	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
Pinto			
Salomão Pinto, alfaiate	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 106
Samuel Pinto, alfaiate	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
Polo			
David Polo, alfaiate	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Manuel Polo, tecelão	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Porcales			
Abraão Porcales	Celorico da Beira	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 108
Postilha			
Isaac Postilha	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Privança			
Salomão Privança	Guarda	1476	Chancelaria de D. João II, livro 3, fl. 14vº15
Provica			
Jacob Provica	Sarzedas (Castelo Branco)	1482	Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 144vº
Punlhe			
Abraão Punlhe	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fl. 166vº
Querido			
Samuel Querido	Guarda	1395	Arquivo Histórico Português, no Tombo da Comarca da Beira, vol. X, p. 318.
Samuel Querido	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fls. 172vº e 174
Samuel Querido	Castelo Mendo	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº
Samuel Querido, alfaiate	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 88
Isaac Querido	Lamego	1489	Chancelaria de D. João II, livro 27, fl. 65vº
Samuel Querido	Alverca (Trancoso)	1490	Chancelaria de D. João II, livro 12, fls. 168vº-169

Este sobrenome abrange uma extensa área da Beira Alta, existindo membros na cidade da Guarda, em Castelo Mendo, em Lamego e Trancoso, num período de tempo que vai desde 1395 a 1490.

Rama			
José Rama	Marialva	1471	Chancelaria de D. Afonso V, livro 17, fl. 20vº
Mardoqueu Rama, rendeiro e filho de José Rama	Marialva	1471	Chancelaria de D. Afonso V, livro 17, fl. 20vº
Rodrigo			
Moisés Rodrigo	Trancoso	1476	nos Extras, fls. 19-19vº e na Chancelaria de D. João II, livro 3, fls. 14vº-15
Isaac Rodrigo, mercador	Viseu	1476	Chancelaria de D. Afonso V, livro 6, fl. 118vº
José Rodrigo	Viseu	1476	Extras, fls. 19-19vº e na Chancelaria de D. João II, livro 3, fls. 14vº-15
Jacob Rodrigo	Covilhã	1480	Chancelaria de D. Afonso V, livro 32, fl. 87vº
Manuel Rodrigo, escrivão da câmara, sisão e genesim.	Trancoso	1491	Chancelaria de D. João II, livro 9, fl. 80vº-81

Este sobrenome é mencionado a partir de 1476 tendo registos até 1491, em cidades como Trancoso Viseu e Covilhã, em Viseu encontramos um mercador em 1476 e em Trancoso um escrivão da Câmara, também sisão e genesim em 1491.

Rodrigo			
Abraão Rodrigo	Guarda	1395	Archivo Histórico Portuguez, no Tombo da Comarca da Beira, vol. X, pp. 320 – 323
Moisés Rodrigo	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 56vº
Jacob Rodrigo	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57vº
Samuel Rodrigo	Trancoso	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57vº
Moisés Rodrigo, alfaiate	Marialva	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 106vº
Ticido Rodrigo, tecelão	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 83
José Rodrigo, sapateiro	Penamacor	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159vº
Isaac Rodrigo, mercador	Trancoso	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 160
José Rodrigo, mercador	Trancoso	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Jacob Rodrigo, mercador	Trancoso	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Benjamim Rodrigo	Viseu	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 72vº
Jacob Rodrigo, filho de Benjamim Rodrigo	Viseu	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 72vº

A família Rodrigo tem maior expressão na cidade de Trancoso onde encontramos seis membros desde 1395 a 1469, entre as profissões conhecidas, existe um alfaiate em Marialva no ano de 1442, nesse mesmo ano um tecelão é descrito na Covilhã. Já em 1455 é a vez de e sapateiro em Penamacor e um mercador em Trancoso. É nesta mesma cidade que encontramos em 1469 mais dois mercadores.

Roga			
Anto Roga, sapateiro	Guarda	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 102vº
Roxo			
Moisés Roxo, sapateiro	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58
Isaac Roxo	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58

Rua			
Jacob da Rua, tecelão	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Abraão Rua	Escarigo	1491	Chancelaria de D. João II, livro 11, fl. 59vº
Russo			
Abraão Russo	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 37, fl. 62vº
Saaboa			
Abraão Saaboa, sapateiro	Pinhel	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Saba			
Jacob Saba, sapateiro	Pinhel	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 84
Sacuto			
Abraão Sacuto	Gouveia	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Sadoc			
Isaac Sadoc, sapateiro	Celorico da Beira	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 96
Salam			
Moisés Salam	São João da Pesqueira	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57
Isaac Salam	São João da Pesqueira	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57
Jacob Salam, alfaiate	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 160
Salema			
Salomão Salema, rabi	Covilhã	1480	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Salinas			
Judas de Salinas, filho de Mestre Jacob	Covilhã	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Salom			
Isaac Salom, mercador	Castelo Branco	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 108
Samas			
Jacob Samas, pregoeiro da cidade	Guarda	1489	Chancelaria de D. João II, livro 17, fls. 40vº41
Sedec			
José Sedec, sapateiro	Celorico da Beira	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Seia			
José de Seia, tecelão	Marialva	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 106vº
Abraão de Seia, ourives	Covilhã	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Isaac de Seia, ourives	Covilhã	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Jacob de Seia, ourives	Covilhã	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Salomão de Seia, ourives	Covilhã	1463	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fls. 54vº55, livro 31, fl. 25vº

A família Seia encontra-se em 1442 em Marialva com um tecelão, mas é sobretudo em 1455 que existe maior expressão deste sobrenome com três judeus ourives, residentes na Covilhã. Em 1463 encontramos um outro ourives nesta cidade.

Semiel			
Jacob Semiel, sapateiro	Marialva (Meda)	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 106vº
Serrano			
Haim Serrano	Celorico da Beira	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 93vº
Abraão Serrano	São João da Pesqueira	1451	Chancelaria de D. Afonso V, livro 37, fl. 12vº
Jacob Serrano, sapateiro	São João da Pesqueira	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Socuto			

Religião e vida social no espaço urbano: comunidades judaicas na Beira Interior em finais da Idade Média

Judas Socuto, mercador	Gouveia	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 56vº
Sofel			
Abraão Sofel	Guarda	1395	Arquivo Histórico Portuguez, no Tombo da Comarca da Beira, vol. X, pp. 320 – 323
Sofer			
Abraão Sofer, mercador	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº
Soleima			
José Soleima	Castelo Branco	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58vº
Isaac Soleima, ferreiro	Covilhã	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 55
Abraão Soleima, mercador	Castelo Branco	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 108
José Soleima	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 60
Salomão Soleima, ferreiro	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 107
Salomão Soleima ferreiro	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 78vº
José Soleima, mercador	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Velida, viúva de Jacob Soleima	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Salomão Soleima	Covilhã	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Jacob Soleima, rendeiro	Covilhã	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 13, fl. 62
Jacob Soleima	Trancoso	1459	Chancelaria de D. Afonso V, livro 36, fls. 149-150
José Soleima, mercador	Guarda	1460	Chancelaria de D. Afonso V, livro 29, 193-193vº, livro 32, fls. 14vº e 20
Ezer Soleima	Lamego	1463	Chancelaria de D. Afonso V, livro 16, fls. 25-25vº
Moisés Soleima	Guarda	1465	Leitura Nova Tombo da Estremadura, livro 10, fl. 298vº
Mestre Jacob Soleima, cirurgião	Covilhã	1467	Chancelaria de D. Afonso V, livro 28, fl. 5
Anamiam Soleima	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
Moisés Soleima	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31 fl. 25
José Soleima, tecelão	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
Isaac Soleima, rendeiro	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25-25vº
José Soleima	Guarda	1472	Leitura Nova, Tombo da Comarca da Beira, livro 2 fl. 3vº
Moisés Soleima, o moço	Castelo Branco	1480	Chancelaria de D. Afonso V, livro 32, fl. 157
José Soleima	Castelo Branco	1482	Chancelaria de D. João II, livro 2, fl. 2vº
Abraão Soleima	Covilhã	1482	Chancelaria de D. João II, livro 2, fls. 7 e 8
José Soleima	Guarda	1485	Leitura Nova Tombo da Comarca da Beira no livro 1, fl. 150vº
Moisés Soleima, o moço	Castelo Branco	1491	Chancelaria de D. João II, livro 11, fl. 157-157vº
Salomão Soleima	Castelo Branco	1496	Chancelaria de D. Manuel I no livro 3 fl. 44

A família Soleima é amplamente mencionada na documentação régia desde 1441 até 1496, contando com presenças em diversas localidades. Quanto às profissões conhecemos três ferreiros na Covilhã, dois mercadores em Castelo Branco e um na

Guarda, dois rendeiros um na Covilhã e outro em Castelo Branco, um cirurgião em 1467 na Covilhã, e por fim, um tecelão em 1469 em Castelo Branco.

Soriano			
Menaém Soriano, alfaiate	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 107
Abraão Soriano, alfaiate	Celorico da Beira	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Jacob Soriano, sapateiro	Celorico da Beira	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Salomão Soriano, mercador	Trancoso	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Isaac Soriano, alfaiate	Trancoso	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº

Esta família regista-se primeiramente na Covilhã em 1442 com um alfaiate, em 1455 encontramos duas menções em Celorico da Beira, sendo um alfaiate e um sapateiro, mais tarde em 1469 mais duas menções desta vez em Trancoso com um mercador e um alfaiate.

Sorniel			
Samuel Sorniel, rabi	Pinhel	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 76vº
Sueram			
Isaac Sueram, pergaminheiro	Trancoso	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 106vº
Tabu			
Jacob Tabu	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 51
Temime			
Levi Temime, tecelão	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Tob			
José Tob, sapateiro	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Tobi			
David Tovi	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 60vº
Salomão Tobi	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Jaque (Jace) Tobi, sapateiro	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Abraão Tobi, sapateiro	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº, livro 15, fl. 159
Jacob Tobi, o moço	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Moisés Tobi, sapateiro	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Salomão Tobi, o moço	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Moisés Tobi, sapateiro	Guarda	1464	Leitura Nova Tombo da Beira, livro 2, fl. 12
Abraão Tobi, ferreiro	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
José Tobi, ferreiro	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
Mestre Jacob Tobi, físico	Guarda	1473	Chancelaria de D. Afonso V, livro 33, fl. 44
José Tobi	Marialva	1480	Chancelaria de D. Afonso V, livro 32, fl. 93vº

Esta família documentada em várias localidades, tem a sua maior expressão na cidade da Guarda, onde encontramos quatro sapateiros. Em 1469 em Castelo Branco conhecemos dois ferreiros e mais tarde em 1473 na Guarda registamos um físico.

Religião e vida social no espaço urbano: comunidades judaicas na Beira Interior em finais da Idade Média

Toledano			
Aaram Toledano	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58
Samuel Toledano	Pinhel	1450	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 30vº, livro 34, fl. 214
Tomime			
Abraão Tomime	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58
Touro			
David de Touro, sapateiro	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fls. 99vº-100
Abraão Touro, mercador	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
David Touro, sapateiro	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Tovi			
Abraão Tovi	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fl. 172vº
Isaac Tovi	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fl. 173vº
José Tovi	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fl. 173
Salomão Tovi	Guarda	1435	Chancelaria de D. Duarte, livro 1, fls. 166vº, 173-173vº
Isaac Tovi	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fls. 50vº-51
José Tovi	Guarda	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fls. 50vº-51
Meir Tovi	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57vº
Abraão Tovi	Castelo Branco	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 93vº
Isaac Tovi	Castelo Branco	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 108
David Tovi, tecelão	Castelo Branco	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 108
Bento Tovi, alfaiate	Castelo Branco	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 108
José Tovi, sapateiro	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 95vº
Jacob Tovi, sapateiro	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 95vº
Fabibi Tovi, sapateiro	Guarda	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº
Abraão Tovi, sapateiro	Guarda	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 102vº
José Tovi, tecelão	Viseu	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 83vº
Moisés Tovi, marceiro	Viseu	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 83vº
Salomão Tovi, ferreiro	Guarda	1444	Leitura Nova Tombo da Beira, livro 2, fls. 97-98vº
Salomão Tovi	Guarda	1447	Leitura Nova Tombo da Beira, livro 1, fl. 97
Abraão Tovi, sapateiro	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Moisés Tovi, alfaiate	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Isaac Tovi, ferreiro	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Jacob Tovi, ferreiro	Castelo Branco	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 158vº
Moisés Tovi, sapateiro	Guarda	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Abraão Tovi, gibiteiro	Viseu	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº
Moisés Tovi	Guarda	1465	Leitura Nova Tombo da Beira, livro 2, fl. 24
Salomão Tovi, sapateiro	Alverca (Trancoso)	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Samuel Tovi, mercador	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V,

			livro 31, fl. 25
Bento Tovi, mercador	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
José Tovi, mercador	Castelo Branco	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25
Jacob Tovi, mercador	Monsanto	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
José Tovi	Trancoso	1472	Chancelaria de D. Afonso V, livro 29, fl. 200
Mestre Jacob Tovi, físico	Castelo Branco	1483	Chancelaria de D. João II, livro 24, fl. 27
Samuel Tovi, servidor do rei, mercador	Guarda	1487	Chancelaria de D. João II, livro 20, fls. 119 e 130
Moisés Tovi	Guarda	1489	Chancelaria de D. João II, livro 17, fls. 40vº-41

Esta família, é uma das mais registadas na documentação régia, abrangendo um período desde 1435 a 1489, onde encontramos dois tecelões em Castelo Branco em Viseu no ano de 1442, dois alfaiates em Castelo Branco nos anos de 1442 e 1455, sete sapateiros, dois na Covilhã e dois na cidade da Guarda em 1442, mais dois no ano de 1455 nomeadamente em Castelo Branco e na Guarda. Mais tarde encontramos outro em 1469 em Alverca. Também observamos um marceiro, no ano de 1442 em Viseu. Três ferreiros, um em 1444 na Guarda e dois em Castelo Branco no ano de 1455, um gibiteiro na cidade de Viseu em 1455. Quanto aos mercadores conhecemos 3 em Castelo Branco no ano de 1469, outro nesse mesmo ano em Monsanto, e outro mais tarde na Guarda em 1487. Por fim encontramos um físico em 1483 na cidade de Castelo Branco.

Valente			
Salomão Valente	Guarda	1482	Chancelaria de D. João II, livro 2, fls. 26vº-27
Valencim			
Mestre Jacob Valencim, cirurgião e oftalmologista	Lamego	1445	Chancelaria de D. Afonso V, livro 9, fls. 138-138vº, livro 38, fl. 96
Judas Valencim, mercador	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 15, livro 16, fls. 25-25vº e 30vº, livro 38, fl. 96. Mencionado também na Leitura Nova Tombo da Beira, livro 2, fls. 5-6vº
Salomão Valencim, mercador	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl. 159
Salomão Valencim, gibiteiro	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Judas Valencim	Lamego	1476	Extras, fls. 19-19vº e na Chancelaria de D. João II, livro 3, fls. 14vº-15
Juda Valencim, servidor do rei	Lamego	1480	Chancelaria de D. Afonso V, livro 32, fl. 63
Mestre Suas Valencim, físico, cirurgião e rabi	Lamego	1484	Chancelaria de D. João II, livro 9, fls. 70v e 75, livro 12, fls. 123vº-124, 127vº, livro 17, fl. 122vº, livro 20, fl. 182
Judas Valencim, mercador	Lamego	1486	Chancelaria de D. João II, livro 4, fl. 36vº
David Valencim	Lamego	1488	Chancelaria de D. João II, livro 18, fl. 98vº-99
Mestre Suas Valencim, físico, cirurgião e escrivão	Lamego	1491	Chancelaria de D. João II, livro 9, fl. 70vº

A família Valencim encontra-se exclusivamente em Lamego desde o ano de 1445 a 1491, onde conhecemos logo em 1445, um cirurgião e oftalmologista, dez anos depois observamos a presença de dois mercadores e um gibiteiro, em 1484 temos a menção a um físico que ainda era cirurgião e rabi, em 1486 voltamos a conhecer um mercador e em 1491 menciona-se um morador que é físico, cirurgião e escrivão.

Valhadolid			
Moisés de Valhadolid	Guarda	1295	Chancelaria de D. Dinis, livro 2, fl. 113
Varzão			
Judas Varzão	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 37, fl. 62vº
Velido			
Isaac Velido, ferreiro	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 114vº
Verdugo			
Haim Verdugo, sapateiro	Castelo Branco	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 59vº
Isaac Verdugo, sapateiro	Castelo Branco	1480	Chancelaria de D. João II, livro 22, fl. 133vº
Isaac Verdugo, sapateiro	Sabugal	1484	Chancelaria de D. João II, livro 22, fl. 133vº
Verras			
Samuel Verras, mercador	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Verrus			
Moisés Verrus, o moço	Lamego	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96
Vidal			
Ezer Vidal	Lamego	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 58
Abraão Vidal, alfaiate	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 103vº
Moisés Vidal, almotacé	Lamego	1484	Chancelaria de D. João II, livro 17, fl. 122vº
Vila Real			
Abraão de Vila Real, mercador.	Lamego	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 88
Vinhó			
Isaac de Vinhó	Celorico da Beira	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 57vº
Vizinho			
Salomão Vizinho, mercador	Covilhã	1441	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 60
Samuel Vizinho	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 60vº
José Vizinho	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 60
Moisés Vizinho, gibiteiro.	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 115
José Vizinho	Covilhã	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Jacob Vizinho	Covilhã	1469	Chancelaria de D. Afonso V, livro 31, fl. 25vº
Mestre Jacob Vizinho	Covilhã	1482	Chancelaria de D. João II, livro 2, fls. 7 e 8
José Vizinho	Covilhã	1482	Chancelaria de D. João II, livro 2, fls. 7 e 8
Samuel Vizinho	Covilhã	1486	Chancelaria de D. João II, livro 8, fl. 39vº
Abraão Vizinho	Covilhã	1487	Chancelaria de D. João II, livro 19, fl. 1vº
José Vizinho	Covilhã	1496	Chancelaria de D. Manuel I, livro 33, fls. 1vº-2

A família Vizinho é mencionada unicamente na cidade da Covilhã, entre o período de 1441 a 1496, onde conhecemos apenas um mercador e um gibiteiro.

Zaboca			
Guedelha Zaboca	Guarda	1476	Chancelaria de D. Afonso V, livro 6, fl. 66vº e na Chancelaria de D. João II, livro 3, fls. 14vº-15
Zarco			
Abraão Zarco, sapateiro	Covilhã	1442	Chancelaria de D. Afonso V, livro 23, fl. 83
Zente			
Salomão Zente	Gouveia	1455	Chancelaria de D. Afonso V, livro 38, fl. 96vº

Como conclusão podemos observar que a maioria dos sobrenomes apenas fazem menção a uma única pessoa, contudo é de salientar que existem sobrenomes localizados apenas numa povoação, como é o caso, do sobrenome, Pinta encontrado em Castelo Branco. Apenas na Covilhã são mencionados os sobrenomes Faiam, Hudara, Mazod, Mordavi/Mordavy e Vizinho. Na cidade da Guarda encontramos mais do que uma pessoa com os sobrenomes de Armadel, Falilho, Gouveia Mofejo, Linhares, Maçoz/Macoz e Mamom. Na povoação de Gouveia apenas como exclusivo o sobrenome Picorro. Por seu lado, em Lamego observamos a menção a mais sobrenomes, como, Abenziza, Fará, Ham, Leal, Matam, Neto, Pilho, Pilo, Roxo, Vidal e Valencim. Em Marialva apenas dois sobrenomes são únicos na região, são eles; Faro e Rama. Em Pinhel apenas o sobrenome Cagez/Caguez, e por fim em Trancoso encontramos os sobrenomes Bagaço, Fabit e Favive como exclusivos da localidade.

☆ 7. Vivências culturais

☆ A religião

A religião judaica é considerada a primeira religião monoteísta, e cronologicamente também a primeira das três religiões oriundas de Abraão tal como o cristianismo e o islamismo. O judaísmo acredita em um Deus único, onipotente e onisciente, que criou o mundo e os homens. Para os judeus, Deus fez um acordo com o povo hebraico, tornando-os o seu povo escolhido, e prometeu-lhes uma terra chamada Canaã. O judaísmo possui fortes características étnicas, nas quais nação e religião muitas vezes se mesclam. E é quase impossível separá-las claramente, como já referimos anteriormente neste estudo. A religião judaica está ligada á história de um povo, e esse povo nos seus usos e costumes está ligado a essa religião.

☆ 7.1 As orações

Os judeus dispõem de um livro chamado Sidur¹¹⁶⁴, que significa ordem, onde estão dispostas todas as orações e bênçãos diárias que tinham de fazer quotidianamente.

As principais orações do Sidur são, a oração da manhã, chamada de Shacharit; a oração da tarde, chamada de Minchá e a oração da noite conhecida por Arvit. Na oração da manhã e na oração da noite os judeus rezam o Shemà, ou seja uma oração que celebra Deus como o único. Dentro do contexto das três principais orações existem depois pequenas outras orações que se fazem conforme o dia e a situação. Consoante os dias dentro do período das orações da manhã e da tarde poderiam ler-se algumas passagens da Tora. Além das três principais orações existia também o livro das orações do Sabat, chamado de Sidur de Sabat, com as orações e rituais do Sabat que são; Lehadlic Hanerot, Cabalat Sabat, Chacharit e Havdalà. O livro das orações dos dias santos, Sidur de Yom Tov, que além de trazer as orações destinadas aos dias santos, traziam também outras orações que se destinavam às comemorações das Shalosh Haglim e dos Yomei Hahodot. E o livro das orações do Sabat e dos dias santos, quando as comemorações se repetiam na mesma data. Há ainda outros livros que chamam Machzor¹¹⁶⁵, são livros de orações que se destinam às orações e comemorações do Rosh Hashanà, o Ano Novo, e o Yom Kippur, Dia da Expição.

☆ 7.2 As bênçãos

As bênçãos judaicas são uma forma de dar graças a Deus pelo que é obtido, por aquilo que Deus lhes concede. Além da bênção do acendimento das velas no Sabat, é de enorme importância as bênçãos dos alimentos.

Bênção aquando o acendimento das velas de Sabat.

ברוך אתה ה' א-לֹהֵינוּ מִלֶּךְ הָעוֹלָם, אֲשֶׁר קִדְּשָׁנוּ בְּמִצְוֹתָיו וְצִוּנוּ לְהַדְלִיק נֵר שֶׁל שַׁבָּת

Transliteração: Barukh ata Adonai Eloheinu melekh ha-olam, asher kid'shanu b'mitzvotav v'tzivanu l'hadlik ner shel shabbat.

¹¹⁶⁴ Jairo Fridlin, “*Sidur Completo com Tradução e Transliteração*”, São Paulo, Editora Sêfer, 1997

¹¹⁶⁵ Jairo Fridlin, Vítor Fridlin, *Machzor Completo, com Tradução e Transliteração*, São Paulo, Sêfer, 1997

Tradução: "Bendito és tu, ó Eterno nosso Deus, Rei do Universo, que nos santificou com os seus mandamentos, e nos ordenou acender a vela de Sabat".¹¹⁶⁶

Toda refeição judaica e, em particular a ceia pascal, começa sempre por uma acção de graças, uma bênção seguida de súplica para que Deus continue sendo pródigo com seu povo. Dar graças e bendizer são dois verbos sinónimos que guardam o mesmo significado e indicam o que os judeus chamam (no hebraico) a *berâkâh* e que o Novo Testamento chama de Eucaristia: no grego: eucharistein (eu = bom, bem; charis = graça, dom, favor) quer dizer “quanto é belo, quanto é bom o presente que ofereces!”.

✧ 8. Festividades e dias de jejum

✧ Festas anuais

As festividades anuais dos judeus têm origens históricas, comemorando algum acontecimento passado na época bíblica, e estão relacionadas com o calendário judaico onde contam o tempo desde segundo eles a criação do universo, diferente portanto do calendário cristão.

O calendário judaico é baseado no ano lunar, e é constituído por doze meses de 29 ou 30 dias, perfazendo ao fim de cada ano 354 dias. De dezanove em dezanove anos é acrescentado ao calendário sete vezes um novo mês, de modo a estabelecer um ajuste com o ano solar. Mas esta configuração altera a data das festividades todos os anos.

✧ Rosh Hashanà / O Ano Novo

O Ano Novo judaico¹¹⁶⁷ é celebrado normalmente em Setembro. No mês precedente todos os judeus tentam ser atentos com as suas obrigações religiosas e às manifestações de caridade já que esta festa de Ano Novo apela ao arrependimento, à auto análise, à reflexão de cada um sobre as suas acções, no esforço de as poder melhorar, no começo de um novo ano.

¹¹⁶⁶ <http://www.beitlubavitch.org.br/>

¹¹⁶⁷ Jostein Gaarder, “*O livro das religiões*”, Lisboa, Editorial Presença, Janeiro 2002, p.126; Maria Antonieta Garcia, “*Fios para um Roteiro Judaico da Covilhã*”, Covilhã, Universidade da Beira Interior, Novembro 2001, p. 41

As comemorações religiosas do Ano Novo contêm diversas orações de arrependimento de pecados. Nas sinagogas há um importante ritual que consiste em soprar num corno de carneiro, chamado de shofar. Este corno e carneiro faz menção simbólica à história do sacrifício do carneiro em vez de Isaac, filho de Abraão.

Em casa cada família prepara uma refeição comemorativa, onde se comem maçãs embebidas em mel, e as famílias desejam um bom doce ano.

✧ O Dia da Expição, Yom Kippur

O Dia da Expição¹¹⁶⁸, ou Yom Kippur em hebraico, põe fim a um ciclo de dez dias de arrependimento começados no Ano Novo. Neste dia os judeus vão à sinagoga confessar os seus pecados e pedem perdão a Deus. As cerimónias deste dia terminam com o soprar do corno do carneiro e com os votos de que para o ano seguinte esteja a celebrar em Jerusalém. Este é o dia de maior celebração para os judeus, sendo também um dia de enorme reflexão.

✧ Sucot / A Festa dos Tabernáculos

Esta festividade¹¹⁶⁹ acontece cinco dias depois do Yom Kippur, e tem a duração de uma semana. Durante essa semana a comunidade judaica dentro das judiarias constroem pequenas cabanas de folhas, dentro dos seus quintais ou então nas imediações da sinagoga, em memória das cabanas feitas pelos judeus durante a sua permanência no deserto. Esta festa representa também o agradecimento pelas colheitas obtidas. No último dia faz-se uma cerimónia religiosa onde se conclui a leitura anual da Tora, e se começa outra vez a partir do Génesis. De seguida os rolos da Tora são retirados do seu armário e são levados numa procissão ritual.

✧ A Festa da Dedicção ou das Luzes / Hanukah

¹¹⁶⁸ Jostein Gaarder, “*O livro das religiões*”, Lisboa, Editorial Presença, Janeiro 2002, p.127; Maria Antonieta Garcia, “*Fios para um Roteiro Judaico da Covilhã*”, Covilhã, Universidade da Beira Interior, Novembro 2001, p. 41

¹¹⁶⁹ Jostein Gaarder, “*O livro das religiões*”, Lisboa, Editorial Presença, Janeiro 2002, p.127; Maria Antonieta Garcia, “*Fios para um Roteiro Judaico da Covilhã*”, Covilhã, Universidade da Beira Interior, Novembro 2001, p. 42

Entre os meses de Novembro e Dezembro há uma outra festividade chamada Festa da Dedicção¹¹⁷⁰, ou Festa das Luzes como é vulgarmente conhecida, em hebraico dá-se o nome de Hanukah. Esta festividade dura oito dias, e durante todos estes dias acende-se uma vela num castiçal de oitos braços chamado Hanukiah. Esta festa recorda a vitória do povo de Israel sobre a ocupação Síria, que tinha profanado o Templo de Jerusalém e tinha impedido o culto judaico e assemelha-se ao Natal cristão, já que as crianças nesta data também recebem presentes.

☆ A Páscoa, Pessach

A Páscoa judaica¹¹⁷¹, ou em hebraico Pessach, comemora-se entre Março e Abril, em memória do êxodo dos judeus no Egipto. Ante de iniciarem as comemorações as mulheres deverão limpar as suas casas e devem utilizar para as refeições um serviço de louça próprio para a ocasião. Durante estes oito dias que dura a Pessach não se pode comer nem beber nada que contenha grãos ou farinha que tenham sido levedados, e o único pão que os judeus podem consumir é aquele que não esteja fermentado, também chamado de matza.

Durante a refeição pascal os adultos explicam às crianças o que foi o êxodo, para assim as motivarem ao conhecimento da história hebraica. Esta refeição é conhecida por Seder, que significa ordem, e comporta em si um ritual próprio, com alimentos tradicionais que têm sempre um certo simbolismo. Como por exemplo o acto de mergulhar salsa numa bacia de água salgada, simbolizando as lágrimas dos judeus no Egipto. A utilização de ervas amargas significa o sofrimento da escravatura sob o domínio do faraó. Outro exemplo é uma mistura de maçãs, nozes, vinho e mel que simbolizam a argamassa utilizada pelos judeus para fabricarem tijolos. Um osso de cordeiro assado representa o sacrifício pascal. Os ovos cozidos recordam os sacrifícios oferecidos ao Templo. E o vinho representa a alegria.

☆ A Festa das Semanas, ou, Pentecostes judaico

¹¹⁷⁰ Jostein Gaarder, “*O livro das religiões*”, Lisboa, Editorial Presença, Janeiro 2002, p.127; Maria Antonieta Garcia, “*Fios para um Roteiro Judaico da Covilhã*”, Covilhã, Universidade da Beira Interior, Novembro 2001, p. 42

¹¹⁷¹ Jostein Gaarder, “*O livro das religiões*”, Lisboa, Editorial Presença, Janeiro 2002, p.127

Esta festividade¹¹⁷² ocorre entre Maio e Junho e é celebrada em memória do recebimento da Tora no Monte Sinai. Na sinagoga é lido os Dez Mandamentos e o livro de Rute. Durante o Pentecostes fazem-se arranjos de flores simbolizando a área em redor do Sinai. A refeição deste dia é composta por fruta, peixe e alimentos leves feitos sobretudo de leite, como é o caso de panquecas e queijadas. Esta refeição faz-se em memória da data em que no Monte Sinai, os judeus receberam a Tora com a proibição da ingestão simultânea de leite e carne, tendo estes escolhido abster-se de carne.

☆ A Festa de Purim

Esta festividade¹¹⁷³ é celebrada geralmente no mês de Março, e é o dia mais alegre do calendário judaico. Esta festa comemora a salvação dos judeus por Ester a rainha judia, que os salvou dos planos persas de extermínio dos judeus. A festa do Purim é feita como reconhecimento dos judeus pela libertação e nesses dias é lido nas sinagogas o Livro de Ester.

Como é uma festa onde predomina a alegria pela salvação, é proibido jejuar durante o dia de celebração, não se deve fazer nenhum trabalho desnecessário, nem é ocasião para lamentações e luto. As celebrações do Purim iniciam-se no Sabat que antecede a festa, nesse Sábado de manhã, a leitura da Tora na sinagoga deve incluir o trecho Zachor (Êxodo 17: 8-16). No dia anterior ao Purim os judeus jejuam, é o chamado Jejum de Esther, que é iniciado pouco antes do nascer do sol e acaba no pôr-do-sol desse mesmo dia. Quando chega a noite e se inicia um novo dia, começa a festa de Purim, Porém antes de se quebrar o jejum, deve-se recitar três bênçãos e ler o Livro de Esther. Este deve ser lido na íntegra de um rolo de pergaminho e em voz alta. A leitura deve ser realizada na sinagoga com a presença de pelo menos dez homens judeus. Esta leitura repete-se na manhã seguinte, assim como o recitar das bênçãos.

Nesta cerimónia também há o costume de se enviarem presentes os chamados, mishliach manot. Deve-se enviar a um amigo pelo menos um presente composto por dois tipos de alimentos. Estes alimentos devem estar prontos para serem consumidos, como por exemplo, biscoitos, vinho, frutas, doces, etc. Este envio de presentes é tido como uma obrigação para homens e mulheres que deve ser cumprida no dia de Purim,

¹¹⁷² Jostein Gaarder, *“O livro das religiões”*, Lisboa, Editorial Presença, Janeiro 2002, p.128

¹¹⁷³ Maria Antonieta Garcia, *“Fios para um Roteiro Judaico da Covilhã”*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, Novembro 2001, p. 43

não podendo ser substituída pelo envio de dinheiro ou de outro qualquer presente que não seja um alimento. Esses presentes segundo o ritual deverão ser entregues por terceiros, pois a palavra mishloach, que significa envio, indica que este preceito deve ser cumprido por um intermediário.

Para comemorar o Purim, além de se enviar presentes, também há a tradição de dar uma ajuda equivalente a três moedas de prata, a pelo menos duas pessoas carentes, esta doação chama-se tsedacà, este termo possui a sua raiz na palavra tsedacà, que quer dizer justiça, integridade, coisa certa a fazer. A generosidade para com os mais necessitados é muito importante nesta ocasião, pois um dos ensinamentos da Tora é ajudar os pobres e necessitados. Quanto aos mais necessitados, estes também são obrigados a dar a tsedacà, que pode ter aqui a forma de dinheiro, comida, bebidas ou roupas. Contudo a quantia mínima de dinheiro doado deve ser suficiente para comprar pão para uma refeição.

Costuma-se dar esta doação aos mais necessitados, durante o dia anterior ao Purim, enquanto o jejum, e de preferência antes da reza da tarde, chamada de Minchá.

✧ 8.3 Usos e costumes

As comunidades judaicas medievais tentavam continuar a utilizar os seus usos e costumes, embora tivessem de ser feitos em segredo.

Vários são os costumes culturais judaicos que se usavam em Portugal.¹¹⁷⁴

✧ A sinagoga

O termo sinagoga é de origem grega e significa assembleia. As cerimónias podiam ser proferidas dentro da sinagoga se houvesse um número mínimo de dez homens a reunirem-se com o objectivo de rezar, o chamado minyan em hebraico. Esta obrigação é exigida já que no judaísmo a oração colectiva é essencial.

As sinagogas começam a figurar na história do judaísmo com a destruição do primeiro Templo de Jerusalém, em 586 a.C. e com o início da diáspora judaica. Desde a sua origem, as sinagogas completam uma tripla funcionalidade; actuam como casa de oração, como centro de estudos e como local de reunião da comunidade.

Mais do que um simples edifício, a sinagoga representa uma irmandade espiritual, ela é o meio de uma relação quotidiana com Deus, que para os judeus praticantes, começa

¹¹⁷⁴ Jostein Gaarder, “*O livro das religiões*”, Lisboa, Editorial Presença, Janeiro 2002

de manhã com as respectivas orações, prossegue durante o dia com o estudo e com o cumprimento da lei e que termina com as orações da noite.

Quanto à arquitectura das sinagogas, existem diversos tipos, mas todas estão sujeitas a algumas regras, como por exemplo, nenhuma sinagoga pode superar o anterior Templo de Jerusalém em grandeza e beleza. Nas sinagogas de ritual ortodoxo existe uma separação entre homens e mulheres, chamada de mehitsa, em hebraico, que pode ter a forma de um balcão próprio, de uma galeria inferior e uma superior ou de um pequeno muro. As sinagogas têm de estar viradas para leste, ou seja, para a cidade de Jerusalém, particularmente o armário onde se encontram os rolos da Tora.

A decoração das sinagogas é muito simples, não podendo ter qualquer tipo de imagens humanas, utilizam-se símbolos próprios do judaísmo, como a Estrela de David, o candelabro, chamado menorah em hebraico, o chofar, isto é, o chifre de carneiro empregado nas cerimónias como Rosh-Hashanà e no Kipur (Dia de Expição), o toque desse chifre invoca a misericórdia de Deus, lembrando o sacrifício de Isaac, filho de Abraão.

À porta das sinagogas encontra-se a Mezuzà, isto é, uma pequena caixa alongada, contendo o rolo manuscrito do Shemà Israel, ou seja, a oração que celebra a unicidade de Deus, tal como outras passagens da Tora. Era colocada na ombreira direita das portas e simboliza a protecção de Deus sobre a sinagoga. Os judeus têm o costume de a beijarem ao entrar e ao sair da sinagoga, como sinal do seu respeito para com Deus.

Esta Mezuzà também podia ser encontrada à porta das casas de alguns judeus, sobretudo daqueles que não tinham medo de praticar publicamente a sua religião.

O interior das sinagogas não contem imagens religiosas, já que conforme é dito no segundo mandamento judaico, as imagens são proibidas. Mas na maioria das sinagogas existe um ponto fulcral, constituído por um armário chamado de Arca ou armário da Tora, existente na parede leste da sinagoga, na direcção de Jerusalém. Nesse armário estão guardados os rolos da Tora, compostos pelos cinco livros de Moisés, escritos em pergaminho. Esses rolos são usualmente envolvidos em seda ou num tecido semelhante, protegidos por mantilhas bordadas e decorados com sinos e uma coroa ou escudo em ouro ou noutro metal precioso. Os rolos são resguardados por uma cortina que lembra o cortinado que existia no Templo de Jerusalém, que protegia a entrada do Templo, pois a Tora é símbolo da presença divina. Em frente ao armário é mantida sempre uma lamparina acesa suspensa, chamada de Ner Tamid (luz perpétua), esta exprime a

presença eterna de Deus. Esta luz tem o mesmo significado que o candelabro que antigamente alumia o Templo.

No centro de algumas das mais imponentes sinagogas, nomeadamente das ortodoxas existe uma espécie de altar, constituída por uma mesa coberta por uma toalha bordada, chamada de Tebá ou Bimà (pódio), usualmente elevada num estrado. Aí são desenrolados os rolos da Tora para serem lidos pelo cantor, Hazan em hebraico, ou pelo próprio rabi, que rezam virados para a Arca Sagrada, ou armário onde se encontram os rolos da Tora. Esta Tebá é comparada ao monte Sinai, onde Moisés recebeu as Tàbuas da Lei.

A Tora está dividida em cinquenta e quatro secções, chamadas de sidrot ou parachot e cada uma dessas secções é lida semanalmente ao longo do ano litúrgico que começa no Outono, em Simhà Torà, ou seja, alegria da Tora. Nesta data à uma pequena festa que marca o fim do ciclo anual de leitura da Tora que é celebrada na sinagoga, e o seu recomeço, já que tal como acreditam os judeus, a progressão espiritual não tem fim, assim como a leitura da Tora que tem de ser sempre recomeçada.

As cerimónias religiosas mais importantes realizam-se aos sábados de manhã, e incluem a leitura da Tora. A Arca ou armário da Tora é aberto e os rolos são transportados em redor da sinagoga até chegarem ao púlpito. Daí é lido um excerto da Tora em hebraico.

Às segundas e às quintas-feiras, também há cerimónias religiosas, contudo menos expressivas, onde feitas leituras do livro sagrado. Para além da leitura da Tora, o culto judaico assimila em si também orações, salmos e bênçãos. As orações mais importantes são constituídas pelas 18 Acções de Graça e pelo credo Shema. Para acompanharem todas essas leituras os judeus têm o seu próprio livro chamado sidur.

As cerimónias são conduzidas por um cantor, que é um membro laico da comunidade judaica, e pelo rabi da comunidade. Contudo as orações feitas diariamente, três vezes por dia, não necessitam de ser executadas na sinagoga podendo ser feitas em casa. Porém assim que se juntem dez homens, as orações diárias poderão ser feitas dentro da sinagoga. Quanto às mulheres, estas não desempenham um papel activo nas cerimónias religiosas efectuadas nas sinagogas, sendo destinadas às galerias superior juntamente com as crianças. Mas quanto ao culto doméstico, o papel feminino é mais expressivo sobretudo durante o sabat, já que é uma festividade familiar.

Quanto ao rabi, este uma pessoa particularmente conhecedora da Lei de Moisés, é um líder espiritual, mas não é, como já vimos anteriormente, indispensável na condução dos actos religiosos. Do ponto de vista pessoal ele não difere do judeu comum, já que pode por exemplo casar e constituir família. Numa comunidade é o rabi a autoridade máxima sobre os problemas de interpretação da Tora. É ele que responde perante a sua consciência e perante a comunidade que o nomeou e não diante de nenhuma hierarquia religiosa.

Nas cerimónias religiosas proferidas na sinagoga, os judeus utilizam alguns objectos pessoais simbólicos. Como é o caso do Talit, que originariamente significava casaco, mas que desde a Idade Média, significa um xaile com franjas nas duas extremidades, com o qual os judeus praticantes cobrem a cabeça e os ombros, durante a oração, expressando assim a sua submissão perante Deus e perante a Lei.

O Tefilin, que é um pequeno estojo que se coloca na testa e no braço esquerdo. Este pequeno estojo contém um pequeno pergaminho com algumas orações indispensáveis, tais como Shema. O tefilin lembra ao judeu praticante a sua total dedicação a Deus.

A Kipà, ou solidéu, cobre igualmente a cabeça dos homens na sinagoga, em sinal de profundo respeito perante Deus. Este costume perdura desde o tempo em que os sacerdotes cobriam a cabeça no Templo, idêntico também ao costume utilizado pelos bispos e outros eclesiásticos do Cristianismo de cobrir a cabeça. Também as mulheres praticantes, depois de casadas têm de cobrir a cabeça dentro da sinagoga.¹¹⁷⁵

☆ O sabat

O sabat é um dos fundamentos do judaísmo e constitui o quarto mandamento. Este é o período que corresponde do pôr-do-sol de sexta-feira até ao pôr-do-sol de sábado. Esta festividade decorre do sétimo dia da semana, dia em que segundo o Génesis Deus descansou. Por esse motivo o homem também deve descansar nesse dia. Para os judeus este dia representa uma renovação semanal depois de uma semana cheia de trabalho. É um dia especial de reunião familiar, na sexta feira à noite a mulher da casa faz uma oração e acende as velas sabáticas, que podiam ser duas luzes simples como faziam algumas famílias menos abastadas ou então com medo de represálias, ou ser um candelabro chamado menorah. Sobre a mesa era usual haver muita comida, geralmente

1175 José António Barreto Cunha, Tomaz Pedro Barbosa Silva Nunes, Esther Mucznik, “*Olhar o Património Religioso, Entender a Cultura*”; Guião de visitas a lugares de culto de Lisboa, Lisboa, Paulinas Editora, 2004

chamada de kasher, por conter os chamados alimentos puros. O homem da casa depois de fazer uma outra oração serve vinho aos familiares e corta o pão ázimo, isto é, sem fermento. A participação de toda a família nesta refeição sagrada era de elevada importância pois significava a unidade da família judaica.

.

☆ Kasher, regras dietéticas

Os judeus têm regras rigorosas no que diz respeito à alimentação, cujas origens remontam à Tora. Os alimentos que podem ser ingeridos chamam-se kasher, que pode significar, adequado ou permitido. Começando pela carne é permitido ingerir apenas carne que provêm de animais ruminantes e que tenham as patas fendidas em dois. O que exclui o porco, a lebre e o coelho. É permitido também consumir-se carne de aves que não sejam predadoras. No que diz respeito aos peixes e crustáceos, só são aceitáveis peixes com escamas e barbatanas, o que exclui a lagosta, o mexilhão, o caranguejo, o polvo, etc.

Os tipos de carnes e peixes que não são permitidos comer designam-se por impuros, e nem o seu leite, nem os seus ovos poderão ser ingeridos.

É também proibida toda a comida feita de sangue, já que considera-se que é nele que está a vida. Por isso quando a carne chega ao local de abate tem de ser eliminado a maior quantidade de sangue possível. O restante é retirado depois utilizando sal e água. Por isso o trabalho de carniceiro terá necessariamente de ser feito por alguém especializado que está sob a superintendência do rabi. Toda a carne que não tenha sido abatida sob estas regras, é interdita ao consumo.

No que diz respeito às frutas e legumes todas são kasher, tal como a maior parte das bebidas alcoólicas e não-alcoólicas. No entanto exceptuam-se aqui as bebidas feitas a partir de uvas, tais como o vinho e a aguardente, que só são consumíveis se vierem de produtores judeus e cuidadosamente rotulados.

É também costume judaico não misturar os alimentos confeccionado com leite com a carne. Como por exemplo se a refeição for bife, o molho não pode conter manteiga, o café não pode levar leite, e a sobremesa não pode ter natas nem derivados do leite. E para os judeus terem a certeza de que esta regra não é quebrada normalmente utilizam dois conjuntos de utensílios cozinhar, um para os alimentos que levam leite, e o outro

para os alimentos constituídos por carne. Esses utensílios devem ser lavados à parte, em recipientes distintos e tendo panos separados para os limparem.

☆ Circuncisão

A circuncisão é uma operação cirúrgica, feita somente aos rapazes, e que pode ser classificada como prova de identificação, neste caso de uma comunidade religiosa. Após o oitavo dia do nascimento, todos os rapazes são circuncidados, conforme exigido na Tora: «Cortaram a carne do vosso prepúcio e esse será o sinal do pacto entre nós. À idade de oito dias todo o varão entre vós será circuncidado, por todas as suas gerações...»¹¹⁷⁶ A circuncisão é executada por uma pessoa especializada, que pode ser o chefe da família ou por alguém já especializado nestas praticas na comunidade. Os dois padrinhos, um homem e uma mulher, levam a criança até essa pessoa, que a segura durante a cerimónia, acompanhada de orações, sendo atribuído formalmente um nome à criança. Trata-se de uma cerimónia religiosa, mas numa atmosfera de festividade e celebração, e que é normalmente seguida de uma refeição.

Também as raparigas recebem formalmente um nome, na sinagoga, uma semana após o nascimento. O seu pai é chamado até junto da Tora e é dita uma oração pela mãe e pelo bebé.

☆ Bar Mitzvah e Bat Mitzvah

Aos treze anos de idade um rapaz judeu torna-se um Bar Mitzvah, expressão hebraica que significa «filho do mandamento». Esta cerimónia tem lugar na sinagoga, no sabat (Sábado) que se segue ao seu décimo terceiro aniversário. No decurso do ano anterior o jovem tido aulas com um rabi ou com uma pessoa esclarecida, e terá sido instruído na lei e nos costumes judaicos. Terá igualmente, aprendido uma parte da leitura da Tora que respeita ao sabat em questão. Quando o dia chega, ele deve levantar-se e cantar o referido texto. Este acontecimento confirma a sua integração total na comunidade, com todas as responsabilidades que lhe estão inerentes. Depois da cerimónia é normalmente celebrada uma festa para a família e amigos.

Uma rapariga torna-se automaticamente Bat Mitzvah (filha do mandamento) ao completar doze anos. Isso é muitas vezes celebrado no sábado imediatamente a seguir

¹¹⁷⁶ “Tora” (Livro dos Génesis, Secção Lej LeJá Cap. 17, v.11-12), Mem-Martins, Sporpresse, Junho 2003

ao seu décimo segundo aniversário, e para o qual ela prepara algumas palavras que profere aquando da santificação (o Kiddush) após o culto religioso. Por volta dos quinze anos as raparigas recebem instrução sobre história e costumes judaicos, especialmente as regras de dieta alimentar, cuja preservação é responsabilidade da mulher judia.

☆ O Casamento

A família representa algo de muito importante no Judaísmo, pois é na família que os judeus colhem a sua identidade e educação básica. E o casamento é considerado a forma de vida ideal, instituído por Deus, e o único tipo de coabitação permitido. Um judeu é obrigado a casar dentro das comunidades, mas os casamentos mistos são cada vez mais comuns na Idade Média, causando certos problemas no interior das comunidades judaicas.

Uns dias antes do casamento, a mulher deve tomar um banho ritual. No próprio dia do enlace, ambas as partes jejuam até à cerimónia estar terminada. O casamento pode ter lugar em qualquer sítio, mas o mais usual é que seja celebrado na sinagoga, sob um toldo chamado dossel (chupah) que simboliza o céu. Normalmente o rabi realiza a cerimónia, e lê as bênçãos. Os noivos partilham então uma taça de vinho, como sinal de que partilharão tudo na vida. Depois o noivo, coloca um anel no dedo da noiva, dizendo em hebraico: «Contempla, tu és-me consagrada por meio deste anel, segundo a Lei de Moisés e de Israel.»¹¹⁷⁷

De seguida lê-se um documento que define os deveres e direitos do matrimónio já assinado pelo noivo e pelas testemunhas, chamado de ketubah, este é entregue à noiva para que assine e fique com ele. Assim fica terminada a primeira parte da cerimónia nupcial, conhecida como a cerimónia do compromisso.

A segunda parte, a cerimónia do casamento começa pela leitura de sete bênçãos especiais, de seguida os noivos voltam a beber um pouco de vinho, o noivo depois de beber atira o copo ao chão, partindo-o, em memória da destruição do templo de Jerusalém.

Depois da cerimónia, o casal é levado para uma sala onde poderão quebrar o jejum e conversar um pouco a sós. De seguida celebra-se uma festa com muita comida para os noivos e convidados.

¹¹⁷⁷ Jostein Gaarder, “*O livro das religiões*”, Lisboa, Editorial Presença, Janeiro 2002

☆ Funeral

No funeral judaico não é permitida a cremação, já que segundo o conceito bíblico o corpo deve reverter ao seu estado original, devendo ser enterrado na terra da qual ele veio. O enterro é feito o mais depressa possível logo após a morte da pessoa. Geralmente não excede os três dias depois da morte. O corpo do falecido é lavado e vestido com uma simples roupa branca, sem ostentação, demonstrando que ricos e pobres são iguais perante Deus. Normalmente os homens levam também consigo os seus xailes de oração. De seguida é colocado num modesto caixão de madeira sem polimento para lembrar que se deve evitar exéquias com luxo. Na cerimónia fúnebre não é usual haver flores, e é oficializada pela pessoa que normalmente recita as orações na sinagoga, que enquanto se atiram três pás de terra sobre o caixão faz a seguinte oração: «O Senhor da, o Senhor leva, abençoado seja o nome do Senhor.»¹¹⁷⁸ De seguida o rabi faz um discurso fúnebre, e o filho ou familiar masculino mais próximo do falecido faz uma declaração chamada de kaddish.

Depois do funeral a família coloca o luto durante uma semana. Nos aniversários da morte os familiares mais próximos acendem uma vela na campa do falecido e lêem o kaddish.

☆ Conclusão

Como conclusão podemos sublinhar com um elevado grau de certeza que desde os tempos mais remotos, muito antes da criação da nacionalidade, os judeus habitavam os territórios pertencentes mais tarde ao Reino de Portugal. Integrados na sociedade Beirã dos tempos medievos, foram estes habitantes praticantes da religião judaica grandes impulsionadores do comércio e do sector artesanal desta região.

Contudo, é sabido que no seio da sociedade cristã existia uma fugaz hostilidade por parte de alguns para com a população judaica. Impulsionada pelo clero que acreditava e fazia crer aos seguidores da religião cristã, que todos aqueles judeus habitantes, tais como eles das cidades e vilas do reino, não eram mais do que infiéis e criminosos que tinham levado à morte Jesus Cristo, o Filho de Deus na Terra. E se a maioria dos judeus queriam passar despercebidos no meio da sociedade, as medidas impostas pela Santa Sé em 1215, no Consílio de Latrão, alimentavam uma discriminação entre cristãos e judeus. Já que requeriam, por um lado, o uso de um sinal em forma de estrela colocado na roupa,

¹¹⁷⁸ Jostein Gaarder, “*O livro das religiões*”, Lisboa, Editorial Presença, Janeiro 2002

junto ao peito, para que fosse visto por todos. E por outro impediam que os judeus pudessem exercer funções em órgãos públicos, tais como almoxarifes, arrecadador de impostos entre outras, que sugeriam aos olhos dos cristãos uma certa inferioridade perante os judeus.

Todavia, a população judaica encontrava, nos monarcas portugueses uma certa protecção, já que estes viam nos judeus uma classe tributária imprescindível e apreciava as suas aptidões profissionais em actividades como a economia e a saúde.

Enquanto a população cristã seguia queixando-se aos reis da concorrência feita pelos judeus, tanto na questão profissional, como na questão social, os soberanos insistiam na protecção destes solícitos servidores, chegando a chamá-los de “meus judeus”. No entanto para acalmar alguns fervorosos cristãos, foram criadas as judiarias, locais tidos como apartados dos cristãos, onde a população judaica deveria viver e trabalhar, existindo também restrições à sua saída.

No que respeita à Beira Interior, embora existissem as judiarias, estas encontravam-se nas imediações das habitações da maioria cristã, junto de importantes vias, e sempre dentro das muralhas, quando estas existiam. Dando assim a ideia de um aceitável convívio a maior parte das vezes, entre as duas religiões.

Mas pressionados pelo poder clerical ao longo das décadas, os reis viam-se obrigados a colocar as normas discriminatórias nas suas leis. No entanto, leis como as da colocação de sinal discriminatório pelos judeus, não eram aplicadas com rigor na prática, assim como não eram aplicadas na sua maioria as leis que proibiam a colocação de judeus em cargos públicos. Estas isenções prestadas nomeadamente aos judeus mais ricos, eram mal vistas pelos cristãos com poucos rendimentos que, aqui e além, se revoltavam surgindo movimentos antijudaicos, impulsionados pelo clero local e logo sanados pelos reis.

Porém na região por nós estudada não há documentação da existência até ao século XVI de movimentos revoltosos antijudaicos. Acreditamos por isso que existisse uma convivência tranquila entre estas populações de credos diferentes.

Com a expulsão dos judeus no reino vizinho no ano de 1492, acorrem a Portugal dezenas de milhares de famílias judaicas¹¹⁷⁹, que são bem recebidas por D. João II, após um pagamento pela entrada no país. Estas famílias viriam a engrandecer o fluxo

¹¹⁷⁹ Jorge Martins, “*Portugal e os Judeus*”. Dos primórdios da nacionalidade à legislação pombalina, Vol. I, Lisboa, Nova Vega Edições, 2006, p. 153

demográfico em muitas cidades e vilas do país, sobretudo na região da Beira Interior, onde foi significativo o acréscimo da população depois da expulsão em 1492.

Mas anos mais tarde, em 1496 é decretada a expulsão das famílias judaicas do Reino de Portugal. A ordem é dada pelo rei D. Manuel I sob imposição dos Reis Católicos de Espanha, que só assim aceitariam o casamento da sua filha D. Isabel com o rei de Portugal. Como o monarca português desejava unir os dois reinos podendo assim reinar em toda a Península, assinou em Dezembro desse ano o Édito de Expulsão, concedendo um período de dez meses, para a total partida das famílias judaicas do território português, caso não se convertessem ao cristianismo. Todavia D. Manuel mudou de ideias, isto porque a importância económica e social dos judeus, interessava ao rei, e se os deixasse ir na sua totalidade, era o erário público um dos prejudicados. Por conseguinte quis o rei transformar o decreto de expulsão, num decreto de baptismo forçado.

Assim em Maio de 1497, antes do fim do prazo dado para a saída dos judeus, muitos preparavam-se para partir, mas ao invés de encontrarem no porto de Lisboa, as embarcações prometidas, encontraram inúmeros frades e clérigos, que os forçavam à conversão cristã, e lhes roubavam as crianças, segundo eles, para serem criadas por famílias cristãs.

Com estas atrocidades e acções desumanas, consegue D. Manuel, por mim, à questão judaica em Portugal, criando assim, um novo conceito discriminatório, o dos cristãos novos, que viria mais tarde a ter resultados perversos e sangrentos com as perseguições da Inquisição.

✧ Fontes e Bibliografia

A – FONTES

✧ Fontes Manuscritas

✧ *ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO*

✧ *Chancelaria de D. Dinis:*

Livros 2, 3, 4

✧ *Chancelaria de D. Afonso IV:*

Livro 4

✧ *Chancelaria de D. Pedro I:*

Livro 1

✧ *Chancelaria de D. Fernando:*

Livro 1

✧ *Chancelaria de D. João I:*

Livro 3

✧ *Chancelaria de D. Duarte:*

Livro 1

✧ *Chancelaria de D. Afonso V:*

Livros 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 23, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38

✧ *Chancelaria de D. João II:*

Livros 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 26, 27

✧ *Chancelaria de D. Manuel:*

Livros 14, 16, 28, 32, 33, 40, 43

✧ *Leitura Nova Tombo da Comarca da Beira:*

Livros 1, 2

✧ *Leitura Nova Tombo da Comarca da Estremadura*

Livro 10

✧ *Livro dos Extras*

✧ *Livro da Relação 2ª da Sé de Lamego,*

Livro 39 – Testamentos, óbitos e capelas

✧ *Núcleo antigo*

Número 8

✧ Fontes Impressas

✧ *Cortes Portuguesas, Reinado de D. Afonso IV (1325 – 1357)*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1982.

✧ *Cortes Portuguesas, Reinado de D. Pedro I (1357 – 1367)*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1986

✧ DIAS, João José Alves, org.

Chancelarias portuguesas: D. Duarte, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 1988

✧ FREIRE, José Braamcamp

Tombo da Comarca da Beira in *Archivo Histórico Portuquez*, vol. X, Lisboa, 1916

✧ HUBNER, Emil,

Inscriptiones Hispanie Latinae, 1869.

✧ MARQUES, A. H. de Oliveira,

Chancelarias portuguesas: D. Afonso IV, Lisboa, INIC, Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 1990-1992

- *Chancelaria de D. Pedro I: (1357-1367)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984

✧ *Ordenações Afonsinas*, Livro II. Colecção de legislação antiga e moderna do reino de Portugal, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984

✧ REUTER, Abiah Elisabeth,

Chancelarias medievais portuguesas, Coimbra, Coimbra Editora, 1938

✧ SANTARÉM, Visconde de,

Memorias para a historia, e theoria das Cortes Geraes que em Portugal se celebrarão pelos três estados do reino, parte II, Lisboa, Impressão Régia, 1828

✧ *Tora*, Mem-Martins, Sporpresse, Junho 2003

✧ VENTURA, Leontina; Oliveira, António Resende de,

Chancelaria de D. Afonso III, Livro I, Vol. I e II Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006

- ✧ VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa

Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram, Porto, Civilização, 1983 – 1984

B – Bibliografia

- ✧ Obras Gerais

- ✧ ALMEIDA, Fortunato de,

História da Igreja em Portugal, 4 vols., Porto, Portucalense Editora, 1967-1971

- ✧ ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz,

El paisaje urbano en la Europa Medieval, III Semana de Estudios Medievales, Logroño, Governo de La Rioja, Instituto de Estudios Riojanos, 1993

- ✧ BRANCO, Camilo Castelo,

A caveira do mártir, 3ª edição, Porto, 1937

– *O judeu*, Lisboa, Circulo de Leitores, imp. 1982

– *O olho de vidro*, 5ª edição, Lisboa, Parc. António Maria Pereira, 1924

- ✧ CASTRO VILLALBA, Antonio,

Historia de la construcción medieval. Aportaciones, Barcelona, Edicions UPC, Quaderns d'Arquitectes 15, 1996

- ✧ CHAPLOT, J.; FOSSIER, R.,

Le village et la maison au Moyen Âge, Paris, 1980

- ✧ CONDE, Manuel Silvio Alves,

Materialidade e funcionalidade da casa comum medieval. Construções rústicas e urbanas do Médio Tejo nos finais da Idade Média, in, *MORAR Tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval, Media Aetas 3 / 4* Ponta Delgada2000/2001

- ✧ CUNHA, José António Barreto Cunha, Tomaz Pedro Barbosa Silva Nunes, Esther Mucznik,
Olhar o Património Religioso, Entender a Cultura; Guião de visitas a lugares de culto de Lisboa, Lisboa, Paulinas Editora, 2004
- ✧ ELIADE, Mircea,
História das Ideias e Crenças Religiosas, Vol, I, II, III, Rio de Janeiro, Zahar, 1984
- ✧ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão,
Habitação urbana corrente, no Norte de Portugal medievo, in, MORAR Tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval, Media Aetas 3 / 4 Ponta Delgada 2000/2001
- ✧ FONSECA, Luís Adão da, Luís Carlos Amaral, Maria Fernanda Ferreira Santos,
Os Reinos Ibéricos na Idade Média, Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno Vol I. Lisboa, Livraria Civilização Editora, 2003
- ✧ GAARDER, Jostein,
O livro das religiões, Lisboa, Editorial Presença, Janeiro 2002
- ✧ MARQUES, A. H. de Oliveira,
A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana, 3ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1974
- ✧ MATTOSO, José,
Portugal Medieval, novas interpretações, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2º ed. 1993
- ✧ MEDINA, João,
História de Portugal, Portugal Medieval, Vol. III, Amadora, Ediclube, 1993

✧ MORENO, Humberto Carlos Baquero,

Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV. Estudos de História, Lisboa, Editorial Presença, 1985

- *Tensões e conflitos na sociedade portuguesa em vésperas de 1492, Sep. Revista de História, Centro de História da Universidade do Porto, Vol. XI, Porto, Tip. Diário do Minho, 1991*
- *Tensões sociais em Portugal na Idade Média*. Porto, Livraria Athena Editora, 1975
- *Os municípios portugueses no século XIII a XVI. Estudos de História*, Lisboa, Editorial Presença, 1986
- *Exilados, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval. Estudos de História, Lisboa, Editorial Presença, 1990*

✧ SILVA, Manuela Santos,

Judiarias in História de Portugal. in *História de Portugal. Portugal Medieval*, Vol.III, Lisboa, Ediclube, 1993, p.

- As cidades (séculos XII-XV) in “*História de Portugal. Portugal Medieval*”, Vol.III, Lisboa, Ediclube, 1993

✧ VASCONCELOS, J. Leite de,

Etnografia Portuguesa, Ed. Rev. Vol. VI. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982

✧ Obras Específicas

✧ *Monografias Regionais*

✧ ANACLETO, Regina,

Arganil, Cidades e Vilas de Portugal, Lisboa, Editorial Presença, 1996

- ✧ ANDRADE, Mário Marques de,
Subsídios para a monografia de Segura, Lisboa, Edição do Autor, 1949
- ✧ CORREIA, Alberto,
Viseu, Cidades e Vilas de Portugal, Lisboa, Editorial Presença, 1989
- ✧ FERREIRA, Manuel dos Santos da Cerveira Pinto,
O Douro no Garb Al-Ândalus: a Região de Lamego durante a presença árabe,
Dissertação de Mestrado em Património e Turismo, Universidade do Minho,
2004,
- ✧ GARCIA, Maria Antonieta,
Diálogo entre diferenças, Guarda Histórica e Cultura Judaica, Guarda, Museu da Guarda, 1999
- *Heresias na Guarda – primeiro quartel do século XVII*, Guarda Histórica e Cultura Judaica, Guarda, Museus da Guarda, 1999
- ✧ GOITIA, Fernando Chueca,
Breve história do urbanismo, 4ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1996
- ✧ GOMES, Rita Costa,
A Guarda Medieval, 1200-1500. Cadernos Revista de História Económica e Social 9-10, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1987
- ✧ LEITE, Ana Cristina,
Castelo Branco, Cidades e Vila de Portugal, Lisboa, Editorial Presença, 1991
- ✧ LOUREIRO, José Pinto,
Concelho de Nelas (subsídio para a história da Beira), Nelas, Câmara Municipal de Nelas, 1988
- ✧ MOREIRA, Maria da Conceição,

Linhares Aspectos Históricos, Coleção Parques Naturais N.6, Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, 1980

✧ MORENO, Humberto Carlos Baquero,

Um conflito social em Pinhel e seu termo no século XV, Papel das Áreas Regionais na Formação Histórica de Portugal. Actas do Colóquio, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1975

– *Uma aldeia medieval do termo da Guarda: a Vela. Revista de Ciências do Homem*, Lourenço Marques, separata vol. VI, série A, 1974

– *Abusos e Violências na Região da Beira Interior durante o reinado de D. Afonso V. Revista de História das Ideias. Revoltas e Revoluções (1)*, , Coimbra Vol. 6, 1984

✧ OLIVEIRA, Manuel Ramos de,

Celorico da Beira e o seu concelho. Através da História e da Tradição, 2ª ed., Leiria, Edição da Câmara Municipal de Celorico da Beira, 1997

✧ NASCIMENTO, Aires A.,

A conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado in, *Obras Clássicas da Literatura Portuguesa, Literatura Medieval*, Lisboa, Veja Editora, 2001

✧ PEREIRA, José Fernandes,

Guarda. Cidades e Vilas de Portugal, Lisboa, Editorial Presença, 1995

✧ RODRIGUES Adriano Vasco,

Celorico da Beira e Linhares. Monografia histórica e artística, 2ª Rochas / Artes Gráficas, L.da, 1992

✧ SANTOS José Mendes dos, coord.

Toponímia Covilhanense, Covilhã, Câmara Municipal da Covilhã, 1982

✧ *Judeus em Geral*

- ✧ BARNAVI, Élie,
História Universal dos Judeus. Da génese ao fim do século XX, Lisboa, Contexto, 1992
- ✧ BENARUS, Adolfo,
Os judeus, história estranha deste povo, até aos nossos dias, Lisboa, Portugal-Brasil, 1927
- ✧ BLÁZQUEZ MIGUEL, Juan,
Inquisición, y criptojudaismo, Madrid, Ediciones Kaydeda, 1988
- ✧ CABRAL, J.,
A Questão Judaica, Porto Alegre, Ed. Da Liv. Do Globo, 1937
- ✧ CARO BAROJA, Julio,
Inquisición, brujería u criptojudaismo, Barcelona, Ed. Ariel, 1970
- ✧ CARRETE, Carlos,
El judaísmo español y la inquisición, Madrid, Mapfre, 1992
- ✧ CATANE, Moché,
Les juifs dans le monde, Paris, Editions Albin Michael, 1962
- ✧ COHN-SHERBOK, Dan,
Judaísmo, Religiões do Mundo, Lisboa, Edições 70, 1999
- ✧ EDWARDS, John,
The Jews in Christian Europe 1400 – 1700, London, Routledge, 1988
- ✧ FALBEL, Nachman,
Estudos sobre a comunidade judaica no Brasil, São Paulo, Federação Israelita do Estado de São Paulo, 1984

- ✧ FLANNERY, Edward H.,
A Angústia dos Judeus. História do Anti-semitismo, São Paulo, IBRASA, 1968
- ✧ FRANKEL, Judy,
The key to the 500. Year old door, Ha-Lapid-The Torch, vol. II, nº3, Outono 1994
- ✧ FRIDLIN Jairo,
Sidur Completo com Tradução e Transliteração, São Paulo, Editora Sêfer, 1997
- ✧ FRIDLIN, Jairo, Vítor Fridlin,
Machzor Completo, com Tradução e Transliteração, São Paulo, Sêfer, 1997
- ✧ HERTZBERG, Arthur,
Judaísmo, Lisboa, Editorial Verbo, 1981
- ✧ JR, Miller, Patrick D., Paul D. Hanson, S. Dean McBride,
Ancient Israelite Religion, Philadelphia, Fortress Press, 1987
- ✧ KRIEDEL, Maurice,
Les juifs à la fin du Moyen Age. Dans l' Europe méditerranéenne, Hachette, Hachette literature, 1979
- “A lenda do judeu errante / Séculos XIII – XX”, in *História Universal dos Judeus*, Lisboa, Contexto, 1992
- ✧ LANGE, Nicholas de
Introdução ao judaísmo, Lisboa, Prefácio, 2000
- ✧ LIPINER, Elias,
O tempo dos Judeus, São Paulo, Nobel, 1982
- *Os batizados em Pé*”, Veja, Lisboa, 1998

- ☆ PRINZ, Joachin,
The secret jews, New York, 1973

- ☆ RODRIGUES, Nuno Simões,
Hipóteses para o estudo dos judeus na Hispânia sob os Antoninos, in *Actas del II Congreso Internacional de Historia Antigua. La hispânia de los Antoninos (98 – 180)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, Novembro de 2004
 - *Iudaei in urbe: Os judeus em Roma de Pompeio aos Flávios* Texto policopiado, Lisboa, 2004

- ☆ SCHOLEM, Gershom,
A cabala e a mística judaica, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990

- ☆ SCHWARZ, Samuel
Tree of souls. The mythology of judaism, Oxford, Oxford University Press, 2004

- ☆ SUARES FERNANDEZ, Luis,
Documentos acerca dela expulsion de los judios, Valladolid, Ediciones Aldecoa, S.A., 1964

- ☆ *Judeus em Portugal*

- ☆ AMADOR DE LOS RIOS, José,
Historia social, política y religiosa de los judíos de España y Portugal, tomo I, II, III, Madrid, Ediciones Turner, 1984

- ☆ ARNHOLD, Charles,
Los aislados judíos de Portugal, Voz Sefardi, nº 43, Dezembro, 1969

- ✧ AZEVEDO, J. Lúcio de,
História dos Christãos-Novos Portugueses, Lisboa, Livraria Clássica, 1989
- ✧ BALESTEROS, Carmen,
Aspectos da arqueologia judaica em Trancoso, in *Beira Interior História e Património*, Guarda, Câmara Municipal da Guarda, 2000
- ✧ BASTO, Artur Carlos de Barros,
Don Yahua Ben Yahia, Porto, edição do autor, 1944
- *H'ad Gadiah (Influências Hebraicas no Folclore Português)*, Porto, 1928
- *Os judeus no velho Porto*, sep. da Revista de Estudos Hebraicos, Vol. I – II, Lisboa, 1929
- ✧ BORGES, V.,
Acção judaica em Portugal, A voz, 21 Março 1931
- ✧ CANELO, David Augusto,
Os últimos criptojudéus em Portugal, Belmonte, Câmara Municipal de Belmonte, 2001
- ✧ CARVALHO, António Carlos,
Os judeus do desterro de Portugal, Lisboa, Quetzal Editores, 1999
- ✧ CARVALHO DOS SANTOS, Maria Helena,
Os Judeus em Portugal. Entre os Descobrimentos e a Diáspora, Lisboa, Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, 1994
- ✧ DIAS, Eduardo Mayone,
Camilo Castelo Branco and crypto-judaism, Ha-Lapid-The Torch, vol. III, nº1, Inverno 1995, s.p

- *The jews of Portugal*, Lashon, vol.5, nº2, Março – Abril 1993
- *The Obra de Resgate: A failed attempt at reconverting the Portuguese Crypto-Jews*, Ha-Lapid-The Torch, vol. II, nº2, Primavera 1994
- *Uma falhada tentativa de reconversão dos criptojudéus portugueses*, Diário de Notícias, 24 Setembro 1990
- *Criptojudéus portugueses. O fim de uma era*, Lisboa, Peregrinações Publications USA Inc., Instituto Camões, 1999

✧ DOMINGOS, José,

Judeus na Guarda, Expresso, 6 Junho, 1981

✧ FARIA Aida Gisela,

Análise sócio-económica das comunas judaicas portuguesas, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1963. p. 10

✧ FERREIRA, Maria do Céu,

Beira Interior história e património: actas das I Jornadas de Património da Beira Interior, Guarda, Câmara Municipal da Guarda, 2000

✧ FONTES, Manuel da Costa,

Four Portuguese Crypto-Jewish Prayers and their “Inquisitorial” counter parts, Mediterranean Language Review, 6 – 7, 1990 –1993

✧ FRÈCHES, Claude Henri,

António José da Silva et l’Inquisition, Paris, 1982

✧ GARCIA, Maria Antonieta,

Os judeus de Belmonte – Os caminhos da memória, Lisboa, Faculdade Nova de Lisboa, Inst. de Sociologia e Etnologia das Religiões, 1993

- *Fios, para um roteiro judaico da Covilhã*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2001
- *Judaísmo no Feminino*, Lisboa, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões, Universidade Nova de Lisboa, 2000

- ✧ GORDO, J.J. Ferreira,
“Memória sobre os Judeus em Portugal”, in *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Tomo III, parte, II, Lisboa, 1823

- ✧ HERCULANO, Alexandre,
História da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal, Vol. 3, Amadora, Bertrand, 1975

- ✧ KAYSERLING, Meyer,
História dos Judeus em Portugal”, SãoPaulo, Edições Pioneira, 1971

- ✧ LACERDA, Daniel,
Judeus de Belmonte conservam os Ritos Mosaicos, Jornal de Letras, 30 Abril 1991

- ✧ LIMA, Joaquim Alberto Pires de,
Mouros, judeus e negros na História de Portugal, Porto, Civilização, 1940

- ✧ MALKA, Edmond S.,
Fiéis Portugueses – Judeus na Península Ibérica, Lisboa, Edições Acrópole, 1977

- ✧ MEA, Elvira Cunha de Azevedo,
O sefardismo na cultura portuguesa, Porto, Paisagem, 1974

- ✧ MARTINS, JORGE,
Portugal e os Judeus. Dos primórdios da nacionalidade à legislação pombalina, Vol. I, Lisboa, Nova Vega Edições, 2006

- ✧ MEIRA, Fernando,
Les juifs de Belmonte, Actualité juive, 11 Junho 1992

- ✧ MORENO, Humberto Carlos Baquero,
A sentença do rei D. João I, contra os judeus, de 1412, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1984
– *Movimentos sociais antijudaicos em Portugal, no século XV. Ler História, Lisboa, nº3, 1984*
- ✧ MUCZNIK, Esther,
Judaísmo português, ontem e hoje de tolerância à liberdade, in Guarda História e Cultura Judaica, Guarda, Museu da Guarda, 1999
- ✧ PATRÃO, Jorge,
Serra da Estrela Portugal, The ancient jewish quarters rout. The Last secret jews of sepharad, Região de Turismo da Serra da Estrela, Covilhã, 2003
- ✧ PAULO, Amílcar,
O ritual dos criptojudes portugueses (algumas reflexões sobre os seus ritos), in Yosef Kaplan, (ed), Jews and Conversos (studies in society and the inquisition) Jerusalém, 1985
– *Os criptojudes, Porto, Livraria. Athena, 1970*
– *Os judeus no Nordeste Português, Miscelânea de estudos árabes e hebraicos, vol. XV, fas. 2, Granada, 1971*
– *Os judeus secretos em Portugal, Lisboa, Labirinto, cop. 1985*
– *Os marranos em Portugal – Reminiscências judio-portuguesas, Bragança. Escola Tipográfica, 1971*
– *Os encargos da comunas judaicas no Portugal medievo, Bragança Escola Tipográfica, 1971*
- ✧ RÊGO, Raul,
O último regimento da inquisição portuguesa, Lisboa, Excelsior, 1971
- ✧ REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos,
Os judeus em Portugal, Coimbra, F. França Amado, 1928

- ✧ ROSS, Dan,
The not-so. Secret jews of Portugal, chapter II, Acts of faith: A journey to the fringes of jewish identity, New York, 1984
- ✧ SANCHES, A. N. Ribeiro,
Origem da denominação de Christão – Velho e Christão – Novo em Portugal, Lisboa, 1956
- ✧ SARAIVA, António José,
A inquisição portuguesa, Lisboa, Editora Europa - America 1956
- ✧ SCHWARZ, Samuel,
O renascimento judaico dos marranos portugueses, Ha-Lapid, nº24, 1929
- *Os cristãos-novos em Portugal no século XX*, Lisboa, Universidade Nova, Instituto de Sociologia e Etnologia das religiões, 2000
- *Inscrições Hebraicas em Portugal*, separata do vol. I de Arqueologia e História, Lisboa, Tip. Comércio, 1923
- ✧ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro,
Los judíos en Portugal, Madrid, Editorial Mapfre, 1992
- *Os Judeus em Portugal no séc. XIV*, 2ª edição, Lisboa, Guimarães Editores, Janeiro, 2000
- *Os Judeus em Portugal no século XV*, Lisboa, Universidade Nova, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982
- *As comunidades judaicas das Beiras, durante a Idade Média*, Revista Altitude, ano II, 2ª série, n.º4, Guarda, Dezembro 1981
- ✧ WOLF, Lucien,
Report on the “Marranos” or cryptojews of Portugal, Londres, 1926

